

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS-IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL-PPGAS

**NO BANZEIRO DAS ÁGUAS E DAS RELAÇÕES:
Entre cheias e ameaças de desterritorialização – identidade, histórias e memórias de
resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira
(Porto Velho/RO)**

Renato Fernandes Caetano

Manaus/AM

2022

Renato Fernandes Caetano

NO BANZEIRO DAS ÁGUAS E DAS RELAÇÕES:

**Entre cheias e ameaças de desterritorialização – identidade, histórias e memórias de resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira
(Porto Velho/RO)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva

Manaus/AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C128b	<p>Caetano, Renato Fernandes</p> <p>No banheiro das águas e das relações: entre cheias e ameaças de desterritorialização – identidade, histórias e memórias de resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira (Porto Velho/RO) / Renato Fernandes Caetano. 2022.</p> <p>247 f.: il. color; 31 cm.</p> <p>Orientador: Raimundo Nonato Pereira da Silva Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Comunidades ribeirinhas tradicionais amazônicas. 2. Comunidade Ribeirinha de São Carlos. 3. Territorialidade e des(re)territorialização. 4. Conflitos socioambientais e cheias. 5. Identidade, memórias e resistência. I. Silva, Raimundo Nonato Pereira da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	---

Renato Fernandes Caetano

**NO BANZEIRO DAS ÁGUAS E DAS RELAÇÕES:
Entre cheias e ameaças de desterritorialização – identidade, histórias e memórias de
resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira
(Porto Velho/RO).**

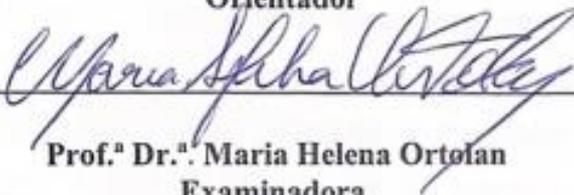
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social do Instituto de Filosofia,
Ciências Humanas e Sociais da Universidade
Federal do Amazonas como requisito avaliativo
para obtenção do título de Doutor.

Tese defendida e aprovada em 11/11/2022.

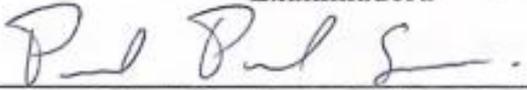
BANCA EXAMINADORA



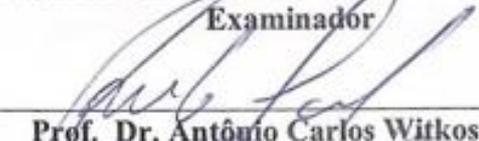
Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva
Orientador



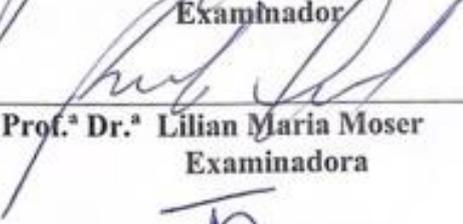
Prof.ª Dr.ª Maria Helena Ortolan
Examinadora



Prof. Dr. Pedro Paulo de Miranda Araujo Soares
Examinador



Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski
Examinador



Prof.ª Dr.ª Lillian Maria Moser
Examinadora



Prof.ª Dr.ª Flávia Melo da Cunha
Coordenadora PPGAS/UFAM
Portaria GR 577/2021

DEDICATÓRIA

À Maria Helena Alves Fernandes Caetano.

Na esperança que o mundo de sua velhice seja melhor e mais sustentável que o atual.

AGRADECIMENTOS

Ao **Deus da Vida e da Existência**, por suas infindáveis graças e bênçãos ao longo de minha vida e existência;

Aos meus pais **José Caetano** e **Maria Aparecida Fernandes Caetano** (*in memoriam*, tirada de nós pela Covid), pelo dom da vida, pelo incentivo incondicional aos estudos e por serem minhas bases de suporte para meus “voos”;

À amada **Eva da Silva Alves**, pela compreensão, motivação e estímulo nos momentos mais difíceis pelos quais passei neste período e pela presença junto a mim em campo como pesquisadora, me ajudado a ver o que não estava vendo, embora olhasse;

À minha filha **Maria Helena Alves Fernandes Caetano**, maior dádiva da minha vida, que foi concebida e nasceu em julho de 2019, durante o processo do doutorado, e lutou pela vida de forma incondicional, nos ensinando na prática o que é o amor e a dor;

Aos meus irmãos de sangue: **Israel Caetano**, **Ismael Caetano** (*in memoriam*), **Ailton Aparecido Fernandes Caetano**, **Reinaldo Caetano**, **Lourival Caetano**, **Laudelino Caetano** (*in memoriam*, tirado de nós pela Covid) e **Luís Caetano**, que são minha base e suporte para que eu possa alçar voos mais altos, já que sou o irmão mais novo. Em nome dos meus irmãos, agradeço também minhas cunhadas, sobrinhos e sobrinhas;

Ao meu enteado **Vitor Lucas Alves Cuelhar**, pelo apoio e compreensão ao longo da pesquisa; aos meus cunhados **Damião da Silva** e **Maria Grima**, ao meu concunhado **Carvalho** e minha sogra **Maria Francisca**, pelo apoio, compreensão e cuidados com a Maria Helena e com a Eva nesse período;

Ao meu orientador **Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva**, pelas orientações, dicas, apoio, convivência, amizade e acompanhamento ao longo desta pesquisa e para além dela;

Aos meus amigos: **Deivid da Silva Barros**, pela amizade e pelas vezes que me levou ao aeroporto para as viagens a Manaus; **Josué Marcos da Silva**, pela amizade e apoio em diversos momentos desse percurso; **José Maiko Farias Amim**, pela amizade, diálogos sobre a pesquisa *in loco*, revisões, inquietações e sugestões de melhorias no texto; **Bruno Cruz**,

pela amizade, diálogos sobre a pesquisa *in loco* e outras partilhas; **Eduardo Gabriel da Silva**, pela amizade e inspiração que sempre foi; **João Paulo Martins**, pela amizade, pelo incentivo ao longo do percurso e pela logística no dia da defesa dessa tese; **Claudinei Recco**, pelo apoio e incentivo;

Aos meus amigos e colegas de trabalho da Faculdade Católica de Rondônia: **Neurimar Pereira, Márcia Prado, Ylma Marques, Adriana Peixoto, Jailson Ferreira, Pedro Abib, Fabio Abib, Bruno Biliatto, Juciney Júnior, Júlia Meinhardt e Josué Marcos**, pelo incentivo, por sempre acreditarem em mim e pelas constantes perguntas: “E a tese? E o doutorado?”;

A todos os **moradores da comunidade de São Carlos (Baixo Madeira, em Porto Velho/RO) e hoje amigos**, de modo especial aos que me concederam entrevistas gravadas/filmadas: **Maria do Socorro (Dona Jacinta), João Esteves, Márcio Santana, Everaldo Pinto, Benjamin Leite, Vladimir Pinto, Priscila Cruz, Miquele Araújo, Catija Gomes, Ridson Fagno, Antônia Lopes, Carlos Bianôr, Geralda Alves (Dona Zezé), Julia Lopes, Maria Carmen, Antônio dos Santos, Luiz Queiroz, Ednardo Medeiros, Moacir Reis; Edymar Alves, Raimundo Rodrigues (Sr. Graci – *in memoriam*), Nunes Leite; Leilson Almeida**. Agradeço também aos que abriram as portas de sua casa e atividades para visitas e acompanhamento: **Léo e Dona Marta; Dona Fátima e Daniel; Dona Valdeci; José Vieira; Doneval Pinto (Doné)**. Com eles tenho aprendido a cultivar o encantamento e o amor pelos rios, pela terra e pela vida, cujas maneiras de viver despertam e revelam a força da luta e da resistência para ser o que se é;

A todos os **professores/as e colegas do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Antropologia Social** da Universidade Federal do Amazonas, pela possibilidade de realização deste Doutorado e pelas contribuições em minha formação. De modo especial agradeço ao antropólogo e pesquisador **Diego Darlison dos Santos Sousa**, por ter contribuído com diálogos, leituras e análise à primeira parte deste texto; aos colegas das turmas que frequentei, de modo especial **Eriki Aleixo, Raimunda Menezes (*in memoriam*), Jefferson Pinho, Silvio Sanches, Justino Sarmiento, Romy Cabral, Luiza Guglielmini, Jeiviane Justiano;**

À Universidade Federal de Rondônia, de maneira especial aos **Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História e Estudos Culturais**, na pessoa da Prof^a. Dr^a. Lilian

Maria Moser, e **Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente**, nos quais realizei componentes curriculares que em muito contribuíram com minha formação, reflexões e pesquisas;

À **FAPERO** - Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia, e à **CAPES**, pela bolsa pesquisa e apoio financeiro recebido, aportes fundamentais para a realização desta pesquisa;

À **Faculdade Católica de Rondônia**, na pessoa do Prof. Dr. Fabio Rychecki Hecktheuer e da Prof^a. Dr^a. Marcia Abib, pelo apoio, incentivo, compreensão e bolsa pesquisa recebida;

Aos pesquisadores que me acompanharam, em diferentes momentos, nas visitas a campo e com os quais sempre dialoguei sobre o lócus de pesquisa São Carlos: Prof. Dr. **Raimundo Nonato Pereira da Silva** (pelos valiosos direcionamentos e contribuições para nortear a pesquisa quando estive em São Carlos em 2018 e durante todo este percurso); **Eva da Silva Alves**; **José Maiko Farias Amim**; **Bruno Cruz**; **Pedro Abib Hecktheuer**; **Bruno Lopes Biliatto**; **Alcides Marcelo Lopes Biliatto**; **Larissa de Araújo Conti**; **Patrícia Diniz Torres**; **Vitor Lucas Alves Cuellar**. Todos compartilharam os desafios e as descobertas de campo, além de frutíferos diálogos e debates, bem como me ajudaram a ver mais longe do que eu estava vendo;

Às pesquisadoras doutoras **Auxiliadora dos Santos Pinto** e **Lilian Maria Moser** e ao pesquisador doutor **Marco Antônio Domingues Teixeira**, que, apesar de não terem ido conosco em nenhuma visita a campo, partilharam desta pesquisa e contribuíram com análises e sugestões de leituras, de estudos e participaram das *lives* culturais fotográficas sobre São Carlos e seminário sobre povos e comunidades tradicionais, ambos realizados pelo Coletivo Vozes e EnCantos Amazônicos, com minha coordenação;

Aos **Acadêmicos de Filosofia, Psicologia e Direito** da Faculdade Católica de Rondônia, com os quais pude compartilhar parte das alegrias, angústias, inquietações, resultados e aspectos socioculturais desta pesquisa sobre São Carlos;

A todos minha eterna gratidão.

[...] quando um etnógrafo de significados e símbolos como eu tenta descobrir o que é uma pessoa na visão de algum grupo de nativos, ele vai e vem entre duas perguntas que faz a si mesmo: “como é a sua maneira de viver, de um modo em geral?” e “quais são precisamente os veículos através dos quais essa maneira de viver se manifesta?”

Clifford Geertz.

NO BANZEIRO DAS ÁGUAS E DAS RELAÇÕES:

Entre cheias e ameaças de desterritorialização – identidade, histórias e memórias de resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira (Porto Velho/RO)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo evidenciar as características de identidade coletiva, relacional e de resistência simbólica, as quais caracterizam São Carlos como uma comunidade ribeirinha tradicional. Partimos da hipótese de que São Carlos resiste e é ponto simbólico e estratégico de manutenção das comunidades do seu entorno e do Baixo Madeira, mesmo frente aos processos de redefinições territoriais, aos conflitos socioambientais e às redefinições identitárias impostas pelo poder capitalista globalizador a estas comunidades. Como objetivos específicos se elegeu: reconstituir a história da comunidade de São Carlos; identificar, a partir do cotidiano, elementos constituintes do ser, do viver e do fazer dos moradores de uma comunidade ribeirinha tradicional e o que gera o senso de pertencimento à comunidade e ao território; evidenciar os impactos e as consequências da grande cheia de 2014 sobre a vida, a identidade e o território dos moradores da comunidade de São Carlos; analisar os efeitos das ações ou omissões do poder público em São Carlos simultâneas às mobilizações e redefinições territoriais impostas às comunidades tradicionais, que ocorrem no âmbito dos grandes projetos e políticas exploratórias de recursos naturais (missões, borracha, ouro, agronegócio, usinas hidrelétricas etc.). A pesquisa foi realizada com o auxílio da observação participante e da etnografia, tomando por base os princípios da Teoria da Complexidade e da Teoria da Ação. O arcabouço teórico e conceitual se fundamenta nos autores: Gluckman (1987); Leach (1995); Clifford Geertz (2008, 2014); Bourdieu (1997); Feldman-Bianco (2010); Van Velsen (2010); Ades (2004); Canabarro; Moser; Ernesto (2018); Morin (2005, 2011); Santos (2002); Hall (1997, 2009); Bhabha (2014); Edir Pereira (2014); Marco Teixeira (2008, 2009); Baraúna (2014); Little (2004). O arcabouço narrativo foi constituído a partir de 29 entrevistas estruturadas e semiestruturadas, gravadas/filmadas, e pelas impressões desencadeadas e relatadas mediante inúmeras outras entrevistas informais com diversos moradores da comunidade de São Carlos, com os quais foi mantido assíduo contato nas mais de 30 visitas a campo. Os princípios da História Oral foram fundamentais para a composição do arcabouço narrativo e para o registro dos relatos e testemunhos das pessoas que sofreram/sofrem, no mais profundo de seus corpos, mentes, casas, pertences, plantações e criações, essas consequências, dores, traumas, medos e perdas ocasionadas pelas cheias e pelas redefinições territoriais. Neste estudo foram registrados os impactos desencadeados pelos processos de redefinições territoriais os quais passaram/passam a comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos e as comunidades do entorno, a partir das dimensões de identidade, dos conflitos socioambientais, dos efeitos sociais e das lutas pelo desenvolvimento sustentável, pelo território e pelas características tradicionais. Assim, espera-se que esses estudos e registros possam contribuir para minimizar os impactos socioculturais e socioambientais ocasionados pelos processos de deslocamentos territoriais e servir de parâmetro para futuras mobilizações e redefinições territoriais nas comunidades tradicionais do estado de Rondônia e da Amazônia.

Palavras-chave: Comunidades ribeirinhas tradicionais amazônicas. Comunidade Ribeirinha de São Carlos. Territorialidade e desterritorialização/reterritorialização. Conflitos socioambientais e cheias. Identidade, memórias e resistência.

**ON THE RIPPLES OF WATER AND RELATIONS:
Among floods and threats of deterritorialization – identity, stories and memories of
resistance from São Carlos Traditional Riverside Community, in Baixo Madeira
(Porto Velho/RO).**

ABSTRACT

In this work we aim at highlighting the characteristics of collective, relational identity and symbolic resistance, which characterize São Carlos as a traditional riverside community. We start from the hypothesis that São Carlos resists to colonization and is a symbolic and strategic point of maintenance of the communities around its center and of “Baixo Madeira”; The resistance is visible even in the face of territorial redefinition processes, socio-environmental conflicts and identity redefinitions imposed by the globalizing capitalist power on these communities. As specific objectives for this work, we chose: to reconstitute São Carlos community’s history . We propose to identify, from everyday life, constituent elements of being, living and activities of residents of a traditional riverside community. We ask what generates the sense of belonging to the community and the territory highlighting the impacts and consequences of the great flood of 2014 on people’s lives, identity and territory Sao Carlos community; we also analyze the effects of public power’s actions or omissions in the community, simultaneously to the mobilizations and territorial redefinitions imposed on traditional communities, which occur within the scope of large projects and policies for exploring natural resources (rubber, gold, agribusiness, hydroelectric plants, etc.).Our research was carried out through participant observation and ethnography, based on the principles of Complexity Theory and Action Theory. The theoretical and conceptual framework is based on the authors: Gluckman (1987); Leach (1995); Clifford Geertz (2008, 2014); Bourdieu (1997); Feldman-Bianco (2010); Van Velsen (2010); Ades (2004); Cannabarro; Moser; Ernesto (2018); Morin (2005, 2011); Santos (2002); Hall (1997, 2009); Bhabha (2014); Edir Pereira (2014); Marco Teixeira (2008, 2009); Barauna (2014); Little (2004). The narrative framework was constituted from 29 structured and semi-structured interviews, recorded/filmed, and from the impressions triggered and reported through countless other informal interviews with several residents of São Carlos community, with whom we have maintained contact through more than 30 visits to the field. The principles of Oral History were fundamental for the composition of the narrative framework and for recording the reports and testimonies of people who suffered/suffer, in the deepest part of their bodies, minds, houses, belongings, plantations and creations, the consequences, pains, traumas, fears and losses caused by floods and territorial redefinitions. In this study we pay attention to the impacts triggered by the processes of territorial redefinitions which passed/pass the traditional Sao Carlos riverside community as well as the surrounding communities. We consider the dimensions of identity, socio-environmental conflicts, social effects and struggles for sustainable development , by the territory and by the traditional characteristics. Thus we hope that these studies and records may contribute to minimize the socio-cultural and socio-environmental impacts caused by the processes of territorial displacement and serve as a parameter for future mobilizations and territorial redefinitions in traditional communities in the state of Rondônia and the Amazon.

Keywords: Traditional Amazonian riverside communities. São Carlos Riverside Community. Territoriality and deterritorialization/reterritorialization. Socio-environmental conflicts and floods. Identity, memories and resistance.

Lista de Fotografias

Fotografia 01: Dona Lú na cozinha de seu restaurante	28
Fotografia 02: Dona Jacinta e Renato com xícaras de café com leite	30
Fotografias 03 e 04: Pesquisadores Eva Alves e Renato Caetano realizando entrevistas....	39
Fotografia 05: Encontro das águas dos rios Madeira e Jamari.....	58
Fotografia 06: Dona Jacinta mostra os túmulos do pai e da irmã no fundo de seu terreno.	71
Fotografia 07: Luiz Queiroz, a faca, a tigela e a seringueira	74
Fotografias 08 e 09: Dragas de extração de ouro no rio Madeira	82
Fotografias 10 e 11: Casas, quintais, grama e plantações	89
Fotografia 12: O rio, a mata, o arco-íris, as embarcações e as pessoas.....	108
Fotografias 13 e 14: Benjamim e a família na produção de farinha	109
Fotografia 15: Pé de açaí na região do rio Tucunaré, próximo a São Carlos.....	112
Fotografias 16 e 17: Cenas da Paixão de Cristo apresentada pelos moradores.....	128
Fotografia 18: Chegada do cortejo fluvial da procissão de Nossa Senhora Aparecida.....	128
Fotografias 19 e 20: Práticas de futebol por crianças na rua e mulheres no campo.....	134
Fotografia 21: Troféu de vice-campeão do 1º Distrital, realizado em 1985	137
Fotografia 22: Ridson e os troféus na Festa do Fluminense	139
Fotografia 23: Dona Jacinta e seu canteiro de cebolinha	163
Fotografias 24 e 25: Casas e plantações inundadas em 2019.....	177
Fotografia 26: Casas marcadas com o X e com a marca da água acima da janela.....	181
Fotografia 27: Montanhas de terras após “limpeza pela Prefeitura”, em 2014.....	202

Lista de Imagens

Imagem 01: Cartaz de divulgação do Festejo de Nossa Senhora Aparecida de 2019	130
Imagem 02: Cartaz de divulgação do Festejo de São Carlos Borromeu de 2018	132
Imagens 03 e 04: Cartaz de divulgação da Festa “Made <i>In</i> Roça”	142
Imagem 05: Situação dos abrigos em distritos e comunidades do Baixo Madeira	170
Imagem 06: Situação do Abrigo Único instalado no Parque de Exposições de Porto Velho	171
Imagem 07: Prints dos projetos arquitetônicos apresentados aos moradores de São Carlos	207

Lista de Quadros e Mapas

Quadro 01: IDEB de 2013 a 2019.....	90
Mapa 01: Distritos e Localidades do Município de Porto Velho.	97
Mapa 02: Distrito de São Carlos	99
Quadro 02: Quadro geral da Escola para o ano de 2014.....	192

SUMÁRIO

1 INICIANDO A REMADA: CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO.	15
2 O LÓCUS DA PESQUISA E OS PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	24
2.1 São Carlos como Campo de Reflexões, Incertezas e Encantamentos.....	25
2.2 Em Busca das Interdependências e Conexões: Princípios da Teoria da Complexidade, da Teoria da Ação e da História Oral.....	35
3 O ENCONTRO DAS ÁGUAS: A CONSTITUIÇÃO DE SÃO CARLOS.....	51
3.1 Caracterização da História de São Carlos: de território Mura à Distrito.....	52
3.1.1 Expansão colonial portuguesa pelo Madeira, a ocupação do território Mura e a fundação de São Carlos.....	53
3.1.2 Descrições de São Carlos em obras históricas.....	59
3.1.3 São Carlos pelas memórias das últimas gerações.....	68
3.2 A Atual São Carlos: curvas, caminhos e descrições.....	77
3.2.1 Navegando pelo “rio” até São Carlos.....	81
3.2.2 Dirigindo pela “estrada” até São Carlos.....	83
3.2.3 Caminhando pelas “ruas” e quintais de São Carlos.....	87
4 NO BANZEIRO DAS RELAÇÕES ENTRE RIOS, MATAS E PESSOAS: O TERRITÓRIO, O NASCER, O VIVER E O MORRER EM SÃO CARLOS.....	96
4.1 São Carlos e suas Características de uma Comunidade Ribeirinha Tradicional.....	96
4.2 Territorialidade e Constituição da Identidade de São Carlos.....	107
4.3 Práticas Culturais e de Lazer em São Carlos.....	127
4.3.1 Festividades religiosas, programação social e torneios de futebol.....	127
4.3.2 Futebol: o principal lazer e meio de integração social.....	133
4.3.3 Bares e festas.....	140
5 NO BANZEIRO DAS ÁGUAS – ATO I: ETNOGRAFIA DAS CHEIAS.....	148
5.1 As Águas Sobem e Deixam Marcas... (ontem e hoje!).....	149
5.2 A Grande Cheia de 2014: marcas, medos e traumas.....	152

6 NO BANZEIRO DAS ÁGUAS – ATO II: ETNOGRAFIA DA VAZANTE E DO RECONSTRUIR	179
6.1 As Águas Baixam: hora do retorno para São Carlos e o pertencimento ao lugar	180
6.2 A Força do Mutirão: reconstruir em um cenário de guerra.....	186
6.3 A Importância da Comunidade na Limpeza dos Espaços Públicos e das Casas.....	192
6.4 Ausência Intencional do Poder Público	200
6.5 O Inviável Projeto “Nova São Carlos”: omissões e descaso.....	203
7 CHEGANDO AO “PORTO”: AS ÁGUAS SEGUEM, A VIDA TAMBÉM!	213
REFERÊNCIAS	220
APÊNDICES.....	229
ANEXOS	239



1 INICIANDO A REMADA: CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Em 2014, após a grande cheia do rio Madeira, os moradores de São Carlos (Baixo Madeira – Porto Velho-RO) foram surpreendidos com a proposta de deslocamento territorial denominada “Projeto Nova São Carlos”. O Sr. Antônio Savio dos Santos, conhecido como Xaxá, 63 anos e nascido na antiga comunidade de Sobral, comunidade próxima a São Carlos, e hoje residente em Prosperidade¹, e com fortes relações com São Carlos, nos relatou o sentimento que teve nesta ocasião: “Foi tristeza, e a maior delas foi quando a gente soube que tinha aquele provérbio que ‘São Carlos tinha acabado’, então, pra gente, acabar uma comunidade de onde a gente já viveu muito tempo é mesmo que tirasse um parente, um ente querido da gente [...]”.

A partir desse sentimento de tristeza e dor, relatado também por muitos outros moradores da comunidade de São Carlos, iniciamos nossas pesquisas, discussões e imersão em campo sobre as características de uma comunidade ribeirinha tradicional², que com seus modos de viver e fazer próprios, que são assegurados principalmente por sua territorialidade, garantem às pessoas uma identidade que se constrói de forma coletiva, relacional e leva a comunidade a retornar e permanecer no mesmo território ou a não querer sair dali mesmo após eventos traumatizantes e trágicos, como foi a grande cheia do rio Madeira, em 2014.

Como veremos ao longo desta pesquisa, a comunidade se uniu e resistiu ao projeto de deslocamento territorial orquestrado pelos governos estadual, municipal e pelas grandes empresas ligadas à construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira (Santo Antônio e Jirau). Os moradores se organizaram e lutaram por seus direitos, de maneira especial, pelo direito de permanecer em seu território, ocupado há muitos anos, no qual as famílias constituíram seus modos de viver, suas relações e práticas socioculturais e econômicas.

Porém, a luta por permanecer no mesmo território que ficou inundado, com a cheia de 2014, por quase 3 (três) meses, infelizmente tornou a comunidade praticamente invisível ou

¹ Prosperidade é uma comunidade que tem ligação terrestre com São Carlos e está situada na mesma margem. Nesta comunidade, onde residem poucas famílias, fica o Cemitério do Distrito de São Carlos e é lá onde são enterrados os entes falecidos. O Sr. Xaxá participa das atividades religiosas, políticas e sociais de São Carlos, sendo uma das lideranças da Igreja Católica e professor aposentado, que lecionou por muitos anos na Escola Henrique Dias, de São Carlos.

² A concepção de comunidade ribeirinha tradicional será defendida nesta tese a partir dos resultados das entrevistas e da autoidentificação pelos próprios moradores de São Carlos, como veremos no subtópico 4.1. Sustentamos também essa concepção a partir das perspectivas trazidas por Little (2004), que nos indica que o uso dos termos Povos e Comunidades Tradicionais é um ato político, e por Pereira (2014) e Coelho (2005), que defendem o conceito de ribeirinho como um ato de resistência e que as comunidades ribeirinhas se formaram a partir do rebelar-se contra o poder colonial, conforme documentos de diretores e demais agentes da administração colonial, de modo especial o *Diretório dos Índios* (1755/1757).





irrelevante aos órgãos do poder público³, que, praticamente, não empreendeu nenhuma ação de melhoria na comunidade no pós-cheia de 2014 e não deu nenhuma assistência em termos de serviços de limpeza e de auxílio ao retorno das famílias, que tiveram que fazer isso por conta própria e de forma coletiva, como veremos.

Essa luta, resistência e invisibilidade nos faz lembrar o magistral romance de Manuel Scorza, *História de Garabombo o Invisível*, no qual o personagem Garabombo se torna invisível ao reivindicar seus direitos e seu território. Este aspecto do romance, de certa forma, reflete a realidade dos povos e comunidades tradicionais da América Latina, do Brasil, da Amazônia e, conseqüentemente, de comunidades ribeirinhas tradicionais como São Carlos. Realidade de comunidades e povos que lutam para manter seus direitos, tais como territórios, modos de vida tradicionais e acesso à educação, à saúde e à segurança física e alimentar, e são ignorados pelo poder público e deixados à margem.

Este é um panorama sobre o qual devemos refletir e investigar para que possamos (re)conhecer os modos de ser, fazer e viver desses povos e comunidades, que constroem suas identidades a partir da pertença a um determinado território, do qual retiram os recursos de sua vivência e sobre o qual fortalecem suas tradições, crenças e relações simbólicas e sociais. Os povos e comunidades tradicionais vivem em simbiose com a natureza e com o território, que lhes asseguram os meios e os recursos naturais necessários para a vivência e a perpetuação de uma identidade coletiva (TEIXEIRA; FONSECA; CASSEB, 2009, p. 84-85), sendo, portanto, marcante a necessidade de se assegurar a territorialidade e a identidade destes povos e comunidades.

Todavia, no atual modelo de desenvolvimento econômico capitalista, de avanços do agronegócio, da exploração dos recursos naturais, dos domínios tecnológicos, do poder globalizador das marcas, do consumo e das mídias, são construídos e impostos múltiplos cenários de mudanças às pessoas e assim são geradas “sociedades líquidas” (BAUMAN, 1999), cujo controle se dá pelo poder do capital. Neste cenário, vivemos sempre uma “oposição do global ao local”, gerando o que Marc Augé (2010) chamou de “urbano sem cidade”, ou seja, mesmo uma comunidade tradicional, afastada dos grandes centros urbanos, vive a imposição dos fascínios do poder do capital e é forçada a internalizar em sua identidade os desejos de possuir determinadas marcas, bens, roupas e modos de vida urbanos e capitalistas, porém sem as condições de infraestrutura física e econômica necessárias para tal.

³ Para efeitos desta tese, passaremos a usar essa categoria para nos referirmos aos órgãos públicos e aos governos de todas as esferas (municipal, estadual e federal).





Devido esse domínio do poder globalizador do capital que os povos e as comunidades tradicionais são submetidos a um processo de invisibilização e negação de seus direitos, saberes, tradições, identidades e territórios. Há sempre interesses econômicos, políticos e de poder por trás dos processos de transformação e negação das identidades e dos territórios destas comunidades, ou seja, elas são invisibilizadas para que suas riquezas, culturas, saberes, práticas e recursos naturais sejam apropriados pelos interesses econômicos e políticos externos, e sempre em benefício de outros. Por isso, as comunidades tradicionais acabam sendo afetadas pelos grandes projetos e mobilizações territoriais que invisibilizam ainda mais as identidades coletivas, levam à perda de territórios e negam a essas populações o mínimo existencial garantido pelas políticas públicas, e que lhes é de direito.

Por outro lado, na Amazônia, nas beiras dos rios e no meio das florestas, muitas comunidades persistem e insistem em viver um modo de vida interligado à natureza, em simbiose, embora estejam cada vez mais ameaçadas pelo modelo de desenvolvimento econômico dito sustentável, mas que se fundamenta na exploração predatória dos recursos naturais, culturais e se mantêm por políticas e “práticas genocidas e etnocidas contra os Povos Indígenas e populações tradicionais” (MURA, 2016. pp. 23-24).

Neste contexto encontra-se a Comunidade Ribeirinha de São Carlos, no Baixo Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, que apresenta características de comunidade ribeirinha tradicional e está ameaçada em sua identidade e integridade físico-territorial, cultural, social, humana e econômica, pois não estão sendo assegurados plenamente os seus direitos ao território, aos modos de vida tradicionais e o acesso à educação, à saúde e à segurança física e alimentar de qualidade.

Essas ameaças se devem aos impactos e consequências dos megaprojetos desenvolvimentistas empreendidos no estado de Rondônia, as Usinas Hidrelétricas de Samuel, no rio Jamari, e as de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira; aos impactos da grande cheia de 2014, que ocorreu no rio Madeira, e à insegurança anual em que vivem as famílias, decorrentes do medo de novas cheias⁴, e aos avanços do agronegócio, do poder globalizador e do garimpo no rio Madeira. Estes eventos têm gerado insegurança e conflitos socioambientais ao mesmo tempo em que incide sobre a identidade coletiva da comunidade. Em decorrência dos impactos causados por estes eventos (hidrelétricas e cheias), surgiram propostas de deslocamento da

⁴ Em 2018 e 2019, ocorreram alagamentos, sendo que em 2019, algumas famílias foram desabrigadas na comunidade de São Carlos e passaram alguns dias na Escola Henrique Dias e na Igreja Católica. Além de outras famílias e comunidades, ao longo do rio Madeira, que tiveram suas vidas afetadas.





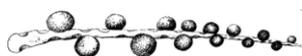
comunidade de seu território tradicional de constituição e de vida e algumas redefinições territoriais nas comunidades do entorno e, conseqüentemente, em São Carlos.

São Carlos é reconhecida como a localidade mais antiga⁵ do atual espaço do estado de Rondônia, pois, conforme o historiador Abnael Machado de Lima (1991, p. 7), foi “fundada em 1723 pelo padre jesuíta João Sampayo a primeira povoação da margem direita do rio Madeira, a Missão de Santo Antônio do Alto Madeira, na foz do rio Jamari”, além de ter servido, depois, como presídio e ter sido ponto estratégico durante os dois ciclos da borracha, devido sua localização privilegiada. Por ser localizada em um ponto estratégico, foz do rio Jamari com o rio Madeira, a continuidade da formação de São Carlos se deu por pessoas advindas de diversas regiões brasileiras para trabalharem nos ricos seringais da região, e que ali acabaram por fixar residência, comércio e transações econômicas, sociais e culturais. Portanto, as origens de São Carlos revelam as origens da atual colonização do estado de Rondônia e da formação da cidade de Porto Velho, estando, portanto, indissociavelmente ligada à história de constituição do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995) e, desde sua fundação, representa um ponto territorial estratégico de vivência e garantia de uma identidade coletiva, relacional, pois São Carlos não é só por si, mas por tudo o que representa para as comunidades do seu entorno⁶.

É a partir desta caracterização e problematização que surgiu esta pesquisa de tese intitulada *NO BANZEIRO DAS ÁGUAS E DAS RELAÇÕES: Entre cheias e ameaças de desterritorialização – identidade, histórias e memórias de resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira (Porto Velho/RO)*, que tem por objetivo geral evidenciar as características de identidade coletiva, relacional e de resistência simbólica, as quais caracterizam São Carlos uma comunidade ribeirinha tradicional. Partimos da hipótese de que São Carlos resiste e é ponto simbólico e estratégico de manutenção das comunidades do seu entorno e do Baixo Madeira, mesmo frente aos processos de redefinições territoriais, aos conflitos socioambientais e às redefinições identitárias impostas pelo poder capitalista globalizador a estas comunidades.

⁵ Essa afirmativa deve ser considerada a partir do processo de ocupação portuguesa dos territórios amazônicos, com as missões jesuíticas. Pois em diversas regiões do atual estado de Rondônia foram encontrados, a partir de estudos arqueológicos, registros rupestres e vestígios litocerâmicos que comprovam a presença humana há mais de 9.000 anos nesta região (OLIVEIRA, 2013).

⁶ São Carlos conecta as diversas comunidades do Baixo Madeira à cidade de Porto Velho, pois ela está no entremeio e a estrada de acesso terrestre ao Baixo Madeira chega até a Boca do Jamari, na margem direita do rio Madeira, que funciona como porto de embarque e desembarque. Foi o fato de São Carlos se situar no encontro das águas do rio Jamari (que conecta a parte central do estado de Rondônia à hidrovia do Madeira) com o rio Madeira, que levou à instalação da comunidade neste local, por representar, desde o período colonial, um ponto estratégico de domínio territorial. Além do mais, São Carlos, de certa forma, é um dos intermeios entre Porto Velho e o Porto de Itacoatiara, no Amazonas.





Como objetivos específicos se elegeu: reconstituir a história da comunidade de São Carlos; identificar, a partir do cotidiano, elementos constituintes do ser, do viver e do fazer dos moradores de uma comunidade ribeirinha tradicional e o que gera o senso de pertencimento à comunidade e ao território; evidenciar os impactos e as consequências da grande cheia de 2014 sobre a vida, a identidade e o território dos moradores da comunidade de São Carlos; analisar os efeitos das ações ou omissões do poder público em São Carlos simultâneas às mobilizações e redefinições territoriais impostas às comunidades tradicionais, que ocorrem no âmbito dos grandes projetos e políticas exploratórias de recursos naturais (missões, borracha, ouro, agronegócio, usinas hidrelétricas etc.).

Além destes objetivos, elegeu-se as seguintes problematizações que serviram de guia para a pesquisa: O que faz de São Carlos São Carlos? Quais elementos do viver, do fazer e do ser morador de São Carlos possibilitam a construção de um senso de pertencimento ao território? Estes elementos, de fato, caracterizam São Carlos como comunidade ribeirinha tradicional? Há resistências às transformações socioculturais? O que faz a comunidade resistir, manter a maioria de seus modos de vida e permanecer em seu território, mesmo diante dos fascínios do mundo globalizado e dos acessos, agora facilitados, aos meios urbanos? O que faz os moradores de São Carlos persistirem em viver na comunidade e retomarem suas vidas mesmo após a cheia de 2014 ter inundado 100% da comunidade e ter gerado vários impactos de ordem econômica, social, psicológica e simbólica? Quais impactos socioambientais as Usinas Hidrelétricas de Samuel (rio Jamari) e as de Santo Antônio e Jirau (rio Madeira) geraram e ainda estão gerando na comunidade de São Carlos? Diversas outras comunidades ao longo do Baixo Madeira foram 100% inundadas, ocorreram propostas de deslocamento das demais comunidades? Quais as razões por trás das pressões por deslocar a comunidade de São Carlos? A preocupação em deslocar é, de fato, com a qualidade de vida das pessoas de São Carlos ou é por que São Carlos possui uma identidade coletiva forte enquanto comunidade ribeirinha tradicional? Por que só após a cheia de 2014 houve a proposta de deslocar a comunidade? As agências governamentais envolvidas no projeto de deslocamento (prefeitura municipal e governo estadual) são intermediárias direta ou indiretamente das usinas ou das necessidades dos moradores de São Carlos? A ausência de efetivação das políticas públicas e da garantia dos direitos à educação, saúde e segurança alimentar é proposital por parte do estado?

Em termos de organização textual, a presente tese está organizada em 7 seções, incluídas a introdução e a conclusão, mais referências, apêndices e anexos. A primeira é esta introdução, na qual se apresenta a pesquisa, seus objetivos, problematizações e perspectivas.





Na segunda seção se discute o lócus de pesquisa e se destaca São Carlos como campo de reflexões, incertezas e encantamento e, em seguida, se apresenta os princípios teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa, que toma como fundamentos de estudos, na busca das interdependências e conexões, os princípios da Teoria da Complexidade (MORIN, 2005, 2011), da Teoria da Ação (FELDMAN-BIANCO, 2010) e da História Oral (ADES, 2004; MATOS; SENNA, 2011; CANABARRO, MOSER, ERNESTO, 2018).

A terceira seção apresenta uma caracterização da comunidade de São Carlos (Baixo Madeira, em Porto Velho/Rondônia). Na primeira parte desta seção são apresentados elementos históricos que envolvem o processo de colonização, os conflitos com o povo Mura e as redefinições territoriais ao longo do processo histórico pelo qual tem passado São Carlos desde sua constituição e resistência como ponto estratégico e simbólico de manutenção de uma comunidade ribeirinha tradicional. A seção é finalizada com uma descrição da atual realidade da comunidade de São Carlos, visando fornecer, da melhor forma possível, os elementos que nos levaram a levantar as problematizações elencadas acima.

Na quarta seção destaca-se a importância do território como garantia de vivência e manutenção dos elementos de constituição de povos e comunidades tradicionais, a exemplo de São Carlos, pois as comunidades ribeirinhas vivem em perfeita simbiose com os rios, lagos, matas e tudo o que neles há (peixes, bichos, lendas, imaginário etc.). São abordadas as questões e conflitos socioambientais presentes em São Carlos e nas comunidades do entorno. Registra-se que as comunidades do entorno, ao mesmo tempo em que dependem de São Carlos, ajudam a manter a sua identidade e mantém, com São Carlos, intensas relações, o que lhes assegura constante fluxo de pessoas. O estudo realizado nesta seção é um alerta acerca dos impactos socioculturais e socioambientais que podem ocorrer mediante políticas de deslocamento e redefinições territoriais, como o processo de mobilização territorial em discussão pelos governos estadual (Rondônia) e municipal (Porto Velho) na comunidade de São Carlos e região. Buscou-se no banzeiro⁷ de relações e conexões do cotidiano, do nascer, do viver e do construir, os elementos que dão essa identidade coletiva e relacional aos moradores de São Carlos. Ou seja, partiu-se de elementos básicos do viver e que se repetem no dia a dia, a relação da vida com o rio, do rio com a vida, com o fazer uma canoa, uma casa (sem muros e sem grades), do criar um pato/uma galinha livres, do lazer e do futebol ao final da tarde, do encontro de amigos

⁷ O termo “banzeiro” está conceituado no subtópico 5.1 e a relação do termo com essa tese está estabelecida a partir das reflexões apresentadas nas seções 4, 5 e 6.





e parentes etc. Um olhar atento e o sentir tudo isso, o que pressupõe vivência *com*, revela, desnuda a identidade e os modos de ser e viver da Comunidade Ribeirinha de São Carlos.

As seções quinta e sexta devem ser compreendidas em conjunto, como atos sequenciais, pois nelas realizamos uma etnografia das cheias e do reconstruir logo após a vazante das águas. A grande cheia de 2014 está em destaque, uma vez que ela deixou profundas marcas físicas (casas, plantações, animais, redefinições de comunidades, no próprio rio etc.), psicológicas e no imaginário dos moradores da comunidade. Essas marcas são profundas, pois a comunidade ficou 100% inundada por quase 3 meses (“tudo ficou debaixo das águas” – como sempre dizem). Essas marcas, mesmo após 8 anos (2022), ainda estão vivas e presentes em cada fala, em cada gesto e em cada referência temporal (“antes da cheia” e “depois da cheia” são referências constantes para situar o evento que relatam; daí a percepção de “atos”). A percepção destas marcas é fundamental na perspectiva da antropologia e foi por ela que fizemos nossa entrada em campo, por ver que a cheia foi algo similar à “batida policial na briga de galo”, que permitiu a Clifford Geertz (2017) o acesso ao universo balinês.

Na sexta seção, buscou-se ainda apresentar e discutir as influências das hidrelétricas instaladas no alto rio Madeira no evento da cheia e nas consequências socioambientais geradas aos moradores de São Carlos e comunidades do entorno. Analisou-se os desafios do retorno no pós-cheia, que contribuiu com a reconstrução do senso de identidade e unicidade da comunidade de São Carlos e que vem contribuindo para o fortalecimento da resistência frente aos processos de deslocamentos e redefinições territoriais, como o Projeto “Nova São Carlos” e as mudanças geradas no entorno.

Por fim, na sétima seção são elencadas as conclusões e os desafios que ainda persistem, pois assim como as águas que sobem, descem e seguem, a vida também continua seus fluxos, redefinições, mudanças, transformações, readaptações... da mesma forma São Carlos muda, permanece e resiste.

Em termos metodológicos e de procedimentos de coleta de dados, a pesquisa se fundamenta em consultas bibliográficas, documental, na observação participante e entrevistas com moradores da comunidade de São Carlos, sendo um estudo de caso de cunho etnográfico e a partir dos princípios da Teoria da Complexidade⁸, da Teoria da Ação e da História Oral e dos

⁸ A pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação fundamentou-se na perspectiva da Teoria da Complexidade, ou seja, continuamos aprofundando essa concepção metodológica que parte do pressuposto de que a pesquisa se faz na ação e a partir da compreensão dos múltiplos fatores sociais que são tecidos juntos. A pesquisa de mestrado está disponível em: <<https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1484>>.





conceitos operacionais: identidade, territorialidade, desterritorialização, pertencimento, comunidades ribeirinhas tradicionais, conflitos socioambientais, cheias, memórias e resistência.

As visitas, vivências em campo e entrevistas iniciaram-se no ano de 2015 e mantiveram-se regularmente até a conclusão desta tese, em 2022. Cabe aqui registrar e ressaltar a presença da pesquisadora Eva da Silva Alves⁹, que com toda a sua experiência com pesquisas junto a comunidades e reservas extrativistas, me acompanhou nesse percurso e fomos crescendo juntos enquanto pesquisadores e sempre partilhamos de reflexões, impressões, observações e aprendizados que foram sendo construído. Nas primeiras visitas a São Carlos em 2017 a Eva estava ainda no mestrado em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), cuja conclusão se deu em novembro de 2018 com pesquisa sobre a Reserva Extrativista Rio Ouro Preto (Guajará-Mirim-RO). Em seguida ingressou no doutorado em Educação e escolheu como lócus de pesquisa a educação escolar ofertada nas escolas rurais-ribeirinhas de São Carlos, realizando a defesa da tese em julho de 2022. Conjuntamente comigo ela também foi roteirista e diretora dos documentários sobre São Carlos. Dessa forma, nossas pesquisas sempre foram conjuntas, entrelaçadas e isso possibilitou grande aprendizado e que tivéssemos percepções diversas sobre cada fato, cada entrevista e cada vivência em campo. Por isso, algumas entrevistas foram inclusive feitas em conjunto, com ambos fazendo perguntas e conduzindo as indagações ao entrevistado. Registro também que nesse percurso, outros pesquisadores¹⁰ se fizeram presentes, alguns de forma esporádica e outros de forma mais

⁹ As formações, publicações e focos das pesquisas da Eva da Silva Alves podem ser conferidas em seu currículo lattes, disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2730579348554110>>.

¹⁰ Pesquisadores que acompanharam, em diferentes momentos, nas visitas a campo e com os quais sempre dialoguei sobre o lócus de pesquisa São Carlos: Prof. Dr. **Raimundo Nonato Pereira da Silva** (esteve conosco em São Carlos em 2018 e deu valiosos direcionamentos e contribuições para nortear a pesquisa); **Eva da Silva Alves** (já devidamente apresentada acima); **Pedro Abib Hecktheuer** (esteve conosco em algumas visitas em São Carlos, realizou pesquisa na comunidade e defendeu seu doutor em 2022 discutindo megaprojetos e Povos e Comunidades Tradicionais); **Bruno Cruz** (é licenciado em Filosofia, esteve conosco em diversas visitas a São Carlos e foi o editor dos documentários sobre São Carlos); **José Maiko Farias Amim** (foi meu orientando na graduação em Filosofia, que ainda estava cursando quando fez as primeiras visitas a São Carlos, esteve conosco em diversas outras visitas após concluir o curso, contribuiu na transcrição e revisão das entrevistas e foi também roteirista dos documentários sobre São Carlos); **Bruno Lopes Biliatto** (esteve conosco em algumas visitas em São Carlos, realizou pesquisa na comunidade para elaboração do seu TCC de conclusão da graduação em Direito e defendeu seu mestrado em Ciência Jurídica em 2022, no qual abordou a temática da sustentabilidade e comunidades ribeirinhas); **Alcides Marcelo Lopes Biliatto** (foi meu bolsista de iniciação científica do projeto e em 2022 está em fase de conclusão da graduação em Direito); **Larissa de Araújo Conti** (graduada em história, foi minha bolsista de iniciação científica do projeto e em 2022 terminou a graduação em Direito); **Patrícia Diniz Torres** (participa conosco no projeto de leitura e esteve conosco em algumas das visitas a São Carlos e ações do projeto de leitura; atua como professora no distrito de Nazaré, no Baixo Madeira); **Vitor Lucas Alves Cuellar** (acadêmico do curso de Direito e assistente de produção dos documentários sobre São Carlos e nos acompanhou em algumas visitas a campo). Foram ainda, em visitas pontuais, os professores e pesquisadores: **Fabio Abib**, **Sâmia Laise Manthey**, **Lucas Abib**, **Cludson Torres** e **Edney Costa Souza**. Além disso, as pesquisadoras doutoras **Auxiliadora dos Santos Pinto** e **Lilian Maria Moser** e o pesquisador doutor **Marco Antônio Domingues Teixeira** que, apesar de não terem ido conosco em nenhuma visita a campo, partilharam desta pesquisa





constante, porém todos contribuíram à sua maneira e possibilitaram diversos olhares sobre o lócus São Carlos, uma vez que as formações, áreas de atuação profissional e de pesquisa de cada um eram diferentes da minha.

Toda essa imersão revelou diversos aspectos sobre a realidade da comunidade, cabendo destaque à percepção dos moradores sobre a importância do lugar, do território como elemento constituidor de seus modos de vida, de suas tradições, práticas e formas de resistências e vivências, como demonstrado nessa tese a partir dos resultados que aqui apresentamos.

As entrevistas, ao todo foram 30 gravadas/filmadas, com 24 pessoas diferentes (algumas foram entrevistadas 2 vezes e em ocasiões diferentes), registram e revelam as histórias e memórias dos moradores da Comunidade de São Carlos e demonstram a resistência frente às cheias (1984, 1997, 2014, 2019, ?) e às ameaças de desterritorialização, tanto no quadro de representações sociais individuais como coletivo, pois os atores entrevistados em suas falas retratam as impressões do lugar vivido e evidenciam as diferenças do modo de vida, antes e depois das cheias, de modo “especial” a de 2014.

Os métodos de estudos priorizaram uma observação direta e participante visando captar os comportamentos sociais e identitários dos indivíduos presentes nas relações religiosas, culturais, econômicas, produtivas e em atividades de lazer, a exemplo dos jogos de futebol, festejos etc., que ocorrem na comunidade de São Carlos. A partir das observações e entrevistas, foi possível identificar elementos e traços que possibilitaram compreender melhor as identidades, individuais e coletivas, e o senso de pertença ao território presentes na comunidade e possibilitou delinear os eventos que levaram à sua atual constituição sócio-histórica. Registra-se que o alerta de Gluckman foi fundamental neste estudo: “antes de formular alguns processos pelos quais os indivíduos afetam e ao mesmo tempo são afetados pela mudança social, gostaria de considerar o papel do indivíduo em um sistema social em mudança” (GLUCKMAN, 2010, p. 353). Ou seja, é a partir da percepção dos indivíduos, de suas expectativas, angústias e formas de enfrentar a vida que conseguimos analisar o sistema, a comunidade, o coletivo que está em mudança e ao mesmo tempo resiste frente aos processos globalizadores.

Ao longo da pesquisa, fazendo visitas constantes e tendo imersões no viver da comunidade, procurou-se ter uma proximidade com a comunidade, integrando-se à ela e

e contribuíram com análises e sugestões de leituras, de estudos e participaram das *lives* culturais fotográficas sobre São Carlos e seminário sobre povos tradicionais realizado pelo Coletivo Vozes e EnCantos Amazônicos. O antropólogo e pesquisador **Diego Darlison dos Santos Sousa** também contribuiu com diálogos, leituras e análise da primeira parte deste texto. Cito, ainda, meus alunos dos cursos de Filosofia, Direito e Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia, com os quais, em diversos momentos, compartilhei a pesquisa e discuti sobre aspectos socioculturais, e outros mais, de São Carlos. A todos minha eterna gratidão.





participando de eventos (festejos, jogos, atividades religiosas, bares, restaurantes etc.), de atividades econômicas (pesca, coleta do açaí, comércio etc.), de atividades educacionais (visitas às escolas, aulas, atividades escolares em geral), partilhando com os moradores os seus ideais e as angústias e incertezas que permeiam o projeto, até agora frustrado, de deslocamento para a “Nova São Carlos”, mas que tem gerado redefinições territoriais na atual São Carlos e no seu entorno, como as novas aglomerações de casas com estruturas em concreto e voltadas para a estrada de acesso a São Carlos, as mudanças nos nomes das localidades (sítios, chácaras, fazendas etc.) e as redefinições das finalidades de moradias (observa-se que muitas chácaras são adquiridas por pessoas provenientes da cidade com vistas ao lazer em finais de semanas).

Assim, pretendeu-se com este estudo caracterizar como tem se dado, desde a fundação, a constituição desta comunidade, suas reelaborações identitárias e as formas de resistência, considerando o processo de mobilização e deslocamentos de seu território tradicional e os atuais processos de “invasões” (como ilustrado no parágrafo anterior) e redefinições territoriais. Buscou-se destacar e evidenciar o que aparentemente é secundário, micro e sem importância para os grandes projetos e políticas que desconsideram e tornam invisíveis as características e comportamentos sociais e identitários das comunidades tradicionais. Pois acredita-se que é a partir deste micro, do simples, que devemos valorizar as identidades e características das comunidades tradicionais e reafirmar assim o valor do local frente à imposição do global, uniforme, sem sentido e sem vida.

2 O LÓCUS DA PESQUISA E OS PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

[...] eu digo que é o paraíso aqui, crio meus filhos aqui sem medo, tranquilidade total, por isso que já estou aqui há duas enchentes e não consigo sair daqui, que o amor é maior, tenho 40 anos de São Carlos, nunca saí daqui e nem pretendo (Vladimir Pinto de Souza, 2020).

Nesta seção iremos discutir os elementos que nos fizeram escolher São Carlos, esse lugar de “tranquilidade total” comparado ao paraíso, como lócus de pesquisa, justamente por despertar encantamentos e nos convidar a refletir sobre as razões que levam os moradores, mesmo diante das cheias e outras ameaças, a permanecer, viver e morrer, sem nunca pensar em sair.

Desta forma, procuraremos situar São Carlos como um lócus sobre o qual diversas indagações e reflexões podem e devem ser feitas, dadas as incertezas e ameaças que pairam por sobre a comunidade e seu entorno. Para isso, iremos nos valer dos Princípios da Teoria da





Complexidade, da Teoria da Ação e da História Oral para seguir esse percurso de busca das interdependências e conexões que fazem de São Carlos São Carlos.

2.1 São Carlos como Campo de Reflexões, Incertezas e Encantamentos

Como já afirmado, São Carlos é considerada a localidade mais antiga de Rondônia, considerando o processo de colonização do território rondoniense a partir do século XVIII. Trata-se de uma comunidade ribeirinha tradicional centenária e que, na atualidade, está ameaçada em sua identidade e integridade física/territorial, cultural, simbólica, social, humana e econômica, especialmente pelos recentes impactos que tem sofrido com as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, influenciando¹¹ também na grande cheia ocorrida no ano de 2014, a qual deixou rastros de destruição, tanto físicos quanto psicológicos, nos moradores, na comunidade de São Carlos e em diversas outras localidades do Alto, Médio e Baixo Madeira.

Diante dos desafios, problematizações e questionamentos já levantados, passou-se a analisar estes eventos como objetos de pesquisa, uma vez que a partir dos fatos já narrados, pode-se vislumbrar o envolvimento de diferentes agências e diversas mudanças socioculturais que impactam nas identidades e nos modos de vida dos moradores de São Carlos.

A exemplo disso, desde as primeiras visitas e entrevistas com pescadores e moradores, constatou-se que as agências públicas e as que estão à frente dos empreendimentos hidrelétricos nos Rios Madeira e Jamari, se recusam a aceitar que a comunidade de São Carlos é impactada e não consideram os moradores como “atingidos por barragens” e, portanto, se nega a eles o direito de reivindicar os prejuízos advindos com os impactos socioambientais decorrentes destas obras. A alegação das agências é a de que essas comunidades estão muito abaixo do local de onde estão instaladas as usinas e que, portanto, não são comunidades e moradores impactados.

Por outro lado, logo após a cheia de 2014, essas mesmas agências, capitaneadas pelos governos estadual e municipal, se adiantaram em propor o deslocamento total da comunidade para outro local, o que reforça a hipótese de nossa pesquisa de ser a comunidade de São Carlos uma comunidade ribeirinha tradicional forte, resistente e possuidora de uma identidade coletiva e relacional de resistência simbólica, sendo ela capaz de lutar por seus direitos e agregar as demais comunidades do entorno, devendo, portanto, na visão das agências representantes dos

¹¹ Essa afirmação é feita a partir das concepções empíricas relatadas pelos moradores e mediante estudos e levantamentos teóricos.





empreendimentos, ser deslocada e desarticulada para não se tornar exemplo de resistência simbólica.

Pode-se apontar como tentativas de desarticulação e negação dessa identidade as diversas classificações e “auto-denominações” aos moradores de São Carlos. Neste sentido, em muitos trabalhos acadêmicos, relatórios e notícias de jornais afirma-se que a grande maioria da população de São Carlos é composta de funcionários públicos, sendo que em nossos estudos e levantamentos constatamos que o número de moradores que ocupam cargos públicos não chega a 13% da população e que, cabe ainda registrar, alguns professores e funcionários da área da saúde não são moradores de São Carlos, ou seja, não possuem os laços históricos aqui salientados. Há ainda outras classificações e “autodenominações”, tais como: comerciantes, ribeirinhos, beradeiros, pescadores, agricultores, extrativistas, beneficiários de programas sociais, garimpeiros etc. Tais classificações não estão de todo erradas, mas a ênfase que se dá a elas, sim. Por exemplo, diversos de nossos entrevistados, mesmo ocupando cargo público ou sendo comerciante, afirmaram que são “ribeirinhos”, ou seja, o ser ribeirinho está ligado à sua identificação e identidade relacional e territorial, ao seu modo de viver e ser, e não ao *status* social ou econômico, o que é comumente confundido nos trabalhos acadêmicos, nos relatos da mídia e documentos das agências.

Essas reflexões são mais bem compreendidas no que Gláucia Maria Quintino Baraúna chamou de “jogo de classificações”, conforme seu estudo de tese intitulado *Atingidos por Barragens: Conflitos Socioambientais no Rio Madeira*. Nesta tese, defendida em 2014, a autora aborda a temática das obras do “Complexo Madeira”, de modo especial as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, construídas no rio Madeira, em Porto Velho – Rondônia. A pesquisadora procurou analisar a categoria “atingidos por barragens” e todos os conflitos socioambientais daí decorrentes. Na primeira parte da tese ela sintetiza o “jogo de classificações” (atingido, indenizado, assentado, ribeirinho, pescador, agricultor, garimpeiro, região etc.) e as “relações associativas” (comunidade, distrito, vila, assentamento, reassentamento, agrovila, reserva etc.) do rio Madeira. Concluindo que essas classificações são usadas justamente com o objetivo de desarticular e negar as identidades das comunidades tradicionais e dos indivíduos envolvidos nestes processos.

Da mesma forma, constatamos essa diversidade nas relações associativas e de denominação dos lugares em São Carlos e no seu entorno: comunidade, distrito, vila; bem como no entorno temos outras denominações: assentamento, agrovila, reserva, sítio, chácaras etc.





Todos estes elementos, muitos deles impostos externamente, contribuem para se levantar dúvidas sobre a conceituação de comunidade ribeirinha tradicional.

Diante deste cenário, temos as políticas de construção de hidrelétricas na Amazônia, em especial, as do vale do rio Jamari e as do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, como sendo atos do Estado, que em nome de um propósito dito “maior” e “bem da nação”, justificam os impactos socioambientais ao mesmo tempo em que se pratica “deslocamentos compulsórios” (BARAÚNA, 2014) para instalar usinas e empreendimentos de grande porte, que trazem em seu bojo inúmeras consequências e mazelas sociais, ambientais, econômicas e psicológicas.

Neste ínterim, temos as histórias de vida dos diversos indivíduos e agentes sociais atingidos e envolvidos neste processo, ou seja, os moradores de São Carlos e do entorno, cujos pais e avós ali nasceram (muitos ali morreram e lá estão enterrados), fixaram famílias, construíram suas histórias, memórias e identidade, enfim, suas vidas. Negar ou desconsiderar estes elementos e simplesmente propor “deslocar” a comunidade para um novo território ou colocar em dúvida a sua identidade coletiva e simbólica de comunidade ribeirinha tradicional é, no mínimo, um genocídio sentimental. Mas, infelizmente esse genocídio sentimental vem ocorrendo, pois assim como em 1990 negavam que a comunidade havia sido impactada com a construção da Usina de Samuel, atualmente os consórcios construtores das Usinas de Santo Antônio e Jirau fazem o mesmo e se negam a indenizar famílias e apoiar as comunidades impactadas em sua reconstrução (apenas fizeram obras paliativas por força de decisão judicial, como a construção de algumas agroindústrias no Médio e Baixo Madeira, que estão sem funcionar¹²).

Pode-se afirmar que este genocídio sentimental teve início antes mesmo da instalação das Usinas citadas, pois por força da legislação, sempre foram realizadas pesquisas e consultas a estas comunidades, o que já deu início às dúvidas e incertezas, ou seja, se estão aqui pesquisando, realizando reuniões, “seremos nós impactados?” Enquanto pesquisador no campo das ciências humanas, aqui de modo especial na área de Antropologia Social, pude testemunhar

¹² Foram construídas entre 2015 e 2017, pelas Usinas de Santo Antônio e Jirau, por força de decisão judicial do Ministério Público de Rondônia, como forma de compensação social, na extensão denominada de Médio e Baixo Madeira, pertencente ao Município de Porto Velho - RO, 5 agroindústrias, passando a formar a Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira (COOMADE), e instaladas em distritos/comunidades considerados estratégicos, com as atividades econômicas de: polpa de frutas (Cujubim Grande e Nazaré), castanha (São Carlos), farinha (Demarcação) e babaçu (Calama). Apenas a de polpa de frutas em Cujubim Grande está em funcionamento e é usada como “modelo” pleno de desenvolvimento pelas hidrelétricas, que fazem propaganda constante nos meios de comunicação como se a agroindústria estivesse funcionando e beneficiando todas as comunidades da região, porém sabemos que ela funciona aquém de seu potencial, devido às dificuldades de transporte, de gestão e de capacitação dos moradores e das comunidades do entorno, que não estão habituados às práticas cooperativistas nem com a produção em larga escala dos produtos a serem beneficiados. Sendo mais uma vez omitido pelo poder público e pelas agências o apoio nestas dificuldades, deixando as comunidades à mercê do destino.





esse estranhamento e esse sentimento de angústia com as pesquisas quando iniciei as visitas à comunidade de São Carlos, em 2015. Em um primeiro momento tive dificuldades em falar com as pessoas. Fazia-se necessário compreender as dificuldades do campo e as angústias dos moradores, que estavam desacreditados e receosos: “aqui chega direto homens de prancheta na mão e dá em nada!”. Aí passei a imergir naquele mundo, a retirar a “prancheta”, e abriram-se processos de negociação com os sujeitos da comunidade e aos poucos, após algumas idas e vindas, comecei a apresentar os objetivos da pesquisa antropológica que propunha e quais possíveis resultados poderiam ter meus estudos e pesquisas para a comunidade. Ou seja, em 2015, ainda assustados com as marcas das águas em suas casas, ruas e em tudo que se via, e também duvidosos se haveria nova enchente, a comunidade estava envolta em inúmeras tensões, conflitos e medos.

Uma das estratégias utilizadas, por exemplo, foi realizar registros fotográficos dos moradores, de animais e plantações, e quando retornava à comunidade, levava as fotos impressas, nas quais colocava título da pesquisa, nome da pessoa e logos das instituições as quais estou vinculado como pesquisador (UFAM-PPGAS, FCR e FAPERO). Um exemplo desse método é essa foto da Dona Lu, proprietária de um dos principais restaurantes de São Carlos, localizado logo na entrada do porto. Entregamos a ela essa foto e ela colou na parede de seu restaurante, para todos verem, e lá ficou por anos.

Fotografia 01: Dona Lú na cozinha de seu restaurante



Fonte: Eva da Silva Alves, 2017.





Este gesto, aparentemente simples, foi fundamental para uma maior aproximação e passamos então a ter acesso a fotos pessoais dos moradores, em diversos momentos históricos da comunidade, como por exemplo, as do período da cheia e fotos de épocas anteriores. Assim, o estranhamento inicial e a indisposição em falar foram logo superadas, e então observamos uma necessidade dos moradores em falar e relatar seus “sofrimentos” e o que a comunidade tem passado após a construção das usinas e da cheia; além da alegria de viver em São Carlos e dos encantamentos que este lugar gera nas pessoas.

Nestes primeiros contatos, em 2015, pude perceber que os últimos eventos marcaram profundamente e diretamente as vidas de centenas de famílias, pois sempre que perguntava algo, ou mesmo em suas falas espontâneas, sempre diziam: “antes da cheia... aqui era assim...”. Era nítido se observar a tristeza das pessoas em falar e descrever a experiência da cheia. Recebemos diversos relatos de pessoas que ficaram depressivas por terem sido obrigadas a sair de suas casas e passar certo tempo em Porto Velho, devido ao período em que tudo ficou submerso:

No ano passado, durante a cheia histórica do Rio Madeira, o **distrito ficou 100% submerso** e quando as águas baixaram deixaram um **rastro de destruição**. Todas as residências, comércio, prédios e espaços públicos foram soterrados. **Aos poucos os moradores foram retornando para a comunidade – mesmo sob alertas de novas cheias** – retirando o aterro e fazendo reparos nas residências e demais estabelecimentos que resistiram à enchente histórica. **Enquanto refaziam suas vidas, em meio à ameaça de um novo episódio [...]** (negritos nossos)¹³.

Dentre as diversas reportagens produzidas pelos meios de comunicação local, a disponível no *YouTube* com o título “O RETORNO A SÃO CARLOS”¹⁴, com o repórter Alexandre Badra, disponibilizado em 8 de maio de 2014, é uma das mais significativas e retrata bem o espírito de medo e sofrimento das famílias, que aos poucos foi se transformando em novo recomeço e, onde antes havia só lama, “os jardins começaram a florir”. A partir dos anos seguintes, especialmente a partir de 2017, 2018, foi possível observar diversas casas, ainda com as marcas deixadas pelas águas, sendo reformadas, ampliadas, e as que caíram sendo reerguidas. Na maioria das casas as marcas da água ainda estão presentes, pois a madeira ficou encharcada

¹³ Nota: Originalmente este texto fazia parte da notícia veiculada na página oficial da Prefeitura de Porto Velho e estava disponível em: <<http://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/apos-garantir-area-reconstrucao-distrito-sao-carlos-sempla-e-uniron-apresentam-projeto>> Acesso em: setembro de 2015. Com a mudança de gestão da Prefeitura, ocorrida a partir de 01/01/2017, observa-se no site oficial da Prefeitura a retirada de quase todas as notícias e informações da gestão anterior; por esta razão a notícia acima não consta mais disponível para consulta no respectivo site. Porém, a notícia é mantida na íntegra na página do jornal eletrônico *O Nortão* (Disponível em: <<http://www.onortao.com.br/noticias/apos-garantir-a-area-para-a-reconstrucao-do-distrito-de-sao-carlos-sempla-e-uniron-apresentam-projeto-arquitetonico,39871.php>> Acesso em: maio de 2017.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sduHX4vEVP>> Acesso em: 05 julho de 2018.





e com isso, mesmo com pintura, ainda se percebe a diferença e se vê a marca de até onde as águas cobriram a casa.

As técnicas de pesquisa, como o uso do gravador, a famosa “prancheta” para anotar e recursos audiovisuais de fotografias, em um primeiro momento precisaram ser suprimidos, sendo necessário valer-se de observações e diálogos informais, cujos dados e impressões eram em seguida anotados e documentados. Tão logo minha presença enquanto pesquisador foi aceita e compreendida, passei a fazer mais uso dos recursos audiovisuais e do gravador, que têm possibilitado registrar em imagens momentos, eventos e localidades, além de gravar as falas dos sujeitos entrevistados e que foram fundamentais para a elaboração desta pesquisa, que compreende também os documentários e livros publicados, conforme será mencionado a seguir. Com a Dona Jacinta, por exemplo, foi um longo processo de negociação e proximidade para, então, ela nos conceder entrevistas filmadas e gravadas, tão somente em 2019. Mas desde 2016, em todas as visitas realizadas a São Carlos, sempre a procuramos, conversamos e dialogamos. A fotografia a seguir mostra um momento que ela nos serviu um delicioso café com leite.

Fotografia 02: Dona Jacinta e Renato com xícaras de café com leite



Fonte: Eva da Silva Alves, 2019.

Enquanto fundamentação etnográfica, a pesquisa se apoia em diferentes antropólogos e teóricos, de modo especial nos autores: Gluckman (1987), que nos ajuda a entender o papel





do indivíduo em um sistema social em mudança, a partir da análise situacional de grupos em ação e em relação, bem como os conflitos e a percepção das relações indivíduo/estrutura social; Leach (1995), que nos aponta para a necessidade de estudar o indivíduo sempre a partir do tempo e do espaço, da situação geográfica e do ambiente, demonstrando que as sociedades reais não estão em equilíbrio; Clifford Geertz (2008, 2014), que nos ajuda a interpretar o papel da cultura na construção da vida coletiva e nos aponta a necessidade de “pensar *com*”, o que reforça a necessidade de uma constante entrada e permanência em campo para então apreender o “papel das formas simbólicas na vida humana”; Bourdieu (1997), que nos auxilia com o reconhecimento da importância das trajetórias e/ou histórias de vida para a instituição de uma identidade e, portanto, da formação das comunidades humanas.

Os conceitos desses autores são problematizados e relacionados com as narrativas dos sujeitos pesquisados, estabelecendo-se assim um diálogo entre o observado em campo e a teoria. Essa estratégia também possibilita trabalhar com contrapontos, ou seja, apresentar o discurso oficial das agências e contrapô-lo com as falas e histórias de vida dos moradores de São Carlos, revelando assim os interesses e as imposições, por parte das agências, de uma realidade e de um discurso que não correspondem ao real.

Os autores mencionados nos ajudam a compreender melhor a noção de indivíduo/estrutura social, conflitos, mudança social e trajetórias e/ou histórias de vida. Como por exemplo, nas classificações e auto-denominações dos moradores de São Carlos (ribeirinhos, pescadores, extrativistas, garimpeiros e agricultores) de um lado, e, de outro, as agências responsáveis pela concretização das obras hidrelétricas e o poder público.

Se tomarmos essas perspectivas a partir dos textos de Max Gluckman, *Análise de uma situação social na Zululândia moderna* (1987), bem como o clássico *Sistemas Políticos da Alta Birmânia* (1995), de Edmund R. Leach, podemos observar esses conflitos entre indivíduo/estrutura social. De um lado temos o discurso oficial das agências responsáveis pela concretização das obras hidrelétricas passando a ideia de uma completa normalidade: as famílias reassentadas, em casas novas, indenizadas e tudo feito, perfeitamente, com sustentabilidade e responsabilidade social; bem como pela cooptação de agências locais (governos, estudantes, sindicatos, meios de comunicação etc.). De outro, vemos a realidade de vida dos moradores das comunidades atingidas: deslocados compulsoriamente, casas e plantações destruídas, sem esperanças, sem as fontes de recursos naturais que antes lhes asseguravam a manutenção da vida, problemas de saúde (depressão, angústias etc.), dispersão de seus antigos vizinhos e a necessidade de construção de novas relações, dentre outros inúmeros sofrimentos.



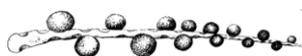


Leach ainda nos alerta, na obra em epígrafe, que “O agricultor chan está preso à sua terra; [...]. Via de regra, um chan espera desposar uma jovem de sua própria aldeia e ali passar toda a sua vida. Identifica-se com essa aldeia, é o seu lar; mesmo que as circunstâncias o obriguem a morar em outra parte, sempre se descreverá como pertencente à sua aldeia natal” (LEACH, 1995, p. 261). Resta claro que o lugar é de fundamental importância para se pensar a identidade, a manutenção dos modos de vida e a existência enquanto indivíduos e comunidade.

Em Gluckman vemos que ele parte da descrição do processo de construção de uma ponte para tecer suas análises e mostrar as relações entre os brancos (europeus) e os zulus (africanos), além de refletir sobre os conflitos e a mudança social. Nesta análise, ele constata que os zulus e brancos dividiam o mesmo espaço, mas constituíam grupos com *status* distintos; a ponte foi planejada pelos europeus e construída pelos zulus, sendo os mais beneficiados os europeus. Mesmo sendo uma construção única, havia “áreas de reservas” separando brancos e negros, e os sindicatos eram divididos. Observa também que entre os zulus havia a classificação de cristãos e não cristãos. Em termos de metodologia, o autor mostra uma cena e seus atores (a partir de um evento); depois, quem são, o contexto; no terceiro momento fala da organização social, política, cultural etc., revelando a partir do evento da ponte e da cena as tensões sociais e a organização política e social. Portanto, Gluckman ajudará a pensar a noção de vários grupos em ação, em relação, a pensar os indivíduos e suas relações, o que os faz serem grupo, comunidade.

Da mesma forma, pode-se observar, na construção do objeto em pauta, que muitos destes elementos estão presentes na análise antropológica e na percepção das relações indivíduo/estrutura social, como descrito acima nas classificações e autodenominações dos moradores de São Carlos e das agências responsáveis pelas obras. Neste sentido, temos de um lado a tentativa de invisibilizar as características de comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos, alegando que os moradores de lá já possuem hábitos e práticas culturais que são próprias dos centros urbanos (energia elétrica, televisão a cabo, ar-condicionado, celulares e rede de *internet* móvel, seguimento de modas e uso de roupas de marcas, uso de motocicletas de última geração etc.), e de outro, a manutenção de práticas tradicionais, de um modo de vida, de fazer e de ser em simbiose com a natureza, dotado de crenças, imaginário e de uma identidade coletiva que se faz pela territorialidade e pelas relações que só aquele entorno possibilita.

Outro aspecto, e que podemos debater à luz de Edmund R. Leach, em *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*, é que “[...] as sociedades reais não podem jamais estar em equilíbrio” (LEACH, 1995, p. 68). Pois, para ele, “as sociedades reais existem no tempo e no





espaço. A situação demográfica, ecológica, econômica e de política externa não se estruturam num ambiente fixo, mas num ambiente em constante mudança” (LEACH, 1995, p. 69). Portanto, o antropólogo social deve considerar o estudo das sociedades no tempo e no espaço, para observar que elas não estão em “equilíbrio” e que não “são agora e para todo o sempre” do mesmo jeito, ou seja, as sociedades estão em constante mudança social e os conflitos fazem parte deste processo. Elementos estes que estão presentes em nossa análise, ao refletir sobre a situação social de São Carlos, que vem passando por inúmeras transformações sociais, culturais e econômicas, fruto das tensões sociais, dos impactos ambientais e dos conflitos gerados pelos empreendimentos hidrelétricos nos Rios Madeira e Jamari. Como constatou a pesquisadora Gláucia Baraúna (2014, p. 36): “pairava uma disputa de forças em torno do poder de definir as classificações sobre os recursos naturais, as instituições e os indivíduos”.

Diante destas constatações e dos delineamentos do objeto, não posso me eximir do papel social enquanto pesquisador em antropologia social, mas sim ter um cuidado em documentar com profundidade os sofrimentos e dramas dos moradores da comunidade de São Carlos e também denunciar a “força das agências” que, como já dito, emitem um discurso que fantasia uma realidade e cooptam outros agentes para lhe darem respaldo e apoio institucional, sempre na defesa dos interesses escusos.

Em síntese, as noções de relação indivíduo/estrutura social, mudança social e conflitos perpassam nossa análise, pois tomamos como base o que Gluckman nos propõe como “análise situacional” e nos faz questionar a noção de estrutura como continuidade social e nos indica analisar os “eventos e fatos que revelam, no decorrer do cotidiano, a relação dinâmica entre equilíbrio e desequilíbrio”, sendo que neste contexto, a existência do conflito faz parte dos processos sociais.

Outro princípio que permeia o nosso olhar é a noção de trajetórias e/ou histórias de vida. Registrar as histórias e/ou trajetórias de vida dos moradores de São Carlos e dos impactados pelas mudanças já mencionadas se torna fundamental para ajudar a responder às nossas inquietações (O que faz de São Carlos São Carlos? Que elementos do viver, do fazer e do ser morador de São Carlos possibilitam a construção de um senso de pertencimento ao território? Estes elementos, de fato, caracterizam São Carlos como comunidade ribeirinha tradicional? etc.). Isso pelo fato que, conforme constatou a pesquisadora Gláucia Maria Quintino Baraúna, há uma

[...] tentativa de apagar a diversidade de modos de vida e identidades [...]. [...] o deslocamento foi um evento marcante e a saída das localidades revela que o significado





da vida na margem do rio Madeira para tais famílias sofreu um corte irreversível. [...] Seu pertencimento ao lugar, sua relação com a natureza seu modo de vida e todo um futuro que idealizavam na localidade foram profundamente afetados (BARAÚNA, 2014, p. 24).

Bourdieu nos ajuda a questionar o fato de que a “vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado” ou que segue “uma ordem cronológica” (BOURDIEU, 1996, p. 184), ou seja, as trajetórias e/ou histórias de vida não são lineares e revelam o “sentido da existência narrada”. Observamos nas entrevistas realizadas que os moradores de São Carlos procuram demonstrar (e se fundamentam), em um vai e vem, os elementos que tinham de positivo antes da cheia e dos impactos sofridos e que asseguravam a sua existência, bem como também demonstram os fatos e elementos que hoje impactam em sua existência e nos seus modos de viver, ser, isto é, nas suas histórias de vidas, que agora estão modificadas por elementos externos, pelas redefinições territoriais e pelas consequências dos empreendimentos.

É neste momento que, a partir das ideias e dos conceitos de Bourdieu, de Geertz, de Little, de Bhabha e outros autores, travamos uma discussão sobre “a instituição de uma identidade”, demonstrando que os conflitos, as incertezas, as classificações, as denominações dos lugares, dos modos de vida e a própria maneira que são interpretados por parte das agências responsáveis pela concretização das obras hidrelétricas (se são ribeirinhos, pescadores, assentados, extrativistas, garimpeiros, agricultores etc.), refletem mudanças identitárias e uma proposital invisibilização da identidade coletiva de comunidade ribeirinha tradicional.

Frente a isso, nos propomos a analisar a vida comum, o cotidiano, o simples, tendo como objetivo “**tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos**, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre **o papel da cultura na construção da vida coletiva** empenhando-as exatamente em especificações complexas” (GEERTZ, 2008, p. 20; negritos nossos).

Essa perspectiva nos leva a apresentar os princípios da Teoria da Complexidade, da Teoria da Ação e da História Oral como base que conduziu nosso olhar e nosso raciocínio na interpretação deste locus de pesquisa que se apresenta como campo de reflexões, incertezas e encantamento: a comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos, seus moradores e o entorno, essencial para a sua manutenção e para a formação de sua identidade coletiva, relacional e simbólica.





2.2 Em Busca das Interdependências e Conexões: Princípios da Teoria da Complexidade, da Teoria da Ação e da História Oral

Para entender e caracterizar a dinâmica identitária da comunidade é preciso partir de uma observação participante, que “[...] define-se pelo conjunto de relações complexas que se estabelecem entre o observador e seus anfitriões” (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 1997, p. 426). Neste sentido, foi preciso aplicar o que nos indica Morin com a Teoria da Complexidade, ou seja, trata-se de “mudar as bases de lançamento de um raciocínio” (MORIN, 2011, p. 56). É preciso se preparar, indicar meios de olhar, pensar um método que possa ser fiel aos princípios e aos autores que fundamentam esta pesquisa. Dessa compreensão decorre o paradoxo, ou seja, ao mesmo tempo em que é preciso superar as visões e estratégias modernistas e fragmentárias nas quais se fundamentam a supremacia da razão, necessita-se dela para construir a sua autocrítica e assim conceber outros pressupostos, outros caminhos onde haja a

[...] possibilidade de um ‘caminho do meio’, **que valoriza a multidimensionalidade e a complexidade dos fenômenos** e um certo relativismo moderado com base em um pluralismo crítico, sem ecletismo, buscando interagir perspectivas particulares, sem negar as diferenças ou, do outro lado, violentar as regras epistemológicas de cada campo (VASCONCELOS, 2002, p. 14; negritos nossos).

Com as contribuições de Morin (2005, p. 29), procuramos ao longo da pesquisa “encontrar um método que detecte e não oculte as ligações, as articulações, as solidariedades, as implicações, as imbricações, as interdependências, as complexidades”, pois só assim foi possível dialogar com os paradoxos do mundo contemporâneo e entender melhor a dinâmica de uma comunidade ribeirinha tradicional como São Carlos, cujos constituintes culturais, econômicos e sociais são heterogêneos e estão inseparavelmente associados com a territorialidade:

O que é complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: **o que é tecido junto**) de **constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas**: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, **a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico**. Mas então a complexidade se apresenta como os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza [...]. (MORIN, 2011, p.13).

Neste sentido, temos como objetivo





[...] mostrar como o único, o casual e o arbitrário estão subordinados ao “costumeiro” dentro de um único sistema espacial e temporal de relações sociais [...] [e] mostrar como o geral e o particular, o cíclico e o excepcional, o regular e o irregular, o normal e o desviante estão inter-relacionados num único processo social (TURNER *apud* VELSEN, 2010, p. 467).

Neste sentido, durante a pesquisa partimos da necessidade urgente de “cultivar a possibilidade de desenvolver olhares mais criativos e complexos para o mundo que nos cerca e para nós mesmos, e com isso sermos capazes de propor novas formas de transformação social e existencial” (VASCONCELOS, 2002, p. 27), pois a realidade da pesquisa está neste processo de transformação sociocultural e identitária.

As razões de situar e abordar os princípios da Teoria da Complexidade e da Teoria da Ação estão justamente em consonância com a perspectiva de aprender a aprender a antropologia, alinhando a necessidade de uma transformação na nossa maneira de olhar a realidade (método, visão de mundo, conhecimento) com a transformação social e existencial que nos indica o pensamento complexo e a análise situacional. Como nos aponta Laplantine (2007, p. 153): “[...] a atenção do pesquisador passa a interessar-se para as condutas mais habituais e, em aparência, mais fúteis: os gestos, as expressões corporais, os hábitos alimentares e higiene, a percepção dos ruídos da cidade e dos ruídos dos campos...”. Dito de outra maneira, foi preciso um convívio com a comunidade para absorver seu modo de vida e assim caracterizá-lo, estabelecendo as conexões com o senso de pertencimento ao território e com os elementos que possibilitam identificar uma identidade de comunidade ribeirinha tradicional.

Esse convívio foi fundamental para “captar a variação, a contradição, o conflito de normas e a manipulação de regras, e, daí, para a elaboração subsequente de uma perspectiva processual e histórica” (FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 40), na linha de Gluckman e seus discípulos. Pois o fazer etnográfico pressupõe ir “*explorando* a surpresa constante, o inesperado, a diversidade, a curiosidade e, por que não, a humildade, que precisamos preservar, porque surpresas nos espreitam a cada momento” (PEIRANO, 2014, p. 385). Desta forma, nesta pesquisa iniciada em 2015 (antes de entrar no programa) e, de modo intensivo, a partir de final de 2016, quando iniciamos as visitas a São Carlos para a concretização dessa tese, deixamos fluir os diálogos e as observações, sendo levados pelas surpresas constantes do lócus de pesquisa.

Sabemos que adotar uma metodologia, sendo fiel e tendo como fundamento a Teoria da Complexidade, não é nada fácil, considerando que “o método desenvolvido por Morin, como não poderia deixar de ser, é complexo e denso. [... e visa] articular os vários tipos de





conhecimento das ciências físicas, das ciências biológicas e dos saberes antropológicos” (VASCONCELOS, 2002, p. 75).

Durante a pesquisa, não nos prendemos a um método rigoroso, pois para se manter a fidelidade ao pensamento da complexidade, se deve praticar um “antimétodo” que esteja aberto às novas articulações, às incertezas e ao mistério, que não esteja determinado e encapsulado. Deixamo-nos conduzir pelo próprio campo, pelo percurso, pelos entrevistados, pelo próprio caminhar:

Eu parto também da necessidade de um princípio de conhecimento que não apenas respeite, mas **reconheça o não-idealizável, o não-racionalizável**, o que foge às regras, o enorme. *Nós precisamos de um princípio de conhecimento que não apenas respeite mas revele o mistério das coisas.*

Originalmente, a palavra método significa caminhada. Aqui, é preciso aceitar caminhar sem um caminho, fazer o caminho enquanto se caminha. É o que dizia Machado: *Caminante no hay camino, se hace el camino al andar*. O método só pode se construir durante a pesquisa; ele só pode emanar e se formular depois, no momento em que o termo transforma-se em um novo ponto de partida, desta vez dotado de método. Nietzsche sabia-o: “Os métodos chegam ao fim” (*O Anticristo*). O retorno ao começo não é um círculo vicioso se a viagem, como bem diz a palavra *trip* hoje em dia, significa experiência de onde se volta transformado. Então, talvez, **nós poderíamos aprender a aprender, aprender aprendendo** (MORIN, 2005, p. 36; itálicos no original; negritos nossos).

Foi um grande desafio, pois o modo Ocidental de fazer ciência nos pede justamente o contrário e não abre espaço para a “falta de um método”, não há espaço para o incerto, para a desordem, para o imprevisto, para a realidade vivida, para a realidade interrompida, para as curvas que revelam surpresas, ameaças e horizontes novos e transformadores. Entretanto, dadas as opções teóricas elucidadas na pesquisa e a necessidade de um caminhar com os processos de deslocamentos e de redefinições territoriais da comunidade de São Carlos, essa perspectiva metodológica apresentada por Morin possibilita essa abertura para um melhor entendimento dessa dinâmica e desta comunidade em mudança e transformação, pois não se pode renunciar a este “fazer o caminho enquanto se caminha”, uma vez que

[...] a questão crucial é a de um princípio organizador do conhecimento, e o que é vital hoje em dia não é apenas aprender, não é apenas reaprender, não é apenas desaprender, mas sim *reorganizar o nosso sistema mental para reaprender a aprender* (MORIN, 2005, p. 35; itálicos no original).

A partir destas considerações, nota-se que a opção de abordagem é complexa, qualitativa e que se caracteriza como um estudo etnográfico, tomando como apoio a Teoria da Complexidade de Edgar Morin. Por ser uma abordagem qualitativa e etnográfica, o procedimento de coleta dos dados foi por meio da observação direta na comunidade lócus da





pesquisa, pela pesquisa participante, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, levantamento de fontes documentais junto à Prefeitura de Porto Velho e órgãos responsáveis pela implantação, ou tentativa, do Projeto “Nova São Carlos” etc. No estudo e confrontação destes dados foi fundamental o princípio de “circularidade reflexiva”, ou seja,

*Conservar a circularidade é recusar o discurso linear como ponto de partida e de chegada. É recusar a simplificação abstrata. Quebrar a circularidade parece restabelecer a possibilidade de um saber absolutamente objetivo. Mas é isto que é ilusório: conservar a circularidade é, ao contrário, respeitar as condições objetivas do conhecimento humano, que comporta sempre, em algum lugar, um paradoxo lógico e uma incerteza. [...] Conservar a circularidade é talvez abrir a possibilidade de um conhecimento que reflete sobre si mesmo: pois a circularidade física---**antropologia** e a circularidade *objeto---sujeito*¹⁵ devem levar o físico a refletir sobre as questões **culturais e sociais** de sua ciência, sobre seu próprio espírito e conduzi-lo a se interrogar sobre si mesmo (MORIN, 2005, p. 32; itálicos no original; negritos nossos).*

Aplicando esse princípio, buscou-se realizar nesta pesquisa uma “circularidade reflexiva” entre os conceitos e princípios da Antropologia Social, da teoria, e a realidade da comunidade de São Carlos, campo empírico em constante processo de mudanças ao longo da história e da pesquisa, assim como sua identidade e seus modos de ser. Neste sentido, a perspectiva de Van Velsen, que analisa “situações sociais e focaliza *gente, lugar e tempo*”, sempre na perspectiva da “sociedade em movimento e em constante fluxo” (FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 49; itálicos no original; negritos nossos), também contribuiu para um melhor entendimento da comunidade de São Carlos.

Essa definição de um lócus de pesquisa circunscrito é uma prática da pesquisa qualitativa, pois com uma

situação social circunscrita [... pode-se] explorar determinadas questões [... e possibilita] **familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações**. Ela pode também servir para determinar os **impasses e os bloqueios** [... e estabelece um diálogo com os] atores (o “como” e o “quê” dos fenômenos). [...] O objetivo da pesquisa qualitativa pode ser o de dar conta das preocupações dos atores sociais, tais quais elas são **vivas no cotidiano**. A ênfase recai sobre a **proximidade social** (DESLAURIERS; KÉRISIL, 2014, p. 130).

Essa proximidade social que procuramos torna-se uma constante em nosso processo de pesquisa na comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos. Neste período fizemos mais de 25 viagens de visitas a campo, realizamos mais de 30 entrevistas gravadas/filmadas com 24 pessoas

¹⁵ No original existem setas demonstrando a circularidade entre os termos “física---antropologia” e “objeto---sujeito”, que não foi possível reproduzir aqui.





diferentes, além de inúmeros diálogos informais, não gravados e nem filmados, mas que sempre nos auxiliaram na compreensão do lócus pesquisado.

Neste período mantivemos contato com os atores e membros da comunidade de forma constante, especialmente com alguns atores-chave que estabelecemos maior proximidade. Isso parte do pressuposto trazido pela História Oral, que tem o “talento para **captar o pormenor**, redimindo e **dignificando o cotidiano**” (ADES, 2004, p. 234; negritos nossos). Por essa razão sempre estabelecemos proximidade com a comunidade lócus da pesquisa e com os nossos entrevistados, pois “[...] **formar laços de amizade são tão necessários quanto inevitáveis**. Ocorrem porque, ao perguntarmos sobre o passado do depoente, estamos nos colocando na posição de pessoa que se interessa por ele e quer **partilhar a sua experiência**.” (ADES, 2004, p. 237; negritos nossos).

Abaixo, 2 fotografias desse processo de pesquisa, cujas entrevistas muitas vezes precisam ser feitas no momento que o entrevistado está fazendo determinada ação do seu cotidiano, pois esse se torna um momento privilegiado para captar os seus sentimentos e modos de lidar com aquela situação.

Fotografias 03 e 04: Pesquisadores Eva Alves e Renato Caetano realizando entrevistas



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2017. Eva da Silva Alves, 2017.

Realizamos, ao longo deste período, o acompanhamento da página SãoCarlosnotícias¹⁶, no *facebook*, administrada por um morador de lá e que posta notícias e eventos que envolvem fatos sobre a comunidade de São Carlos e sobre as comunidades do Baixo Madeira.

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/SCNS%C3%A3ocarlosnot%C3%ADcias-1766212176782300/>





Participamos desde outubro de 2021 de um grupo de *WhatsApp* denominado de “Olx São Carlos”, criado em novembro de 2019, que conta, hoje, com mais de 250 participantes da comunidade e do entorno. Esse grupo tem como objetivo fomentar a economia local e divulgar a venda de produtos pelos moradores (como exemplo, conferir algumas fotografias do Anexo D), que vai desde uma sacola com limões colhidos no quintal de casa até barcos e motores, passando por divulgações constantes de venda de peixes, comidas, lanches, produtos cosméticos, vestuários etc. Além disso, tem servido para avisos e recados, pedidos de contatos de pessoas de fora do grupo e espaço de breves debates sobre situações do dia a dia da comunidade. Entretanto, assim que o clima esquenta, os administradores recomendam que esses assuntos sejam discutidos no outro grupo usado pelos moradores específicos de São Carlos, eles se referem a esse grupo como sendo o “da administração”.

Toda essa proximidade e envolvimento com o dia a dia da comunidade possibilita ampliar o nosso olhar para os fatos e **espaços do cotidiano**, ou seja, “a história social” e os “objetos ordinários” se tornam campo de estudo e de entendimento da vida e da construção dos fenômenos sociais, de modo especial as “**construções múltiplas e efêmeras da vida de todos os dias**, ou seja, a **exuberância da vida cotidiana**” (SOULET, 1987, p. 16; negritos nossos). Desta forma, optamos por partir da “**história de vida**” e deixar **emergir “o sentido de um fenômeno social”** (DESLAURIERS; KÉRISIL, 2014, p. 131; negritos nossos).

Sendo o cotidiano o campo de estudo da pesquisa qualitativa e etnográfica, a mesma sempre se desenrola em um **tempo** e em um **espaço** nos quais os atores desenvolvem suas ações e tocam suas vidas e sobre os quais operam as “mudanças sociais”. Daí a importância do olhar que “possibilita **fazer emergir facetas novas da realidade**, o que depende do olhar crítico e da criatividade na formulação do projeto” (VASCONCELOS, 2013, p. 131). Sendo que o desenho da pesquisa “define a lógica implícita, a partir da abordagem teórica proposta, **organiza o olhar, a escuta e os diferentes instrumentos de investigação** e análise desenvolvida” (VASCONCELOS, 2013, p. 137).

Diante destes pressupostos, o desenho da pesquisa qualitativa deve sempre possibilitar estudos sobre “o **contexto, a história e a mudança social**” (DESLAURIERS; KÉRISIL, 2014, p. 131; negritos nossos). Considerando ainda o “objeto por excelência da pesquisa qualitativa é a ação interpretada, simultaneamente, pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa” (DESLAURIERS; KÉRISIL, 2014, p. 131), pois há na pesquisa a relação do objeto “**vivido**” e o objeto “**analisado**”. Neste sentido, entendemos que os fenômenos estudados em ciências humanas e sociais são mais bem estudados





através do **paradigma da complexidade**, de forma dialética, como processos complexos. Isso significa que constituem **fenômenos multideterminados, multidimensionais** e em **interação com o seu contexto**, frutos de **conflitos e contradições**, em **processo ininterrupto de transformação**, e sempre articulados a interesses, sentidos e significações múltiplas. [...] investido de **interesses e significações simbólicas** pelos diversos **atores sociais** [...] (VASCONCELOS, 2013, p. 142; negritos nossos).

Diante do exposto, fica claro que o “processo de pesquisa é essencialmente **dinâmico**” (LUNA, 1998, p. 30; negritos nossos). Isto é, a pesquisa sempre “exige **flexibilidade e dinamicidade do pesquisador**. [...] ‘**transgredir**’ o projeto original” (VASCONCELOS, 2013, p. 139; negritos nossos), sendo que esse aspecto aconteceu inúmeras vezes conosco em campo, pois costumeiramente vamos a campo já com objetivos traçados e com “metas” a serem realizadas, mas a dinâmica da vida social da comunidade ribeirinha é outra e nos surpreende a cada passo. Neste sentido, sempre tivemos os olhos abertos, sensíveis e atentos para aguçar a percepção aos novos problemas, às facetas que o lócus de estudo foi nos revelando a cada curva, cada caminho e cada momento ou fato observado e vivido. Pois os “**imprevistos, as incertezas, descontinuidades e desconhecimento parciais**” (VASCONCELOS, 2013, p. 140; negritos nossos) podem revelar elementos importantes e essenciais para se compreender o campo pesquisado e para entrar no real e vivido.

Neste contexto, nos valem também de técnicas distintas e recorreremos a formas de registros diversos que nos possibilitassem documentar o máximo de informações possível. Assim, nesta pesquisa recorreremos

[...] à observação participante e à entrevista. Estas técnicas básicas se completam com o **questionário**, a **fotografia**, os **documentos audiovisuais** (filme, vídeo), a **observação dos lugares públicos**, a **história de vida**, a análise de conteúdo (DESLAURIERS; KÉRISIL, 2014, p. 140; negritos nossos).

Chamamos a atenção para a imensa contribuição da fotografia, pois através das fotografias que fizemos ao longo desta pesquisa foi possível registrar e conhecer as histórias de vidas, os atores sociais, seus modos de vida, o fazer, o ser, o cotidiano, a história social e o mundo vivido das pessoas com as quais tivemos proximidade social e humana em nossas pesquisas de campo. A fotografia possibilita esse registro, que posteriormente foi analisado para relembrar fatos, momentos, objetos e situações que nos auxiliaram no processo de escrita e elaboração desta tese. Pois tudo, em se tratando de um estudo antropológico da cultura, é importante:





Cultura popular implica modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão de tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo de criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e de chorar, de agredir e de consolar (BOSI,1995, p. 324).

Todos estes elementos e características de uma cultura podem ser mais bem captados com diferentes procedimentos e técnicas aqui elucidados e que nos ajudaram a melhor compreender os fenômenos sociais aqui documentados sobre a realidade vivida na comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos em suas dimensões históricas e em seus constantes conflitos socioambientais, de identidade e impactos com deslocamentos, transformando esses modos de viver e ser.

Para Bourdieu é questionável que a “vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado” ou que segue “uma ordem cronológica” (BOURDIEU, 1996, p. 184), ou seja, as trajetórias e/ou histórias de vida não são lineares e revelam o “sentido da existência narrada”, conforme nos aponta Bourdieu. Daí a importância da pesquisa qualitativa a partir do paradigma da complexidade e de um olhar que busque se abrir às múltiplas facetas dos fenômenos em estudo. Desta forma entendemos que as trajetórias e/ou histórias de vida são importantes por possibilitar “[...] **outra história**, a de cada um, **construída ao longo da vida, a partir de um cotidiano** muitas vezes corriqueiro mas sempre relevante.” (ADES, 2004, p. 233; negritos nossos).

Esse cotidiano, ao ser narrado, ao recorrer à memória para trazer à tona fatos vividos, possibilita uma melhor compreensão do real e da vida das pessoas, tanto individual como coletivamente. Isso significa que “**não há porque exigir do relato que tenha precisão histórica. Ele tem a sua própria verdade, que é a da crença e da atitude. Temos que tomá-lo como dado**, notar as suas contradições, seus vieses, seus limites, interpretá-lo. Ir além dele para reencontrar a sua coerência.” (ADES, 2004, p. 238; negritos nossos). Isso é o que procuramos fazer aqui nesta pesquisa, ao entrelaçar as diversas narrativas sobre os mesmos fatos e acontecimentos que marcaram/marcam a história da comunidade, seja do passado ou do presente. Pois entendemos que a História Oral

[...] centra-se na memória humana e sua capacidade de **rememorar o passado enquanto testemunha do vivido**. Podemos entender a memória como a presença do





passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, **mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social**, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não. Para Maurice Halbwachs (2004: 85), **toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros** (MATOS; SENNA, 2011, p. 94; negritos nossos).

Nesse sentido, o que trazemos nesta tese é esse entrelaçado de narrativas individuais, de percepções que cada um teve e tem dos acontecimentos da comunidade, de modo especial quando fazemos a etnografia das cheias e todo o processo vivido pelos moradores da comunidade diante destes acontecimentos, pois os entrevistados são “testemunhas do vivido”. E essa experiência do vivido, que a memória guarda e é transmitida pela oralidade, é a matéria-prima para a construção de uma identidade coletiva, pois

[...] uma vez que os significados variados de **experiência no vivido do grupo** fornece matéria prima para vivenciar as experiências enquanto continuidade da consciência, reflexão que, mais uma vez endossa a reflexão de que **a memória está diretamente ligada à identidade, na forma de manutenção de valores, símbolos e tradições, da vida coletiva de um grupo** (CANABARRO; MOSER; ERNESTO, 2018, p. 122; negritos nossos).

Ao montar esse mosaico das narrativas colhidas – a partir do processo interpretativo que fazemos ao entrevistar, ouvir, transcrever, ler, reler as narrativas e agrupá-las por temas – constatamos que essas memórias individuais se transformam em memória e história coletivas, compartilhadas, experienciadas por todos e por isso verdadeira, fato dado, que aqui registramos em forma de tese e também em documentários audiovisuais, como veremos. Pois partimos do pressuposto que “[...] a oralidade é um instrumento importante na leitura de uma dada cultura.” (CANABARRO; MOSER; ERNESTO, 2018, p. 123), isto é, uma forma de acionar as memórias e percepções individuais sobre acontecimentos e fatos coletivos que moldam e formam a cultura de uma comunidade como São Carlos. Pois

[...] o **cotidiano** é não apenas um regramento, uma rotina ou repetição, mas também **representações e significações que estruturam e modelam um mundo comum**. A **memória**, nesse quadro, **é uma espécie de referência ao passado, contendo representações que formam uma temporalidade** e, com essa percepção, **memória e identidade estão diretamente correlacionadas**, devido ao caráter de retrospectiva e manutenção de significações (CANABARRO; MOSER; ERNESTO, 2018, p. 122; negritos nossos).





Nesse sentido, compreendemos que a memória partilhada revela os traços identitários e a percepção que os moradores têm de si e dos outros, estando, portanto, a memória indissociável da identidade. Por isso compreendemos a importância e o valor da oralidade

como procedimento metodológico, **a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade** e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS; SENNA, 2011, p. 97; negritos nossos).

Por essa razão aqui deixamos fluir as impressões, vivências, lembranças, e damos a elas o devido espaço para que se perpetuem e possam ser lidas, estudadas e interpretadas no futuro da história, pois ao nos narrar essas memórias, os sujeitos esperam que elas sejam registradas, documentadas e, por fim, partilhadas; se tornem parte da história, parte da humanidade, e é isso que pretendemos fazer. Uma vez que

a memória não é apenas um dado histórico, uma forma de cronologia, devendo-se pensar além do que é descrito como verdade pelo sujeito narrante, refletindo o passado descrito como uma construção a partir de um complexo de relação com as representações e significações do grupo de quem narra. Mais uma vez a saída é compreender como ela está ligada àquilo que Hall (2012) chama de centralidade cultural e Halbwachs (2003), de **memória coletiva, enquanto um campo amplo e complexo de linguagens compartilhadas no âmbito de uma cultura** (CANABARRO; MOSER; ERNESTO, 2018, p. 125; negritos nosso).

Portanto, partimos do pressuposto de que a fonte oral tem sua validade, pois ao relatar essas experiências vividas, os sujeitos narradores revelam nuances e pormenores que os documentos escritos por outros não conseguem, como por exemplo nos documentos oficiais do período da cheia e no próprio relatório da CGU, que será objeto de análise nesta tese. Assim, coadunamos com o pensamento de Canabarro, Moser e Ernesto que “a **oralidade** pode ser entendida como sendo **uma fonte viva, permite que sujeito narrante torne-se um decifrador de sinais visíveis da construção de seu mundo.**” (CANABARRO; MOSER; ERNESTO, 2018, p. 125; negritos nossos). Matos e Senna também ratificam o valor da oralidade:

segundo Alessandro Portelli (2006), as **fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui.** Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de **pessoas** anônimas, simples, sem nenhum *status* político ou econômico, mas que **viveram os acontecimentos de sua época** (MATOS; SENNA, 2011, p. 101; negritos nossos).





Destá forma, este estudo de caso visa entender a importância histórica, estratégica e simbólica da comunidade de São Carlos a partir da ótica dos que viveram e vivem os acontecimentos, como as cheias e as transformações socioculturais que a comunidade tem passado, e também através do estudo dos grandes empreendimentos e momentos da história recente: missões da Igreja Católica com o “processo de territorialização na região do Madeira-Tapajós” (1661-1776) (SILVA, 2014a, p. 54-61), que dá origem a São Carlos em 1723; ciclos da borracha na Amazônia (1879-1912; 1942-1945), sendo São Carlos polo produtor e base de recebimento e comercialização das borrachas produzidas no Vale do Jamari e Alto Madeira; empreendimentos hidrelétricos, que se iniciam com a construção da Usina Hidrelétrica de Samuel no rio Jamari (1982-1989) e continuam com o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (2008-atual); exploração do ouro no rio Madeira, que teve início em 1980 e até hoje continua como prática ao longo de todo o rio, com presença de garimpeiros e dragas que têm se intensificado com a autorização do governo do estado de Rondônia com a publicação do Decreto Nº 25.780, de 29 de janeiro de 2021: *Dispõe sobre o licenciamento ambiental da atividade de lavra de ouro em corpo hídrico no Estado de Rondônia e revoga o Decreto nº 5.197, de 29 de julho de 1991*¹⁷; e, atualmente, com a construção de portos (Bertolini, Amaggi e Equador) e a instalação do Polo Industrial de Exportação de Produtos na recém aprovada Zona de Processamento de Exportação de Produtos (ZPE) e com eles todo o avanço do agronegócio pela região. Estes últimos empreendimentos (hidrelétricas, extração de ouro e portos) têm gerado impactos e conflitos socioambientais graves em São Carlos e comunidades do entorno, ocasionando processos de deslocamentos e redefinições territoriais e, mais profundos ainda, genocídios sentimentais e desconstrução do simbólico, do tradicional, do simples, do senso de comunidade ribeirinha tradicional.

Esses empreendimentos são *atos* do Estado, como nos alerta Baraúna, e tem impactado profundamente as comunidades ribeirinhas na Amazônia, de modo especial as de Rondônia e das margens do rio Madeira, como São Carlos:

Sua história e a dos agentes sociais que vivem nas proximidades do rio Madeira é marcada por uma sucessiva lista de investimentos em infraestrutura, que se colocam impositivamente sobre os “territórios”. **A crescente instalação de grandes monumentos em vários lugares da Amazônia nos últimos anos surge como reflexo dos atos do Estado, em favor de interesses que visam expandir a exploração dos recursos naturais para atender os mercados mundiais.** Esses *atos* acabam por afetar não somente o meio ambiente, mas a diversidade de povos e comunidades tradicionais

¹⁷ Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Decreto.n%C2%B0-25780.-licen%C3%A7a-ambiental.pdf>>.





e promove intensificação de enfrentamentos na referida *região* (BARAÚNA, 2014, p. 29-30; negritos nossos).

Assim, esses momentos históricos são analisados na busca de se compreender a construção da identidade coletiva dos moradores de São Carlos e os elementos que constituem os seus modos de viver, fazer e ser, e que acabam gerando um senso de pertencimento ao território e à comunidade, que mesmo diante de impactos como a cheia de 2014 e pressões externas por deslocamento, resiste e continua a encantar os moradores e visitantes. Portanto, parte-se de uma reflexão sobre o caráter histórico, processual, relacional, situacional, político e simbólico da construção da identidade da comunidade de São Carlos e de sua resistência enquanto comunidade ribeirinha tradicional.

É justamente a partir desta resistência que podemos entender os ataques e tentativas de invisibilizações da identidade coletiva e relacional de São Carlos, bem como levantar a principal hipótese desta pesquisa, ou seja, não se deseja que São Carlos mantenha sua força, sua identidade e seu poder estratégico e simbólico de comunidade ribeirinha tradicional, por isso os projetos de deslocamentos, de tentativas de invisibilização e de negação das características identitárias da comunidade. Trata-se de um projeto de governo e de quem detêm o poder, pois conforme Gluckman nos alerta, “os nazistas tentaram esmagar a cultura de povos que conquistavam, pois, **se a cultura de um grupo persiste, este tende a manter sua identidade e força**” (GLUKMAN, 2010, p. 344 - nota de rodapé 71; negritos nossos).

Feitas essas reflexões introdutórias, almejamos com este estudo e com essa tese ecoar mais alto e mais longe a voz dos atores principais desta pesquisa: os moradores da comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos. Foram eles que conduziram a pesquisa, são eles que terão aqui mais espaço de voz, mais citações de suas narrativas, que aos olhos do leitor podem parecer demasiado longas, mas devemos considerar que é este o espaço propício para que falem e defendam seus argumentos, que de nossa parte são considerados verdadeiros e principais, pois estamos a falar de suas vidas, de seus modos de viver, ser, brincar, se divertir, estudar, plantar, colher, pescar, construir, comer, morrer etc., não tendo como outras pessoas falarem por eles, mas tão somente eles mesmos devem ter esse destaque.

As agências e o poder público, que impactam a vida das comunidades tradicionais com seus atos e omissões, são possuidoras do controle dos meios de comunicação, seja pela posse, pela influência ou pelos vultosos recursos que investem em propagandas, para que a sua “visão” de desenvolvimento e de “não impacto” nas comunidades sejam amplamente divulgadas e defendidas perante a sociedade e acabem por soar como “a verdade”, a “realidade”. Porém, nós





que ouvimos e nos imergimos nas comunidades, fazendo uma pesquisa como esta, sabemos que essa “verdade” apresentada pelas agências e pelo poder público não corresponde ao que as famílias, os indivíduos e as comunidades passaram/passam com os impactos gerados pelas ações, atos e omissões deles.

Desta forma, se justifica a nossa opção por fazer ecoar mais longe as vozes dos moradores das comunidades pesquisadas, lhes dar o devido espaço nesta tese e em nossas pesquisas para que falem livremente daquilo que os impactam, que os fez sofrer, e ainda o faz, dos traumas que ficaram, das dores que carregam, das angústias que vivem e dos motivos de permanecer no território em que sempre viveram, pois os laços e os motivos que os unem não são meramente o do capital defendido pelas agências e pelo poder público, que pode reassentar comunidades inteiras e calcular apenas a questão meramente material, sem levar em conta a memória e as histórias de vidas.

Isso não significa que não tenhamos feito os estudos dos relatórios e dos posicionamentos destas agências e do poder público. Pelo contrário, realizamos os estudos e pesquisas, mas esta tese é construída tomando como fundamento as narrativas dos moradores da comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos, com os quais convivemos ao longo destes 6 anos de pesquisa e com os quais dialogamos, ouvindo e vivenciando suas angústias, medos e a situação social em que se encontram.

Seguimos essa premissa estimulados por Nilson Santos, que realizou sua tese doutoral intitulada *Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura* com seringueiros da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, e buscamos valorizar e realizar

a empreitada interpretativa **a partir de fontes orais**, sobrepondo às narrativas dos seringueiros [ribeirinhos¹⁸] interpretação que fuja do caráter ilustrativo e fragmentário em detrimento dos discursos poderosos que validam e ordenam o mundo, fazendo com que **estes textos tenham autonomia e existência próprias, a ponto de dizerem suas prioridades** (SANTOS, 2002, p. 25; negritos nossos).

E se nos permite o autor, podemos parafraseá-lo e dizer que esta pesquisa pretende ainda garantir que a voz dos **RIBEIRINHOS/ATINGIDOS**¹⁹

possa se dizer e se reconhecer. Ou seja, vislumbrar com objetividade metodológica uma crítica a forma como o pesquisador tradicional realiza seu trabalho, retirando-o do lugar privilegiado para colocá-lo sob suspeita, estabelecendo procedimentos onde o outro possa se mostrar, para então, distante de certas pressões, estabelecer

¹⁸ Acréscimo nosso.

¹⁹ O autor usa o termo central de sua tese, que é SOBREVIVENTE, e aqui parafraseamos aplicando à realidade de nossa tese.





DIÁLOGO DE ATRITOS, onde apareçam lado a lado as vozes de cada seringueiro [ribeirinho/atingido]²⁰ e do pesquisador (SANTOS, 2002, p. 25-26; caixa alta e negrito no original).

Neste contexto, o “dialogar e o ouvir passou a ser situação chave” e o “aprender a ouvir nas entrelinhas, de permitir falar, de deixar fluir o que nem sempre é expresso, ou talvez nem é dito; um dos grandes desafios parece ser: fortalecer o outro a dialogar” (SANTOS, 2002, p. 26). Eis o que foi e ainda é nosso grande desafio ao longo desta pesquisa, pois ouvimos muito nas mais de 30 entrevistas estruturadas que gravamos/filmamos e nas inúmeras entrevistas informais (não gravadas) e nas vivências sentidas, tudo muito rico e significativo. Essas entrevistas, ao serem transcritas, deram 248 páginas (tamanho A4) de muitas memórias, dores, traumas, sofrimentos, alegrias, recordações e amor pelo lugar São Carlos e por todas as famílias que ali se constituíram.

Essa é a razão de deixarmos fluir nesta tese, em longos trechos, essas narrativas, essas denúncias, esses apelos e essas vozes. É esse o nosso compromisso, são essas as vozes que ouvimos e que trazemos até você que nos lê, desejosos de que você se concentre nelas, pois são elas a chave e o caminho para se compreender a realidade de uma comunidade ribeirinha tradicional atingida pelas cheias e pelas ameaças de desterritorialização, com as promessas e projetos de deslocamentos, de aquisição de outras áreas, com pressões políticas e omissões de oferta de serviços públicos e que forçam os moradores a desterritorializarem-se, tudo isso contribui para a destruição da identidade, de suas histórias e memórias. Desta forma, as narrativas se tornam “**expressão viva da dinâmica do vivido, onde cada palavra é a expressão da tensão da sua vida e de sua comunidade**” (SANTOS, 2002, p. 41; negritos nossos). De fato, é essa expressão do vivido que queremos que seja expressa aqui nesta tese.

Por fim, devemos considerar que a pesquisa, por ser participante e fundamentada na Teoria da Complexidade, deve voltar à sua fonte transformando-a: “nosso pensamento deve retornar à sua fonte em forma de circuito interrogativo e crítico” (MORIN, 2005, p. 35). Por isso, foram realizadas algumas produções acadêmicas técnico-científicas e parte dos pesquisadores envolvidos no processo de pesquisa em São Carlos fundaram o Coletivo Vozes e EnCantos Amazônicos²¹ para dar vasão às produções audiovisuais e assim dar à comunidade

²⁰ Parafraaseamos o termo “seringueiro”, presente na tese do autor, para “ribeirinho/atingido”, com todo respeito e licença acadêmica.

²¹ Para mais informações sobre o Coletivo, consultar o canal do Youtube: <https://www.youtube.com/c/VozeseEnCantosAmazonicos> e o site oficial do Coletivo: <https://vozeencantosamaz.wixsite.com/vozeencantosamazon>





esse retorno social e maior visibilidade aos modos de viver e ser das comunidades tradicionais do estado de Rondônia, de modo especial das comunidades ribeirinhas.

As produções acadêmicas técnico-científicas deste período foram: 1) artigo científico: *O Território como Elemento Constituidor da Identidade Sociocultural dos Povos e Comunidades Tradicionais: A Constituição Sócio-Histórica da Comunidade Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO)*²² (2017); 2) artigo científico: *Territorialidades e comunidades tradicionais: entre a identidade e a transformação*²³ (2018); 3) escrita do projeto de fomento²⁴, organização e publicação do livro *Das matas, rios e cidades: Culturalidades e Historicidades Rondonienses*²⁵ (2019), organizado por Lilian Maria Moser, Eva da Silva Alves, Renato Fernandes Caetano e Tarciso Pereira da Silva Júnior, contendo artigos de professores e mestrados em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia, com os quais cursei 2 disciplinas durante o período do doutorado; 4) neste mesmo livro publiquei o capítulo 3, intitulado *Comunidade ribeirinha de São Carlos: identidade e o fluir das bases – “Quem nós podemos nos tornar”?*, tendo como coautores Raimundo Nonato Pereira da Silva e Eva da Silva Alves (2019); 5) capítulo de livro: *A relação entre territorialidade e identidade na comunidade ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira - Porto Velho/RO): a percepção dos jovens*²⁶ (2019), publicado no e-book *Métodos Fronteiriços: Imaginário, Natureza e Memória*, sendo coautor e orientador da bolsista de iniciação científica Larissa Araújo Conti; e 6) o livro infantojuvenil ilustrado *A Mãe da Seringueira e a Onça*²⁷ (2021 – Apêndice A), cuja segunda história foi contada pelo Sr. Graci, morador da comunidade de São Carlos e um dos meus primeiros entrevistados. Além de participação em eventos acadêmicos, congressos, seminários, apresentações de banners e painéis, debates, palestras e mostras fotográficas em Sarais e Semanas Acadêmicas.

As produções audiovisuais, aproveitando as fotografias, filmagens, entrevistas, relatos e dados colhidos ao longo da pesquisa e imersão na realidade de São Carlos, foram as seguintes: os documentários 1) *Encontro das Águas: O Cotidiano de uma Comunidade Ribeirinha*²⁸ (2021

²² Disponível em: <https://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/208>

²³ Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/3851>

²⁴ Fui um dos principais articuladores do projeto, desde a concepção, escrita do projeto para captação do recurso junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO), execução e prestação de contas final. A obra foi aprovada e recebeu recursos no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa para Publicação Científica (PAP-PUBLICA) - Chamada FAPERO N°. 008/2017, tendo como proponente a Profa. Dra. Lilian Maria Moser.

²⁵ Impresso e disponível em formato e-book: <https://www.editorafi.org/752matas>

²⁶ Disponível em: <https://editoradecastro.com.br/wp-content/uploads/2019/07/M%C3%A9todos-fronteiri%C3%A7os-apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

²⁷ Disponível em: <http://fcr.edu.br/gerenciador/data/uploads/2021/05/A-Mae-da-Seringueira-e-a-Onca-compactado.pdf>

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ee0haOS5-kw>





– Apêndice B); 2) *Entre as águas e o céu: A Grande Cheia de 2014*²⁹ (2021– Apêndice C) e 3) *São Carlos do Rio Madeira: identidade e território* (2022 – Apêndice D), sendo que a primeira versão deste documentário foi apresentada aos moradores em novembro de 2019³⁰, dos quais recebemos avaliações e sugestões de melhorias e indicações de novas entrevistas que foram realizadas de 2019 a 2022. Estamos finalizando a produção do documentário, cujo lançamento está previsto para novembro de 2022, na própria comunidade, e será disponibilizado no canal do Coletivo Vozes e EnCantos Amazônicos³¹; 4) *Sarau Cantos e Encantos Rondonienses*³² (2021), realizado em 3 dias, sendo o primeiro transmitido online, o segundo tendo sido realizado em Guajará-Mirim e o terceiro dia, com mostra fotográfica, exibição dos documentários e ações de leitura itinerante, em comunidades do Distrito de São Carlos e na própria comunidade de São Carlos; 5) live fotográfica *Encantos Ribeirinhos: Registros fotográficos de São Carlos do Jamari*³³ (2022), com mostra de fotografias feitas ao longo destes anos de pesquisa e com debate sobre os aspectos socioculturais da comunidade. Os documentários e livros produzidos tiveram cópias que foram distribuídas em instituições educacionais e de pesquisa do Estado de Rondônia visando ampla divulgação.

Vale registrar que todas as pesquisas e resultados foram possíveis devido ao apoio recebido da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERRO), que desde 2015 vem concedendo apoio via seguintes chamadas: Chamada N°. 03/2015 – PAP/UNIVERSAL (custeio) e Chamada N° 010/2016 – Bolsa de Doutorado (bolsa pesquisa), nas quais tive o projeto *COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SÃO CARLOS (BAIXO MADEIRA, PORTO VELHO/RO): Deslocamento, Conflitos Socioambientais, Identidade e Territorialidade* aprovado, custeado e executado; Chamada N°. 008/2016 – Bolsa de Iniciação Científica, na qual obtive aprovação do projeto *Impactos Socioculturais e de Identidade advindos do Deslocamento da Comunidade Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO)*, com a concessão de bolsa pesquisa para 2 acadêmicos por 2 anos (12 meses cada) e que me ajudaram em parte da pesquisa; e, Chamada Universal N°. 004/2018 PAP/UNIVERSAL, na qual tive o projeto *Etnodocumentário São*

²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nlt8VCxmk3o>

³⁰ Disponível em: <https://fcr.edu.br/professores-e-pesquisadores-da-fcr-e-academicos-realizam-aco-es-integradas-na-comunidade-ribeirinha-de-sao-carlos/>

³¹ Canal: <https://www.youtube.com/c/VozeseEnCantosAmazonicos>

³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x3Ans3R20t8> e o 1º dia do Sarau foi transmitido de forma completa e com mais de 2 mil visualizações: <https://www.youtube.com/watch?v=Op9WIR9igRE>

³³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DLEnBNc_Vic (parte 1) e <https://www.youtube.com/watch?v=dp1wUrlckVE> (parte 2).





Carlos: Memórias e História da 1ª Comunidade Ribeirinha Tradicional de Rondônia aprovado, custeado e executado.

Além da FAPERO, alguns projetos de menor duração receberam apoio de Editais de Fomento à Cultura através da Superintendência de Juventude, Cultura, Esporte e Lazer do Estado de Rondônia (SEJUCEL) e da Fundação Cultural do Município de Porto Velho (FUNCULTURAL), com recursos oriundos da Lei Aldir Blanc. Todos esses fomentos estão devidamente indicados em cada uma das produções.

Em todas as pesquisas e produções elencadas acima, seguimos cientes de que

desde os tempos coloniais, das navegações monçoeiras, passando pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e chegando finalmente, às Usinas do Madeira, **este rio tem definido condições para a vida humana na região e se constituído no fio condutor das muitas histórias dos povos** que por ele passaram e, em suas margens, construíram suas culturas e civilizações (TEIXEIRA, 2008, p. 289; negritos nossos).

Assim, seguimos esses rios como fios condutores para conhecer um pouco mais as condições de vida e as histórias das populações que habitam suas margens. Esperamos que esta pesquisa, que como mencionado acima, se tornou maior que esta tese, cumpra seu propósito de indicar reflexões, caminhos e abordagens para se repensar os impactos que são ocasionados com as redefinições territoriais das comunidades tradicionais, sendo possível assim “olhar” melhor para estas comunidades, para seus modos de vida, de cultura e de relações, para o mundo e para a natureza com um olhar mais “... azul / Que nem criança que você olha de ave”³⁴, ou pelo menos com outros olhares, com outros nortes, outras perspectivas, outros rumos, outras curvas, e abertos a outras descrições.

3 O ENCONTRO DAS ÁGUAS: A CONSTITUIÇÃO DE SÃO CARLOS

O rio Madeira é, de forma inequívoca, o elemento mais constante e importante em todos os processos e projetos de ocupação, colonização e exploração da região (TEIXEIRA, 2008, p. 223).

Compreender uma comunidade como tradicional pressupõe entendê-la “no tempo e no espaço”, como nos alertou Leach (1995), e devemos focalizar “gente, lugar e tempo”, como destacou Van Velsen (2010). Pois só assim vamos poder analisar as mudanças sociais ao longo

³⁴ “As coisas não querem ser mais vistas por pessoas razoáveis: / Elas desejam ser olhadas de azul, / Que nem criança que você olha de ave” (Manoel de Barros).





da história como formas de resistência, persistência, vivência e constituição de uma identidade, já que “os membros de uma sociedade persistem por meio de mudanças que alteram o sistema social em que vivem. Baseada nesta perspectiva, a tarefa da Sociologia não é estudar sua sobrevivência, mas sim como vivem no sistema em transformação” (GLUCKMAN, 2010, p. 319).

Neste cenário é que nos propomos caracterizar a história de São Carlos, na busca de se compreender a construção da identidade coletiva dos moradores de São Carlos e os elementos que constituem os seus modos de viver, fazer e ser, dando destaque aos elementos que vêm persistindo, uma vez que é “significativo que alguns elementos sociais tenham continuidade histórica e outros não” (GLUCKMAN, 2010, p. 320).

Portanto, passaremos a apresentar uma caracterização da história da Comunidade de São Carlos a partir dos relatos históricos (desde os documentos coloniais até os relatos das testemunhas oculares que vivem nas comunidades – nossos entrevistados), desde as razões da escolha do lugar, sua importância, os elementos e recursos territoriais que vêm sustentando ao longo dos anos a sua existência, os motivos das redefinições territoriais de seu entorno até a configuração do nome. Também abordaremos o papel das instituições, os eventos, as situações históricas e as relações sociais que constituíram o território e a comunidade de São Carlos como uma comunidade estratégica e símbolo de resistência.

3.1 Caracterização da História de São Carlos: de território Mura à Distrito

É dessa Amazônia de vários tempos e espaços que falo
(Márcia Mura, 2016, p. 26).

A região Amazônica, historicamente, sempre foi alvo de diversas investidas e disputas territoriais, o que sempre gerou inúmeros conflitos entre os povos que aqui habitavam e os colonizadores. Na perspectiva dos colonizadores, no início do século XVIII, prevalecia a ideia de “*uti possidetis, ita possideatis*”, princípio este que estabelecia que aquele que ocupa um território é seu proprietário. Claro, isso era válido para o “proprietário” que tivesse a bênção das Coroas de Portugal ou Espanha, pois para os povos originários que aqui ocupavam e ainda ocupam inúmeras áreas ao longo dos rios e igarapés, esse princípio não se aplicava/aplica, pois o território que já ocupavam era/é invadido pelos colonizadores/invasores.

Neste contexto é assinado, em 13 de janeiro de 1750, o Tratado de Madri, que substituiu o Tratado de Tordesilhas (1494) e estabeleceu novas fronteiras entre as colônias de Portugal e





Espanha na América. Uma das principais consequências do Tratado de Madri foi a intensificação das expedições para a expansão territorial, o “povoamento” e a busca por novas riquezas que pudessem ser exploradas pela Coroa Portuguesa. Conforme Raimundo Nonato Pereira da Silva:

A ação civilizadora, conforme a percebemos enquanto processo, visava intervir no *modus operandi* dos indígenas a fim de desestruturar seus universos cognitivos impondo-lhes, por meio de diversos mecanismos estruturantes, dentre eles a educação formal, o trabalho direcionado ao mercado e à religião cristã, atitudes e comportamentos da cultura ocidental. Vislumbrava-se, a partir dos instrumentos ideológicos religiosos e jurídicos estatais, a secularização e a racionalização do espaço e do tempo dos indígenas e a sua incorporação aos desígnios ocidentais (SILVA, 2014a, p. 55).

De fato, a ação civilizadora visava mudar os hábitos e as culturas existentes e impor a cosmovisão ocidental e imperial.

Não faz parte de nossos propósitos aprofundar em minúcias este processo de colonização, objetivamos apenas apresentar em linhas gerais os aspectos históricos pelos quais passou a região hoje denominada de estado de Rondônia, de modo especial os relatos em torno das diversas ocupações humanas no rio Madeira em virtude da diversidade das explorações dos recursos naturais presentes e dos modelos econômicos de cada época da ocupação. Desta forma, a seguir, iremos expor sobre as tentativas de submissão da Amazônia aos interesses do capital e dos ideais colonizadores, de modo especial as investidas pelo rio Madeira.

3.1.1 Expansão colonial portuguesa pelo Madeira, a ocupação do território Mura e a fundação de São Carlos

Com base nos estudos da documentação colonial e nas obras históricas do processo de colonização da Amazônia, observa-se que a expansão colonial portuguesa pelo Madeira, sobretudo considerando a região do recorte geográfico deste estudo, é caracterizada pelos conflitos com o povo indígena Mura, que como veremos nos relatos, se deu a partir das missões empreendidas nesta região no início do século XVIII. Essas questões são investigadas pela pesquisadora Márcia Mura, que afirma e questiona em sua tese:

Tendo em vista que **há registros históricos que o rio Madeira foi território disputado pelos Mura** e Munduruku e além deles havia outros povos indígenas no trecho de Manicoré/AM à Porto Velho, **para onde foram esses indígenas? Será que nessas comunidades não há remanescentes desses povos?** Havendo, será que eles mantêm ou





não seus modos de viver indígenas? Como isso pode ser demonstrado? Por que diante dos projetos desenvolvimentistas que não consideram os modos de vida dessas comunidades elas se mantêm as margens dos rios e na floresta? (MURA, 2016, p. 39; **negritos nossos**).

Interessante destacar que os conflitos entre os colonizadores e os Mura foram essencialmente conflitos territoriais, dada a ocupação Mura nas margens do rio Madeira e seus afluentes. À época (séc. XVIII), a frente expansionista navegava pelo rio Madeira com o objetivo primário de ocupar o território e coletar/explorar as chamadas “drogas do sertão”, já que a região amazônica, e, em especial, o rio Madeira, era e ainda é rica em frutas, sementes, raízes, ervas e outras plantas medicinais e culinárias, tais como cacau, cravo, guaraná, poaia, urucum e baunilha. Como atesta o pesquisador e historiador Marco Teixeira:

O rio Madeira é, de forma inequívoca, o elemento mais constante e importante em todos os processos e projetos de ocupação, colonização e exploração da região. [...] O rio Madeira apresenta-se como o elemento natural mais constante em todos os textos, narrativas e imagens que tratam da história local (TEIXEIRA, 2008, p. 223.227; **negritos nossos**).

Como veremos nos diversos relatos a seguir, de fato o rio Madeira ocupa essa centralidade na expansão colonial portuguesa, sobretudo no domínio do território estabelecido pelos tratados entre Portugal e Espanha na América. É daí que se originam os conflitos com as populações originárias que aqui residiam, de maneira particular o povo Mura. Sendo o rio Madeira palco principal destes conflitos, pois

ele [o rio Madeira] é o mais importante afluente da margem direita do Amazonas e seu curso apresenta uma sequência de quedas, cachoeiras e corredeiras desde o Mamoré até Porto Velho. A partir daí, até sua confluência com o Amazonas é plenamente navegável. Sua largura varia de mais de 400 metros a aproximadamente 9 km na foz, enquanto a profundidade é superior a 13 metros. **A importância desse rio é histórica, e é a partir dele que se desencadearam todos os processos de colonização e ocupação dos espaços territoriais que hoje formam o Estado de Rondônia** (TEIXEIRA, 2008, p. 235; **negritos nossos**).

Nos relatos da documentação colonial de 1714 já se encontram as primeiras referências ao povo indígena Mura e aos espaços territoriais por ele ocupados:

Quanto ao etnônimo *Mura*, aparece na **documentação colonial a partir de 1714**. Provavelmente, se justifica em decorrência de ser uma nação indígena que teria se formado a partir de transformações internas que resultaram da formação de Zonas Tribais na área Tapajós – Madeira na segunda metade do século XVII, segundo Mark Harris. A primeira referência a esse grupo na documentação colonial é uma carta escrita em 1714 pelo padre Bartolomeu Rodrigues. Na missiva endereçada ao padre Jacinto de Carvalho, Bartolomeu Rodrigues **apresentou notícias dos índios situados**





em todo o curso do rio Madeira. Nessa descrição feita por Bartolomeu Rodrigues, **os Mura aparecem na margem direita do Madeira**³⁵ (MELO; ARAÚJO; BARRIGA, 2021, p. 5; negritos nossos).

A pesquisadora Márcia Mura, indígena da etnia Mura, trazendo como referência o autor Henrique João Wilkens, faz menção aos conflitos dos Mura com a frente colonizadora, e faz referência à missão jesuítica fundada em 1723:

Na “Introdução Crítica à Muhuraida”, de Henrique João Wilkens (1993), é afirmado que **os Mura se autoidentificavam como Buhuaen e habitavam a margem direita do rio Madeira em 1714.** As imagens construídas dos Buhuaen são de uma nação indígena hostil, isso aparece em Muhuraida e no discurso histórico que chegou até nossos dias e **é resultado da resistência às frentes colonizadoras acompanhadas das missões** (MURA, 2016, p. 782; negritos nossos).

É justamente neste espaço territorial ocupado pelos Mura, à margem direita do rio Madeira, que temos a fundação de uma missão jesuíta em 1723. Há diversas lacunas nos processos dos registros históricos sobre a localidade de São Carlos e sua relevância para o processo de colonização no século XVIII: “Entre o último quartel do século XVIII e segunda metade do século XIX, pouco se sabe a respeito da região do Alto Madeira. Na verdade, muito pouco aconteceu ali em termos de História Colonial nesse período” (FONSECA, 2020, p. 11). Entretanto, como veremos nos relatos, essa região foi palco de diversos conflitos territoriais, culturais e econômicos. Como atestou o historiador Marco Teixeira:

Podem-se estabelecer dois grandes grupos indígenas de ocupação diferenciada na região do Madeira. Em primeiro lugar temos os grupos de estabelecimento mais antigo como os Torá, os **Mura** e os Matanawi. [...]. **Essas populações sofreram inúmeras alterações, migrando ou desaparecendo em função das movimentações internas de diversos outros povos** ou em função do contato com os europeus a partir do século XVII (TEIXEIRA, 2008, p. 237.238; negritos nossos).

Na verdade, há, como indica Fonseca (2017, p. 74), “desaparecimentos” e relatos diversos sobre o local e suas populações, devido a lógica das transformações nos meios de transporte, dos pontos de colonização e de exploração dos recursos naturais:

Esse desaparecimento não é um acidente exótico, faz parte da lógica do processo de transformações pelas quais passou a Amazônia entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte. Nesse processo, a mudança na tecnologia dos transportes interferiu diretamente na dinâmica e funcionalidade das povoações,

³⁵ Nos relatos coloniais se considerava a distinção das margens direita e esquerda na perspectiva de quem subia o rio. Nos relatos mais atuais, se considera a perspectiva de quem desce o rio, por isso localizamos São Carlos à margem esquerda do rio Madeira.





definindo uma relação causal entre a origem de umas e o desaparecimento de outras. Esse é o caso da relação entre Santo Antonio e São João do Crato, e depois da relação entre Santo Antonio e Porto Velho (FONSECA, 2017, p. 74).

Entretanto, mesmo com esses “desaparecimentos”, ou em outros termos e para as finalidades desta tese, podemos falar em deslocamentos territoriais ou redefinições, esta região foi palco de investidas das missões religiosas por ser ponto estratégico para a coroa portuguesa, considerando a trafegabilidade do rio Madeira e a existência de diversos cobiçados produtos para o extrativismo:

As primeiras tentativas de ocupação colonial de origem europeia do rio Madeira iniciam já na segunda metade do século XVII, com o estabelecimento de missões religiosas. No curso do século XVIII foi aquele rio objeto de investidas repressivas e escravizadoras contra sua população nativa e campo para a prática do extrativismo ambulante e sazonal por parte dos novos povoadores coloniais. [...] Outros fatores também contribuíram para a intensificação da presença colonial portuguesa na região naquele século XVIII: [...] d) a transformação em 1751 **do rio Madeira em via obrigatória para o comércio** com o norte do Mato Grosso³⁶ através de Belém (FONSECA, 2017, p. 74-75; negritos nossos).

A bacia do Madeira sempre foi usada para a navegação e desde sempre se destacou como via de comércio, vinculando o norte do Mato Grosso com Belém, além de ser também rota de escoamento dos produtos oriundos da Bolívia. É neste contexto que são instaladas as missões jesuítas ao longo da bacia do Madeira, dando-se assim sequência ao processo de secularização religiosa e de exploração das drogas do sertão e dos povos que aqui viviam. Conforme Raimundo Nonato Pereira da Silva:

O processo de secularização religiosa iniciado em meados do século XVII, marca o início do **projeto político civilizacional na região do Madeira-Tapajós**. O marco institucional centrado no **estabelecimento de missões** como objetivo de contatar, pacificar e catequizar marca o início da **transformação social, cultural e política na região**. As missões constituíram-se em um forte componente político institucional religioso e estatal e isso implica observarmos que elas não podem ser percebidas somente como um *locus*, uma referência física no espaço. Na realidade, elas eram o gradiente que ressoava as ideias e os valores religiosos e estatais (SILVA, 2014a, p. 55; negritos nossos).

³⁶ Devemos considerar que mais de 85% do hoje território do estado de Rondônia fazia parte do Mato Grosso até a criação do Território Federal do Guaporé, em 13 de setembro de 1943, pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas; em 1956, passa a se chamar Território Federal de Rondônia e em 22 de dezembro de 1981, através da Lei Complementar n.º. 41, de 31/12/1981, é criado o Estado de Rondônia.





De fato, esse processo se caracteriza por um projeto político civilizatório, como ratifica Darcy Ribeiro (1995) ao detalhar o “processo civilizador” da formação do povo brasileiro, do qual faz parte o processo de formação das comunidades ribeirinhas tradicionais amazônicas.

Neste contexto, a partir de 1661, se iniciam as missões da Igreja Católica com o “processo de territorialização na região do Madeira-Tapajós”:

Nas décadas seguintes à viagem político-militar de Pedro Teixeira ocorridas entre 1637-1639, **a Igreja instala a Missão Tapajós, em 1661**. Constrói-se a primeira base político-missionária na região localizada entre os rios Madeira e Tapajós. Vale destacar que a missão é uma unidade política importante para compreendermos a relação entre índios e não-índios na região do Madeira-Tapajós, bem como em outras regiões do Brasil. **Com essa ação, inicia-se o processo de implantação de território religioso na região do Madeira-Tapajós. A Missão Tapajós tornou-se o ponto de referência para a criação de outras missões nos rios Tapajós, Madeira e seus afluentes** (SILVA, 2014a, p. 55-56).

Como resultado desse processo, foi “fundada em 1723 pelo padre jesuíta João Sampaio a primeira povoação da margem direita do rio Madeira, a Missão de Santo Antônio do Alto Madeira, na foz do rio Jamari”, conforme o historiador Abnael Machado de Lima (1991). Sendo que ele identifica esse local, a partir dos relatos e descrições históricas, como sendo o local onde atualmente está situada a comunidade de São Carlos. Para Lima, esta é a localidade mais antiga³⁷ do atual limite territorial do estado de Rondônia.

Já o historiador Marco Teixeira traz o nome de Missão de Santo Antônio das Cachoeiras do rio Madeira:

A missão de Santo Antônio do Madeira tem seus antecedentes registrados já em 1712, quando o Padre João Sampaio estabeleceu-se às margens do rio Canumã, um dos afluentes do baixo Madeira pela margem direita, local onde estava situada uma missão dos padres inacianos. **Em 1723, foi fundada a Missão de Santo Antônio das Cachoeiras do rio Madeira, que se constituiu no primeiro núcleo de colonização portuguesa nas terras que viriam a formar o estado de Rondônia** (TEIXEIRA, 2008, p. 254; negritos nossos).

Marcos Teixeira, amparado nas pesquisas de Vitor Hugo, autor de importante obra sobre Rondônia, intitulada *Os Desbravadores*, destaca ainda as dificuldades de precisar a localização desta missão:

³⁷ Essa afirmativa deve ser considerada a partir do processo de ocupação portuguesa dos territórios amazônicos, com as missões jesuíticas. Pois em diversas regiões do atual estado de Rondônia foram encontrados, a partir de estudos arqueológicos, registros rupestres e vestígios litocerâmicos que comprovam a presença humana há mais de 9.000 anos (OLIVEIRA, 2013).





Vitor Hugo lembra que após dois anos da fundação da missão de Santo Antônio, viviam no aldeamento cerca de 338 indígenas, na sua maioria Pama, Tora e Mura. **A localização exata da missão é complexa, uma vez que, conforme ressalta Vitor Hugo (p. 59) mudava-se de lugar conforme as circunstâncias** (TEIXEIRA, 2008, p. 255; negritos nossos).

Em seguida, o historiador Marcos Teixeira assegura que em 1797 foi instalado a povoação de São João do Crato, onde hoje se localiza São Carlos: “Entretanto, em 1797, foi fundada uma nova povoação com o nome de **São João do Crato, na confluência do Jamari com o Madeira, onde atualmente se localiza o distrito de São Carlos do Jamari.**” (TEIXEIRA, 2008, p. 257; negritos nossos). A escolha da localidade de São Carlos se deve ao fato de ser um ponto estratégico para domínio do território, situado no encontro de dois grandes rios: Madeira e Jamari. Como registrou Raimundo Nonato Pereira da Silva, “a ação político-religiosa adentrava as calhas dos afluentes dos rios Madeira e Tapajós, as missões eram instaladas em lugares estratégicos” (LEITE, 1943 *apud* SILVA, 2014a, p. 56). De fato, essa posição estratégica de São Carlos pode ser observada nesta foto que mostra o encontro das águas dos rios Madeira e Jamari e o intenso fluxo de embarcações de diferentes portes e finalidades de transporte: produtos como soja e petróleo, passageiros, pesca, extração do ouro, habitação (há uma casa-balsa ancorada no canto esquerdo colado à mata e outras mais ao fundo, na Boca do Jamari) etc.

Fotografia 05: Encontro das águas dos rios Madeira e Jamari



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2018.





Desta forma, passamos agora a detalhar um pouco mais sobre os aspectos históricos desta localidade e suas características que revelam ser esse um local estratégico de territorialização aos propósitos da coroa portuguesa.

3.1.2 Descrições de São Carlos em obras históricas

Cientes desta importância histórica, das divergências de datas, nomes da localidade que hoje chamamos de São Carlos e dos poucos relatos, passamos a realizar um estudo, seguindo a linha histórica, nas obras que documentam o processo de colonização da Amazônia, dando destaque, de modo especial, às obras que continham relatos sobre viagens pelo rio Madeira, com descrições das localidades e de sua importância para a época, e finalizamos o tópico com relatos e memórias das testemunhas oculares ainda vivas – alguns de nossos entrevistados nesta pesquisa.

A seguir, apresentamos as descrições encontradas nestas obras históricas e optamos por manter a grafia idêntica à que encontramos na edição original, conforme ano de publicação indicado em cada citação. Optamos também em apresentar as referências a partir do ano de viagem e publicação da obra, apresentando as afirmativas dos autores e tecendo reflexões sobre elas, visando uma triangulação e confirmação de nossa hipótese, ou seja, a afirmativa do historiador Abnael Machado de Lima de que São Carlos é a localidade mais antiga do atual limite territorial do estado de Rondônia (considerando o processo colonizador português), sendo, portanto, ponto estratégico e simbólico.

O relato mais antigo que encontramos é o do Padre José de Moraes, que na obra *Historia da Companhia de Jesus na extincta provincia do Maranhão e Pará (1708-1759)*, publicada originalmente em 1759, nos relata que:

Acima desta aldeia quinze leguas está outra aldeia dos Religiosos da Companhia chamada **Trocano** (1), **a sua invocação he de Santo Antonio**, assim como a dos Abacaxis tem por invocação a Santa Vera-Cruz, e tendo antes a invocação de S. Francisco de Borja, e póde ser que esta fosse a invocação da aldeia de visita, e que se perdesse na união de ambas. **Esta aldeia de Trocano fundou-a o nosso Padre João de Sampaio no anno de 1725 junto ás primeiras cachoeiras na boca de hum rio chamado Jamary (2) sobre a Madeira, e por isso se chamou a aldeia das Cachoeiras ou Jamary**, depois se mudou para o Trocano por causa dos **bravos Indios Muras que infestárão hostilmente a dita aldeia**, e por se livrarem de inquietações por já lhes não poderem resistir aos seus assaltos **se desceu para o Trocano no anno de 1742**. Notas: (1) He hoje a vila de Borba; (2) Posteriormente, em 1802, fundou-se uma nova aldeia sob o titulo de S. João do Crato, que foi abandonada, em razão de sua insalubridade (MORAES, 1860, p. 518; notas do editor; negritos nossos).





Neste primeiro relato do Padre José de Moraes, temos algumas informações preciosas relativas aos processos de deslocamentos, considerando os poucos recursos de navegação e precisão geográfica, e que precisam ser analisadas pelas referências descritas e confrontadas com outras fontes. Deve-se observar que se menciona o ano de 1725 e o Padre João Sampaio como fundador, com referência à boca do rio Jamary e também ao povo Mura, historicamente situado na região. Observa-se ainda alguns adjetivos, na perspectiva do colonizador, como “bravos” e que “infestaram hostilmente” a região.

Outro registro importante da obra do Padre José de Moraes é a sequência detalhada pelas notas 1 e 2, que indicam que: 1º a aldeia de Trocano estava localizada na boca do Jamary em 1725, depois mudou um pouco para baixo e em 1802, recebeu o nome de “S. João do Crato”. Essa referência é importante, tendo em vista que diversos autores vão se referir ao local como Crato e, também, o fato de ter sido “abandonada” por questões de insalubridade, como veremos na sequência.

Na tese da Márcia Mura encontramos a referência que também reforça a importância territorial do encontro das águas do rio Jamari com o Madeira. A pesquisadora afirma que “o rio Jamari foi marcado, porque é um ponto que na cartografia do *Curt Nimuendajú* é situado como parte do antigo território Mura, assim como o local onde se encontra a cidade de Porto Velho” (MURA, 2016, p. 49). Povo este que lutou ferrenhamente pela defesa de seu território, como destacou o historiador Marco Teixeira ao abordar como o povo Mura era visto na época colonial:

O terror do Madeira eram os Mura, temíveis navegadores, conhecidos como os piratas do Madeira. Desde períodos anteriores à colonização portuguesa e espanhola, já praticavam o comércio com as populações indígenas dos Andes e suas flechas eram equipadas com pontas de metal que obtinham nas trocas com os povos andinos. Sua agressividade mantinha em constante sobressalto outras populações indígenas da região. Aproveitando-se disso, **os portugueses aliaram-se aos seus arqui-inimigos, os Mundurucu**, legendários caçadores de cabeça, temidos por sua belicosidade e travaram uma poderosa guerra, estimulada, também pelos **padres da Companhia de Jesus, que chegaram a pedir ao rei de Portugal uma Guerra Justa contra o povo Mura** (TEIXEIRA, 2008, p. 241; negritos nossos).

É neste cenário de conflitos e de “guerras” travadas entre os colonizadores e o povo Mura que foi se constituindo a localidade de São Carlos. É nesta linha que o historiador Fonseca (2017, p. 75), em uma análise recente feita a partir de obras antigas, registra que “no final dos anos de **1850 Crato** e Borba, antiga missão religiosa, eram as povoações de referência do Madeira.” e traz, a partir das fontes por ele consultadas, uma descrição geográfica detalhada sobre a localização do Crato:





Em **1866**, a presidência da província do Amazonas foi autorizada contratar uma companhia de navegação a vapor para atender as linhas dos rios Madeira, Purus e Negro (MATTOS, 1869, p. 51). Naquela década o **Crato mantinha sua importância. Estava no ano de 1862 entre as três localidades de destaque no rio Madeira.** Essas localidades estavam situadas às seguintes distâncias de sua foz: Borba, 25 léguas; Canumã, 47 léguas; Crato, 130 léguas. **A cachoeira de Santo Antônio ficava a 168 léguas da foz do rio Madeira, ou seja, a 38 léguas acima do Crato** (MELLO, 1866, p. 341). Tavares Bastos registra em **1866 o distrito do Crato como possuidor do maior número de habitantes entre os distritos do rio Madeira**, a saber: Borba, 2.335; Canumã, 529 e **Crato 5.998** (BASTOS, 1866, p. 256) (FONSECA, 2017, p. 77-78; negritos nossos).

Observa-se pela descrição de distância, que de fato o local hoje denominado de São Carlos do Jamari possui as características geográficas e territoriais da localidade descrita como sendo Crato. Cabe registrar que as demais citações que se seguem podem levar a uma confusão, como sendo Crato a localidade de Borba, porém, nesta descrição acima apresentada, observa-se a distinção entre ambas as localidades e a comprovação da existência das duas localidades em meados do século XIX, com destaque para Crato, que era a localidade com maior população à época.

É de 1817 a descrição do padre, geógrafo e historiador Manoel Ayres de Cazal, que se valendo de textos pré-existentes à época, relata que *Cratto* fica bem acima da vila de *Borba*. A obra em questão é *Corografia brazílica, ou relação historico-geografica do reino do Brazil* (publicada em 1817), onde lemos:

Esta villa³⁸ teve principio sobre o rio Jamary, donde foi mudada para a fóz do Giparaná, e daqui para o sitio de Pancáu, ou Paraxiáu, e ultimamente para o chamado **Trocâno**, onde já estava em setecentos e cinquenta e seis [1756], quando o Senhor D. Jozé lhe deu o titulo de villa. Sempre tomou o nome da paragem, onde esteve: **sendo cauza das suas mudanças a perseguição**, que os **Muras** faziam aos seus moradores (CAZAL, 1817, p. 318-319; negritos nossos). [...] **Cratto**, villa ainda pequena, e **bem situada na margem do rio Madeira, muito arriba de Borba**, tem uma Igreja Matriz dedicada a *S. Joam Baptista*. Seus habitadores sam quazi geralmente Indios, e Mestiços, que **recolhem algum cacáu, cravo, e salsaparrilha** com os viveres da primeira necessidade; e vam fazer grandes **pescarias de tartarugas** na praia do Tamandoá, que fica quatro leguas abaixo do cachoeira de Santo Antonio e no mesmo lado, e guardam-nás em curraes dentro d'água. **He uma das escálas das canôas de Mattogrosso**. Muitas circunstancias concorrem para que **esta villa venha a ser uma das principaes Povoações do Solimões³⁹** (CAZAL, 1817, p. 324; negritos nossos).

³⁸ Pela análise e sequência do texto, aqui o autor está se referindo à Vila de Borba.

³⁹ Isso pelo fato de o autor estar falando da Província de Solimões, mas ao acompanhar o seu relato claramente, se nota que as demais localidades citadas indicam que a sua descrição está sendo como se subisse o rio Madeira; tanto pelo nome das localidades como pelas descrições geográficas que faz, sendo um equívoco do autor citar o rio Solimões.





Cazal elabora sua obra a partir de outros textos de navegantes, textos comerciais, de contabilidade da coroa etc., isso faz com que traga elementos diversos sobre as localidades que descreve em sua obra e a importância para o processo de colonização. É neste sentido que, em sua descrição, temos detalhes geográficos e econômicos que revelam elementos importantes sobre a localidade, tais como: o rio Jamari; que a vila passou por diversas mudanças; a referência aos Mura e que faziam “perseguição”; local bem situado; referência às drogas do sertão presentes na região; a referência a praia do Tamandoá, local acima de São Carlos existente até hoje; que era ponto estratégico no trajeto para Mato Grosso e uma das principais povoações do Madeira.

O militar, geógrafo e historiador português (radicado no Brasil), Antonio Ladislau Monteiro Baena, em sua obra *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*, de 1839, e escrita a partir de arquivos paroquiais, cartórios e câmaras municipais, traz diversos detalhes sobre *São João do Crato*, como segue:

São João do Crato: Lugar dependente da alçada da Villa de Borba, e fundado em 1802 sobre a margem esquerda do rio Madeira abaixo do rio Jamari em o sitio de **uma Maloca de um Capitão Mura** plantada entre a praia do Tamandoá e a boca do Lago Puneam 140 legoas acima da referida Villa.

O **primeiro assento deste Lugar foi na boca do rio Jamari**: Alistou-se em 1798 **habitadores entre as famílias Indicas do Rio Negro e entre os encarcerados nas Cadeas de Portugal** com o designio de o constituir Villa logo que a população o merecesse pelo seu natural progresso (BAENA, 1839, p. 439; negritos nossos).

Aqui temos elementos geográficos da localização de Crato, e se menciona o “Lago Puneam”, hoje Reserva Extrativista Lago do Cuniã, região também historicamente território do povo Mura. Há ainda a menção que o primeiro assento de Crato foi na boca do rio Jamari e um detalhe novo, que a vila passou a receber também “encarcerados nas Cadeas de Portugal”. De fato, o historiador Abnael Lima relata que na vila de São Carlos foi instalada uma prisão:

Em 1797 o governo português no local da missão transferida, instalou o povoado de São João do Crato, constituído de degredados e mulheres de vida errada, portugueses, ciganos e famílias indígenas trazidas do rio Negro. O administrador do povoado era o Ouvidor Luiz Pinto de Cerqueira, substituído em 1801 pelo capitão Marcelino José Cordeiro, o qual devido às condições endêmicas do local e a permanente ameaça de ataque dos indígenas, o abandonou em 1802, localizando a sede do povoado num local um pouco abaixo deste. (LIMA, 2008, s.p., *online*).

Baena segue sua descrição informando os motivos da instalação de uma vila na localidade de Crato justamente por ser um ponto estratégico para o traslado de canoas e o comércio com a província do Mato Grosso e os motivos de um novo abandono do local:





[...] se julgou necessaria tanto para **facilitar a translação das canoas de commercio por um deserto duro, rude, selvagem de 490 legoas, que medeia entre a garganta do Madeira e a Capital de Mato Grosso**, como para conter as incursoens dos Hispano-Americanos na parte superior do rio dos Purús, e na de outros que descarregão as suas aguas no Amazonas. [...].

Este Official vendo que todos os que para ali hiaõ depois de 20 ou 30 dias de residencia appareciaõ com o **semblante desfigurado, e uma cor livida e hydropica na epiderme do seu corpo: que de ordinario eraõ atribulados de febres intermitentes** que os destruaõ com obstrucçoens, hydropesias, inchaçoens, camaras, diarreas de sangue, inflamaçoens dos intestinos, do estomago, e icterícia, sendo menos frequentes as febres continuas, agudas, biliosas, e podres, scorbutos, errupções cutaneas, e feridas ascosas, e acrescendo a tudo isto a esterilidade geral das mulheres, que estancava a propogação da especie, propoz e obteve do General do Pará a **mudança de sitio**: o que elle para logo executou transplantando os que escapáraõ no Jamari á truculência de um **clima inimigo da humanidade**. [...].

A experiencia mostrou depois que se no segundo assento deste Lugar os **transbordamentos do Madeira** não motivavaõ as mesmas molestias sobreditas [...]. O numero dos Colonos, que **abandonáraõ o Jamari e formáraõ este Lugar, não transcendia o de 160 individuos de ambos os sexos** [...] (BAENA, 1839, p. 440-441; negritos nossos).

As observações de Baena revelam características geográficas e sanitárias da região de São Carlos, que por ser localizada no encontro das águas dos rios Madeira e Jamari e por ter em seu entorno lagos, como o do Cuniã, devido às condições da época, se tornou um lugar como o descrito por ele como sendo “a truculência de um clima inimigo da humanidade”, pois com as temporadas de chuvas devia haver muitos mosquitos e contaminações nas águas, gerando assim as doenças descritas, que assolaram e mataram muitos habitantes na época.

Em sua obra *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878) - Volume 2*, o militar e médico João Severiano da Fonseca relata a viagem que fez de Santo Antonio a Belém a bordo do vapor Canuman, cuja saída de Santo Antônio foi no dia 12 de dezembro de 1877. Antes, relata sobre sua viagem de Villa Bela (Mato Grosso) – passando pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira – a Santo Antônio. Ao chegar nessa localidade, afirmou:

Foi o primeiro estabelecimento do Madeira, **fundado em 1728** pelos missionarios dirigidos pelo **jesuíta padre João de Sampaio**, segundo narra Baena (e), dos quaes alguns subiram as cachoeiras e foram até as missões hespanholas de Mamoré e Baures, e **outros desceram á missionar nas margens do Jamary**. A’ esse padre Sampaio deve-se tambem a fundação da aldeira *Trocano*, hoje villa de *Borba* (FONSECA, 1881, p. 308; negritos nossos).

[...] a foz do *Jamary*, de uns cento e sessenta metros de largura, á direita do Madeira e á uns oitenta e dous quilômetros de Santo Antonio. O Sr. Keller dá-lhe 56^m,8 de altitude em relação ao mar.

Foi neste rio, junto ás suas primeiras cachoeiras, que em 1735 o padre João Sampaio fundou a primeira aldeia do Madeira, a chamada das Cachoeiras ou do Jamary; e que em 1742, mudou-a para o Trocano por causa dos **assaltos dos murás** (FONSECA, 1881, p. 314; negritos nossos).





Fonseca fornece dados sobre a localidade e seu histórico, fundamentado nos autores anteriores a ele, e nos fornece elementos mais precisos da localização, uma vez que com ele estava também um engenheiro fazendo medições.

O autor Fonseca nos fornece ainda um elemento importante para as análises empreendidas aqui nesta tese, que é as redefinições territoriais ocasionadas pelas cheias do rio Madeira. Ao falar de Borba e demais localidades que remontam ao mesmo princípio, como Crato e as aldeias do Trocano, ele relata que: “Ora as **enchentes do Madeira**, ora os assaltos dos selvagens fizeram-a ir descendo o rio [...]” (FONSECA, 1881, p. 321; negritos nossos).

O autor prossegue ainda sinalizando que além dos conflitos indígenas, das questões de insalubridades das localidades e das cheias do rio Madeira, um novo elemento começa a trazer mudanças na configuração territorial da região amazônica, um novo produto econômico de importância mundial, a saber: a seringa passa a ser explorado. Produto esse que coloca novamente a localidade de São Carlos, no encontro das águas dos rios Madeira e Jamari, além de outros afluentes, em destaque e como ponto estratégico devido a localização e a produção do látex na região: “Ahi o Sr. João Prado, nosso vice-consul na Bolívia, **colhe suas trez mil arrobas de seringa com uns setenta á oitenta camaradas.**” (FONSECA, 1881, p. 314; negritos nossos). Como registrou o historiador Marco Teixeira,

o rio sempre foi o caminho pelo qual os exploradores, viajantes e catequistas adentraram às regiões interioranas da Amazônia e **o Madeira permitia o acesso às regiões das missões castelhanas do Guaporé, além das minas de ouro exploradas pelos portugueses em suas adjacências** (TEIXEIRA, 2008, p. 242; negritos nossos).

Além de ser esse o caminho que ligava as províncias brasileiras, a região do rio Madeira e seus afluentes, como o rio Jamari e o rio Machado, permitia acesso a muitas riquezas. Essa é uma das razões de o “Sr. João Prado e seus setenta à oitenta camaradas” explorarem essas matas. Esse fato descrito tem relevância histórica para as transformações deste local, pois é a partir desta época que temos o início do primeiro ciclo da borracha na Amazônia, com o primeiro grande movimento migratório para a região, considerando também as grandes secas (1877-1879) que assolavam o nordeste brasileiro, e para cá migraram muitos nordestinos que mudaram a configuração territorial da Amazônia:

Vários fatores contribuíram para que grandes contingentes humanos do Nordeste fossem transferidos para a Amazônia. No entanto, a grande seca de 1877 foi o fator mais imediato, pois coincidiu com o período em que a produção de borracha iniciava uma fase de considerável expansão (TEIXEIRA, 2009, p. 36).





Seguindo com os autores, tomando por base a linha histórica, temos a obra *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*, do engenheiro Neville Craig, na qual relata a sua viagem feita em 1877. Cabe aqui registrar que já no título da obra temos a questão da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, a 15ª ferrovia a ser construída no Brasil e que foi fruto do acordo firmado entre a Bolívia e o Brasil em 17 de novembro de 1903, que tornou oficial a anexação do atual estado do Acre ao território brasileiro. Esse acordo foi assinado após intensas discussões e conflitos iniciados em 1861, com a ideia da construção de uma ferrovia que possibilitasse à Bolívia exportar seus produtos, em especial, a borracha, pelos trechos encachoeirados do rio Madeira (entre Santo Antônio/Porto Velho e Guajará-Mirim) e depois transportar pelo rio Madeira até o mar.

Retomando ao tema da localização e características da região do Crato, lemos na obra do engenheiro Neville Craig:

Por volta do meio-dia passamos pela **foz do rio Jamari** que desemboca na margem oriental do Madeira. Êste afluente há muito que **é tristemente famoso não só devido às febres que infestam suas margens** como ainda pelos antropófagos que assolam a região por êle banhada.

Há muitos anos os **portuguêses estabeleceram uma colônia correcional** na desembocadura do Jamari e provávelmente concluíram que a instituição era de manutenção bem econômica, pois a média de sobrevivência dos sentenciados era de dois anos apenas (CRAIG, 1947, p. 128; negritos nossos).

Craig reforça o já indicado por outros autores, como Baena, que a região era insalubre e que foi também instalada no local uma “colônia correcional”, uma prisão.

Dando prosseguimento aos estudos, encontramos mais detalhes sobre a colônia do Crato nas descrições feitas pelo viajante português Bernardo da Costa e Silva, que em sua obra *Viagens ao sertão do Amazonas: do Pará à costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru*, publicada em 1891, relata suas impressões da viagem feita em 1882 entre “Manáos a Santo Antônio do Rio Madeira”. Cabe aqui também destacar a afirmativa inicial da presente obra, na qual lemos: “Este nosso livro não tem pretensões literárias, – é o que ahi está; e o que ahi está, é o resultado de notas a lapis colhidas em diversas viagens [...]”, reforçando assim o caráter histórico dos fatos a serem narrados.

Vamos passando junto ao **Crato que foi presidio em tempos coloniaes**.

Obtivemos alguns apontamentos historicos que vamos referir:

O governador do Pará D. Francisco de Souza Coutinho, **creou na bocca do rio Jamary**, onde havemos de passar, **uma colonia em 1782, composta de indios e degredados**, sob a inspecção do ouvidor do rio Negro dr. Luiz Pinto de Cerqueira, que foi substituído, por doente, pelo capitão Marcellino José Cordeiro; outros dizem que em 1798; – sob a denominação de *San João do Crato*; dando-lhes **instrumentos de**





lavoura e sementes, mas passados quatro annos soffrendo de **febres**, e depois de **haverem morrido muitos colonos**, este capitão, expoz ao governador a inconveniencia d'esta povoação em tal clima, e então elle mandou-a **remover para o lugar onde actualmente existe** apenas o nome que deram á primitiva, **que hoje é lugar particular**.

Para alli, e aqui **foram mandados muitos degredados** que na maior parte morreram de febres, e o proprio capitão d'ellas falleceu em 1807, já n'este lugar, onde havia fundado a nova povoação a 14 de agosto do anno transcto [1807].

Não foi só o fim da edificação da primitiva colonia crear um presidio de degredados, mas sim, igualmente, **foi estabelecida tambem para auxilio dos viajantes e facilidade de communicações com a capitania de Matto Grosso**; no entanto não progrediu durante esses quatro annos, devido ás **febres endemicas, que ainda hoje ali tem fama [...]** (COSTA E SILVA, 1891, p. 131-132; negritos nossos).

Interessante notar alguns aspectos deste longo relato de Costa e Silva: na região foi instalado um “presidio em tempos colonias” com “indios e degredados”; foram dados “instrumentos de lavoura e sementes”, o que se confirma acerca da região haver se tornado depois áreas particulares com o cultivo de cana de açúcar, arroz etc.; a permanência da questão da insalubridade e febres; e, o destaque que o local era ponto estratégico que serviu de “auxilio dos viajantes e facilidade de comunicações com a capitania de Matto Grosso”.

O fato de Costa e Silva mencionar que na sua passagem era um “lugar particular” atesta que mesmo com as mudanças, a localidade onde hoje é São Carlos do Jamari ainda permanecia ocupada por algumas pessoas em 1887. Nos relatos dos moradores atuais obtemos informações de que na região foram instaladas fazendas particulares, e a uma delas, que fica na região onde hoje se localiza a Igreja Católica, foi dado o nome de Fazenda São Carlos. Daí que derivou a referência ao atual nome da comunidade e Distrito de São Carlos, pelos relatos dos moradores.

Costa e Silva ainda segue dando mais detalhes sobre a localidade do Crato, por ele descrita, incluindo dados geográficos que reforçam a tese de que se trata do território onde hoje está instalada a comunidade de São Carlos. O autor também destaca a importância da região nos processos de produção da borracha:

[...] o governo abandonou estes lugares que chegaram a ter honras de freguezia por provisão de 4 de julho de 1859. Hoje, tanto um como outro ponto, **são sítios particulares, de seringueiros**; e n'elles não existe indício algum de taes colonias.

O lugar da **primeira fundação, boca do rio Jamary**, ainda hoje é muito sugeito ás febres, morrendo grande quantidade de gente ali todos os annos, **mas por forma alguma arredam pé de lá com a febre-mania da borracha**, por ser alli um dos lugares de **melhores seringaes**, – a tal ponto que agora se vê o que talvez então lá não houvesse – **uma casa de telha**.

Hoje este lugar é propriedade do nosso amigo José Bernardo Ferreira, que n'elle tem um pessoal de mais de duzentas almas empregadas na **extracção de gomma elastica** (COSTA E SILVA, 1891, p. 133; negritos nossos).

[...]

Hoje chegamos á **foz do rio Jamary**, lugar de que já fallamos ao tratarmos do *Crato*.

[...]





Aqui **desembarcaram muitos passageiros, patrões e rapazes** que vão para o centro deste rio *cortar* seringa.

As febres intermitentes ainda hoje aqui fazem muitas mortes, como antigamente. O interior d'este rio é muito povoado de selvagens. [...]

Em **1735**, estabeleceu n'este rio o **padre jesuíta João Sampaio**, uma aldeia de índios nas cachoeiras, d'onde por assaltada por vezes pelos selvagens *muras*, foi mudada em 1742, para junto de Borba.

Estamos a oitenta e poucos kilometros Santo Antonio (COSTA E SILVA, 1891, p. 156; negritos nossos).

As referências trazidas por Costa e Silva são relevantes, pois atestam a existência dos seringais na região e ratificam que se trata de uma localidade estratégica, tanto pela produção como pela localização, que possibilita a integração de outras regiões que também são fortes na extração do látex. Isso é perceptível nas expressões: “febre-mania da borracha”, “melhores seringas”, “duzentas almas empregadas na extracção de gomma elastica” e “Aqui desembarcaram muitos passageiros, patrões e rapazes”.

A formação das localidades, como a de São Carlos, coincide com o processo colonizador que constitui, de certa forma, o povo brasileiro e a “conquista” da Amazônia:

O seringueiro, transplantado do Nordeste por um agenciador e tornado inteiramente dependente de um “patrão” e do esquema de “aviamento”, enquanto sofria uma espécie de moderna escravidão (como chamou Euclides da Cunha, 1976), propiciou a extraordinária ampliação da produção de borracha e permitiu a conquista a ferro e fogo dos vales interiores do Amazonas e afluentes (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

A pesquisadora Paula de Souza Rosa, na pesquisa sobre os portugueses no rio Madeira, traz um relato sobre esse fluxo de passageiros no rio Madeira:

Já nos anos iniciais do **período da borracha**, o rio Madeira despontou como região de interesse público e privado. Entretanto, o conhecimento sobre a região do ponto de vista econômico e social ainda era incipiente. Em **1858**, o vapor Guajará, de propriedade dos comerciantes paraenses Antônio José, José Antônio e Francisco Antônio de Miranda (filhos do português Vicente Antônio de Miranda), instalados na rua do Norte, onde possuíam armazéns, **subiu o rio Madeira em exploração comercial carregado de aviamentos até a localidade do Crato, conduzindo na volta produtos extrativos**. Desde então **diversos vapores de empresas** particulares passaram também crescentemente a entregar e receber cargas naquele rio nos anos seguintes (ROSA, 2019, p. 76).

Costa e Silva traz ainda uma anotação curiosa e que revela traços culturais ribeirinhos ao registrar que:

Nos **terreiros** das barracas que temos avistado, continuamos a ver **jardinsinhos suspensos em giráus, com plantas dentro de panellas, em cascos de tartarugas e até em canôas ou montarias velhas que servem de canteiros** (COSTA E SILVA, 1891, p. 157-158; negritos nossos).





Essas práticas relatadas por Costa e Silva ainda hoje são muito presentes nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, sendo estes elementos e práticas presentes em São Carlos, eles revelam modos de viver, de ser, de cultivar e, também, de relações econômicas, portanto modos culturais e sociais ribeirinhos. Encontramos os referidos “jardinsinhos”, “giráus”, “canôas” com plantas diversas em quase todos os quintais de São Carlos, que são sempre quintais grandes e que possibilitam o cultivo de diversas plantas para consumo doméstico e o excedente serve para comercialização na própria comunidade e fora dela.

Costa e Silva relatou (em 1891) que na localidade existiam “sítios particulares”. Referência também atestada por Mathews:

Em **1872** partiu da Inglaterra para Santo Antonio Edward Mathews, engenheiro encarregado de fiscalizar os trabalhos da Public Works Construction Co., empreiteira inglesa contratada para a primeira tentativa de construção da Madeira & Mamoré Railway. A caminho de Santo Antonio, **pouca palavra dedica Mathews ao Crato**. Basicamente que se situa em **um dos pontos mais desimpedidos do rio e que é lugar de pastagens** (MATHEWS, 1879, p. 19 *apud* FONSECA, 2017, p. 78; negritos nossos).

Tudo isso confirma a tese aqui proposta de que a origem de São Carlos é fruto deste contexto sócio-histórico e de colonização da região amazônica. Pois a localidade de São Carlos, no encontro das águas, nas suas diversas redefinições territoriais, mudanças e persistência, se destacou como ponto estratégico para atendimento das demandas dos seringais que se formaram ao longo do rio Madeira e seus afluentes.

3.1.3 São Carlos pelas memórias das últimas gerações

Olha, por que que até hoje eu valorizo a seringa? Porque eu nasci e me criei no poder da seringa, era Deus e meu pai e ela que me dava de comer, de beber, de vestir e de calçar, por isso eu amo a seringueira até hoje, eu valorizo (Luiz Queiroz de Lima, 2019).

Observa-se que estes últimos relatos já se coadunam com a história mais recente de São Carlos e até mesmo com a memória dos atuais moradores, pois muitos deles ouviram seus pais contarem sobre essa época e contexto. Salienta-se ainda que alguns nasceram no início do século XX ou seus pais aqui chegaram nesta época. Temos como exemplo o relato do Sr. Carlos Bianôr, cujos avós chegaram em São Carlos em 1908:





Renato: O senhor nasceu onde?

Bianôr: Aqui onde nós estamos⁴⁰.

Renato: Aqui em São Carlos?

Bianôr: Aqui nessa herança do meu avô. [...]

Renato: E o senhor lembra o nome dos avós do senhor?

Bianôr: Lembro dos avós, meus avós era Francisco Avelino e Laura Macedo.

Renato: E eles moravam aqui também em São Carlos?

Bianôr: **Ele chegou aqui em 1908.** (Carlos Bianôr Rodrigues Furtado, 68 anos, nascido em São Carlos, funcionário da prefeitura; entrevista em 13/01/2019).

Outro morador, também filho da região, nos relata sobre o Sr. Rodolfo Guimarães, figura muito presente na memória dos moradores da comunidade, pois a região central e mais antiga de São Carlos está situada na região de sua propriedade, sendo que também foi ele quem doou o terreno para a construção da Igreja Católica devotada a Nossa Senhora Aparecida, cuja pedra fundamental é de 1937, porém a propriedade já vinha de muito antes, em cuja região funcionou um engenho de cachaça:

Renato: Gostaria que o senhor falasse um pouquinho mais sobre o Rodolfo Guimarães, a questão da usina de cachaça que tinha aqui, que o senhor comentou.

João: Olha, **eu não conheci**, mas eu vi isso mais ou menos, um pouco **eu vi os mais velhos falar**, que tinha um engenho de cachaça que ficava ali perto da minha casa, e ele tinha uns aterros, tinha um trilho que dava dessa rua aqui até na outra das primeiras, dava uns 300 a 400 metros, que tinha outras ruas lá pela frente, só que com a destruição do rio o barranco foi caindo e hoje tá como você tá vendo, tá bem perto. Então tinha cachaça lá, quando os navios chegavam eles iam naqueles trilhozinhos até o navio para ser importado, exportado pra ele, **as cachaça de São Carlos, vi muitos velhos, pessoas idosas falando nisso aí.**

Renato: Em que ano isso?

João: É como eu lhe falei, **tem lá o pedaço da pedra com a data, tá 1º de janeiro de 1914, tá gravado, 1º de janeiro de 1914.** Agora, ela foi desativada, eu não sei mais ou menos o ano que ela foi desativada, mas deve ter sido (19)40, 37, 40, por aí assim, aí ele ainda existia em (19)37, porque ele doou o terreno para a igreja quando foi construída a igreja em 37, lá como você vê na pedra lá. (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Silva (2000, p. 88) relata que alguns padrões fixaram residência em algumas vilas no Baixo Madeira, tais como Aliança, Cuniã, Primor e São Carlos. Em relação à posse das terras, destaca ainda que:

Não encontramos documentação sobre a propriedade destas terras; apenas em São Carlos, através das entrevistas com os moradores antigos e através de documentos da Igreja, organizados a partir da **década de 30 [1930]**, conseguimos vislumbrar o período de prosperidade desta Vila e verificamos também que a área **era de propriedade de Rodolfo Guimarães.**

Rodolfo Guimarães construiu em São Carlos uma usina de açúcar, que na época produzia também cachaça, açúcar gramixó (açúcar mascavo), melado e rapadura. Seu

⁴⁰ A entrevista foi realizada em sua casa, na propriedade que recebeu de herança de seu avô e que fica abaixo da Igreja Católica de São Carlos.





nome é lembrado pelos moradores como sendo pessoa dinâmica e empreendedora, sempre envolvido com grandes projetos econômicos. Segundo as entrevistas, ao adquirir terras em São Carlos, **fez grande plantação de arroz e milho, atividade esta que deu resultados positivos; não satisfeito porém, resolveu mudar de ramo, substituindo toda a plantação por cana-de-açúcar e construindo a usina.** Empregava todos os moradores. A produção abastecia inclusive outras comunidades e **seringais próximos a São Carlos.** Apresentava altos índices de produção, daí o envolvimento de praticamente toda a comunidade, empregando-a para exercer diferentes atividades como plantio de cana, corte, carregamento, lavagem de garrafas (geralmente feito por mulheres e crianças), calderaria, engarrafamento e pesagem do açúcar. Segundo depoimento de uma moradora: “Só não trabalhava quem não queria mesmo, pois trabalho tinha pra todo mundo” (Entrevista, em março de 1992, na Vila de São Carlos-RO).

Além de ter “trabalho para todo mundo”, a usina ainda fornecia, através de um gerador, **energia elétrica** (SILVA, 2000, p. 88-89; negritos nossos).

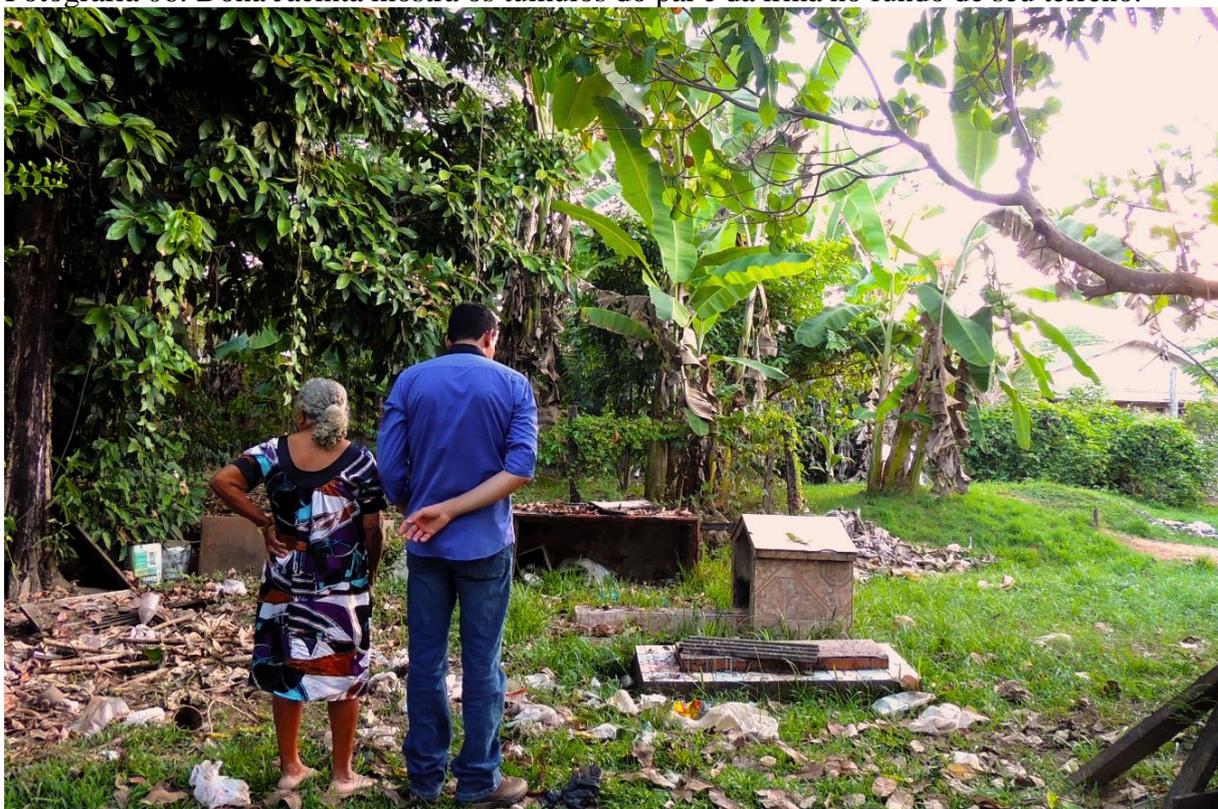
A professora e pesquisadora Silva (2000) traz importantes reflexões e registros sobre o Sr. Rodolfo Guimarães e a sua presença na memória dos moradores. Deve-se destacar que provavelmente ele veio para a região no final do primeiro ciclo da borracha e com a queda nas exportações, permaneceu no local e começou o novo empreendimento de produção de cachaça e derivados da cana, empregando em sua propriedade diversos dos moradores, além de também trazer para a região a energia elétrica, isso já em meados do século XX, o que era raro para a época.

A senhora Maria do Socorro Silva, conhecida como Dona Jacinta, é uma das moradoras mais antigas de São Carlos, pois nasceu em 1933 no seringal São Pedro, no rio Jamari. Seu pai é do Pernambuco e sua mãe do Amazonas, eles vieram para a região no primeiro ciclo da borracha. O pai de Dona Jacinta e uma irmã, seguindo o desejo deles, foram enterrados no fundo do quintal onde ela mora, como podemos ver na fotografia abaixo.





Fotografia 06: Dona Jacinta mostra os túmulos do pai e da irmã no fundo de seu terreno.



Fonte: Eva da Silva Alves, 2017.

Em entrevista concedida em 2017, ela nos relatou esse desejo do pai e que também é desejo dela ser enterrada em São Carlos⁴¹:

Renato: Então pela senhora a senhora não mudaria daqui de São Carlos não?

Dona Jacinta: Não. **Só quando morrer.**

Renato: A senhora nasceu e quer morrer e ser enterrada aqui?

Dona Jacinta: **Ser enterrada aqui.**

Renato: Aqui tem cemitério?

Dona Jacinta: Tem, aí pra cima. Agora meu pai, porque era dona daqui, nós somos herdeiros desse pedaço aqui. Aí **papai disse que quando ele morresse ele queria ser enterrado aqui atrás da minha casa, então ele tá enterrado aqui, ele e minha irmã.** (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 84 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 01/07/2017; negritos nossos).

Ela nos relatou, em diversas das visitas e diálogos que tivemos, parte da história de sua família. Muitos dos descendentes, incluindo ela, irmãs, filhos, netos e bisnetos, ainda residem na propriedade em São Carlos, área que fica ao lado das terras que eram do Sr. Rodolfo. Em 2018, na época da entrevista, ela estava com 85 anos; hoje (2022) já está com 89 anos, próximo

⁴¹ Atualmente nas comunidades a prática de enterrar os mortos nos quintais não é recomendada por questões sanitárias e são feitas nos cemitérios públicos presentes nas comunidades ribeirinhas.





aos 90. Vejamos seu relato, que se compõe de frases curtas, porém carregadas de história e de memórias de um passado longínquo e ao mesmo tempo presente, vivo:

Dona Jacinta: ... papai era de Pernambuco, a mamãe era amazonense.

Renato: E eles trabalhavam com o quê aqui?

Dona Jacinta: **Papai trabalhava em lavoura.**

Renato: Lavoura? Que tipo de lavoura?

Dona Jacinta: **Plantava roça, feijão, arroz, cana.**

Renato: Aqui em São Carlos mesmo?

Dona Jacinta: Era.

Renato: Plantio de cana?

Dona Jacinta: Era.

[...]

Renato: E a senhora chegou a conhecer o Rodolfo Guimarães?

Dona Jacinta: Conheci.

Renato: Chegou a trabalhar para ele com seringa?

Dona Jacinta: Não, **meu pai que tirava, vendia cana pra ele**, tinha ali ó⁴²...

Renato: Ahh, a senhora comentou que ele vendia cana, o pai da senhora produzia cana e vendia pra ele?

Dona Jacinta: É, **fazer cachaça, fazer açúcar.**

Renato: O Rodolfo então era dono do engenho?

Dona Jacinta: Era, do engenho.

Renato: E esse engenho funcionou por bastante tempo?

Dona Jacinta: Foi, depois que ele morreu acabou tudo.

Renato: E tem filhos do Rodolfo aqui na região?

Dona Jacinta: Não, aqui não tem não, acho que tem pra fora, aqui não tem não.

Renato: E ele produzia açúcar...

Dona Jacinta: **Cachaça, rapadura, mel, ele fazia.**

Renato: Aí ele comprava cana então do...

Dona Jacinta: Era, **papai vendia cana pra ele.**

Renato: E produzia bastante cana aqui?

Dona Jacinta: Ixi, demais.

Renato: E a cachaça que ele fazia, o açúcar, ele vendia só pro pessoal da região ou ele mandava pra Manaus?

Dona Jacinta: Eu acho que ele mandava, eu não sei.

Renato: Para os outros seringais da região?

Dona Jacinta: Eu acho. (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 85 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 14/07/2018; negritos nossos).

Em seu relato ela nos fala também sobre a origem do nome de São Carlos, uma das poucas versões que temos e que também é confirmada por outros antigos moradores, que o nome da localidade se deu em função de ser o nome dado pelo Sr. Rodolfo Guimarães à sua propriedade.

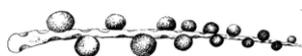
Renato: O nome aqui da localidade já era São Carlos?

Dona Jacinta: **Já era São Carlos, do dono do lugar.**

Renato: Do dono do lugar?

Dona Jacinta: É, **do lugar, morreu.**

⁴² A entrevista foi realizada em sua casa e ela fez sinal apontando com a cabeça na direção onde na época era o plantio de cana de seu pai, região ainda hoje de propriedade dela e da família.





Renato: Então o nome São Carlos é atribuído a um... era um seringalista na época?

Dona Jacinta: Era, era seringalista, era Rodolfo Guimarães o nome dele.

Renato: Rodolfo Guimarães? Mas aí porque se chamou São Carlos, ele chamava São Carlos?

Dona Jacinta: **Porque ele botou o nome de São Carlos no terreno.**

Renato: Mas será que ele era devoto de São Carlos, a senhora tem...

Dona Jacinta: Não, porque a gente bota um nome, né.

Renato: Igual tinha o seringal São Pedro, aqui era São Carlos, tinha outros seringais na região?

Dona Jacinta: **Tinha, ixi, tinha muito seringal aqui por perto.** (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 85 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 14/07/2018; negritos nossos).

Esta mesma versão do nome da localidade é confirmada pelo Sr. Bianôr, porém seu relato já é de sua infância, cabendo registrar que ele é mais jovem que Dona Jacinta, e a fazenda já pertencia a outro seringalista, o Sr. Raimundo Ferreira. Ele também reforça a existência de diversos seringais e seringalistas na região:

Renato: Quais são as recordações que o Senhor tem da **época de infância**, aqui em São Carlos? Que recordações, que lembranças o Senhor tem?

Bianôr: A lembrança que eu tenho é que quando eu entendi que **era menino**, São Carlos aqui era só... só **tinha mais os seringalistas**, que moravam aqui, **tinha as casas deles**, isso aí a terra levou toda, mais os seringalistas. E tinha... a comunidade era menos, era na frente aí as casas. **Esse São Carlos aí era uma fazenda**, era de um seringalista, que era dono de São Carlos aí.

Renato: O senhor lembra o nome dele?

Bianôr: **Raimundo Ferreira.**

Renato: Lembra de outros seringalistas?

Bianôr: Sim, o Baraúna, o Ferreira, e o outro Raimundo Ferreira, que era o lá de cima, era o dono de lá que funcionava o... era só três, agora, tinha mais pra frente que eu não conheci.

Renato: Mas as casas de seringa dos seringais eram aqui em São Carlos, na região de São Carlos?

Bianôr: Era, aonde **depositava as mercadorias** que vinham de baixo, eles depositavam aí e daí iam levando.

Renato: Mercadoria, e a borracha também passava por aqui?

Bianôr: **A borracha passava por aqui, eu ainda vi o último caiaco baixar aí**, foi o último. (Carlos Bianôr Rodrigues Furtado, 68 anos, nascido em São Carlos, funcionário da prefeitura; entrevista em 13/01/2019; negritos nossos).

Luiz Queiroz, também filho da região e casado com uma das filhas de Dona Jacinta, um apaixonado pela seringa, também traz em sua memória os nomes de muitos dos seringalistas e dos seringais da região do Madeira e do Jamari:

Queiroz: Nasci aqui na ilha da Brasileira, esse lugar aqui é considerado ilha da Brasileira, meu pai na época trabalhava dentro do Jamari numa colação por nome Caiuaba, e ele era seringueiro lá. Quando eu conheci... dei conta de mim, vi que eu era gente, meu pai já cortava seringa, meu pai só tinha fé de viver se cortasse seringa, ele não era castanheiro, não era soveiro, ele pescava pra comer e o ramo dele era seringa... (Luiz Queiroz de Lima, 68 anos, nascido em São Carlos; foi seringueiro e até hoje





corta seringa e faz peças; aposentado como agente de portaria da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 16/01/2019).

A entrevista foi realizada na margem direita do rio Madeira, na localidade hoje ainda conhecida como Brasileira, local em que ele tem uma propriedade e na qual ainda existem umas 8 seringueiras, grossas e nas quais estão os riscos da história, como podemos ver nesta fotografia feita no momento da entrevista.

Fotografia 07: Luiz Queiroz, a faca, a tigela e a seringueira



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2019.





Na entrevista conduzida pela pesquisadora Eva Alves e filmada/gravada pelo pesquisador Renato Caetano, Queiroz relatou o que se segue:

Eva da Silva Alves: O senhor lembra os nomes dos patrões que eram dessa região aqui?

Queiroz: Lembro, chamavam-se: Doutor Martins, **Raimundo Ferreira, Rodolfo Guimarães**, Tobias Tavares, **Antônio Queiroz**, Assunção, Chagas Júnior, Máximo Dias de Carvalho, isso tudo eram os seringalistas, dono de seringal, **os que não eram donos de seringal trabalhavam em seringal arrendado, colocava freguês pra trabalhar. Meu pai trabalhou com Tobias Tavares, era um seringalista**; Álvaro Portigo, outro seringalista, ele trabalhou numa colocação por nome Caiuaba. E naquele tempo era difícil pra nascer uma criança, aí minha mãe veio me ganhar aqui nessa... Brasileira, essa localidade, uma irmã dele morava aqui, ela veio com a cunhada dela me ganhar aí, **eu nasci aqui em 1951**, aí meu pai foi... a estrada não era muito boa, aí meu pai foi mais pra cima trabalhar numa **colocação por nome de Dois Irmãos, que é no Jamari também**, lá pra cima, aí depois ele voltou pra Liberdade, em frente ali a São Carlos, era outro seringal que tinha lá, que do meu tio era Liberdade, Brasileira até os Calderitas, dentro do Jamari, tudo era dele, tudo tinha seringa. E o Portigo, o Álvaro Portigo, era outro seringalista, que era do outro lado do Jamari até as cachoeiras Samuel, tudo era dele, do repartimento pra cima tudo era dele, **era outro seringalista com muita estrada**. (Luiz Queiroz de Lima, 68 anos, nascido em São Carlos; foi seringueiro e até hoje corta seringa e faz peças; aposentado como agente de portaria da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 16/01/2019).

De fato, são diversos os relatos sobre a rica produção de seringa no rio Jamari e seus afluentes. Dona Jacinta também nos relata quão grande era a produção desta região:

Renato: E a senhora ficava quanto tempo de viagem, a senhora se recorda?

Dona Jacinta: **Ixi, passava muito tempo pra nós chegar na colocação que a gente morava, tinha o barracão, tinha a cantina onde vendia mercadoria pra gente.**

Renato: E produzia muita seringa na região do Jamari?

Dona Jacinta: **Ixi, demais, meu marido tirava 14 galão de leite, toda semana ele vendia 70 kg de borracha.** (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 85 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 14/07/2018; negritos nossos).

Esta vasta região do encontro das águas do Jamari com o Madeira também era ponto de exploração de outra grande riqueza: a fartura do pescado. Como nos relatou o Sr. Graci:

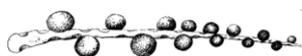
Graci: Vinham, eles pescavam aqui na boca do Jamari, barco de 25 toneladas, 18 toneladas, 15 toneladas.

Renato: Mas, isso em que ano mais ou menos?

Graci: Isso era, **mais ou menos, (19)85, 87**, por aí assim, eles pescavam aqui.

Renato: Hoje não vem mais?

Graci: Ahh não vem mais não, isso não existe mais não, tem pra lá pra Manaus, pro Amazonas tem, pra cá não tem mais não. Pra lá pro Amazonas ainda pescam de rede, pra cá pra Rondônia não pesca mais não. (Raimundo Rodrigues dos Passos – Graci, 70 anos, mora em São Carlos desde 1982, foi seringueiro e durante a entrevista era pescador aposentado; entrevista em 02/07/2017; *in memoriam*, faleceu em 26/06/2020; negritos nossos).





João Esteves traz em seu relato um dos motivos pelos quais São Carlos passa a agregar mais famílias e com isso aumentar as atividades na comunidade, que é o fator oferta da educação da 5ª até a 8ª série, que, na época, não tinha nas demais comunidades menores da região.

Renato: Certo. Falando dessa questão mais histórica de São Carlos, o que o senhor se recorda desses tempos mais antigos de São Carlos? O que tinha em São Carlos, a questão dos seringais, as atividades que eram feitas?

João: [...] dos seringais, aqui em **São Carlos eles tinham seringais**, era mais distante, **muito era do outro lado do rio e tinha pra cá também, em Prosperidade, que o povo cortava seringa, tinham os seringalistas lá, Senhor Evanísio Menezes lá** que era conhecido como **Bedeu**, ele era seringalista, e tinha **vários seringueiros** lá. E aqui em São Carlos tinha pouquíssima gente, assim, que era seringueiro, extrativistas, pescadores e depois, **com os avanços da educação, os povos vieram migrando pra cá pra botar seus filhos para estudar, como tinha muitas localidades aí que tinham as escolas, mas só chegava até a 4ª série, aí aqui já começou a 5ª até 8ª série, aí o povo vieram mudando pra cá.** (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Para ilustrar essa discussão trazida por João Esteves, da importância de São Carlos neste papel de agregar famílias de outras comunidades em razão de ter na Escola Henrique Dias etapas do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, trazemos relatos de outras duas entrevistadas:

Eva da Silva Alves: A senhora nasceu onde?

Antônia: Lá em Terra Caída.

[...]

Eva da Silva Alves: Quanto tempo a senhora mora em São Carlos?

Antônia: 20 anos.

Eva da Silva Alves: A senhora veio morar aqui por quê?

Antônia: **Porque lá não tinha estudo para os meninos**, aí meu esposo comprou essa casa e **eu trouxe eles pra estudarem aqui.** (Antônia Alves Lopes, 66 anos, nascida em Terra Caída e mora em São Carlos há 20 anos; entrevista em 01/07/2017; negritos nossos).

Renato: Você nasceu aqui em São Carlos ou veio de outra comunidade?

Miquele: Na verdade eu nasci em Porto Velho e a minha infância toda foi numa comunidade **chamada Primor, aí por conta dos estudos, que lá não tinha, eu tive que vir morar aqui em São Carlos**, já estou aqui desde 99.

Renato: Você estudou até que ano lá em Primor?

Miquele: Até a 4ª série.

Renato: E lá não tinha para prosseguimento no ensino fundamental?

Miquele: Não, não tinha.

Renato: E esse foi um dos motivos que você mudou então para São Carlos?

Miquele: Foi por esse motivo que nós mudamos para São Carlos.

Renato: Você e toda sua família?

Miquele: **Eu e toda a minha família.** (Miquele Araújo de Souza Pinto, 34 anos, veio da comunidade de Primor para São Carlos em 1999, agente comunitária de saúde; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).





Com essas reflexões e relatos históricos, desde os documentos coloniais até os relatos feitos pelas testemunhas oculares (os atuais moradores de São Carlos), avançamos e registramos um pouco da rica, conflituosa e importante história da localidade que conhecemos por Distrito de São Carlos. Ainda segue sendo ponto estratégico de suma importância, desde a ocupação colonial até nossos dias, pois São Carlos mantém-se como ponto de encontro, de compra, de venda, de estudos, de comércio, de cultura, de relações, de conflitos, de mudanças, de pesquisa.

Como sintetizou o historiador Marco Teixeira:

Fica evidente que esta região [vale do Madeira] ofereceu uma série de oportunidades para diversas práticas de economia voltadas ao extrativismo, tanto animal, quanto vegetal ou mesmo mineral. Os danos ambientais, só muito recentemente passaram a ser considerados, mesmo assim sua contabilização ainda é imprecisa e inexata (TEIXEIRA, 2008, p. 251).

Assim, essa região, com todas as suas potencialidades e riquezas, sempre se configurou como estratégica para as pretensões de domínio colonial e agora pelos grandes empreendimentos e agências de poder capitalista que se impõem sobre ela.

Como aponta Saquet “a territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo” (SAQUET, p. 107-108, 2015) e São Carlos assim o é para todas as pessoas que interagem com seu território, dele dependem suas vidas, e segue sendo campo de incertezas, ameaças e encantamentos. A seguir descrevemos um pouco mais da atual São Carlos, para melhor entender a sua dinâmica e os desafios propostos nesta pesquisa.

3.2 A Atual São Carlos: curvas, caminhos e descrições

É um lugar encantador, morar na beira de um rio desses, ter a paz que a gente não tem na cidade grande faz toda uma diferença. [...] a paz, a tranquilidade, vamos dizer, que é sofrido, mas, até então, é um jeito mais fácil de se viver, a tranquilidade, você ainda pode dormir com a janela aberta (Priscila Cruz dos Santos, 2020).

Na configuração atual, São Carlos é uma das principais e maiores comunidades do Baixo Madeira, com aproximadamente 327 famílias e 952 habitantes⁴³, classificada como

⁴³ Conforme dados fornecidos pelos Agentes Comunitários de Saúde, em janeiro de 2020. Registra-se que muitos jovens acabam deixando a comunidade para darem continuidade aos estudos ou constituem novas famílias, que atualmente são menores, com 1 ou 2 filhos. Em São Carlos muitas famílias são constituídas apenas pelo casal. Na prática, como em São Carlos “todos são parente”, a reunião familiar é constante, onde a presença de filhos, netos, bisnetos, tios, primos, é comum, o que leva à primeira vista a ideia equivocada do conceito de família extensa, que não se aplica a realidade atual de São Carlos.





Distrito pela prefeitura de Porto Velho, e sua infraestrutura visa auxiliar e agregar outras comunidades de seu entorno⁴⁴.

Em São Carlos as principais atividades econômicas e tradicionais são a pesca, agricultura (banana, feijão, macaxeira, melancia, milho, hortaliças etc.), extrativismo (açai e castanha), serviços públicos (Escolas, Posto de Saúde, Subdelegacia, Administração etc.), serviços autônomos (bandeirinhas, limpeza de quintais, carregadores, construção civil etc.) e o comércio nas mercearias, restaurantes, pizzarias, lanches, bares, pousadas, lojas de vestuários, venda de produtos locais etc.

Passados 8 anos da cheia histórica de 2014, observa-se uma maior unicidade na comunidade, um espírito de retomada da vida, das diversas atividades locais e da esperança em seguir. Essa atmosfera pode ser observada, conforme já relatamos, na retomada de reformas nas casas, em investimentos em novas pousadas, na *internet* móvel (*wi-fi*), na recém-instalada antena de telefonia móvel da empresa *Oi*, em bares e na realização de festividades, torneios de futebol etc. Embora tudo isso tenha sofrido, como em todo o mundo, os impactos e paralisações com a pandemia do novo coronavírus, a Covid-19.

Essa retomada das atividades tem contribuído também para a movimentação na economia, na geração de fontes de rendas e ampliado a movimentação de turistas, visitantes e pesquisadores. Registra-se também uma intensificação da retomada da garimpagem de ouro no rio Madeira, o que tem aumentado o fluxo de garimpeiros nos bares, restaurantes e festividades realizadas em São Carlos. Exemplo disso foi registrado no festejo de São Carlos Borromeu, realizado entre os dias 13 e 15 de julho de 2018, no qual havia a presença de um grupo de garimpeiros e, por diversas vezes, foi noticiado o apoio deles para a realização do festejo; além do consumo, da compra de brindes dos leilões, da presença e ostentação dos mesmos (com grandes relógios, correntes, anéis banhados a ouro; algumas companhias femininas; altos lances nos leilões etc.), que de certa forma desperta um fascínio nos adolescentes e jovens da comunidade. Neste aspecto ainda, em nossa visita em dezembro de 2020, registramos a construção de 2 balsas para dragas sendo realizadas por um morador de São Carlos, e outro morador havia ido até a comunidade de Cavalcante para negociar uma balsa/draga⁴⁵.

⁴⁴ Há divergências entre a área regulamentada pela prefeitura como parte do Distrito de São Carlos e o que é comumente aceito entre os moradores do entorno, ou seja, as comunidades que mantêm relações constantes com São Carlos são: Brasileira, Boca do Jamari, Terra Caída, Cavalcante, Curicacas, Bom Será, Sobral, RESEX Lago do Cuniã, Itacoã, Primor, Jamari, Rio Verde, Tucunaré, dentre outras.

⁴⁵ Nós aproveitamos a ocasião e fomos com ele de carona em sua voadeira para realizar uma ação social do projeto de Leituras e Memórias, e também interessados em observar os diálogos e transações em torno da aquisição da balsa por ele e seu irmão, que está retornando a residir em São Carlos depois de uma temporada de moradia e trabalho em Porto Velho.





Toda movimentação de pessoas amplia as possibilidades de empregos, as próprias reformas nas casas, a realização de torneios de futebol, de festejos tem gerado rendimentos e movimentado a economia de São Carlos. Observa-se também que a partir de 2017 e 2018, as plantações de roças tem aumentado - devido ao medo de novas enchentes, havia uma desesperança em plantar, o que agora tem sido retomado - embora o período chuvoso, no início de 2019, tenha atingido algumas plantações de macaxeira e cana, tendo gerado o medo de uma nova cheia.

Relatamos estes aspectos e mudanças que vêm ocorrendo em São Carlos, pois a partir de Gluckman podemos constatar que as mudanças sociais vão se dando por diferentes elementos, como as práticas religiosas, práticas econômicas, de lazer e os conflitos que vão surgindo devido às mudanças de valores entre as gerações. Em sua análise sobre as mudanças sociais na Zululândia, Gluckman nos alerta que

O **cristianismo** irrompeu nos grupos homogêneos de parentes. O **dinheiro** e os **produtos** dos brancos introduziram a **riqueza consumível**, tornando possível uma divergência – embora pequena – nos **padrões de vida**, pois os salários são baixos para todos os zulus. Os efeitos e valores da **industrialização** e do cristianismo estão pressionando as relações entre homens e mulheres, pais e filhos e entre irmãos. Portanto, **novos conflitos estão sendo criados entre os novos e antigos valores** (GLUCKMAN, 2010, p. 363; negritos nossos).

De fato, estes elementos apontados por Gluckman como conflitos e que geram a mudança social também são observáveis em São Carlos e têm mudado os modos de vida e de ser da comunidade. Como citamos, por exemplo, a presença da *internet* móvel (*wi-fi*) tem possibilitado mais ainda aos jovens acesso aos modos de vida dos centros urbanos, colocando os moradores de São Carlos diante de uma “oposição do global ao local”, gerando o que Marc Augé (2010) chamou de “urbano sem cidade”, conforme já apontamos na introdução. Há também a presença dos garimpeiros e seus modos de ostentação, as diversas novas igrejas evangélicas que estão presentes em São Carlos, o “acesso facilitado” à cidade de Porto Velho e o constante fluxo de pessoas de Porto Velho em São Carlos e de São Carlos vindo para Porto Velho, entre outros aspectos que temos observado e que têm colocado São Carlos diante dos dilemas das mudanças e das relações sociais. Como aponta Pereira, esses aspectos vêm gerando mudanças no regime de sociabilidade ribeirinho:

Temos, assim, uma mudança do regime de sociabilidade ribeirinho: de um regime de sociabilidade baseado no costume passamos a um regime de sociabilidade em que cada vez mais a educação escolar e os meios de comunicação como a TV e o celular,





assumem um papel central nas relações sociais na comunidade (PEREIRA, 2014, p. 335).

Outro fato observado, e também indicado por Gluckman, diz respeito às mudanças que vêm sendo ocasionadas com as possibilidades abertas aos filhos mais jovens de São Carlos. Nas diversas famílias que visitamos e tivemos contato, muitos filhos, ao terminarem o ensino médio em São Carlos, estão migrando para Porto Velho à procura de continuar os seus estudos e/ou em busca de trabalho: “A migração de mão de obra oferece ao filho ou irmão mais novo a chance de escapar das dificuldades familiares.” (GLUCKMAN, 2010, p. 364).

Gluckman (2010) relatou bem em sua análise situacional da Zululândia o quanto a questão do trabalho fomenta a transformação de um sistema, ocasiona conflitos e mudança social, gerando assim transformações nos valores dos grupos, bem como fusões e dissoluções. Nesta linha é compreensível a afirmativa de Gluckman (2010, p. 295) quando relata alguns elementos que foram utilizados pelos ingleses para se aproximarem da nação zulu e com isso possibilitar seu domínio e transformação nos padrões sociais e culturais. Rapidamente destacamos os elementos apontados por Gluckman (2010, p. 295): o comércio, a religião, a língua, o poder bélico superior, o poder tecnológico, a pesquisa sobre os zulus, dentre outros elementos, com destaque para o fato de que “os ingleses trouxeram mercadorias europeias à Zululândia” (GLUCKMAN, 2010, p. 295). Em outros termos, podemos dizer que as modificações nos padrões culturais, sociais e econômicos têm se dado pela constante introdução também destes elementos elencados por Gluckman na comunidade de São Carlos, que embora permaneça resistindo e apresentando diversos elementos de comunidade ribeirinha tradicional, tem também se transformado e revelado um sistema em mudança social, em conflitos e superações, e nem por isso deixa de ser uma comunidade ribeirinha tradicional. Daí decorre a importância da análise antropológica e sociológica destas mudanças, visando encontrar elementos de permanência, de mudança e entender esse processo social em sucessivos equilíbrios e desequilíbrios (GLUCKMAN, 2010, p. 281).

Portanto, a questão do trabalho é um aspecto fundamental a se analisar, pois a questão do comércio, das atividades do lazer, das terras cultiváveis, da mão de obra, da pesca etc. estão intimamente ligados e entrelaçados, se configurando como elementos que geram conflitos, ocasionam mudanças sociais e impactam nos modos e hábitos de vida de uma comunidade.

Esses elementos serão melhor analisados no decorrer da seção 4, à medida que formos apresentando mais dados de entrevistas e informações observadas na realidade de São Carlos. Antes disso, porém, se faz necessário uma caracterização da atual comunidade de São Carlos,





para entendermos como ela vem resistindo, se transformando ao longo das décadas e mantendo-se como comunidade ribeirinha tradicional estratégica e simbólica frente aos empreendimentos e agências de cooptação.

Para melhor conhecermos São Carlos e seu entorno, iremos descrever, em minúcias, o percurso de Porto Velho a São Carlos, tanto por via fluvial como terrestre, e faremos um “passeio” pela comunidade, pois os elementos que serão elencados podem contribuir com a análise situacional e do contexto de São Carlos, bem como possibilitará ao leitor “olhar/visualizar” melhor os embates e reflexões que são propostos nesta tese.

3.2.1 Navegando pelo “rio” até São Carlos

O acesso fluvial à comunidade de São Carlos continua sendo uma opção utilizada pelos moradores, especialmente quando precisam levar mercadorias de consumo. Vai-se até o Porto do Cai N’água, que fica na região central de Porto Velho, onde atracam as embarcações que fazem percursos para São Carlos, Nazaré, Calama, Humaitá, Manaus e demais cidades que ficam às margens do rio Madeira. Neste porto também atracam os barcos de grande porte e balsas, que transportam passageiros e produtos para Manaus, sendo que na sua maioria fazem linha direta, não levam os passageiros que vão até as comunidades pertencentes a Porto Velho, que é feito por barcos de médio porte.

Os barcos de médio porte levam em torno de 100 passageiros e mercadorias, fazem o trajeto até São Carlos, que dura em média 4 horas descendo e 6 horas subindo. O trajeto é feito nas segundas, quartas e sextas, de Porto Velho a Calama⁴⁶, passando por São Carlos, com saída ao meio-dia, e terça, quinta e sábado, de Calama a Porto Velho. Há também a embarcação conhecida como Expresso, uma lancha que leva 40 passageiros e que faz o percurso em menor tempo, porém geralmente já vem lotada, pois passa antes em Calama e Nazaré.

Nos barcos geralmente são levadas mercadorias para os comerciantes e material de construção (tijolos, cimento, tábuas etc.), que são transportados no convés de carga, e na volta são transportados produtos das famílias que residem nas comunidades: açaí, farinha, peixe, banana etc.

Ata-se uma rede e, no balanço das águas, segue-se a viagem e as lembranças de todo um imaginário que o rio proporciona na vida das pessoas que por ele passam e que no entorno

⁴⁶ Calama é distrito de Porto Velho e fica na margem direita do Rio Madeira, na divisa com o estado do Amazonas, sendo o seu acesso somente por via fluvial.





dele construíram suas vidas e sua identidade, pois por muitos anos este era o único percurso possível, era a única “estrada” de acesso a Porto Velho ou a Manaus. Cabe registrar que até recentemente o percurso era feito apenas de barco (a estrada que chega até São Carlos tem pouco mais de 12 anos). No barco encontram-se amigos da comunidade de São Carlos e de outras comunidades do Baixo Madeira, conta-se histórias e lembra-se o viver nestas águas: o que passou, o que se passa e o que virá.

Atualmente, conforme se vai descendo, observa-se muitas mudanças ao longo do rio. Logo que saí de Porto Velho, passa-se pela ponte que liga Rondônia ao Amazonas, grandiosa obra que custou quase R\$ 200 milhões e foi inaugurada em 2014. Essa ponte está na BR 319, que liga Porto Velho ao estado do Amazonas.

Pouco antes da ponte e em seguida, na margem direita, estão instalados portos graneleiros, de gás, petróleo e há grande movimentação de balsas e barcos atracados para carga e descarga, cujos produtos seguem para o Porto de Itacoatiara, no Amazonas, e de lá seguem para o Oceano Atlântico com destino à Ásia e Europa.

Observa-se também a presença, ao longo de todo o trajeto, de moradores e pequenas comunidades tradicionais, porém muitas casas abandonadas, pois foram destruídas pelas águas na enchente de 2014 e nem todas as comunidades conseguiram retomar.

Cena comum são as balsas e dragas que fazem a extração de ouro e estão atracadas aos montes ao longo de todo o rio. Estima-se que no trajeto de Porto Velho a São Carlos há mais de 200 dragas e balsas em operação. Geralmente nas curvas do rio intensifica-se a presença delas, devido o movimento das águas facilitar a extração. Em um dos pontos contamos mais de 40 dragas juntas, enfileiradas, à semelhança de um conjunto de casas populares, pois possuem estrutura de casas, na maioria cobertas de palhas, conforme fotografia abaixo.

Fotografias 08 e 09: Dragas de extração de ouro no rio Madeira



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2018 e 2019.





Aproximadamente 20 km de Porto Velho, descendo o rio na comunidade de Cujubinzinho, passamos pelo Terminal Portuário Privado da Amaggi Exportação e Importação⁴⁷ e logo em seguida pelo Terminal Portuário Privado da Bertolini, ambos construídos em 2013-2014, à margem direita do rio Madeira, e que dá vazão a maioria dos grãos (soja, milho, arroz) produzidos e que entram no estado de Rondônia, vindos principalmente do Mato Grosso. Nesta mesma região está sendo instalado o porto de petróleo da empresa Equador e também será instalado o Polo Industrial de Exportação de Produtos na Zona de Processamento de Exportação de Produtos (ZPE) de Rondônia, aprovada em 2009 através do Projeto de Lei do Senado n° 351/2007, de autoria do Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). Porém, só agora se conseguiu a aprovação de recursos para sua implantação, conforme anunciou em 2018 o Senador Valdir Raupp⁴⁸, com a promessa de “instalação de novas indústrias e a geração de emprego e renda para jovens e adultos”, e que também tem sido propagada pelo governo do estado⁴⁹ como forma de alavancar a economia.

Após algumas curvas, pequenas ilhas e divisões do rio em canais que voltam a se encontrar após as ilhas, avistamos na margem esquerda a comunidade de São Carlos, que nos convida a ali descer e sentir seus encantos, alegrias, esperanças, dramas e dores, sentir sua gente e o pulsar da vida que ali resiste há muitos e muitos anos.

3.2.2 Dirigindo pela “estrada” até São Carlos

O acesso terrestre é o mais utilizado nos últimos anos, uma vez que a estrada com acesso até a Boca do Jamari, que fica de frente a São Carlos, foi aberta há uns 12 anos. A seguir passamos a descrever o percurso de Porto Velho a São Carlos.

Tomamos como ponto inicial e de referência o encontro da Avenida dos Imigrantes com a Estrada da Penal, onde visualiza-se placas sinalizando o acesso a “Zona Portuária - Bertolini e Amaggi”. Trata-se de uma região da cidade que possui três conjuntos habitacionais, em média 25 prédios de médio porte, com 6 a 8 andares cada. É comum, por volta das 9h da manhã, ver neste ponto os 2 ônibus de linha - que fazem o percurso de São Carlos a Porto Velho - parados para o desembarque de algumas pessoas vindas de São Carlos e entorno, trazendo na bagagem sacas de açaí, cachos de banana, sacas de farinha, caixas de isopor etc.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K4oV07m5bTM>> Acesso em: 08 de agosto de 2018.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/senadorraupp/videos/2082195025366432/>> Acesso em: 10 de agosto de 2018.

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/mudanca-na-legislacao-vai-agilizar-implantacao-da-zona-de-processamento-de-exportacao-em-porto-velho-diz-vice-governador/>> Acesso em: 10 de agosto de 2018.





Seguindo, observa-se outros condomínios luxuosos e fechados, alguns já com casas e outros ainda em processo de construção de casas, mas já cercados e com as estruturas básicas oferecidas aos futuros moradores; ou seja, uma área promissora da cidade de Porto Velho. Logo após sair do perímetro urbano de Porto Velho, há 4,5 km, chegamos aos principais presídios de Rondônia: Presídio Urso Branco, Penitenciária de Médio Porte – Pandinha e Penitenciária Estadual Milton Soares de Carvalho; daí o nome: Estrada da Penal. No entorno dos presídios existem alguns escritórios, lanches, restaurantes e intenso movimento, considerando a grande quantidade de presidiários e familiares que os visitam.

Seguimos pela RO-005, rodovia com parte pavimentada e parte em cascalho, pois a obra de pavimentação do trecho até os principais portos, iniciada em julho de 2018, ainda segue inacabada, ao menos até agosto de 2022. Essa estrada dá acesso aos portos graneleiros das empresas Amaggi e Bertolini e ao recém-instalado porto de petróleo da empresa Equador, que ficam na comunidade de Cujubinzinho, na margem direita do rio Madeira. Nesta mesma comunidade há um projeto para instalação do Polo Industrial de Exportação de Produtos na já aprovada Zona de Processamento de Exportação de Produtos (ZPE), de Rondônia. Por esta razão, trata-se de uma estrada larga e que regularmente é recuperada, tendo em vista um fluxo significativo de carretas que por ela trafegam transportando grãos (soja, milho, arroz etc.) e petróleo. Mesmo assim, e devido ao fluxo de carretas, a estrada fica com bastante buracos e dificulta a trafegabilidade.

Ao longo deste trecho encontramos diversas chácaras, sítios e fazendas com criação de gado, pequenos animais e alguns pontos de comércio; chama a atenção o início de algumas áreas mecanizadas, que já dão espaço para o cultivo de soja e milho. A aproximadamente 20 km de Porto Velho, temos um entroncamento, no qual há uma escola, posto de saúde, campo de futebol, um bar e a estrada que dá acesso à BR 364 e que passa por detrás da cidade de Porto Velho, ou seja, uma espécie de atalho para as carretas que vêm da BR 364 no sentido Acre, antes de chegar em Porto Velho pegam a direita e chegam aos portos acima descritos. Aqui encerra o trecho pavimentado e em pavimentação. Essa estrada passou a ser usada com esta finalidade nos últimos 6 anos e sai diretamente nos portos Bertolini e Amaggi, como mencionado, desviando-se assim o tráfego da zona urbano de Porto Velho, e é por esta razão que está sendo pavimentada.

Passados os acessos à zona portuária, a estrada segue com menor fluxo de carros e motocicletas, sendo uma estrada mais estreita. Permanece ao longo da mesma a presença de pequenas chácaras, sítios e fazendas. Observa-se também a presença de diversas igrejas, na sua maioria de denominações evangélicas. Chega-se a um novo entroncamento no qual temos a





Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, que atende alunos da região e que são trazidos de ônibus escolar (em média 6 ônibus fazem o transporte dos alunos da região e ficam estacionados no pátio desta escola).

Tomamos o caminho da esquerda e continuando o percurso passamos por um local conhecido como Vala (ou Vala do Candeias, Vala do dr. Martins ou Vala do Jacu), trata-se de um canal com 1 quilômetro e meio ligando o rio Candeias ao Madeira, aberto pelos seringueiros, de forma manual, na época dos seringais. Segundo o historiador da Universidade Federal de Rondônia, Dante Fosenca (2017), a obra foi concluída em meados de 1910 ou 1912, sendo o engenheiro e seringalista Dr. Martins seu idealizador. Tal façanha ocorreu na época da produção da borracha que era escoada pelos Rios Candeias e Jamari até chegar ao Madeira. Como neste local o rio Candeias se aproxima do Madeira, a referida Vala (furo) foi construída para diminuir o tempo de viagem e com o passar dos anos e a força das águas, hoje é um verdadeiro braço do rio, o que desencadeou a necessidade de construção de uma longa ponte; a ponte foi construída, mas de madeira, e assim ficou por anos. No final de 2019, teve início a construção de uma ponte de concreto com recursos do Governo do Estado de Rondônia⁵⁰ no valor de R\$ 3.264.965,52. Essa ponte de concreto foi condenada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e não teve inauguração oficial. Porém, os moradores, inconformados com a precariedade da ponte de madeira, atearam fogo em sua estrutura por quatro vezes e, por conta própria, colocaram terra nas cabeceiras da ponte de concreto e passaram a usá-la⁵¹.

Um pouco depois, há uns 45 km de Porto Velho, chegamos na vila conhecida como Aliança, que fica na margem direita do rio Madeira, mas em terra firme e alta. Há na vila um campo de futebol, a Escola Municipal Prof^a. Maria Angélica Queiroz de Oliveira, igrejas, comércio e em torno de umas 100 casas - algumas ainda em construção, em alvenaria, na sua maioria - novas e voltadas para a estrada; algumas poucas são em madeira e voltadas para o rio, o que indica que são mais antigas. Observa-se um fluxo significativo de pessoas nesta localidade.

Faltando uns 12 km para chegar em São Carlos, temos a Agroindústria de Castanha, que faz parte da Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira (COOMADE),

⁵⁰ Conforme informações obtidas a partir da placa que consta na obra. O prazo de construção previsto é de 510 dias, sendo indicado apenas que a empresa responsável foi contratada via “Contrato N° 037/18/PJ/DER-RO”.

⁵¹ Diversos sites locais publicaram notícias sobre essa situação e de forma controversa: <https://rondonoticias.com.br/noticia/geral/47812/ponte-do-jacu-vala-e-novamente-alvo-de-incendio-e-deixa-moradores-isolados>; <https://tcero.tc.br/2020/12/11/tce-ro-debate-com-der-obra-da-ponte-no-corrego-do-jacu-da-vala-e-recuperacao-da-antiga-ponte-de-madeira-incendiada/>; <https://www.rondoniagora.com/cidades/ponte-do-jacu-da-vala-e-incendiada-pela-4a-vez-e-isola-comunidades-em-porto-velho>





construída em 2015 pelas Usinas de Santo Antônio e Jirau como compensação social e por força de decisão judicial do Ministério Público de Rondônia. Salienta-se que esta Agroindústria foi construída em região de “terra alta”, distante da margem direita do rio Madeira em uns 2 km e às margens da estrada; porém a forma mais barata de transporte de mercadorias se dá pelo rio, cujo acesso até a agroindústria não foi aberto, nem mesmo o porto/rampa para descarregar a produção. A agroindústria está instalada em uma grande fazenda, com uma vasta área de pasto e na qual, conforme projeto anunciado e apresentado pelo poder público (Prefeitura de Porto Velho e Governo do Estado de Rondônia) aos moradores de São Carlos, em abril de 2015⁵², seria também construída a “Nova São Carlos”, projeto que até o presente momento não saiu do papel e sobre o qual há grandes controvérsias e recusa dos moradores em mudar, por ficar distante dos rios, ou seja, distante dos rios Madeira e Jamari, fonte dos recursos naturais e dos meios que asseguram os modos de vida da comunidade. Essa área localizada na Gleba Aliança e no imóvel denominado “Sítio Lagoinha e Três Irmãos”, chegou a ser declarada de utilidade pública, por interesse social, para fins de desapropriação e construção de casas populares e equipamentos públicos, para a instalação do Projeto “Nova São Carlos”, nos termos do Decreto nº. 19.000, de 3 de julho de 2014, publicado no DOE N° 2490, de 03/07/2014, página 6.

Devido o anúncio da instalação da “Nova São Carlos”, na área mencionada acima e cuja propriedade é particular (fazenda), pouco mais de 3 km a frente (sentido São Carlos - faltando em torno de 09 km para chegar à Boca do Jamari), iniciou-se, após 2014, uma comunidade que em agosto de 2022, já continha em torno de umas 35 casas, algumas em construção, e mais alguns terrenos sendo limpos, quase todas as casas são em alvenaria e voltadas para a estrada. Observa-se também na região diversas placas de venda de datas e chácaras, o que indica uma especulação imobiliária na região.

Logo em seguida, ao passar pela última fazenda de pasto, muda-se bastante o clima, são regiões mais baixas e que alagam, começamos a ir mais na beira do rio Madeira e logo na direita está o rio Jamari (já tendo sido juntado a ele o rio Candeias), muda-se a vegetação, presença maior de plantações de bananas, além de cana, macaxeira e criação de animais de pequeno porte (galinhas, patos e porcos) em pequenas localidades, com denominações de chácaras, e muitas com nomes que remetem à tradição bíblica cristã. Observa-se que são áreas menores, de cultivo e forma mais artesanal de derrubada da mata.

⁵² Conforme notícia que constava na página oficial da Prefeitura de Porto Velho (depois retirada) e que consta na íntegra no site do jornal eletrônico *O Nortão* (Disponível em: <<http://www.onortao.com.br/noticias/apos-garantir-a-area-para-a-reconstrucao-do-distrito-de-sao-carlos-sempla-e-uniron-apresentam-projeto-arquitetonico,39871.php>>. Publicada em 22/04/2015 e Acesso em: maio de 2017).





Aproximando-se da Boca do Jamari, passamos pela comunidade de Brasileira: composta por algumas famílias que residem na margem direita do rio Madeira, há um campo de futebol, a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, alguns bares e pequenos comércios e, recentemente instalado, um “Bar e Conveniência entre Rios” (fato que nos chamou a atenção, pois a frente está há uns 400mts do rio Madeira e aos fundos da propriedade, há uns 500mts, fica o rio Jamari), cujas características e algumas bebidas disponíveis de fato reportam às conveniências dos centros urbanos; trata-se de uma construção nova, ornamentada com diversas plantações, rosas do deserto, flores e alguns artesanatos (uso de pneus de carros, por exemplo, para plantar flores).

Em seguida chegamos à Boca do Jamari, local assim denominado porque de fato é onde o rio Jamari deságua no rio Madeira. Desde os relatos coloniais formou-se neste lugar uma comunidade e ali há um fluxo constante de pessoas, onde temos comércio (bares e restaurantes), uns 6 flutuantes que ficam ancorados no entorno, presença de várias dragas que ficam no encontro das águas e realizam o processo de garimpagem do ouro, vagas de estacionamento para carros e motos (geralmente quem vai para São Carlos deixa ali seus veículos, que são cuidados pelos moradores, cujo serviço custa em média R\$ 10,00 a diária). Nesta localidade temos em torno de 25 casas, todas em madeira, no formato de palafitas, altas, pois trata-se de uma área alagadiça, devido estar localizada no encontro dos dois rios. Há também presença constante de bandeirinhas (trabalhadores que realizam a travessia nas voadeiras) e que estão organizados via Associação dos Agentes de Ecoturismo, Pescadores e Agricultores do Rio Jamari e Adjacência do Baixo Madeira, que tem em torno de 17 sócio-agentes (bandeirinhas) e 22 sócios-contribuintes (informações de 2020, antes da pandemia; não conseguimos dados atualizados, pois a Associação está em processo de reestruturação); entretanto observa-se a prática de travessia realizada por não associados. Por ser o ponto final da estrada que sai de Porto Velho no sentido do Baixo Madeira, e para prosseguir para as demais comunidades somente via fluvial, esta localidade recebe moradores das demais comunidades que tomam ali suas voadeiras, canoas e barcos para seguir viagem.

3.2.3 Caminhando pelas “ruas” e quintais de São Carlos

Da Boca do Jamari é só embarcar com um dos bandeirinhas, com preço de R\$ 15 reais. Saímos nas águas limpas do rio Jamari e em seguida já estamos no encontro das águas barrentas do Madeira, estando logo à frente a comunidade de São Carlos. O que primeiro se avista ao se





aproximar de São Carlos é a alta e pontiaguda torre da Igreja Católica. A Igreja é denominada de Santuário de Nossa Senhora Aparecida, construída em terreno doado pelo Sr. Rodolfo Guimarães, sendo a pedra fundamental da atual construção em alvenaria lançada em 26/01/1937 e abençoada pelo Pe. José Francisco Pucci, porém há relatos de que antes desta construção havia ali uma igreja de palha, e depois de madeira, que foi a que cedeu lugar para a atual construção. Alguns moradores nos relataram que o seringalista e dono de engenho de cachaça Rodolfo Guimarães, cujo filho ficou muito doente, fez uma promessa e com isso doou o terreno e ajudou a construir a igreja. No interior da igreja temos como imagem central Nossa Senhora Aparecida e abaixo a de São Carlos Borromeu. São realizados os dois festejos, porém o festejo em honra a Nossa Senhora Aparecida, em outubro, é o maior e mais tradicional. A igreja está instalada em uma vasta área, com 8 mangueiras centenárias e que começam a cair, devido a idade; igualmente existiam alguns pés de manga centenários na margem do rio e em 2018, vieram a cair alguns e em 2020, as últimas grandiosas mangueiras também caíram, restando apenas algumas do pátio da Igreja Católica.

Logo à direita da igreja, caminhando na margem do rio, temos a central de abastecimento de energia elétrica, que funciona na localidade desde 1973 e foi movida a óleo diesel por muito tempo. A central estava então sob o controle do Grupo Guascor do Brasil. Atualmente está sendo movida por biodiesel e gerida pela Brasil BioFuels⁵³.

São Carlos pode ser visualizada considerando 1 faixa de terra⁵⁴ na margem do rio com alguns bares, restaurantes, comércios, áreas livres, áreas de atracação de barcos e flutuantes e, por detrás, 4 ruas ou vias⁵⁵ no sentido do rio, com diversas travessas que cortam as ruas, sendo que mais para os fundos ainda há outras vias de acesso, com casas e plantações. Quase toda São Carlos é coberta por grama, que é mantida bem baixa pelos moradores e pela prefeitura. Observa-se muito verde, cada terreno possui uma área de 35 x 80 metros e vai de uma rua até a outra, sendo por isso comum os moradores circularem por dentro dos terrenos para atravessar de uma rua para a rua dos fundos. Como os terrenos são grandes e as casas são feitas próximas às vias, sobra um grande espaço para o cultivo de plantas, sendo comum pés de açaí, macaxeira, banana, manga, mamão, graviola, canteiro de cebola, plantas medicinais e fruteiras em geral;

⁵³ Mais informações disponíveis em: <<https://www.brasilbiofuels.com.br/rondonia/>> Acesso em: 12 de agosto de 2018.

⁵⁴ Conforme relatam os moradores, existia uma rua com uma fileira de casas, porém os banheiros das águas foram destruindo as margens (falam em 300 metros que foram levados pelas águas) e as casas foram retiradas e transferidas mais para longe da margem, dando origem às demais ruas mencionadas aqui.

⁵⁵ As ruas ou vias que mencionamos são de áreas calçadas (hoje quase tudo encoberto ainda de terra devido a enchente) e pelas quais circulam apenas pessoas a pé, bicicletas e motocicletas (que tem aumentado a quantidade nos últimos anos); em São Carlos não há carros, apenas 2 pequenos tratores, um da prefeitura e outro, particular.





nas áreas mais abertas cresce grama naturalmente, que é sempre mantida baixa, conforme pode ser observado nas fotografias a seguir. Os moradores que não dispõem de uma roçadeira pagam em média R\$ 80,00 a R\$ 100,00 reais para ter o seu quintal roçado por um profissional.

Fotografias 10 e 11: Casas, quintais, grama e plantações



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2018 e 2019.

Na primeira rua, chamada de Rua Padre Chiquinho, onde estão instaladas a Igreja Católica e a central de energia, em uma ponta. Seguindo no sentido subindo o rio, temos as casas dos moradores mais antigos, como a casa da Dona Maria do Socorro da Silva, conhecida como Dona Jacinta, que é moradora de São Carlos praticamente desde quando nasceu, em 1933 (ela nasceu em um seringal no rio Jamari e veio criança para São Carlos). Dona Jacinta é viúva de Manoel da Silva, teve 6 filhos/as e seu pai está enterrado nos fundos do terreno onde ela mora, cujo local ela nos levou para visitar, por ocasião de uma entrevista sobre sua vida na época da cheia. Nesta entrevista (que abordaremos em profundidade na seção da Etnografia das Cheias), ela nos relatou sobre o tempo que passou em Porto Velho, em consequência da cheia de 2014, e nos afirmou que “lá” em Porto Velho vivia em “uma prisão livre”, pois ficava “só dentro de casa... só olhando a grade, aí meu Deus, tô meio que presa aqui... (risos)”. Em outro momento relatou ainda que “lá eu chorava todo dia, olhando para aquelas grades de ferro”.

Ao lado da casa de Dona Jacinta vive sua filha, Maria Aparecida, que tem 66 anos e é casada com o Sr. Luiz Queiroz de Lima, que mora em São Carlos há 67 anos e nos relatou bastante sobre os processos e mudanças pelas quais já passou a comunidade (em outro momento abordaremos a sua entrevista). Prossigamos o nosso passeio por São Carlos, e ainda pela primeira via.

Logo em seguida temos a pequena instalação da Administração do Distrito e do seu lado uma minipraça de equipamentos de ginástica abandonados. Essa travessa é um dos principais locais de circulação de pessoas, pois há um flutuante onde são atracadas as voadeiras,





onde os barcos param e há dois restaurantes e bares, o da Dona Lu e o da Jamilly: em ambos se serve almoço e jantar, cervejas e bebidas em geral e há mesas de sinuca, atraindo um fluxo constante de pessoas; nesta entrada há também 1 pizzaria, 1 papelaria e 2 lojas de vestuários.

Na mesma travessa há, na frente da Administração, um espaço denominado de “chapéu do prefeito” (pequena construção circular, que em 2019 foi reformada, lhe sendo colocada cerâmica e cobertura de telha). Este espaço se tornou um ponto de encontro de jovens e adolescentes, pois neste ponto havia uma antena do sistema de *internet* móvel (*wi-fi*) instalado em São Carlos, no final de 2016. Atualmente já há diversas antenas em vários outros pontos da comunidade, dando uma cobertura quase que total do sinal de *wi-fi* nas casas. Esse sistema é mantido por um morador que investiu no sistema de *internet* a rádio e que vende senhas de acesso à *internet* no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por 24 horas de uso; antes custava R\$ 4,00, porém devido aos investimentos em novas antenas, o preço subiu para R\$ 5,00 em julho de 2018. Em outubro de 2019, ocorreu a instalação de uma antena e início da operação da Telefonia *Oi*, o que ampliou o uso de celulares na comunidade, passando agora também para o uso de ligações telefônicas. Porém, ainda segue o sistema de antenas e a venda de senhas para uso de um dia, que em 2022 está custando R\$ 6,00, que geralmente são adquiridas por pessoas que passam na comunidade e não tem o chip da operadora *Oi*.

Nesta mesma esquina temos as instalações da Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Dias, criada através do Decreto nº 844, de 15 de julho de 1977, com nome de Escola Rural Henrique Dias, posteriormente denominada Escola Municipal de 1º e 2º graus Henrique Dias, através do Decreto nº 4.600, de 18 de novembro de 1991. Em 2017, contava com 434 alunos matriculados, sendo 199 de São Carlos e 135 de comunidades do entorno e dependentes do transporte escolar fluvial. Na série histórica, temos: em 2013, total de 508; em 2014, total de 328; em 2015, total de 457; em 2016, total de 481 alunos matriculados. Observa-se que em 2014, caiu drasticamente a quantidade de alunos (perda de 180 alunos), reflexos da cheia de 2014.

Em consultas ao site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), verificamos os dados disponíveis dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) acerca dos últimos anos⁵⁶, conforme indicados no quadro a seguir.

Quadro 01: IDEB de 2013 a 2019

⁵⁶ Dados disponíveis em: <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/11001186>>. Acesso em: 05/04/2022.





Anos \ Ciclos	2013		2015		2017		2019 ⁵⁷	
	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta
4ª série/5º ano	4.1	4.2	*	4.5	5.0	4.8	***	5,1
8ª série/9º ano	2.2	2.9	2.8	3.5	4.0	3.8	***	4,0

Fonte: Dados do INEP – Organização: autor. Observação: Em verde os anos em que o observado superou a média da meta projetada. *Número de participantes no Saeb insuficiente para que os resultados sejam divulgados. *** Sem média no Saeb (não participou ou não atendeu aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado).

Nas dependências da Escola Henrique Dias funcionou de 2012 a janeiro de 2019, por força de um Termo de Cooperação Técnica entre o Estado (SEDUC) e Município (SEMED), firmado em 12 de dezembro de 2012 (DOERO, nº 2120, p. 24, 17/12/2012), uma Extensão da Escola Estadual de Ensino Médio Major Guapindaia, para atendimento aos alunos do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os dados de alunos matriculados no Ensino Médio já foram solicitados em duas ocasiões e ainda não conseguimos obtê-los. Em fevereiro, quando da criação da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Juracy Lima Tavares, se tinha a previsão das aulas iniciarem em 1º de abril de 2019, “dentro do calendário escolar especial que foi elaborado para 2019” (conforme Coordenadora Geral de Educação da Seduc, professora Irany Oliveira)⁵⁸. Entretanto, devido ao longo e tumultuado processo do transporte escolar do Município de Porto Velho⁵⁹, as aulas do ano letivo de 2019 só tiveram início em 03/10/2019, tendo o seu encerramento em 30/03/2020, já no contexto do “Estado de Calamidade Pública” decretado em todo o território do estado de Rondônia (Decreto nº 24.871, de 16 de março de 2020), para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19.

Cabe observar que em 2018, o transporte escolar fluvial que atende as regiões ribeirinhas e rurais de Porto Velho, contratado pela Secretaria Municipal de Educação, e que atende as comunidades do entorno de São Carlos, levando os alunos para as aulas nas escolas Henrique Dias e Major Guapindaia, tem passado por sérios problemas administrativos, o que

⁵⁷ Não há dados divulgados após 2019, provavelmente em virtude do cenário da Pandemia do Covid-19.

⁵⁸ Governo do Estado cria escola no distrito de São Carlos. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/governo-do-estado-cria-escola-no-distrito-de-sao-carlos/>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

⁵⁹ Para uma síntese da crise do transporte escolar rural e ribeirinho de Porto Velho, ver a notícia: Intervenção na Semed chega ao fim após ação por desvios no transporte escolar em Porto Velho. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/10/24/chega-ao-fim-intervencao-na-semed-apos-acao-por-desvios-no-transporte-escolar-de-porto-velho.ghtml>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.





tem prejudicado o andamento das aulas e atividades escolares. Ocorreram duas longas paralisações do sistema de transporte fluvial, em 2018, por falta de pagamentos e problemas judiciais⁶⁰.

Em 2019, o transporte escolar ficou sem funcionar até outubro, levando a quase 10 meses de paralisação das atividades escolares em todas as escolas rurais e ribeirinhas do Município de Porto Velho, que retomaram as aulas somente em 03/10/2019. O transporte escolar fluvial funcionou precariamente até o encerramento do ano letivo de 2019, ocorrido em março de 2020, e em seguida veio o ensino remoto, devido ao estado de calamidade pública causado pela Covid-19, que se seguiu até o início do calendário letivo de 2022.

As aulas retornaram em fevereiro de 2022, porém o problema do transporte escolar fluvial, agora de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-RO), ainda não foi solucionado e os alunos que dependem do transporte fluvial seguem com aulas remotas e realizando atividades a partir do material impresso. Em final de março de 2022, visitamos a Escola Henrique Dias para pesquisas e as consequências desta lastimável realidade foi novamente, e infelizmente, constatada *in loco*. As perdas para a aprendizagem das crianças são lastimáveis: alunos no 6º e 7º anos que não sabem ler (mal soletram) e nem escrever. A culpa não é dos professores e muito menos dos alunos, mas sim do sistema educacional, resultante destes 5 anos de paralisações do transporte escolar fluvial que atende as comunidades ribeirinhas do Município de Porto Velho.

Para aprofundamento das discussões desta realidade educacional de São Carlos, recomendamos a tese de doutorado da pesquisadora Eva da Silva Alves, intitulada *Educação escolar nas comunidades rurais-ribeirinhas amazônicas do Distrito de São Carlos, em Porto Velho-RO*⁶¹, cujas etapas de pesquisa acompanhei desde o início, uma vez que a referida doutora esteve presente em todas as pesquisas que realizamos em São Carlos, o que nos permitiu partilhar de ideias, discussões e reflexões, tantas as presentes nesta tese como na dela.

Após essa longa mas necessária reflexão sobre essa importante instituição, que é a Escola em São Carlos, seguimos a nossa caminhada e logo após algumas casas, chega-se ao Posto de Saúde da Família, que possui uma equipe de funcionários que cuidam da prevenção das doenças epidemiológicas, visitam as famílias para orientações e entregas de medicamentos básicos etc. Há neste Posto de Saúde cadeira de dentista, porém atende 1 vez por semana, pois

⁶⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2018/09/06/sem-acordo-mil-alunos-continuam-sem-transporte-escolar-fluvial-em-porto-velho.ghtml>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

⁶¹ Disponível em: <https://www.univali.br/pos/doutorado/doutorado-em-educacao/banco-de-teses/Paginas/default.aspx>.





o dentista vem de Porto Velho. São também realizados atendimentos básicos pelos agentes de saúde e distribuição de medicamentos básicos. Algumas vezes são agendadas diversas consultas médicas de moradores de São Carlos e comunidades do entorno e vem uma equipe médica (médicos e enfermeiros) de Porto Velho para os atendimentos. Após os atendimentos, se for necessária a realização de exames, os pacientes deverão agendar e se deslocarem até Porto Velho para realizá-los. Desde 2017 está sem médico e o procedimento é realizado da seguinte forma: o paciente chega até o Posto de Saúde, o agente de saúde liga para o SAMU de Porto Velho e relata as queixas do paciente e o médico receita a medicação e indica a necessidade de exames e/ou encaminhamento para Porto Velho. Em se tratando de casos graves, espera-se uma ambulância ir de Porto Velho buscar o paciente na Boca do Jamari. Em 2017, ocorreu o caso de morte de um paciente por problemas cardiorrespiratórios que não foi socorrido a tempo; em 2018, ocorreram situações de moradores que, tendo sido mordidos por cobras peçonhentas, terem tido o socorro realizado diretamente pelos próprios moradores, se deslocando até Porto Velho. A partir de maio de 2019, com a destinação de recursos de emenda de um parlamentar federal de Rondônia, as comunidades do Baixo Madeira passaram a contar com uma nova ambulância, que vem atendendo as comunidades e fica de prontidão na Boca do Jamari⁶².

Mais à frente temos as instalações da Subdelegacia de Polícia que realiza os atendimentos das ocorrências da região. Na Subdelegacia trabalham alguns policiais civis, que são residentes em São Carlos, e militares que atuam em regime de plantão e vêm de Porto Velho. Os agentes fazem uso de motocicletas para os deslocamentos dentro da comunidade. Quando são realizados festejos na comunidade o efetivo é sempre reforçado. É comum no percurso entre Porto Velho e São Carlos, na estrada, encontrarmos o carro da Polícia Militar, devido a trocas de plantão. Atualmente as maiores queixas têm sido de pequenos furtos, especialmente de motores de barcos; alguns moradores apontam que devido a facilidade de acesso pela estrada, essa prática de furto tem aumentado, sendo praticado por pessoas estranhas vindas de Porto Velho.

Em seguida encontramos a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Juracy Lima Tavares, criada por força do Decreto Nº 23.647, de 12 de fevereiro de 2019, e cujas instalações foram construídas no final de 2018. Trata-se de uma pequena construção, com alicerces em concreto e metade para cima em madeira, com 3 salas de aula (1 delas dividida entre alunos,

⁶² Garçon destina ambulância/caminhonete traçada para Baixo Madeira. Disponível em: <<http://rondonoticias.com.br/noticia/politica/25056/garcon-destina-ambulancia-caminhonete-tracada-para-baixo-madeira>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.





guarda de equipamentos da escola, fichários e o orientador educacional), cozinha, sala da direção, banheiros e uma pequena área onde ficam os alunos e demais funcionários.

Seguindo a caminhada, logo mais encontramos um grande templo da Assembleia de Deus, cuja participação de fiéis é significativa. Em diálogos com os fundadores da Assembleia de Deus em São Carlos, soubemos que as atividades da igreja tiveram início em 1978, com a vinda deles da comunidade de Sobral para São Carlos. Iniciaram as atividades na área do comércio Fonte de Luz, ainda hoje existente na comunidade, e com o aumento dos “convertidos”, fizeram uma construção de madeira, que foi derrubada pelas águas e desbarrancamentos. Com isso ergueram uma nova construção em alvenaria, que foi reformada e ampliada após a cheia de 2014.

Passa-se algumas casas e nos deparamos com um campo de futebol bem conservado e mantido limpo pela administração do município. Em agosto de 2018, ocorreu neste campo a primeira fase do 27º Interdistrital de Esportes 2018. Trata-se de um evento organizado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Porto Velho e é considerado a “copa dos distritos de Porto Velho”, nas palavras do entrevistado Ridson Fagno. Para a realização do evento, foi realizada a irrigação do campo, reforço da arquibancada e algumas melhorias paliativas no Distrito. Durante o evento também houve o processo de escolha da Musa do Interdistrital. Ou seja, trata-se de um evento de lazer que visa agregar as comunidades e distritos de Porto Velho. Observamos que neste campo, no decorrer do ano, treinam os diversos times da comunidade e são realizados jogos durante todo ano com os demais times das comunidades do entorno. Além de haver também o treino e jogos de times femininos.

A rua Padre Chiquinho prossegue ainda mais a frente com algumas casas e liga de forma terrestre a comunidade de São Carlos às comunidades São José, Itapirema e Prosperidade, que ficam do lado esquerdo do Madeira.

Na segunda rua temos como destaque: próximo ao campo o Hotel Filadélfia, conhecido como Pousada do Crispim, inaugurado em julho de 2018, conta com 8 quartos e vasta área de café e espaço para os hóspedes. Após diversas casas, temos o “Ginásio Poliesportivo” de São Carlos, que na verdade é apenas uma quadra coberta na qual é comum acompanhar treinos de futsal, embora as condições não sejam tão favoráveis devido à falta de manutenção, mesmo assim há um professor da escola que mantém uma espécie de escolinha de futsal para meninos e meninas. Aos fundos da quadra temos a área na qual foi construída uma praça como





compensação social pelas Usinas, mas antes mesmo da inauguração, veio a cheia de 2014 e a mesma ainda não foi recuperada, estando coberto de terra e mato o que restou da praça⁶³.

Ao lado da quadra também está instalado o Sistema de Abastecimento de Água de São Carlos, inaugurado em outubro de 1997. Trata-se de um poço artesiano, uma alta caixa d'água e um sistema de distribuição para toda a comunidade. É mantida pela administração do município e tem dois funcionários responsáveis pela manutenção, para ligar as bombas e direcionar o abastecimento para as casas. Os funcionários são o Sr. Biânor, que tem 68 anos, e seu irmão Arnold, de 66 anos. Ambos vivem em São Carlos desde quando nasceram e estão a quase 40 anos prestando serviços para a prefeitura - atualmente ficam a cargo de cuidar da caixa d'água.

A segunda, terceira e quarta ruas mantêm um padrão visto na primeira: são bem limpas e conservadas, tendo casas dos dois lados que, como a maioria das casas de São Carlos, são de madeira, pintadas e mantidas muito bem conservadas; além de alguns pequenos comércios, bares, igrejas. Outro aspecto a se observar em todas as casas de São Carlos é que ainda permanecem as marcas deixadas pelas águas da cheia de 2014. Por mais que muitas das casas receberam pintura, ainda é possível notar a marca de até onde a água chegou e o “X” deixado pela Defesa Civil condenando e interditando as casas antes e após a cheia. Sempre que chegamos em uma das casas para conversar e entrevistar, um assunto recorrente é a cheia de 2014 e os moradores sempre mostram a marca de até onde a água subiu em sua casa.

Nas visitas a campo a partir de julho de 2018, observamos ao caminhar por São Carlos a retomada constante por parte dos moradores de benfeitorias nas casas, pinturas novas, reconstruções de pequenas cercas de madeira, pilhas de tijolos, areia e cimento em algumas casas, retomada de recuperação de casas que ainda permaneciam abandonadas, ou seja, uma clara manifestação que a resistência e a esperança têm aumentado nestes últimos anos.

De frente para a segunda rua, temos ainda a Pousada do Doné, uma das mais antigas da localidade, pequena e aconchegante, além de uma simpatia sem igual do dono. Doneval Batista Pinto, conhecido por Doné, tem 71 anos, mora em São Carlos desde os 2 anos de idade, teve 12 irmãos (7 já faleceram, a maioria ainda quando criança), é casado com Maria das Dores Silva Pinto e tem 8 (oito) filhos. É aposentado pelo estado de Rondônia, cuida da pousada e ainda sobra um tempo para compor um grupo de pagode com seu irmão, um dos filhos e sobrinhos.

⁶³ Somente em setembro de 2022, em nossa última visita à comunidade, estava sendo realizado um serviço de limpeza na praça de São Carlos pela equipe do DER, que está na comunidade fazendo o recapeamento com rejeito de asfalto nas ruas.





Na quarta rua temos um segundo campo de futebol, com nome “Campo Society Fluminense”, um pouco menor, porém também bem conservado e mantido pelo Wladimir (trabalha como gari para a prefeitura; é um dos sobrinhos do Doné e compõe o grupo de pagode *Os Meninos de São Carlos*), que ao lado do campo, abriu o “Vlady Bar”. O seu objetivo é fomentar mais ainda o lazer e propiciar a realização de torneio entre os 6 times de São Carlos e os das comunidades do entorno, como já ocorreu por ocasião da realização do Festejo de São Carlos Borromeu, entre os dias 13 e 15 de julho de 2018. No dia 14 de julho, acompanhamos o festejo e os eventos, tendo sido realizado um torneio com 5 times, com premiação, grande animação e presença dos moradores da comunidade e de comunidades do entorno, sendo uma prática integrada com as festividades e atividades religiosas da Igreja Católica de São Carlos.

No aspecto religioso, observamos diversas outras denominações cristãs, além das já citadas Igreja Católica e Assembleia de Deus, algumas com templos de médio porte e outras em casas, tais como: Igreja do Evangelho Quadrangular, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Internacional das Nações e Igreja Adventista do Sétimo Dia, além de observar grupos de orações reunidos em casas e sem identificação da denominação religiosa.

4 NO BANZEIRO DAS RELAÇÕES ENTRE RIOS, MATAS E PESSOAS: O TERRITÓRIO, O NASCER, O VIVER E O MORRER EM SÃO CARLOS

A veia principal dos ribeirinhos é o Madeira
(Márcio Santana de Lima, 2020).

Essa forte epígrafe dita pelo morador de São Carlos, Márcio Santana, revela de fato a importância do rio Madeira e seus afluentes para os ribeirinhos. E é neste banzeiro de relações que o rio Madeira e seus afluentes, igarapés e lagos, cercados pelas matas, animais e pessoas que nos propomos discutir sobre o território, sobre o nascer, se constituir, viver e morrer neste contexto que chamamos de Amazônia, onde se situa a comunidade de São Carlos, com sua territorialidade e práticas culturais e de lazer.

4.1 São Carlos e suas Características de uma Comunidade Ribeirinha Tradicional

Em São Carlos, se você tá com fome, por exemplo, é um lugar rico para você plantar uma cebolinha no seu quintal, uma fruta, o alimento, pegar um peixe no rio, na beira do rio você pode pegar um peixe com o caniço, e na cidade não, tudo é comprado (Priscila Cruz dos Santos, 2020).





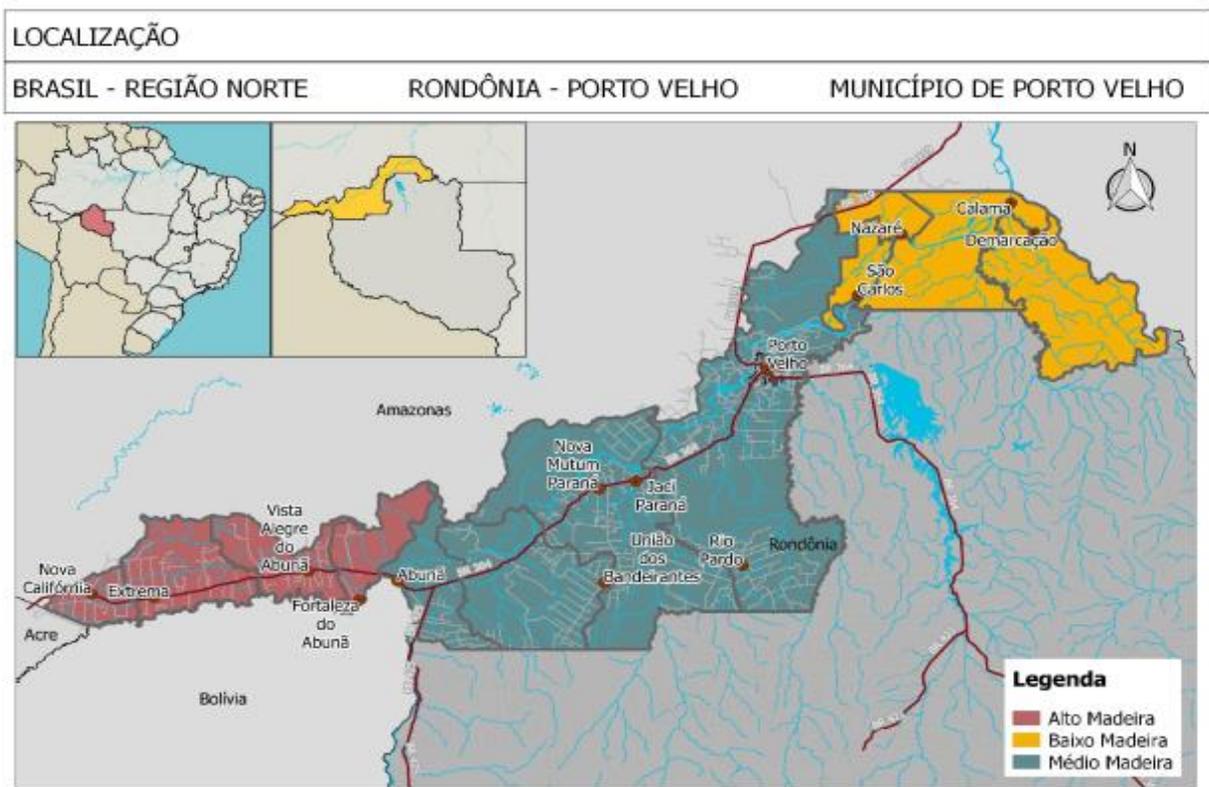
Conhecendo um pouco mais sobre São Carlos, a partir dos caminhos traçados acima – seja “pela estrada”, “pelo rio” ou caminhando “pelas ruas” – temos uma maior compreensão de sua localização e de sua importância estratégica para a região e para as comunidades do seu entorno. Vemos que São Carlos se constitui muito por suas relações com as demais comunidades do entorno e com toda a riqueza propiciada pela fauna e flora deste entorno.

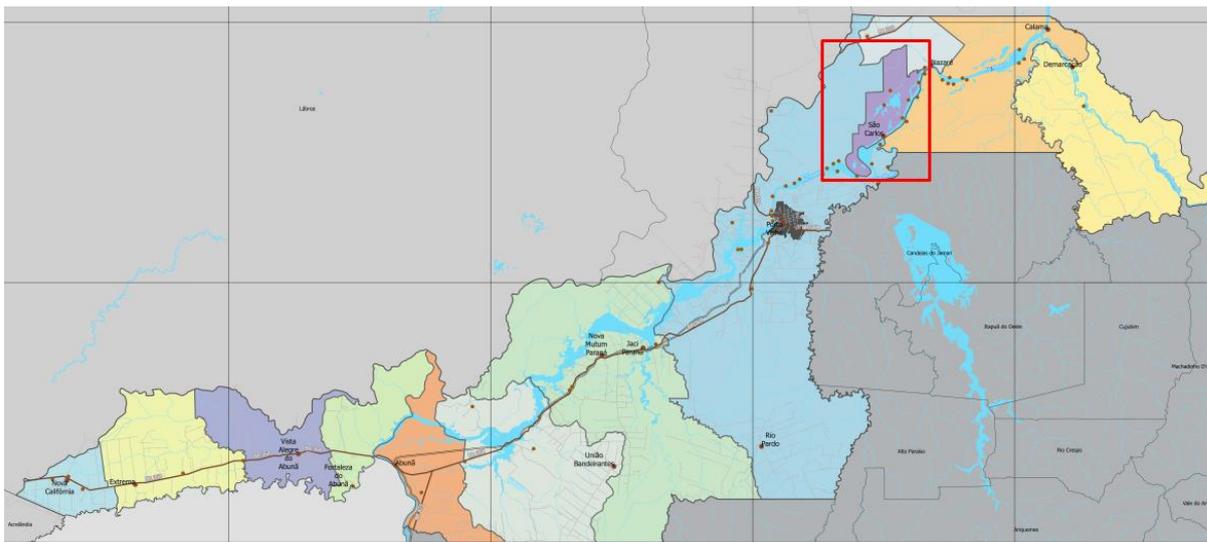
Em termos oficiais, há divergências entre a área regulamentada pela prefeitura como parte do Distrito de São Carlos e a prática comunitária. Na documentação oficial descrita no mapa dos Distritos e Localidades do Município de Porto Velho, elaborado pela SEMPOG – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Porto Velho, apenas as “comunidades/localidades” Araçá, Lago do Cuniã, Periquitos, Santa Luzia e o “lugarejo” Terra Caída pertencem de fato à área do Distrito de São Carlos. A seguir, o referido mapa, cuja melhor visualização pode ser consultada em arquivo PDF na página da SEMPOG, que permitirá ampliação. Aqui, para melhor visualização, colocamos a seguir as partes do mapa.

Mapa 01: Distritos e Localidades do Município de Porto Velho.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO





MAPA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

LEGENDA

- Núcleo Urbano dos Distritos
- Limite dos Distritos
- Localidades
- Rodovia Federal
- Estradas Estaduais e Vicinais
- Ferrovia Desativada
- Hidrografia
- Distrito Sede

Distritos

- | | |
|--------------------|-----------------------|
| Abunã | Mutum Paraná |
| Calama | Nazaré |
| Demarcação | Nova Califórnia |
| Extrema | Porto Velho |
| Fortaleza do Abunã | São Carlos |
| Jaci Paraná | Vista Alegre do Abunã |

FONTES DOS DADOS

IBGE - Hidrografia e Ferrovia Desativada (2015); SEDAM - Hidrografia (2018); DNIT - Rodovia Federal (2015); SIPAM - Estradas (2008); SEMPOG - Núcleos Urbanos e Localidades (2018);

ELABORAÇÃO DO MAPA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO ESTRATÉGICA - DPGE

DATA DE ELABORAÇÃO

SETEMBRO/2020

ESCALA NUMÉRICA

1:474.945

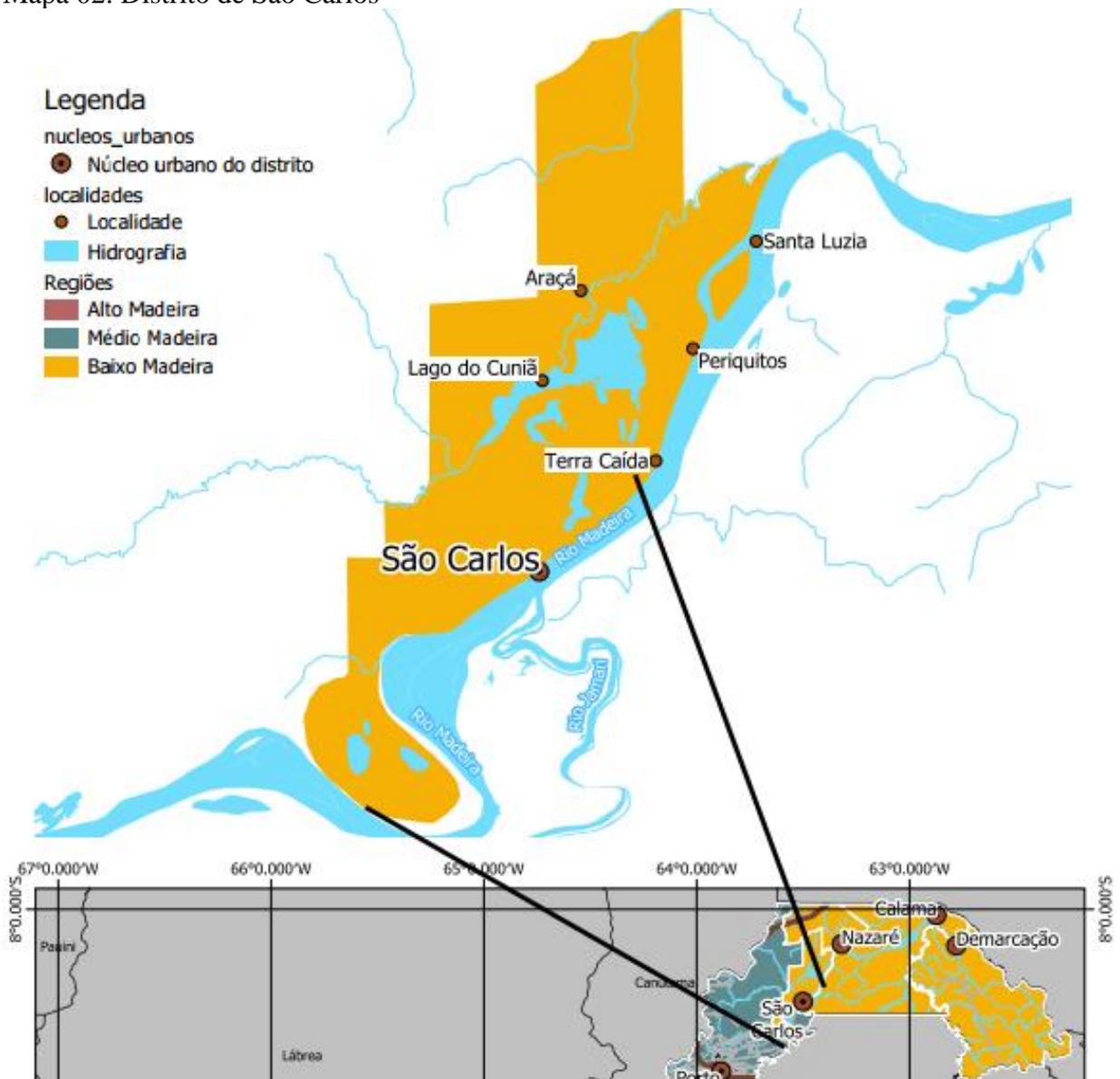
Fonte: SEMPOG – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Porto Velho, 2000. Disponível em: <<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2020/09/25882/1601646176distritos-pvh.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

A mesma SEMPOG ainda apresenta o seguinte mapa do Distrito de São Carlos, denominando-o “núcleo urbano do distrito”:



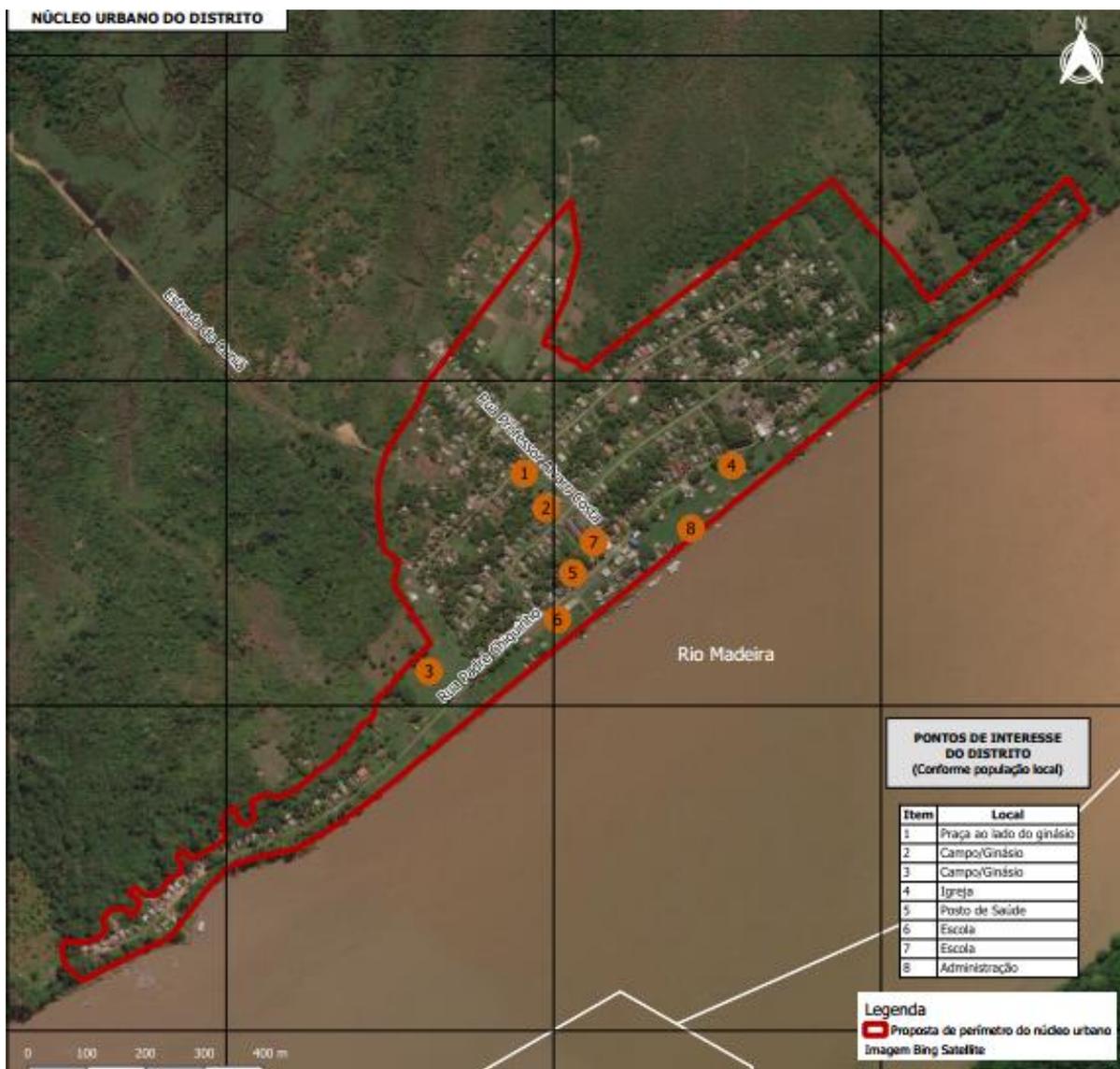


Mapa 02: Distrito de São Carlos⁶⁴



⁶⁴ Consta ainda na página da SEMPOG outras informações sobre o Distrito, disponível em: < <https://sempeg.portovelho.ro.gov.br/artigo/29644/distrito-de-sao-carlos>>. Acesso em: 28 de agosto de 2022. A localidade foi elevada à categoria de Distrito pela Resolução N. 122/CMPV-85, de 21/11/1985: Cria o distrito de São Carlos (Anexo C).





Fonte: SEMPOG – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Porto Velho, 2020. Disponível em: <<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2020/09/25882/1601646176distritos-pvh.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

Por outro lado, o que é comumente aceito entre os moradores de São Carlos e das comunidades do entorno, ou seja, as comunidades que mantêm relações constantes com São Carlos, são: Brasileira, Boca do Jamari, Itapirema, Prosperidade, Terra Caída, Cavalcante, Curicacas, Bom Será, Sobral, Reserva Extrativista Lago do Cuniã (que integra a comunidade do Araçá), Itacoã, Primor, Rio Verde, Tucunaré, dentre outras, tendo ainda adjacência com a Floresta Nacional de Jacundá, criada em 2004 com área de 221.217,62 hectares, está sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁶⁵, área que os moradores de São Carlos costumam frequentar para pesca e extrativismo.

⁶⁵ Mais informações em <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-de-jacunda>.





Essa perspectiva de que todas essas comunidades se relacionam com a sede do Distrito de São Carlos e fazem uso da infraestrutura que ela possui fica evidente, por exemplo, nos relatos sobre as cheias ocorridas em anos anteriores a de 2014, em que a comunidade de São Carlos foi o ponto de base para a acolhida de inúmeras famílias das comunidades do entorno; pela realidade educacional das comunidades que enviam seus alunos para estudarem em São Carlos desde a década de oitenta; pelo constante fluxo de comércio, em que os moradores das demais comunidades trazem seus produtos para comercializar em São Carlos e ali adquirem outros produtos nos comércios, lojas e bares; pelo apoio de telefonia e comunicação que São Carlos propicia; e mais ainda pela importância que tem a localização de São Carlos no que diz respeito ao apoio às questões de saúde, não só para as comunidades acima citadas, mas para todas as demais comunidades do Baixo Madeira, como relatado por Miquele, agente comunitária de saúde:

Miquele: Na minha opinião, São Carlos, **o posto de saúde deveria ser a base de todas as comunidades porque todas as comunidades têm acesso aqui, Cuniã vem pra cá, Nazaré vem pra cá, Santa Catarina vem pra cá, São José da Praia vem pra cá, se é uma mulher gestante vem pra cá para parir, todos os pacientes do Baixo Madeira passam por aqui, todos.**

Renato: Então São Carlos funciona, de fato, como essa ligação, também, entre as comunidades, daí, se não tem condições de resolver aqui, devido às condições do posto, aí que encaminha para Porto Velho?

Miquele: Aí que encaminha pra Porto Velho, por isso que eu ainda falo que aqui deveria ter uma equipe 24 horas, que é importante, **não é só a comunidade São Carlos, mas são várias as comunidades que necessitam desse atendimento aqui**, até por conta do acesso, que **o acesso é melhor, São Carlos a Porto Velho do que as outras comunidades** (Miquele Araújo de Souza Pinto, 34 anos, veio da comunidade de Primor para São Carlos em 1999, agente comunitária de saúde; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Na mesma linha do relato de Miquele, o Administrador do Distrito, Sr. Ednardo, nascido no Lago Cuniã e residente em São Carlos desde criança, foi Administrador do Distrito de novembro de 2010 a janeiro de 2017 e retornou à Administração em novembro 2018-atual (agosto/2022), falou do papel de São Carlos em uma entrevista concedida em janeiro de 2019:

Renato: Essa estrutura que o senhor descreveu agora a pouco, como a delegacia e o posto de saúde, a própria escola, a questão de ensino médio, a estrutura de telefonia, esses elementos fazem com que São Carlos tenha um **papel em relação às demais comunidades do entorno**, como o senhor vê esse papel de São Carlos em relação às outras comunidades próximas, aqui do baixo madeira e do alto madeira também? Como São Carlos se destaca em relação a essas comunidades?

Ednardo: Então, **São Carlos é um distrito tradicional**, um dos maiores distritos do município de Porto Velho, no baixo madeira, é um dos maiores juntamente com o distrito de Calama e todas essas qualidades que o distrito tem é pelo nome, por pessoas que passou por aqui, cada um procurou fazer da melhor maneira possível que o distrito passasse a ser reconhecido. **É um exemplo para as comunidade vizinhas, todos das**





outras comunidades eles passam por aqui, se acontece uma emergência, uma urgência, vem pra São Carlos; São Carlos sempre tá aqui pra dar o apoio, pra dar o suporte, leva pra Porto Velho, faz encaminhamento na unidade de saúde, se precisar fazer comunicação vem até São Carlos, se os alunos vêm estudar, vem pra São Carlos, é o único lugar que tem escola, aqui em São Carlos, nas comunidades adjacentes não tem escola, então **São Carlos é referência hoje pra essas comunidades (Ednardo Souza Medeiros, entrevista em 18/01/2019; negritos nossos).**

Assim, para todas as pessoas que residem nestas comunidades do Baixo Madeira, a territorialidade e a localização de São Carlos são fundamentais para o estabelecimento de uma identidade relacional e enraizada neste território e que possibilita a formação de uma identidade sociocultural de comunidade ribeirinha tradicional, nas palavras de Ednardo: “São Carlos é um distrito tradicional” e “referência hoje pra essas comunidades”. Para Ednardo, essa tradição vem também pelas relações de parentesco e das famílias que há gerações se estabeleceram em São Carlos:

Renato: O senhor comentou que constituiu família aqui. A gente tem conversado com outros moradores e sempre que a gente passa na casa e fala: “ah, estava com Fulano”, respondem: “ah, é meu primo, é meu tio”. Então parece que São Carlos aqui é tudo uma grande família, como o senhor vê essas relações?

Ednardo: Na realidade sim, **aqui é família, São Carlos**, aqui são divididos em vários grupos de família, tem as **famílias tradicionais**, tem a família **Via Montes**, aí tem a família **Leite**, tem os **Ribeiros**, enfim, são essas famílias que vivem aqui desde o início, que **são famílias tradicionais** daqui, então, quem não é irmão é primo, quem não é primo é amigo, enfim, aqui muitos se criam juntos e constitui família entre primos, casa primo com primo e assim vai (Ednardo Souza Medeiros, 38 anos, nascido no Lago Cuniã e residente em São Carlos desde criança, foi Administrador do Distrito de novembro de 2010 a janeiro de 2017 e de novembro 2018-atual (agosto/2022); entrevista em 18/01/2019; negritos nossos).

Pois é a partir desse território, ocupado por essas famílias há gerações, e dessa localização atual que se dá essa construção social da identidade ribeirinha dos moradores de São Carlos. Como destaca Baraúna:

A forma como os agentes sociais territorializam, ao fazerem uso de uma área, com seus conhecimentos e critérios próprios passa a ser um fator preponderante para a identificação dos agentes em seu coletivo em sua defesa e força, pois reúne os aspectos culturais de cada aglomerado de agentes sociais (BARAÚNA, 2014, p. 45).

Desta forma, a identidade se torna a expressão da relação de pertencimento ao território, do acesso aos recursos naturais do entorno e das relações entre os agentes destes espaços e o cuidado que eles têm para com a territorialidade em que se situam. Como bem destacou Avacir Gomes dos Santos Silva: “entre territorialidades e identidades existe uma relação simbiótica. [...] A identidade é uma relação pautada na territorialidade, esta se constitui





pela mediação que as pessoas e os grupos sociais estabelecem *no* e *com* o espaço vivido” (SILVA, 2011, p. 166). Em outras palavras, é essa junção, essa simbiose, entre pessoas, lugares, matas, rios, igarapés, lagos, animais e todo simbólico desta atmosfera que institui uma identidade coletiva e relacional. Nas palavras de Pereira:

O ribeirinho compreendia a sua **relação com a terra, a mata, a água e seus recursos**, propriedade de um “parente” seu, como uma relação de “zelo” – algo que permanece muito forte nas relações atuais dos ribeirinhos com seus espaços de uso e que caracteriza sua **territorialidade e regime de sociabilidade** pelo “cuidado”, e não simplesmente pela “posse” do território e seus recursos. **O pertencimento a uma localidade** e comunidade específica do ribeirinho está relacionado não necessariamente à posse (propriedade territorial), mas ao cuidado da “terra” (zelo), o qual inclui o **cuidado com a mata, os rios, lagos, igarapés e os animais** (PEREIRA, 2014, p. 94-95; negritos nossos).

É esse pertencimento, esse cuidado e zelo com o outro, com a mata, com os rios, igarapés, lagos e tudo o que neles habitam que se mesclam com os modos de ser, viver, morar, construir e pertencer a uma comunidade ribeirinha tradicional, de se autoidentificar como ribeirinho, extrativista e protetor das florestas, dos rios e dos animais.

Em São Carlos a autoidentificação como “ribeirinho” sempre foi uma constante nas entrevistas e diálogos que tivemos, sendo que essa confirmação nos veio de forma mais surpreendente entre os adolescentes e jovens, em um questionário que aplicamos em setembro de 2020 para 101 alunos dos 7º e 9º anos do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Dias, e dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Prof^a. Juracy Lima Tavares. A faixa etária desses alunos está entre 12 e 23 anos⁶⁶, sendo a maioria na faixa entre 15 e 18 anos (62,38%). Abaixo, o gráfico com os resultados da pesquisa.

⁶⁶ Única exceção foi a de 1 aluno que estava concluindo o 3º ano do Ensino Médio e já tinha a idade de 45 anos. Trata-se de uma importante liderança da comunidade. Seu desejo de fazer curso superior em Teologia o motivou a voltar para o ensino regular e concluir o Ensino Médio.





Gráfico 01: Como os alunos do Ensino Fundamental e Médio de São Carlos se identificam



Fonte: Pesquisa e organização: Renato Fernandes Caetano, 2020.

Como pode ser observado, temos um resultado absoluto de 90,10% que se identifica com as categorias de “ribeirinho”, “beradeiro” ou “ribeirinho, beradeiro, extrativista, comunitário”. Isso tudo faz emergir um banzeiro de relações entre rios, matas e pessoas, que se dá pelo território e pelo viver em uma comunidade ribeirinha tradicional, gerando essa atmosfera que faz com que todos⁶⁷ que ali residem tenham essa autoidentificação. Isso é o que gera esse pertencimento e amor que os moradores de São Carlos têm pelo lugar, pois foi ali que nasceram, que estão a construir suas vidas, suas relações, sua identidade, seus modos de viver e ser. Desta forma, o autoidentificar-se como ribeirinho, como beradeiro é uma forma de resistência, que podemos afirmar fazer parte da memória coletiva da comunidade.

Em pesquisas sobre o termo “ribeirinho” encontramos uma plausível reflexão apresentada nas teses de Mauro Cezar Coelho, intitulada *Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do diretório dos índios (1751-1798)*, defendida em 2005, e de Edir Augusto Dias Pereira, intitulada *As Encruzilhadas*

⁶⁷ Ressalta-se que apenas 2 alunos se identificaram como “Da Cidade”, o que equivale a 1,98%. Em conferência aos dados respondidos por esses alunos, foi possível identificar que eles residem recentemente em São Carlos, pois 1 veio do Distrito de União Bandeirantes, do município de Porto Velho-RO, e que de fato já tem estrutura de cidade, e o outro veio da cidade de Humaitá-AM.





das Territorialidades Ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina paraense, defendida em 2014.

Em sua pesquisa nos documentos de diretores e demais agentes da administração colonial, de modo especial no *Diretório dos Índios*, Coelho concluiu que é neste contexto colonial que vai aparecer pela primeira vez o termo “ribeirinho” associado à ideia de resistência ao poderio colonial de aldeamento dos indígenas.

Os mesmos autos que apontaram a corrupção dos diretores, vigários, mestres-escola e cabos de canoa, indicam a participação das populações indígenas aldeadas. Penso que neles encontram-se os **primeiros registros do conteúdo de uma denominação que hoje é corriqueiramente relacionada às populações da Amazônia: ribeirinhos**. Em referência à acusação de uso da violência contra os índios, feita ao diretor Joaquim José Esteves, o correitor deu razão ao diretor, diante do comportamento dos índios: **por serem todos muito ribeirinhos, fujões e bêbados** (Auto de Devassa da Vila de Arraiolos [em 01/12/1765] – APEP, 160, [não numerado]). Tratando de um diretor relapso, considerou o que um dos problemas da povoação era o fato de os índios **eram todos muito ribeirinhos, isto é, muito resistentes ao diretor** (Auto de Devassa da Vila de Portel [em 15/10/1768] – APEP, 160, [não numerado]) (COELHO, 2005, p. 278, itálicos do autor; negritos nossos).

Coelho identificou que foi neste processo, no qual os índios aldeados sofriam violências, começaram a rebelar-se, a fugir, que foram sendo instaladas as comunidades ribeirinhas na Amazônia: “**o tornar-se ribeirinho**, isto é, infenso a autoridade colonial, livre da tutela dos diretores, foi, portanto, o objetivo de muitos índios que decidiram pela vida nas povoações” (COELHO, 2005, p. 279, itálicos do autor; negritos nossos). Assim, o “tornar-se um ribeirinho”, se identificar como “ribeirinho”, se configura como uma forma de resistência, de afirmação de pertença a um grupo que se recusa a seguir os ditames do poder colonial e optam por seguir a vida nas beiras dos rios amazônicos, em pequenas povoações.

A partir desta perspectiva, podemos afirmar, apoiados também por Pereira, que a formação das comunidades ribeirinhas se dá por esse processo de territorialização dos indígenas aldeados que passaram a resistir e formar as pequenas povoações nas beiras dos rios amazônicos. Desta forma,

a **formação de comunidades ribeirinhas e sua configuração territorial** atual relacionam-se a esses processos produtivos consecutivos e cumulativos desenvolvidos pela colonização portuguesa nas várzeas da Amazônia. Os recursos territoriais explorados através de diferentes formas de apropriação, uso e controle e diferentes formas de relações de trabalho, em particular a escravidão dos negros e a servidão dos indígenas aldeados, engendraram **configurações territoriais ribeirinhas próprias na Amazônia** (PEREIRA, 2014, p. 62; negritos nossos).





Como vimos no tópico 3 desta tese, de fato a comunidade ribeirinha de São Carlos faz parte deste processo colonizador português, que desde 1723 se instalou na região e a partir da destruição dos territórios indígenas ali existentes e do genocídio aos povos indígenas da região, instala territórios coloniais para a exploração das drogas do sertão, depois avança na exploração da economia gomífera, onde os seringueiros e seus descendentes vão constituindo as territorialidades ribeirinhas. Territorialidades que se caracterizam hoje pelas comunidades ribeirinhas do Distrito de São Carlos, que ora discutimos aqui, e por terem a “memória coletiva” deste processo, pois mesmos os adolescentes e jovens autoidentificam-se como “ribeirinhos”, termos esse empregado no Alvará Régio de 4 de abril de 1755.

Essa identificação tem se dado com sinal de orgulho por parte dos moradores da comunidade, como nos relatou, certa vez, o Ridson⁶⁸: “Cara, eu me sinto orgulhoso por morar em uma comunidade simples, humilde, carismática, todo mundo que chega se sente bem”, e muitos outros moradores nas inúmeras conversas e entrevistas que realizamos. Como exemplos, citamos as narrativas do Sr. João Esteves e da Priscila, que se autoidentificam como ribeirinhos e beradeiros:

João: Olha, eu sou ribeirinho, o beradeiro, que vive na beira do rio, né, somos ribeirinhos, conhecidos como beradeiros (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Priscila: Eu me identifico como ribeirinha por morar na comunidade, fazer parte dela, por gostar das tradições. Eu me considero ribeirinha (Priscila Cruz dos Santos, 33 anos, nascida em São Carlos, atual secretária da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 18/01/2020; negritos nossos).

Márcio Santana também é outro morador orgulhoso dessa autoidentificação:

Márcio: Olha cara, eu tenho assim um orgulho imenso de ser ribeirinho, eu me considero ribeirinho. E aí quando se trata de ribeirinho ele engloba toda aquela área de extrativista, de pescador, agricultor, então isso pra mim me orgulha muito em ser essa pessoa. Eu não tenho a mínima vocação de ser da cidade, de forma alguma. Eu... a minha vida é, foi sítio, interior, e assim, eu me acho no interior, me vejo no interior (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 deles morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).

Para um melhor aprofundamento desse processo de territorialização das comunidades ribeirinhas e para conhecer um pouco mais esse território da beira, da “beira do madeira”, como

⁶⁸ Ridson Fagno de Souza, 28 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 16/01/2020.





dizem alguns, que levam as pessoas a se autoidentificarem, de fato, como ribeirinhas e beradeiras, vamos agora conhecer um pouco mais como se dão essas relações com o entorno, com os rios, lagos, matas e a relação com a cidade, relações essas que ajudam na constituição da territorialidade e da identidade ribeirinha tradicional de São Carlos.

4.2 Territorialidade e Constituição da Identidade de São Carlos

Como vimos anteriormente no tópico 3, São Carlos sempre desempenhou esse importante papel de ser uma comunidade agregadora, seja a partir da Educação, seja pela localização estratégica territorial, seja pela infraestrutura que dispõe e que facilita a ligação com as demais comunidades do Baixo Madeira. Em sua entrevista, o morador Márcio Santana nos fala da interdependência entre os rios, lugares, riquezas da região e pessoas que dependem desta conexão dos rios e do território que São Carlos propicia:

Márcio: Até porque, Jamari... São Carlos depende do Jamari, então a sua produção de açaí, castanha, peixe, tá aqui, que São Carlos é em frente mesmo à boca do Jamari, então por isso que eu digo que São Carlos é um ponto geograficamente bem estratégico para todo mundo trabalhar e sobreviver bem, porque você só atravessa aqui, você já vai buscar seu peixe aqui, bem em frente mesmo (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 desses morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).

Conforme podemos observar no mapa 02, anteriormente apresentado, de fato São Carlos fica de frente a esse encontro das águas do rio Jamari com o Madeira e cercado tanto pela RESEX do Lago do Cuniã como pela Floresta Nacional de Jacundá, com áreas que possibilitam uma riqueza de fauna e flora, possibilitando a extração de inúmeros recursos naturais para a vivência dos moradores deste entorno. Isso tudo gera um fluxo grande de pessoas e embarcações de diferentes portes e finalidades, como pode ser observado na fotografia a seguir, em que aparecem, de forma visível no ângulo da foto, um total de 13 embarcações.





Fotografia 12: O rio, a mata, o arco-íris, as embarcações e as pessoas



Foto: Renato Fernandes Caetano, 2017.

Como afirmam Ertzogue e Zagallo (2018, p. 4), “para as populações ribeirinhas, o rio extrapola o espaço físico e engloba a natureza, os laços de vizinhanças, as memórias e as histórias de vida. Ademais, os laços comunitários são reforçados pela solidariedade, pelas crenças e pelos saberes compartilhados no território onde vivem.” De fato, não se trata apenas do espaço físico, mas de todas as relações que esse espaço possibilita, de modo especial os laços entre os que residem nessas comunidades, as memórias comuns e todas as histórias que os constituem. Por isso fizemos questão de relatar, no tópico 3, parte desta história e temos dado, ao longo desta pesquisa, o devido espaço para as narrativas dos moradores, ao mesmo tempo em que registramos as memórias das pessoas que vivem nas comunidades lócus de nossa pesquisa. Isso se deve ao fato de que o registro das experiências vividas é fundamental para a compreensão de uma sociedade, como destacam os autores Boligian e Almeida

território é espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241; negritos nossos).

É esse aspecto do território como espaço das experiências vividas que fortalece as relações entre São Carlos e as comunidades do entorno, pois compartilham esse mesmo território, se entrelaçam nos mesmos rios, igarapés, lagos, matas e caminhos, nos mesmos





desafios e partilham as mesmas “águas” que sobem e descem, geram esperanças, angústias e medos. Como atestam Ertzogue e Zagallo, “o **rio é um território dos ribeirinhos** significa dizer que ali está construída uma **identidade** com o lugar onde eles vivem, sua visão de mundo e o **pertencimento** – tudo isso a partir da proximidade com as águas e seus múltiplos significados” (2018, p. 4; negritos nossos). Não é simplesmente o “rio”, o espaço, mas o que cada um e o coletivo fazem e que leva à construção dessa identidade e pertencimento, fazendo com que cada um se identifique com aquele modo de vida e queira permanecer ali, apesar das mudanças, transformações e impactos das ações do capital, a exemplo das usinas hidrelétricas do rio Madeira e do rio Jamari, além de inúmeros empreendimentos na região e da extração do ouro.

O rio é de extrema importância para todos os processos produtivos, para o cultivo, transporte, pesca, passeio, dentre outras inúmeras atividades. Em entrevista, o Sr. Benjamim destacou a importância do rio para o processo de produção da farinha realizada por sua família, sendo o “rio muito útil” em todo o processo: plantação, colheita, transporte da macaxeira e da madeira para o forno, limpeza etc. Abaixo, duas fotografias desse processo de produção da farinha pela família do Sr. Benjamim. A macaxeira foi colhida em outra localidade, em média 1 hora e meia de viagem de São Carlos, e foi trazida nas rabetas. Vemos a família toda descascando a macaxeira no flutuante, no rio Madeira, e em seguida a farinha sendo torrada por um dos filhos. Como pode ser observado, é um processo que envolve toda a família.

Fotografias 13 e 14: Benjamim e a família na produção de farinha



Fonte: Eva da Silva Alves, 2019.

Mas o que de fato vem a ser essa identidade que é construída a partir de um território, das pessoas que ali residem e dos recursos que usufruem? Em termos de conceituação de identidade, os autores Laburthe-Tolra e Warnier (1997, p. 409) afirmam:





A *identidade* é um princípio de coesão interiorizado por uma pessoa ou um grupo. Permite-lhes reconhecerem-se e serem reconhecidos. A **identidade consiste num conjunto de características partilhadas pelos membros do grupo**, que permitem um **processo de identificação** das pessoas no interior do grupo e de **diferenciação** em relação aos outros grupos (negritos nossos).

Ao mesmo tempo em que as características de determinado grupo me ajudam a entender a sua identidade, eu preciso me diferenciar dos outros e com isso entendo a constituição da identidade, que se dá, portanto, na diferença e na alteridade. Nesse processo de diferenciação e constituição do grupo é fundamental o conceito de territorialidade, pois os grupos se constituem a partir dos saberes e práticas que estão correlacionados ao território: “Historicamente recorre-se às formas mais expressivas da existência dos grupos para estabelecer as bases da identidade social e coletiva. Os traços étnicos e culturais, a definição das formas de produzir e de fazer, além do pensar” (TEIXEIRA; FONSECA; CASSEB, 2009, p. 79). Ou seja, para a existência da identidade social e coletiva se faz necessário o território, onde o produzir e o fazer se dão de maneira comunitária ou participativa.

Quando nos referimos à territorialidade, nos remetemos aos elementos essenciais para a manutenção da identidade e vivência dos povos e comunidades tradicionais, pois é o território que assegura os elementos necessários para a construção da identidade coletiva de uma comunidade tradicional, conforme se pode observar nas conclusões dos estudos dos pesquisadores Teixeira, Fonseca e Casseb:

- a territorialidade assegura a simbiose entre natureza e a comunidade, preservando os vínculos que asseguram o melhor aproveitamento dos recursos e o seu uso racionalizado;
- a territorialidade assegura a perpetuação dos conhecimentos tradicionais, indispensáveis à sobrevivência e perpetuação da identidade coletiva do grupo;
- a territorialidade assegura os meios materiais indispensáveis à sobrevivência física e mental do grupo que nele reside;
- os espaços territoriais garantem o uso sustentável de recursos naturais e os viabilizam (TEIXEIRA; FONSECA; CASSEB, 2009, p. 84-85).

De fato, toda essa simbiose apontada pelos pesquisadores Teixeira, Fonseca e Casseb é confirmada pelo morador de São Carlos, Sr. Márcio Santana, que se identifica como ribeirinho, como extrativista e demonstra a importância dessa territorialidade para obter os recursos e os meios de vivência necessários para sua família:

Márcio: Cara eu sou autônomo, então, como eu falei, **eu sou extrativista:** tiro **castanha, tiro açaí, eu peço, eu planto.** Digamos assim, uma profissão de funcionário eu não ocupo, ocupo de autônomo, trabalho na questão **extrativista**, onde eu trabalho em todas essas **áreas da natureza.**





Renato: Chega a fazer farinha também?

Márcio: **Farinha, pesca, tiro açai, castanha, planto**, então a minha área... **A pessoa aqui em São Carlos**, se não é funcionária, **ela tem todas as funções**. Então, por isso que eu digo que eu me identifico com interior por causa que **aqui o meu peixe é natural, o açai é natural, eu que tiro, a bacaba, minha farinha, a tapioca, tudo é eu, a banana, o cupuaçu**. Digamos assim, aonde eu... a hora que eu preciso **eu vou lá e consigo**. Aí eu não me identifico na cidade por isso, na cidade se eu não tiver o recurso eu não tenho isso, e **aqui eu tenho com facilidade, e tudo natural** (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 deles morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020).

Embora não tenha usado o termo “territorialidade”, observamos que diversas expressões usadas pelo Márcio remetem a ele, pois se reporta aos recursos da natureza, ao que é natural, como o peixe, o açai, as frutas e todos os produtos dos rios, igarapés, lagos e matas em que ele extrai. Como bem mencionado, a vivência neste território é de plena simbiose. Ele ainda se diferencia da cidade, pois para ele, “aqui eu tenho com facilidade, e tudo natural”, ou seja, o território está ao seu alcance, está próximo e de livre acesso, não só a ele, mas a todas as pessoas de São Carlos, como bem destacou ao afirmar que quem não exercer um cargo na administração pública (funcionário), vive de todas as funções extrativistas que ele descreveu.

Essa importância da territorialidade destacada pelo Márcio confirma o que o Decreto 6.040/2007, em seu art. 3º, II, preconiza e conceitua como Territórios Tradicionais:

espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, 2007, art. 3º, II).

Abaixo a fotografia de um pé de açai com 2 grandes e lindos cachos que demonstram essa riqueza de que nos fala o Márcio Santana e que confirma a importância do território e da preservação da natureza para a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais. Essa fotografia foi tirada na região do rio Tucunaré, que fica próxima a Cavalcante e do lado da Floresta Nacional de Jacundá.





Fotografia 15: Pé de açaí na região do rio Tucunaré, próximo a São Carlos



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2019.

Na sequência da entrevista com o Márcio, indago sobre as plantações e questiono se a região (territorialidade) de São Carlos, na foz do Jamari, é rica e estratégica:

Márcio: Cara, eu acredito que... assim, olhando um panorama até geográfico, **São Carlos eu acho que é um dos distritos que tá melhor localizado em todas essas questões**, hoje nós temos acesso a cidade, todo dia você vai e volta, se quiser no mesmo dia, a sua produção é perto, você gasta às vezes uma hora pra chegar, é no início, a sua plantação é do outro lado do rio, tem muitos que tem aqui dentro de São Carlos, **mas muito você sobe 10 minutos tá numa ilha, tá no outro lado onde a gente trabalha, área de várzea, então assim, cara, aqui em São Carlos é um distrito que eu acho que ele tá nos pontos mais bem localizado e bom de se viver**, é o distrito de São Carlos (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 deles morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).

No final da entrevista, Márcio Santana completou sua fala sobre essa identificação e relação com a natureza, da importância da natureza e do território para uma vivência adequada com boa alimentação, medicação e tranquilidade:

Renato: E pra gente tá encerrando a entrevista eu gostaria de perguntar, por que o senhor gosta de morar aqui em São Carlos?





Márcio: Colega, eu aqui em São Carlos eu tô assim, **eu me identifico muito com a natureza, eu respeito a natureza, ela é uma sobrevivente**, ela tem seus defensores, ela tem a sua maneira de proteger. Só que eu me identifico com a natureza, com o interior, **por causa que tudo o que eu preciso, cara, e se a sociedade esquecesse um pouco do mundo lá fora, ela encontraria tudo na natureza, na natureza eu tenho a minha alimentação, eu tenho a minha medicação, eu encontro na natureza uma paz, uma tranquilidade aonde na cidade eu não consigo encontrar isso**, então, digamos assim, eu não consigo viver na cidade. Eu planto pra minha alimentação, eu planto pra mim tomar um suco, eu busco ali um peixe aonde não esteja contaminado, eu crio pra mim comer um animal aonde eu sei que ele está sadio, então assim, eu não vejo o que eu encontro na cidade comprando com contaminação, com poluição, eu encontro puro aqui na natureza, essa é a minha diferença de dizer eu moro aqui em São Carlos por isso. [...] hoje eu me olho, **me vejo na natureza, eu vejo uma árvore, vejo esse rio e não me vejo na cidade, não** (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 deles morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).

Nesta mesma linha do relato de Márcio, o Sr. Graci, o nosso primeiro entrevistado com fala gravada, ocorrida em São Carlos em 2017, nos relatou as razões do amor que ele tinha pela mata e pela natureza, fonte de riquezas que ele pode usufruir e dos recursos naturais para se ter uma vivência adequada e saudável, que vai além de comer bem, envolve também o “ar do clima da mata”, “alegria dos passarinhos” e “o dia amanhecendo”:

Graci: [...] **Eu me criei assim**, é por isso que **eu sou mais a mata de que cidade**.

Renato: O senhor não conseguiria se adaptar a Porto Velho?

Graci: Não, já experimentei uma porção de vez, experimentei morar em Manaus, experimentei morar em Roraima, experimentei morar em Lábrea, experimentei morar em Rio Branco, experimentei morar aqui em Porto Velho, Ji-Paraná, onde tenho filho casado lá, não me acostumo; **eu passo mal, se eu passar mais de semana, um mês assim eu adoço na cidade e se eu passar um ano trabalhando dentro de uma mata dessa eu gozo de saúde**, tô lhe falando, eu gozo saúde, por causa de quê? Porque **eu como meu peixe, eu vou pescar aqui eu como meu peixe, eu tiro ele d’água, eu como ele com aquele sabor todinho; se eu mato uma caça pra mim comer eu como aquela caça com aquela carne**, aquele sabor que... a vitamina que ela tem; eu gosto de me levantar **sentido aquele ar do clima da mata**; eu gosto de levantar e **ver o dia amanhecendo, aquela alegria dos passarinho, dos pássaros cantando**; por isso que **eu me dou bem na mata, eu sinto meu corpo, assim..., tranquilo assim..., saudável na mata**, e se eu for pra uma cidade, colega... Uma que eu gosto de tá andando, eu gosto de tá andando e eu não me acostumo a tá parado (Raimundo Rodrigues dos Passos – Graci, 70 anos, mora em São Carlos desde 1982, foi seringueiro e durante a entrevista era pescador aposentado; entrevista em 02/07/2017; *in memoriam*, faleceu em 26/06/2020; negritos nossos).

A partir das ricas e profundas narrativas dos moradores e das descrições e discussões apresentadas, nota-se claramente que São Carlos é um território muito bem localizado e que propicia aos seus moradores e todas as comunidades do entorno essa simbiose entre as pessoas e os recursos para sua vivência. Por outro lado, embora essa identidade e essa importância do território sejam manifestadas em diferentes formas nas comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia, a exemplo de São Carlos, elas são desconsideradas pela lógica do capital e até





mesmo ofuscadas, tornadas invisíveis e/ou negadas para descaracterizar os direitos dos povos e comunidades tradicionais que se identificam como ribeirinhas, geralmente com as tentativas de impor a essas comunidades práticas ditas urbanas e modernas.

Como elucidamos na introdução desta tese, esse processo de invisibilização nos faz lembrar o magistral romance de Manuel Scorza, *História de Garabombo o Invisível*, onde o personagem Garabombo se torna invisível ao reivindicar seus direitos e seu território. Desta forma, ao longo da história, e mais ainda no tempo presente, aqueles que procuram viver de forma tradicional na Amazônia são marcados como figuras exóticas, pitorescas e, portanto, relegados à invisibilidade, sendo a eles negado o acesso à educação, à saúde e à segurança física e alimentar, sendo ignorados pelo poder público e deixados à beira, à margem, isolados.

Isso não significa que a permanência no território e dos modos de vida devam permanecer inalterados, pois nas comunidades ribeirinhas o conceito de tradicional também tem passado por transformações, mudanças e reconfigurações. Como alerta Pereira, as imposições externas produzem nas comunidades outras formas de resistência e fortalecimento do tradicional:

Nem todas as mudanças das comunidades podem ser situadas **entre a tradição e a modernidade, ou tidas como falta ou perda, sendo que a própria “tradição” é uma invenção moderna**, assumindo um sentido na Europa e outro nos espaços coloniais (GROSFUGUEL; MIGNOLO, 2008; MIGNOLO, 2010). Ou seja, as imposições externas e longínquas que hoje pesam sobre as comunidades denominadas “tradicionais” não provocam apenas perdas, mas têm levado à **reconfiguração da comunidade** e do sentido de comunidade; não causam apenas o declínio ou dissolução das relações comunitárias, **produzem novas formas ou estratégias de resistência** (PEREIRA, 2014, p. 150).

Neste sentido, muitas das ações e omissões dos poderes públicos e das agências de controle do capital têm gerado intervenções políticas, econômicas, sociais e culturais nas comunidades, bem como ações de empreendimentos que levam a reconfigurações dos territórios, os transformando e gerando ameaças aos modos de vida das populações tradicionais. Figueiredo identifica que umas das causas dessa “perda de característica de comunidade” se deve a forte pressão demográfica pela qual São Carlos vem passando:

Nesse sentido, o Distrito de São Carlos vem sofrendo forte pressão demográfica e, devido à inexistência de oportunidades de emprego e renda, **está perdendo sua característica de comunidade, seus traços de população ribeirinha e está sendo envolvido com os problemas típicos das grandes cidades como Porto Velho**. Os agricultores em sua maioria se caracterizam por serem também pescadores e desenvolverem suas atividades em áreas com média de dois a três hectares, onde cultivam mandioca, milho, melancia, feijão de praia, banana e outros cultivos menos





expressivos de abacaxi, maracujá, coco, laranja etc. alguns já estão investindo na produção de mel (FIGUEIREDO, 2006, p. 105; **negritos nossos**).

De fato, concordamos que as pressões e redefinições territoriais impactam nos modos de vida e geram problemas típicos das cidades na realidade das comunidades ribeirinhas. Observa-se que há no discurso das agências do capital e do poder a imposição de uma lógica de contraposição que visa deslegitimar as comunidades tradicionais e impor a elas modos de vida ditos “modernos”, “da cidade”, para com isso conseguir descaracterizá-las como tradicionais e detentoras de direitos a elas inerentes. Ou seja, a lógica do capital impõe às comunidades tradicionais modos de vidas e de usos e depois afirma que com isso as comunidades perderam os seus modos de vida, deixaram de ser tradicionais e com isso tenta invisibilizar as características tradicionais das populações que vivem nas comunidades para assim poder usufruir de seus bens e recursos naturais.

Neste cenário fica compreensível e, de fato, pode-se falar sobre o processo de invisibilização da identidade pelo qual passam as comunidades tradicionais, pois há sempre interesses econômicos, políticos e de poder por trás dos processos de transformação e negação das identidades e territórios destas comunidades. Assim, Hall (2014, p. 110) está plenamente certo ao afirmar que “[...] toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado”, ou seja, as comunidades tradicionais são invisibilizadas para que possam ter suas riquezas, culturas, saberes e práticas apropriados pelos interesses econômicos e políticos externos.

Neste contexto, para Hall, identidade significa o ponto de encontro, de “sutura” entre, de um lado, os discursos e as práticas que nos convocam a assumir nossos lugares de sujeitos sociais de discursos particulares e, de outro, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos (HALL, 2014, p. 111-112). Por esse motivo, Hall se utiliza do conceito de *identificação*, pois “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir” (HALL, 1994, p. 112), cabendo ao sujeito que passa pelos efeitos da suturação investir nesta articulação, sendo esse um processo pelo qual também passam as comunidades tradicionais, que diante das ameaças de desterritorialização, se unem em defesa de seus territórios e reafirmam a sua identidade.

Nesta mesma linha, Bourdieu, ao abordar o processo de “instituição de uma identidade”, que se caracteriza como a imposição de um “nome” e de uma “essência social”, afirma: “É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de **se comportar em função de tal identidade**” (BOURDIEU, 2008, p. 100 *apud* BARAÚNA, 2014,





p. 49). Neste sentido, o ato de se autoidentificar como pertencente a uma comunidade ribeirinha tradicional leva a ter os modos de vida desta comunidade e que tal identidade requerer, porém isso não quer dizer que não se pode adaptar-se ao moderno e fazer uso de certos produtos por ele oferecidos. Entretanto, as agências de poder do sistema capitalista usam desses artifícios para afirmar que por usar os produtos “ditos modernos”, as comunidades deixam de ser tradicionais. Nesse sentido, Baraúna nos alerta que

a identidade se constitui a partir de como o agente se mobiliza e se sente, do uso que faz da identificação e não necessariamente de uma atividade que exerce ou obrigatoriamente de um marco territorial fixo. Mesmo no caso deste trabalho de pesquisa, apresentaram-se identidades que vieram à tona a partir da consciência que os agentes sociais têm de si, sobre sua posição, digamos, dos efeitos da ação que sofreram. **Em se tratando de situações de conflito, a identidade foi acionada coletivamente,** motivada pela forma como se sentiam e reforçada cada vez mais, através das lutas *reivindicatórias*, a partir da construção de uma *nova solidariedade* (BOURDIEU, 2001, p. 25 *apud* BARAÚNA, 2014, p. 41-42; negritos nossos).

Isso foi o que aconteceu durante a cheia e no pós-cheia, ou seja, diante dos sofrimentos causados pela cheia de 2014, e diante das situações de conflito com as pretensões do poder público, os moradores de São Carlos passaram a acionar uma a identidade coletiva, a reivindicar direitos e lutar por eles.

Como analisado por Baraúna, a “**identidade é produzida a partir de um construto social simbólico oriundo de uma ação coletiva**, é resultado de um processo de interação social que dá significado à sua existência” (BARAÚNA, 2014, p. 41⁶⁹; negritos nossos). O que vemos é que as agências externas de poder têm sido mais enfáticas em suas ações (justamente por terem mais poder e mais recursos de capital) e isso tem gerado um enfraquecimento das comunidades, das lideranças e das lutas e reivindicações, sendo necessário um fortalecimento desse poder simbólico da ação coletiva das comunidades tradicionais. Esse fortalecimento perpassa pela conscientização do papel desempenhado pelas comunidades, pelas associações e pela riqueza cultural, social e de recursos naturais que essas comunidades detêm, sendo uma das nossas contribuições a esse processo alavancar essas vozes e potencialidades através de produções audiovisuais e culturais, já mencionadas nesta pesquisa.

Como temos registrado nessa pesquisa, é diante dessas ameaças e imposições que as comunidades se fortalecem na autoidentificação e resistência, se reafirmam como tradicionais, como ribeirinhas, como vimos durante o processo da cheia de 2014 no rio Madeira (tema a ser

⁶⁹ A autora traz essa afirmação a partir do conceito de “comunidade” abordado por GUSFIELD, Joseph R. **Community – a critical response**. New York: Harper & Row Publisher, 1975. p. 36-37.





abordado com profundidade no tópico 5 desta tese), também complementado pelo resultado da pesquisa com os alunos do Ensino Fundamental e Médio de São Carlos, cujo resultado indica que 90,10% se identifica com as categorias de “ribeirinho” e “beradeiro” (conforme gráfico 01, consta acima). Porém, no imaginário social ainda persiste a tentativa de folclorizar os modos de vida e a cultura das comunidades tradicionais como opositoras ao progresso, ao “moderno”, ao desenvolvimento. Isso tudo faz gerar uma compreensão errônea de um confronto entre as populações tradicionais e o mundo moderno:

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, de fato, em geral, **a questão da mudança é lida como o “confronto” do tradicional com o moderno** (MOREIRA, 2004 *apud* PEREIRA, 2014, p. 151). **A comunidade representa o tradicional que se perde e se transforma com a inserção do moderno** ou com os processos de modernização (PEREIRA, 2014, p. 151; negritos nossos).

Essa oposição entre tradição e modernidade que se vive nas comunidades tradicionais ribeirinhas amazônicas se deve, de um lado, a essa tensão introduzida e imposta pelas agências do poder do capital entre um modo tradicional de vida ribeirinho, com toda a sua riqueza cultural e com o rico imaginário que os rios e as matas trazem, e que precisam ser protegidos e preservados, e de outro, um modo de vida determinado pela lógica do capital, que avança sobre a natureza e dela visa apenas o lucro e a extração de riquezas. Por isso, Little defende a opção pela palavra tradicional na perspectiva de que as comunidades se mantêm, mas também se atualizam e se transformam:

A opção pela palavra **tradicional** gera mais dificuldades ainda, dada à polissemia dessa palavra e **à forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico**. A teoria da modernização, por exemplo, prognosticava a inevitável (e desejável) superação da “sociedade tradicional” (Lerner, 1958). Todavia, nesta análise, a importância dada às constantes mudanças históricas, provocadas pelos processos seculares de fronteiras em expansão e aos múltiplos tipos de territórios sociais que produziram, mostra que o **uso do termo tradicional aqui se refere explicitamente a realidades fundiárias plenamente modernas** (e, se quiser, pós-modernas) do século XXI. Aqui o conceito de tradicional tem mais afinidades com uso recente dado por Sahlin (1997) quando mostra que **as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação** (LITTLE, 2004, p. 283; negritos nossos).

É nessas fronteiras em expansão, nesses múltiplos significados que são impostos aos territórios e nessa tensão que estão presentes as comunidades do Distrito de São Carlos. Esses aspectos de sobreposição do “moderno” ao “tradicional”, neste constante conflito, se fazem presentes por meio do garimpo de ouro, da exploração predatória das reservas extrativistas do entorno; pela própria educação (ou falta dela), que não é integrada com a vivência da





comunidade e apresenta um mundo totalmente diferente e aparentemente mais cativante, que desperta na criança e no jovem o desejo de sair da comunidade; pelas práticas religiosas deslocadas da realidade vivenciada na comunidade, que cada vez mais se fazem presentes pelas inúmeras denominações religiosas existentes; pelas narrativas de que se vive “na cidade” e não em uma comunidade ribeirinha tradicional, exemplo disso é que a Prefeitura de Porto Velho identifica a comunidade de São Carlos como sendo “área urbana” (conforme Mapa 02: Distrito de São Carlos, que consta acima); pela ausência de apoio do poder público para fortalecimento das tradições culturais da comunidade; dentre outras formas.

Todos esses aspectos vão se configurando em uma lógica de que ser ribeirinho é viver isolado e de modo tradicional, sem usufruir dos recursos e dos direitos a todos inerentes, ou seja, impõem uma lógica que para serem ribeirinhos devem viver “fora da modernidade”⁷⁰ e se quiser a “modernidade”, devem abdicar do seu território e modo de vida tradicional, mas sabemos que as comunidades tradicionais estão justamente nas dinâmicas deste sistema e vivendo subalternamente na sociedade de mercado e daí a “tensão entre atividades tradicionais e atividades potencialmente mais lucrativas, e entre visões de mundo tradicionais e modernas” (MOREIRA, 2004, p. 35 *apud* PEREIRA, 2014, p. 152), gerando nas pessoas que vivem nessas comunidades, especialmente nos jovens, os dilemas entre permanecer na comunidade ou migrar para as cidades.

Mas essa mudança não é fácil, dadas as condições das famílias ribeirinhas, como nos relatou em 2020, o então diretor da Escola Henrique Dias, prof. Everaldo, sobre esse processo que as famílias passam por conta das questões educacionais:

Everaldo: Devido à dificuldade, vou até exagerar do que é pra eles, eles chegam aqui e dizem “**eu prefiro deixar meu filho sem estudar do que ir pra Porto Velho**”. A pessoa, muitos deles não consegue arrecadar durante um mês R\$ 600,00 reais, hoje nós sabemos que pra alugar um apartamento, por menor que seja, é R\$ 500,00, R\$ 600,00 reais. E eles vão fazer o quê? **Eles só sabem plantar, pescar, extrativismo, planta ali sua macaxeira, planta seu cheiro-verde, pimenta, melão, milho e ele vai sobrevivendo, vai pescando, com farinha, planta sua farinha e faz, e lá na cidade? Muitos, muitos dessas famílias que foram pra Porto Velho em 2014, da enchente, eles não voltaram, ficaram lá pra tentar, mas depois de um tempo retornaram** por não conseguirem se manter. Eles ficaram lá por quê? Porque a prefeitura tava dando um apoio, com cesta básica, com água, essas pessoas conseguiram ficar, mas depois a pessoa não conseguiu ficar porque a prefeitura cortou a água, cortou a cesta básica. E outra coisa, que eles falam muito, como as crianças, como eles não têm um poder financeiro razoável pra manter o adolescente, o que vai acontecer? **O adolescente vai ficar vulnerável à marginalidade**, porque ele vai querer usar, **ele quer um celular, ele quer se vestir bem, ele quer sair e aqui no interior não**, é mais fácil de controlar, aqui você precisa ir no comércio, você não gasta pra ir no comércio, não gasta com

⁷⁰ O mesmo se diz do indígena que usa um celular, um *iphone*, é como se isso significasse “deixar de ser indígena” apenas porque eles fazem uso de roupas e de um celular.





transporte, a criminalidade é mínima porque todo mundo se conhece (Everaldo da Silva Pinto, 45 anos, nascido em São Carlos, professor e então diretor da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 17/01/2020; negritos nossos).

Na esmagadora maioria das comunidades ribeirinhas, a falta de educação em etapas como Ensino Médio e Ensino Profissionalizante ou Superior faz as famílias passarem por esses dilemas e até mesmo desestruturação, pois os filhos adolescentes, em alguns casos, são enviados para as cidades, para as casas de parentes, de modo a seguir nos estudos, e isso modifica as configurações de vida da família e os modos de vidas tradicionais⁷¹ que os filhos deixam de aprender ou de cultivar. Tudo isso vai gerando reconfigurações e reconstruindo os costumes e modos de vidas dessas comunidades tradicionais, como alerta Costa:

[...] **o modo de vida camponês tradicional vem sendo invadido pela sociedade moderna**, ao mesmo tempo em que **resiste e tenta se contrapor a esse modelo** [...]. Percebe-se que há **um movimento se processando, reconfigurando e reconstruindo novos costumes, tradições e modos de sobrevivência**, sociabilidade e relações com a natureza [...] (COSTA, 2006, p. 160-1 *apud* PEREIRA, 2014, p. 151).

Esse movimento e reconfiguração levam o indivíduo a repensar sua identidade, seu modo de viver e ser, o que Bhabha (2014, p. 83-84) chamou de *processo de identificação*: “existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou *locus*. É uma demanda que se estende em direção a um objeto externo e, como escreve Jacqueline Rose, ‘É a relação dessa demanda com o lugar do objeto que ela reivindica que se torna a base da identificação’” (BHABHA, 2014, p. 83). Para ilustrar esse processo, Bhabha usa a imagem da troca de olhares entre o nativo e o colono, pensando, o primeiro, que eles “querem o nosso lugar”, mas, mesmo assim, não há um só nativo que não sonhe um dia estar no lugar do colono, isto é, o lugar e posição do outro acabam por despertar o processo e desejo de identificação, de se tornar igual a ele. O poder seduz, pela mídia, pelos bens, pelo desejo de ter aquilo que me é apresentado como sendo o “moderno”, o “melhor”, o que devo usar, comer e vestir. Porém, essa lógica não cabe nos espaços tradicionais, não cabe no território, por isso as tentativas de transformação dos territórios em atividades econômicas ditas mais lucrativas (garimpo, extração de madeira de forma ilegal, desmatamento, pecuária etc.) vão gerando as redefinições territoriais, de onde se sobressai a visão imperialista do capital, como nos alerta Baraúna:

⁷¹ Esse tema foi amplamente discutido pela pesquisadora Eva da Silva Alves em sua dissertação de mestrado intitulada *Direitos Fundamentais e Resistência na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto: entre a permanência e a mudança*, dissertação que foi transformada em livro com o título *Resex Rio Ouro Preto: uma história de resistência*, disponível em: <http://fcr.edu.br/editoracatolica/ebooks/>.





Concernente ao que o próprio Said expunha em sua obra, **ainda pairam entre nós as premissas do imperialismo. São recorrentes as práticas de redefinição de “territórios”,** que são impostas em grandes áreas de terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Há uma expansão que apenas se fortalece, **calcada nos discursos sobre o crescimento econômico do país, que tem como maior desafio, a tomada e controle de territórios construídos socialmente pelos agentes sociais na região.** Com isso conseguimos visualizar a prevalência das determinações do que Said considera como imperialismo: “pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (SAID, 2011, p. 329-353 *apud* BARAÚNA, 2014, p. 33; negritos nossos).

O sistema dominante quer justamente efetivar cada vez mais esse controle de territórios construídos socialmente e se valem da argumentação da “integração”, que faz parecer que o outro quer ser igual a mim, para, então, poder dominá-lo: é preciso que o ribeirinho “deseje” o que a sociedade tem de “mais moderno”, de mais agradável e de “fácil acesso” (mera ilusão, pois para ter o acesso é preciso dispor do capital). Com isso, o seu território se torna suscetível de ser mudado, apropriado, modificado, com a justificativa de que ele quer isso, que ele se identifica com esse outro, com essa outra identidade, como lembra Bhabha em suas inúmeras referências a Fanon, as “peles negras, máscaras brancas”:

A fantasia do nativo é precisamente ocupar o lugar do senhor enquanto mantém seu lugar no rancor *vingativo* do escravo. ‘Pele negra, máscaras brancas’ não é uma divisão precisa; é uma imagem duplicadora, dissimuladora do ser em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo [...]. [...] ser diferente daqueles que são diferentes faz de você o mesmo (BHABHA, 2014, p. 84).

O sistema capitalista e as agências de poder sabem se valer deste processo de identificação, fazendo destas formas de identificação atos de poder, de controle, de disciplinarização dos corpos que são autopolicados, racializados e etnicizados pelo sistema (FOUCAULT; BUTLER *apud* HALL, 2014, p. 120-130).

É justamente nestas tensões e ambivalências vividas pelas comunidades tradicionais que, para Silva, as identidades devem ser pensadas, questionadas e problematizadas, pois questionar a identidade e a diferença como relações de poder perpassa por questionar os binarismos nos quais elas se organizam e produzem (“nós/eles”; “feminismo/masculino”; “branco/negro”; “heterossexual/homossexual” etc.). Portanto, deve-se problematizar a identidade e a diferença como questões de política e que, assim sendo, devem ser transgredidas, subvertidas, questionadas, restando a síntese que segue:

Nessa perspectiva, podemos fazer uma síntese, descrevendo o que a identidade – tudo isso vale, igualmente, para a diferença – *não* é e o que a identidade é. Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da





cultura. **A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente.** A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, **podemos dizer que a identidade é uma construção, uma relação, um ato performativo.** A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. **A identidade tem estreitas conexões com relações de poder** (SILVA, 2014b, p. 96-97; negritos nossos).

Observa-se que a identidade, antes de ser positiva, ser o que alguém possui, na verdade, é um conjunto de negações, ou seja, por ser relacional, a identidade pressupõe sempre a presença de um outro, de características que são diferentes, até antagônicas, para então se firmar, se declarar. Conforme Hall,

[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído (HALL, 2014, p. 110).

Coadunando com estes princípios e a partir de reflexões sobre o pensamento de Woodward (2014, p. 14), os pesquisadores Teixeira, Fonseca e Casseb assim destacam a importância da identidade coletiva e do território para a construção social da identidade das comunidades tradicionais:

A questão da **identidade coletiva**, seja ela qual for, é algo que se impõe como de fundamental importância nas sociedades modernas. A percepção de si e dos outros é um problema enfrentado cotidianamente em todas as sociedades, com os mais graves tipos de implicação. O estado e as sociedades modernas, fundados após o Iluminismo e, portanto, laicos em seu modo de perceber a existência, formulam um amplo processo de estruturação das identidades a partir de três grandes pressupostos: o indivíduo, a classe e a nação. **Toda identidade é relacional**, isto é, depende de algo fora dela para existir ou, posto de outra forma, depende de outra identidade que possa estabelecer a diferença (WOODWARD, 2014, p. 9). [...] **Traduzem também uma constituição nas relações de produção e do espaço ou território, em que o indivíduo reside e se relaciona, com um determinado grupo de agentes.** (TEIXEIRA, FONSECA; CASSEB, 2009, p. 78; negritos nossos).

Por isso, as identidades nunca são unificadas, pelo contrário, elas são discutidas na modernidade tardia como cada vez mais fragmentadas, fraturadas, multiplamente construídas por discursos, práticas e posições. Assim, as identidades estão sujeitas à história e, por isso, em processo de mudança e transformação contínuo (HALL, 2014, p. 108). Prova disso são os processos de globalização e de migração forçada (ou “livre”), que têm nos colocado frente a mudanças constantes e feito com que as perguntas tradicionais passem por modificações, nos





fazendo indagar: “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2014, p. 109).

Faz sentido o entender de Hall de que os sujeitos pós-modernos carregam dentro de si “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2015, p. 12).

Por isso, a afirmação da identidade é uma marca do poder, do poder de classificar, de hierarquizar. Laclau (*apud* HALL, 2014, p. 110) tem razão ao argumentar que “a constituição de uma identidade social é sempre um ato de poder”. Porém, esse poder será bem mais identificável, “aceito”, se o desejo parecer emanar daquele que se quer mudar.

Neste sentido, Silva está certíssimo ao afirmar que “a identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.” (SILVA, 2014b, p. 81). De fato, por trás das definições e redefinições de identidades há sempre a marca do poder e do domínio que se deseja impor, por isso a autoidentificação, o reconhecer-se ribeirinho, extrativista, pertencente a uma comunidade ribeirinha tradicional se faz de suma importância e é uma forma de resistência ao poder globalizador.

Razões que confirmam o fato de que as sociedades reais, nas quais estão inseridas as comunidades tradicionais ribeirinhas, jamais podem estar em equilíbrio, como destacado do pensamento de Leach (1995), pois as relações de poder e de estabelecimento e produção das identidades nunca são inocentes, estão sempre a serviço de ideais, de forças políticas e sociais de ambiente externo.

Como foi proposto no início desta tese, observa-se essa invisibilidade da identidade das comunidades tradicionais e com isso são negados seus direitos, logo essas comunidades são impactadas com as obras de grandes projetos e, na maioria das vezes, não são realizados os estudos necessários junto às comunidades e seus habitantes. Por isso a necessidade do fortalecimento da identidade destas comunidades, para que, de fato, se autoidentifiquem com a sociogênese de povos e comunidades tradicionais, pois isso é um ato político, como nos indica Little:

A segunda constatação que precisa ser feita diz respeito à **sociogênese do conceito de povos tradicionais e seus subsequentes usos políticos e sociais**. No contexto das





fronteiras em expansão, **o conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios** frente à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais vinculados a este. [...].

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de **propriedade comum**, o sentido de **pertencimento** a um lugar, a procura de **autonomia cultural e práticas** adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais aqui analisados mostram na atualidade (LITTLE, 2004, p. 282-3; negritos nossos).

Disso decorre a necessidade de estudos sobre o cotidiano, as práticas sociais, comunitárias, culturais e territoriais das comunidades ribeirinhas amazônicas, como integrantes dos povos e comunidades tradicionais, para o devido registro desses modos de vida, modos de ser, de estar, para que possamos entender que o mundo moderno não pode ser constituído apenas pela lógica da razão instrumental e do capital, que quer sempre ditar as regras a nível global. Conforme preceitua o Decreto 6.040/2007, em seu art. 3º, I, ao conceituar Povos e Comunidades Tradicionais, nos indica que são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, art. 3º, I).

Os Povos e Comunidades Tradicionais reafirmam que há outras formas de coexistir com a natureza, com o imaginário, com as águas, com o território e tudo que nele se integra em simbiose. É nesse contexto que entendemos ser fundamental o contato direto com as comunidades tradicionais por parte daqueles que elaboram as políticas públicas e os projetos de redefinições territoriais, pois é preciso compreender o modo de vida do ser amazônico e suas identidades socioculturais. Assim, cabe ao antropólogo, ao pesquisador de outras áreas ou àqueles que elaboram as políticas públicas essa presença atenta e um observar que toma o micro como importante, que não deixa passar despercebidos os elementos que ajudam a compor a identidade e a dinâmica de um grupo social, que valoriza as pequenas relações (LAPLANTINE, 2007, p. 152-155).

Observa-se que é preciso que sejam realizados estudos junto às comunidades para se implantar projetos como o aqui discutido, pois somente uma presença no cotidiano da comunidade possibilitará uma pesquisa mais detalhada sobre a sua identidade sociocultural e poderá se falar em iniciativas de superação da invisibilidade das comunidades e mostrar seu potencial de grupo social, mostrar sua identidade e lógica de vida.





Portanto, há a necessidade de reconhecer que estas comunidades possuem uma diversidade de práticas, manifestações culturais, territoriais e sociais que não podem ser homogeneizadas ao estilo de vida das cidades ou simplesmente *deslocadas compulsoriamente*, sem levar em conta essa pertença ao território e ao modo de vida que se constitui a partir dele, como bem debateu a pesquisadora Gláucia Maria Quintino Baraúna em sua tese *Atingidos por Barragens: Conflitos Socioambientais no Rio Madeira*. Assim, caberá o reconhecimento do valor da participação dessas comunidades e da compreensão de suas práticas cotidianas no processo de formação política e identitária local e nas redefinições territoriais de comunidades tradicionais.

Como nos alerta Pereira, estamos de fato diante de encruzilhadas:

As comunidades ribeirinhas da Amazônia passam atualmente por **expressivas encruzilhadas históricas e geográficas**. Muitas dessas encruzilhadas dizem respeito, certamente, às suas **territorialidades**, ou seja, estas comunidades historicamente e na atualidade se configuram numa **encruzilhada de territorialidades** (PEREIRA, 2014, p. 25; negritos nossos).

Para sairmos destas encruzilhadas territoriais e históricas em que se encontram as comunidades ribeirinhas tradicionais, a exemplo de São Carlos, sabemos que ainda temos um longo e árduo caminho, mas que ele perpassa por discussões como as trazidas aqui nesta pesquisa, devemos abrir mais as mentes e ouvidos para ouvir as pessoas que fazem desses lugares sua casa, sua herança e seu lugar de memória e de vida, que não são simplesmente hábitos que foram “folclorizados”:

A vida ribeirinha é muito mais do que pescar, cultivar pequenas plantações nas terras férteis, utilizar a argila, normalmente farta, caçar, criar um ou outro animal. **A água e o rio fornecem muito mais. Alimentam o espírito, assanham desejos, despertam a imaginação, fustigam pensamentos, fomentam expressões simbólicas**, acessam a linguagem, enfim, constituem a base de uma vida intensa e criativa (ALVES; JUSTO, 2011, p. 182).

A lógica seguida na vida ribeirinha tem muito a nos ensinar, dada a sua intensidade, linguagem, expressões simbólicas e todo um imaginário que dela emana. Sabemos que falar dessa vida ribeirinha e das comunidades ribeirinhas amazônicas não é tão simples, dadas as diversidades históricas e as encruzilhadas que constituem a formação e transformação constante das mesmas. Quando se fala em Amazônia, tanto nacional como internacionalmente, se lembra das exuberantes paisagens e do vasto território “verde”, mas muitas vezes se desconsidera os diversos “seres amazônicos” que nela vivem, criam raízes e formam uma identidade, isto é, o





homem, a mulher, os rios, os igarapés, os lagos, os animais, os insetos, as plantas, os seres do imaginário e tudo que vive em simbiose e se constitui como um todo indissociável do que devemos entender por Amazônia. É preciso compreender que toda identidade territorial institui uma identidade social e envolve um poder simbólico, ou seja, a junção do território com todos os elementos aqui elucidados perpassa o “simples espaço físico”:

Toda identidade territorial é uma **identidade social definida fundamentalmente através do território**, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social [...] Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na **alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto**. Assim, **a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território** (HAESBAERT, 1999, p.172-178; grifo do autor; negritos nossos).

Assim, a garantia de um território preservado e cuidado, tanto em sentido simbólico como concreto, é um dos elementos constituidores e de suma importância para garantir a vivência e manutenção das condições adequadas para a existência das identidades socioculturais das comunidades tradicionais. Pois é em torno do território, suas nuances, curvas, recursos e imaginário que a comunidade se constitui, se faz e refaz. É neste cenário que as políticas governamentais e os projetos com comunidades ribeirinhas devem priorizar um aprender com as representações sociais próprias de cada comunidade, buscando assim o entendimento de sua constituição, das suas ações, sua formação, sua identidade e realidade social vivida pela comunidade ao longo de sua história, a exemplo da comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos, com mais de 290 anos de colonização, o que marca a comunidade como um capítulo indissociável da história de constituição do estado de Rondônia e também do povo brasileiro. Como atesta Little, a territorialidade é fundamental para aflorar as “particularidades socioculturais” e manifestar os saberes criados e estabelecidos historicamente pelo grupo que o ocupa:

Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma **multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais**. Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (Little 2001), **definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território**. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu





território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2004, p. 254).

Desta forma, o território de São Carlos assegura de fato a perpetuação dos saberes ambientais e das identidades que foram construídas coletiva e historicamente pelos moradores, seja pelo regime de propriedade, seja pelos vínculos afetivos e de parentesco, seja pela história e pelas memórias de ocupação coletiva, seja pelos usos sociais que todos fazem do território ou pela luta em permanecer neste mesmo território, apesar das ameaças e dos medos gerados com os impactos dos empreendimentos das agências do capital.

Diante das discussões apresentadas neste subtópico, ou seja, reflexões sobre constituição da identidade de São Carlos e as relações com seu entorno, concluímos que o atual território de São Carlos é de fato um elemento constituidor da identidade sociocultural da comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos (Baixo Madeira, em Porto Velho/Rondônia).

Por outro lado, apesar de ter sido caracterizado como um território indígena Mura na época da ocupação pelo colonizador, não encontramos ao longo de nossas pesquisas, entrevistas e diálogos com os moradores de São Carlos traços desses conflitos com os indígenas, sendo praticamente um tabu, pois pouco se fala sobre. Em raros momentos, algumas pessoas mais idosas comentaram sobre a existência de “índios” na região do Lago do Cuniã. Não há na comunidade pessoas que reivindicam para si uma ancestralidade ou “descendência” indígena. Talvez esse aspecto se deva ao fato de São Carlos ter passado por diversas dispersões e reagrupamentos, sendo os atuais moradores descendentes direto dos colonizadores que vieram da região nordeste, sul e sudeste, nos 1º e 2º ciclos da borracha. Porém, essa “ausência” se configura como um fato misterioso e que merece futuros estudos em São Carlos⁷², ou seja, estudos e processos de identificação que investiguem mais a fundo esses traços da ancestralidade indígena na região.

Por fim, reafirmamos que a localização deste território no encontro das águas dos rios Madeira e Jamari, as reservas extrativistas e as comunidades do entorno e todas as relações de

⁷² No Distrito de Nazaré e região há famílias que reivindicam para si essa ancestralidade indígena do povo Mura e se identificam como povo. Essas famílias têm lutado por um território. Como ilustração desse processo, temos a família da Márcia Mura e seus filhos, que se autoidentificam como indígenas Mura. Por exemplo, eles têm lutado de forma mais coletiva, formando o Coletivo Mura de Porto Velho e marcando presença em eventos e ações que envolvem os povos tradicionais. Para mais informações, consultar os dois dias de live intitulada “A resistência sociocultural de um jovem Mura” (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mXvyBNKGmQ0&t=1714s> e https://www.youtube.com/watch?v=OML_CGYQsVA&t=8s), além da revista cultural “Vivência sagrada: despertando a ancestralidade Mura” (vídeo de lançamento disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DmjYaT4_O3k&t=6s e a própria revista disponível em: <http://fcr.edu.br/editoracatolica/ebooks/>).





sociabilidade ribeirinha ali estabelecidas fazem desta comunidade um símbolo de resistência, de existência e de permanência ao longo dos anos e símbolo das forças necessárias para superar as ameaças e imposições pelas quais a comunidade vem passando.

4.3 Práticas Culturais e de Lazer em São Carlos

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais (PEIRANO, 2003, p. 7).

As práticas culturais, como os festejos e o lazer, fazem parte das comunidades ribeirinhas tradicionais amazônicas. As festividades geram momentos de união das comunidades, das famílias, possibilitam a troca de experiências, de saberes e de vivências comunitárias. No Distrito de São Carlos não é diferente, pois temos também algumas festividades tradicionais como: a encenação da Paixão de Cristo; o festejo de São Carlos Borromeu; o festejo em honra a Nossa Senhora Aparecida e o festejo em honra a Nossa Senhora da Saúde, da comunidade de Prosperidade; além dos tradicionais torneios e campeonatos de futebol masculino e feminino, sendo que o esporte futebol é praticado cotidianamente na quadra, nos campos e nas ruas de São Carlos, se caracterizando como um dos elementos fundamentais desta vivência comunitária e da sociabilidade ribeirinha, sendo indissociável dos festejos, embora os campeonatos sejam realizados de forma independente e fora da época dos festejos, seguindo um calendário estabelecido com os times de outras comunidades do Baixo Madeira e até interdistrital. O que também é presente durante todo ano, especialmente nos finais de semana, são as festas presentes em alguns dos bares; em São Carlos, atualmente, pelo menos 3 bares realizam festas em todos os finais de semana.

Passamos agora a analisar um pouco de cada prática cultural e de lazer dessas que passam a integrar a sociabilidade ribeirinha das comunidades do Distrito de São Carlos.

4.3.1 Festividades religiosas, programação social e torneios de futebol

A encenação da Paixão de Cristo é realizada há mais de 30 anos na comunidade por ocasião da Páscoa, sendo toda preparada e encenada pelos próprios moradores da comunidade, que preparam os figurinos, realizam os ensaios, dividem os papéis e personagens, organizam e ornamentam os espaços de encenação e partilham de forma comunitária essa experiência vivida por Jesus Cristo há mais de 2000 mil anos em um outro território, outra época e contexto, mas





que é revivido aqui com elementos próprios do contexto de São Carlos. A seguir, 2 fotos que retratam esse momento.

Fotografias 16 e 17: Cenas da Paixão de Cristo apresentada pelos moradores



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2018.

O maior e mais tradicional festejo de São Carlos é em honra a Nossa Senhora Aparecida, inclusive a igreja matriz da Católica tem o título de Santuário de Nossa Senhora Aparecida (com pedra fundamental de 26/01/1937). Esse festejo é realizado todos os anos em outubro, com novena, procissão terrestre e fluvial, bingos, leilões e parte festiva, incluindo torneio de futebol masculino e feminino com premiações, venda de comidas, bebidas, arraial e com grande participação de moradores das comunidades do entorno e de Porto Velho, que se deslocam para participar das festividades.

Fotografia 18: Chegada do cortejo fluvial da procissão de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2018.





Nestes anos de pesquisa tivemos a oportunidade de acompanhar algumas edições deste festejo, que não foi realizado nos anos de 2020 e 2021 em decorrência da pandemia da Covid-19. Na organização deste festejo há a mobilização de diferentes atores presentes na comunidade, como por exemplo: a organização da novena e das tarefas se dão sempre pelos grupos, como pode ser observado no cartaz a seguir, de 2019, tendo cada dia um grupo responsável: “Vigília das Mães”, “A Comunidade de São Carlos”, “Administração” (em referência aos servidores públicos que atuam no distrito), “Aggreko⁷³, Delegacia e Eletricista”, “Unidade de Saúde”, “Catequese”, “Agentes do Ecoturismo”, “Escolas Henrique Dias e Juracy Tavares” e “Grupo de Pescadores de São Carlos e Cavalcante”, “Comerciantes e Garimpeiros”, em edições anteriores contava “Agentes do Ecoturismo”. O uso do termo “Garimpeiros” é mais recente, de 2018 para cá.

Nos cartazes ainda se vê que os “Patrocinadores” são os “Amigos e Comunidade de São Carlos”. Ao longo da pesquisa identificamos que esse patrocínio equivale a praticamente tudo o que é vendido pela comissão organizadora da Igreja e que geram os lucros para a paróquia. Todos os produtos para os leilões e bingos são recebidos por meio de doações das pessoas e grupos citados acima, sendo os principais: frango assado e recheado, bolos, pudins, brindes variados, que são leiloados e sorteados através de bingos. Além disso, a Igreja aluga barracas/boxes para que outras pessoas, na maioria da comunidade, possam vender produtos como bebidas, comidas e presentes, sendo esta também uma fonte dos recursos.

⁷³ Trata-se da empresa que fornece os geradores de energia que abastecem São Carlos e que são geridos pela Brasil BioFuels. Pelo observado, essa responsabilidade de organizar o dia do festejo cabe aos funcionários desta empresa, juntamente com os servidores da Subdelegacia e também os eletricitas, e não que a empresa faça doações e dê apoio.





Imagem 01: Cartaz de divulgação do Festejo de Nossa Senhora Aparecida de 2019

Novena e Festa da Padroeira do Brasil 2019

Com a Mãe Aparecida: escolhidos e enviados em missão!

A Comunidade de São Carlos Convida você, para o

Festejo de Nossa Senhora Aparecida, de 04 a 12 de outubro de 2019

Todas as noites novenas as 20:00 horas,
Serviços completo de Arraial, Bingos e Leilões
Som ao vivo dia: 11 e 12

NOVENA 04 A 11 DE OUTUBRO

1º Dia - 04/10 – Maria Missionária: a presença da igreja sem fronteiras!
Responsável: Vigília das Mães.

2º Dia – 05/10 – Maria Missionária: escutar o clamor dos povos!
Responsável: A comunidade de São Carlos

3º Dia – 06/10 – Maria Missionária: cuidar do que é de Deus!
Responsáveis: Aggreko, Delegacia e Eletricista.

4º Dia – 07/10 – Maria Missionária: socorrer os feridos em sua dignidade!
Responsável: Administração

5º Dia – 08/10 – Maria Missionária: estar junto dos oprimidos e esquecidos!
Responsável: Unidade de Saúde

6º Dia – 09/10 – Maria Missionária: testemunho profético e de esperança!
Responsável: Catequese.

7º Dia – 10/10 – Maria Missionária: a Igreja com rosto amazônico!
Responsáveis: Escola Henrique Dias e Juracy Tavares.

8º Dia – 11/10 - Maria: Senhora de Nazaré, rainha da Amazônia!
Responsável: Grupo de Pescadores

9º Dia – 12/10 – Aparecida: Mãe e irmã dos pobres e dos humildes!
Responsável: Comerciantes e Garimpeiros.

PATROCINADORES: Amigos e Comunidades de São Carlos

Torneio masculino e feminino de futebol
Inscrições abertas.
Taxa de inscrição para o masculino R\$ 150,00
Para o feminino R\$ 50,00

Início do torneio as 12:00 h do dia 12 de outubro

Premiação Masculino
1º lugar: R\$ 2.000,00
2º lugar: R\$ 500,00
Passou das 13 horas o valor de 170, até o encerramento da 1º rodada. Os times do distrito a inscrição até as 12 horas

Premiação Feminino
1º lugar: R\$ 400,00
2º lugar: R\$ 200,00

Dia 12 as 17h00 horas: Procissão, Missa, Coroação de Nossa Senhora e Rainha do Festejo.

Fonte: Divulgações da Comunidade na página do facebook SãoCarlosnotícias⁷⁴, 2019.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/SCNS%C3%A3ocarlosnot%C3%ADcias-1766212176782300/>





Outra fonte de recursos do festejo que vai para a igreja e ajuda no movimento do festejo, atraindo moradores das outras comunidades, são os torneios de futebol realizados nos festejos. Como visto nos cartazes, é cobrada uma taxa de inscrição, neste ano de 2019 foi de R\$ 150,00 para os times masculinos e de R\$ 50,00 para os times femininos. Da mesma forma, as premiações também são bem distintas, para o masculino: 1º lugar de R\$ 2.000,00 e 2º lugar de R\$ 500,00; já os prêmios do feminino são menores, sendo 1º lugar de R\$ 400,00 e 2º lugar de R\$ 200,00. Há também variação do valor da inscrição e da premiação a depender do festejo, pois no caso do festejo de São Carlos Borromeu, por ser menor e atrair menos times, as taxas e prêmios são menores. A explicação para a diferença é que o valor destas premiações tem como fonte o que é arrecadado com taxas de inscrições, sendo que a maioria absoluta dos times são masculinos e são poucas as equipes femininas. Caso o valor da premiação não seja atingido com a arrecadação das taxas de inscrições, cabe à Igreja completar o valor, e para isso recebe doações ou usa o dinheiro que entra do festejo. Essa prática se justifica, pois com o anúncio da premiação de valor significativo, o torneio acaba atraindo os moradores das outras comunidades, estimulando o consumo dos produtos vendidos, leiloados e sorteados nos dias do festejo.

O morador Ridson nos concedeu, em julho de 2018, por ocasião do Festejo de São Carlos Borromeu, uma entrevista na qual falou sobre os torneios. Ridson é atuante tanto na Igreja Católica, com a organização dos festejos, na Encenação da Paixão de Cristo, como também é autônomo (atualmente dono de um dos principais bares de São Carlos) e sempre aluga uma das barracas dos festejos para fazer a venda de bebidas. Ele também atua junto aos times de São Carlos, organizando os times e também jogando na função de goleiro. Na entrevista de 2018, ele nos relatou a diferença das práticas de campeonatos e torneios.

Renato: E além do campeonato, tem torneios, como que é?

Ridson: É, os torneios é mais quando não tinha um campeonato, a gente fazia um torneiozinho no final de semana só para agregar, movimentar o distrito, ter um motivo de incentivo, de movimento. Mas como campeonato agora a gente é só o campeonato. Os torneios são mais para tipo, **hoje tem o festejo, aí o festejo que organiza o torneio** (Ridson Fagno de Souza, 27 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 14/07/2018; negritos nossos).

Como pode ser observado na fala do Ridson, a prática do futebol visa agregar e movimentar o distrito, ser um incentivo para se reunir. Ressaltou também sobre os torneios que hoje são organizados por ocasião dos festejos e ficam com a articulação da Igreja Católica, mas





na verdade são os próprios moradores que integram os times de São Carlos que ficam à frente deste processo de organização.

Nos festejos é comum uma atração musical com som ao vivo, geralmente com presença de um *DJ* ou com apresentação de pequenas bandas que estão se destacando na região. O estilo musical geralmente é o da “moda”, o que está sendo tocado nas rádios, bares e nas festas pelas comunidades e cidades.

O festejo em honra a São Carlos Borromeu, embora seja o santo padroeiro da comunidade, é de menor proporção, sendo realizado em julho, seguindo a mesma organização e estrutura do festejo de Nossa Senhora. A seguir, o cartaz do festejo de 2018 para ajudar nessa compreensão.

Imagem 02: Cartaz de divulgação do Festejo de São Carlos Borromeu de 2018

**FESTEJO DE SÃO CARLOS
BORROMEU**

Convidamos a todas para participar do 13º Festejo de São Carlos Borromeu, que acontecerá do dia 12 a 14 de julho de 2018.

PARTE RELIGIOSA

Celebração: dos dias 12/13/14 às 20:00h. E no dia 14/07, iniciará com a procissão às 18:00h, e logo após, a Santa Missa com o Pe. Renê.

PARTE SOCIAL

Haverá Arraial com Danças folclóricas, leilões, Bingos e outras atrações.

Torneio de futebol masculino e feminino

Dia 14/07, com início das inscrições às 12:00h.

Masculino: 1º lugar – R\$ 1.000,00 e o 2º lugar – R\$ 300,00
Feminino: 1º lugar – 50% e o 2º lugar – 20%.

Local: Campo Society Fluminense

Valor das inscrições:
Masculino – R\$ 100,00
Femenino – R\$ 50,
Barracas com comidas típicas.

Dia 12/07 – São Carlos em Defesa da Vida.
Grupos responsáveis – Agreko, Eletricista, e vigila das mães, Delegacia (Civil e Militar)

Dia 13/07 – São Carlos e Formação para a Vida.
Grupos responsáveis – Pescadores, Administração, Comerciantes.

Dia 14/07 – São Carlos e Valorização da dignidade Humana.
Grupos responsáveis – Saúde, Educação.

Local: Paróquia N. Sra. Aparecida – Distrito de São Carlos.

PATROCINADORES: Pessoas do Distrito de São Carlos e Amigos.

Sãocarlosnotícias

Fonte: Divulgações da Comunidade, 2018.





Temos ainda na comunidade de Prosperidade o festejo em honra a Nossa Senhora da Saúde, realizado na região desde o ano de 1920, como nos foi relatado pelo Sr. Xaxá, que hoje leva à frente esse festejo iniciado por seu pai e sua mãe, dona Angélica Santos Nascimento. Além das nove noites da novena, se faz o leilão na última noite e, por promessa de sua mãe, é servido um almoço para os participantes: “[...] de primeiro ela matava uma galinha, matava porco, aí agora como a gente tem gado, a gente mata todo ano, no último dia, que é o dia da procissão, a gente dá também um almoço pro povo” (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral e vive em Prosperidade, professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019).

Em relação aos festejos, como observado nos cartazes e na nossa pesquisa, há uma organização religiosa com definição de temas para cada dia da novena, ficando a cargo de determinado grupo organizar e celebrar junto com a comunidade, despertando sentimentos e valores naqueles que acompanham a novena, que são católicos praticantes, fazendo também o pagamento de promessas e outras práticas. Há também a programação social, envolvendo o torneio de futebol, os bingos, leilões, sorteios, arraial, parte musical, consumo de bebidas e comidas.

4.3.2 Futebol: o principal lazer e meio de integração social

Como dissemos acima, a prática do futebol, tanto masculino quanto feminino, e de todas as idades, perpassa os momentos de festejos e está presente em todos os dias dos ribeirinhos, seja pela prática, na quadra poliesportiva, dos alunos das escolas, seja nas brincadeiras de ruas e de quintais dos finais da tarde, seja pelo uso dos 2 campos de futebol existentes, o oficial e o *society*, que é utilizado regularmente para “jogar aquela pelada” ou para o treino dos times. Nas palavras do Ridson: “É semanal, na semana todinha, às vezes só não dá na segunda porquê... motivo da ressaca do final de semana, mas nos outros dias a galera vão lá sim” (Ridson Fagno de Souza; entrevista em 14/07/2018). O que também é complementado e reforçado pela narrativa do Vladymir: “Aqui todo mundo tem que saber um pouco jogar futebol, é o futebol mais simples que tem aqui, é comum, todo mundo sabe jogar futebol, [...] esporte aqui mesmo é o futebol” (Vladymir Pinto de Souza; entrevista em 18/01/2020).





Fotografias 19 e 20: Práticas de futebol por crianças na rua e mulheres no campo



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2017 e 2019.

Dona Antônia, moradora de São Carlos há mais de 20 anos, residindo ao lado da quadra poliesportiva de São Carlos, também é testemunha de que o futebol é uma prática diária:

Eva da Silva Alves: E eventos esportivos, jogos?

Antônia: Ahh mana, **isso aí é direto...**

Eva da Silva Alves: É direto? Futebol?

Antônia: **Futebol. Todo sábado tem jogo aqui, todo sábado,** pessoal se reúnem, jogam sábado ou domingo, **e também final de tarde, cinco horas,** eles se reúnem, porque o pessoal vai jogar lá no campinho, e é assim.

Eva da Silva Alves: Os homens jogam?

Antônia: **Jogam os homens, as mulheres e as crianças** (Antônia Alves Lopes, 66 anos, nascida em Terra Caída e mora em São Carlos há 20 anos; entrevista em 01/07/2017; negritos nossos).

Desta forma, de antemão já podemos afirmar que o futebol é a principal forma de lazer presente em São Carlos e na maioria das comunidades ribeirinhas amazônicas, se constituindo como um elemento cultural fundamental na vivência comunitária e na sociabilidade ribeirinha.

Em relação às opções de lazer em São Carlos, o prof. Everaldo nos fez uma narrativa bem interessante e crítica, demonstrando a ausência do poder público nesta questão e o que isso impacta na vida dos adolescentes e jovens da comunidade:

Everaldo: **A questão também do lazer em São Carlos, nós não temos muitas opções de lazer em São Carlos,** às vezes você fica reclamando das crianças sem fazer muita coisa, procurando fazer outra coisa, começa a beber cedo, fumar cedo, eles não têm opções, eles vêm só pra escola, eles vêm aqui, nem querem ficar final de semana em casa, eles querem ficar na escola porque eles têm contato com outros amigos, com outros colegas, eles brincam, eles jogam bola, e aí, vai no final de semana, **não tem muita opção, não tem uma praça, não tem um cineminha, não tem, não tem nada. Só é o futebol mesmo,** a gente se junta com o pessoal e faz um futebol, um torneio, pra movimentar. Quem tem um poder aquisitivo melhor, dinheiro, tem uma embarcação pra ir pro Jamari, Rio Verde, tomar um banho pra lá, pescar, tudo bem, e quem não tem? Fica na mesmice aqui, o tempo todo, então isso cansa um pouco, as vezes o morador ribeirinho ele cansa devido isso, ele não tem muitas opções, a gente que é funcionário tira um final de semana e vai em Porto Velho, vai no cinema, vai no *shopping*, vai pra praça e várias e várias crianças, a maioria, vai fazer o que? Fica aqui o tempo todo. **E a gente observa que isso machuca eles, a gente fica comentando,**





eles ficam vendo fotos de amigos tirando fotos, andando em praças, assistindo um filme e eles continuam aqui, que não tem nada disso aqui. Então eu acredito que o poder público poderia montar um projeto onde pudesse atender essas crianças, se eles não podem ir até a cidade, que a cidade venha até eles, com cineminha, com um projeto “Domingo de Lazer”, por exemplo (Everaldo da Silva Pinto, 45 anos, nascido em São Carlos, professor e então diretor da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 17/01/2020; negritos nossos).

De fato, a ausência e a falta de incentivo por parte do poder público para gerar outras formas e espaços de lazer na comunidade impacta na vivência dos adolescentes e jovens e das pessoas de modo em geral. Essa ausência se caracteriza como a negação de um direito constitucional, uma vez que está previsto no Art. 6º da Constituição Federal da República Federativa Brasileira de 1988, no *holl* de direitos sociais: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”, além de também constar no *caput* do Art. 217 que “**É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um**” (negritos nossos). Sendo que o inciso II do Art. 217 dispõe que “a destinação de recursos públicos para a **promoção prioritária do esporte educacional** e, em casos específicos, para a do esporte de alto rendimento” é dever do Estado. Observa-se que o dispositivo constitucional garante à sociedade o direito às práticas de lazer com o esporte, especialmente no âmbito educacional. O § 3º do Art. 217 configura o lazer como uma promoção social que cabe ao poder público: “**o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social**” (negritos nossos).

Essa reflexão do esporte, do lazer como uma promoção social está presente na narrativa da Catija, que ao falar do projeto que desenvolveu por vários anos na comunidade, chegando a atender até 60 crianças e adolescentes, encaminhando alguns deles para testes de peneiras em Porto Velho, se emocionou:

Renato: Em relação às atividades, principalmente o futebol aqui em São Carlos, como que você avalia a contribuição desse esporte, do futebol, para São Carlos?

Catija: Bom, a importância pra mim, o que eu acho, que o **Esporte ele é um suporte, ele é um diferencial, ele é um... como é que eu posso te dizer, ele é uma formação, entendeu?** Como eu vejo muitas crianças da comunidade, da minha comunidade, que hoje procura a bebida, procura a droga, a minha preocupação maior é isso aí, em não permitir que o meu atleta chegue a virar um dependente, porque aí complica a comunidade, estruturalmente... e no caso da família, destrói, né, e a minha preocupação maior é essa, **que o jovem não caia na... [emocionada]** (Catija Gomes Atiare, 37 anos, mora em São Carlos há 19 anos, merendeira na Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 13/10/2018; negritos nossos).





Como é atestado pela história, a prática de eventos desportivos teve origem na Grécia Antiga por volta do ano de 776 a.C., sendo o principal evento conhecido como Olimpíadas, no qual se reuniam as cidades-estados da Grécia, sendo que este evento é realizado em nível mundial até os dias de hoje. E essa preocupação com a formação, com o suporte para a formação do jovem sempre foi uma preocupação do esporte. O filósofo Platão, em sua obra *A República*, demonstra essa preocupação com uma educação harmoniosa do corpo e do espírito, na qual a música e a ginástica possuem lugar importante e estão a serviço de uma consistente e melhor formação da alma. Para Platão, a finalidade da música e da ginástica é educar a alma daqueles que as praticam. Ambas são importantes, porque ajudam no desenvolvimento harmonioso da natureza humana e, portanto, libertam o ser humano dos vícios, como apontou a Catija em sua narrativa. Platão entende que a prática da ginástica, podemos dizer dos esportes, deve começar desde a infância e perdurar por toda a vida:

Também aqui é necessário que **comece desde a infância**, que seja feita com grande cuidado e se **durante a vida inteira** [...]. Não creio que o corpo bem constituído possa melhorar a alma com suas excelências corporais, mas, pelo contrário, é a **alma boa que, mercê de suas virtudes, aperfeiçoa o corpo na medida** em que isso for possível [...] a alma convenientemente educada se encarregará do corpo (PLATÃO, 1965, p. 162; negritos nossos).

Neste sentido, para Araújo “a **ginástica** não deve ser vista como um modo de educação do corpo; **ela educa uma das partes da alma: o ímpeto (*thumós*)**” (2017, p. 147; negritos nossos). Esta afirmação é compreendida no escopo da formação do homem grego, conhecida como *Paidéia*, na qual “o conteúdo da formação do jovem estendia-se da música (associada à literatura) passando pela ginástica, pela matemática (aritmética, geometria, astronomia e harmonia) até a dialética.” (VERENGUER, 1993, p. 72).

Considerando essa breve fundamentação filosófica dos esportes, cabe também citar o filósofo Santo Agostinho, que ao refletir sobre as características que nos diferenciam dos animais, em sua grandiosa obra *O Livre-Arbítrio*, nos afirma que o “**divertir-se e rir** [...] são expressões características do homem” (AGOSTINHO, 1995, p. 47; negritos nossos), o que pode nos levar a também destacar essa importância dos esportes em nos fazer alegrar-se, divertir-se e rir e, portanto, realizar a sociabilidade e integração das pessoas e comunidades, como tem sido relatado por nossos entrevistados e conforme veremos a seguir.

Um exemplo dessa alegria que o futebol traz para as comunidades pode ser observada na fala do Ridson, que ao falar do Campeonato Interdistrital, cujas competições envolvem os melhores times de cada Distrito do Município de Porto Velho, do qual São Carlos é sagrado





como o time que mais conquistas logrou ao longo da história, comparou com a Copa do Mundo de Futebol: “O interdistrital, agora que vai ser realizado, **pra gente é como se fosse uma Copa do Mundo**” (Ridson Fagno de Souza; entrevista em 14/07/2018). Como sabemos, a Copa do Mundo de Futebol, que é realizada de 4 em 4 anos, tem esse, digamos, poder de parar os países por alguns dias em torno do futebol e trazer alegrias em todas as regiões do mundo. Desta forma, podemos afirmar que para os jogadores das comunidades, a experiência de participar dos jogos do Interdistrital traz esse mesmo desejo humano de “divertir-se e rir”, como apontado por Agostinho.

Fotografia 21: Troféu de vice-campeão do 1º Distrital, realizado em 1985



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2019.

Além deste aspecto da alegria, observamos na narrativa do Ridson, apresentada acima, que os eventos esportivos e de lazer repercutem em outros âmbitos da comunidade, tais como, economia, integração social, lazer, saúde e na melhoria da qualidade de vida da população. Nesta linha, a agente de saúde Miquele, que é formada em Educação Física, lamentou a ausência de práticas de lazer para crianças e idosos:





Renato: Falando dessa questão de atividades mais sociais, de inserção da comunidade, você citou “trazer o idoso para participar de um grupo”, que outras atividades de lazer e comunitárias que existem na comunidade que você tem conhecimento e que você participa?

Miquele: Na verdade a nossa comunidade é precária em questão de lazer, o que podemos citar de lazer aqui é que toda semana é futebol. Mas aí esse futebol ele não abrange todo o público da nossa comunidade, é mais o público jovem, mas... **as crianças... aqui tem pouco lazer, os idosos, nenhum lazer, aqui o idoso vai pra igreja, e só**, mas outros tipos de lazer aqui não têm (Miquele Araújo de Souza Pinto, 34 anos, veio da comunidade de Primor para São Carlos em 1999, agente comunitária de saúde; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

De fato, há poucas formas de lazer para uma melhor sociabilidade nas comunidades ribeirinhas, especialmente para crianças e pessoas de mais idade. Hoje essa integração e sociabilidade entre as comunidades ribeirinhas da região são realizadas através dos festejos e da prática do futebol, conforme foi confirmado pelas entrevistas feitas com a Catija e com o Vladymir:

Renato: E costumam também receber times de outras comunidades para jogos aqui em São Carlos?

Catija: Sim, sim. **Brasileira, Nazaré, Calama, Aliança**, vem bastante times **de Porto Velho**.

Renato: Em todos também vêm times masculinos e femininos?

Catija: Masculinos e Femininos (Catija Gomes Atiare, 37 anos, mora em São Carlos há 19 anos, merendeira na Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 13/10/2018; negritos nossos).

O Vladymir reforçou a importância dessa integração entre as comunidades vizinhas e que os eventos de lazer, no caso o futebol, é momento de confraternizar e brincar:

Renato: E as outras comunidades vêm jogar aqui em São Carlos? Como que é a integração de São Carlos com as outras comunidades aqui da região?

Vlady: Vem, quando tem torneio aqui, a comunidade de **Cuniã, Comunidade de Bom Será, Brasileira, as comunidades vizinhas todas vêm para cá pra confraternizar, brincar**, às vezes é um jogo até amistoso, mas faz aquela brincadeira (Vladymir Pinto de Souza, 40 anos, nascido em São Carlos, gari e proprietário de um bar; entrevista em 18/01/2020; negritos nossos).

O Ridson também destacou esse aspecto do futebol, que “é bom que às vezes estimula em **agregar amizade**, tipo, a gente procura sempre **conversar**, tirar o foco da competição, trazer mais para o **foco do futebol, da amizade, e querendo ou não, a gente aproveita e tira do mundo das drogas**, dessas coisas, entendeu? Aí evita.” (Ridson Fagno de Souza; entrevista em 14/07/2018). Abaixo, foto do Ridson ao lado dos troféus do time de futebol Fluminense, essa festa é realizada todos os anos, momento de reunir os jogadores, as famílias, os amigos e





convidados. Nesta festa vão também pessoas de outros times, pessoas que estão em Porto Velho se deslocam para São Carlos para participar da festa.

Fotografia 22: Ridson e os troféus na Festa do Fluminense



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2019.

Para termos mais noção ainda da importância do futebol para as comunidades ribeirinhas, como São Carlos, acompanhamos e analisamos a transmissão ao vivo⁷⁵ feita pela página do *facebook* SãoCarlosnotícias do Desfile de 7 de Setembro de 2022 e também analisamos fotos e vídeos postados nas páginas da E.E.E.M. Professora Juracy Lima Tavares⁷⁶ e E.M.E.F. Henrique Dias⁷⁷, ocasião em que a comunidade se reúne para acompanhar as apresentações da fanfarra da Escola e o desfile dos alunos e setores da comunidade. Nos chamou a atenção o último bloco do desfile, sendo conduzido por uma adolescente portando a bandeira do Distrito de São Carlos e logo atrás uma aluna com um cartaz que dizia: “Características de São Carlos”, seguida de outros 4 alunos que seguravam dois cartazes, um com o símbolo das

⁷⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/1766212176782300/videos/452083230311357>

⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/juracy.limatavares.3>

⁷⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100069229968106>





olimpíadas e outro com a frase “esportes olímpicos”, todos vestiam a camiseta do Brasil e com trajes de esporte. Em seguida, representantes do Posto de Saúde e Agentes Comunitários de Saúde. Na sequência, um grupo de outros alunos e alunas, cada um com um tipo de bola diferente na mão e muitos com bola futebol, vestindo camisetas de diferentes times de futebol nacionais e regionais. Ao final vemos um grupo de jovens com a bandeira e com camiseta de um dos principais times de São Carlos, o time do Fluminense. Em contraposição, podemos falar do Desfile em Brasília, em que ocorreram apresentações militares, de setores da sociedade, “motocia” e a presença de vários tratores representando o agronegócio⁷⁸, bandeira maior do atual Presidente do país.

Isto posto, reafirma as nossas análises da importância da integração e da sociabilidade que as práticas culturais, de modo especial o futebol, possibilitam nas comunidades. Neste sentido, reafirmamos que o poder público tem o dever constitucional de proporcionar o mínimo possível de práticas culturais e de lazer, de incentivar outras formas para que esse direito realmente seja efetivo, mesmo que seja nas comunidades mais distantes e que para isso envolva a aplicação de mais recursos para atender a demanda, pois o direito ao desporto e ao lazer tem se revelado fundamental para a integração e sociabilidade entre as comunidades ribeirinhas da região.

4.3.3 Bares e festas

Outra prática cultural presente na comunidade de São Carlos são as festas realizadas nos bares em todos os finais de semana, cuja principal característica gira em torno da dança e do consumo de bebidas. Ao longo desta pesquisa chegamos a acompanhar algumas destas festas, mas, geralmente, somente até umas 22h da noite, devido ao cansaço de andar o dia todo e entrevistar pessoas, porém, sentindo a necessidade de descrever melhor essas festas, decidimos acompanhar uma dessas festas até mais tarde, saindo do local por volta das 2h da madrugada, e a festa ainda seguiu. Abaixo iremos descrever mais detalhes observados nesta festa.

Atualmente, pelo menos 5 bares de São Carlos realizam festas nos finais de semana: Gela Goela, Sancas *Pub*, Restaurante e Bar Pôr do Sol, Vlady Bar e Bem Amigos Bar. A estrutura destes bares e das festas são semelhantes e acontecem, dada a proximidade entre eles, em sequência, durante a tarde e à noite. Inicia no final da tarde no Restaurante e Bar Pôr do Sol,

⁷⁸ Conforme notícia disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/07/bolsonaro-participa-em-brasilia-de-desfile-de-7-de-setembro-no-bicentenario-da-independencia.ghtml>





bar situado na praça, que tem outras opções de consumo, outros pontos, como sorveteria, espetinho, pizza, cachorro-quente etc. Se for final de semana que tem jogos, inicia no Vlady Bar.

No Restaurante e Bar Pôr do Sol, que é recente, tem mesa de sinuca, televisão grande e música, às vezes ao vivo, com o grupo musical *Os Meninos de São Carlos*, e na maioria das vezes com músicas selecionadas em aplicativos musicais, sendo um estilo eclético, a gosto dos clientes, mas geralmente as músicas do sertanejo universitário e de sofrência. Por volta das 22h, esse bar e a maioria dos lanches fecham, levando os participantes a irem para o Gela Goela, Sancas *Pub* ou Bem Amigos Bar.

No Gela Goela há mesa de sinuca, telão (usado para que assistam jogos do campeonato, filmes), estrutura de churrasqueira sendo finalizada e salão usado como espaço para se sentar nas cadeiras e mesas e que depois se transforma em pista de dança⁷⁹. Já presenciamos também neste espaço apresentações ao vivo, geralmente com teclado ou se valendo do uso de *playback* para que o cantor faça sua interpretação. O estilo musical também segue o da sofrência e, como identificado pelo próprio Ridson, “um forró dançante”.

O Sancas *Pub*⁸⁰, nome atual e recente, fica situado em um tradicional espaço de festa antes identificado como Bar da Dona Lóia, fundado na década de 1980 em local mais à margem do rio Madeira e que desbarrancou e, mais recentemente, foi mudado para o ponto atual. Esse bar funcionou por muitos anos sob a administração da Dona Lóia. Dona Lóia foi uma moradora de São Carlos durante toda sua vida e veio a falecer em abril de 2021, faltando 3 dias para completar 85 anos. Ela merece aqui um breve relato, dada a sua relação com as festividades de São Carlos. Ela sempre foi muito respeitada e reconhecida por animar a comunidade com as festas que propiciava em seu bar, além de seu esposo ser pescador e dono de um dos maiores barcos de pesca da região. Ambos eram muito conhecidos e respeitados na comunidade, como relataram seus filhos e netos, alguns seguem morando em São Carlos. Dona Lóia, inclusive, antes mesmo da instalação do Posto de Saúde na comunidade, era referência para aplicar injeções e demais cuidados de enfermagem, uma vez que chegou a iniciar o curso de enfermagem, na juventude. Quando a conhecemos e tivemos os primeiros contatos, ela já estava em idade avançada, muito doente, debilitada, em cadeira de rodas, com *Alzheimer*. Ficava em tratamento em Porto Velho, na casa de uma das filhas, mas constantemente pedia para ir a São

⁷⁹ Ridson costuma postar em sua página do *Facebook* fotos e vídeos de festas, da estrutura do bar e outras atividades que realiza na comunidade, como futebol, visitas a lugares etc.: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100011140479932>

⁸⁰ O Sancas Pub tem uma página no *Instagram* onde são realizadas divulgações das festas, fotos e vídeos: <https://www.instagram.com/sancaspub/>





Carlos ficar na casa de um dos filhos, que segue morando lá e é o subdelegado da polícia civil, o Sr. Almério Tavares. Fizemos algumas visitas a ela, ouvimos algumas de suas memórias relatadas com voz mansa e suave. Em certa visita compartilhamos com ela, na companhia de sua filha Alessandra Tavares e do neto Antônio Alysson, de um milho cozido. Recordo bem de duas ocasiões em que a sua presença nas festividades alegrava a todos, que ao chegar, iam cumprimentá-la com muito carinho e respeito: no churrasco feito pelo time do Fluminense em 19/01/2019 (foto no Apêndice E) e no Festejo de Nossa Senhora Aparecida, em 2018, onde ela, com muita dificuldade de caminhar, fez questão de fazer parte do trajeto da procissão.

O bar, com essa carga tradicional e histórica, passou pela administração de um dos filhos e depois para a neta Karlla Tavares, que também é DJ, e mudou o nome para *Master Beer*. Ficou fechado por um tempo e agora retornou com o nome *Sancas Pub*. Atualmente está aberto para diversão, mas dependendo da atração musical ou da festa, fica fechado e os participantes pagam entrada para participar, conforme se pode conferir em cartazes de divulgação no Anexo A, regularmente acontecem festas com a presença de músicos ao vivo.

Abaixo, cartazes contendo informações sobre uma dessas festas, denominada “Made In Roça”, que era para ter sido realizada em 2021, mas pelo motivo de aumento nos casos de Covid-19, foi cancelada, sendo emitido um comunicado onde são detalhadas as atividades do que seria a festa que ia para a sua 3ª edição, além de mencionar também um Festival de Praia. A 3ª edição da festa ocorreu em 16 de abril de 2022, conforme cartaz.

Imagens 03 e 04: Cartaz de divulgação da Festa “Made In Roça”



Fonte: Divulgações no Facebook⁸¹ da promotora Karlla Tavares, 2021 e 2022.

⁸¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1945484855640939&set=pcb.1945484978974260>





O Vlady Bar fica ao lado do campo *society* e funciona geralmente nos finais de semana, durante os jogos, e se estende até a noite ou quando recebe um grupo de amigos que vai para lá assar carne, beber, tocar e cantar. Tem estrutura de churrasqueira, um salão aberto em formato circular, uma mesa de sinuca e fica ao lado do campo *society*. O Vlady faz parte do grupo *Os Meninos de São Carlos* e é um dos principais músicos da comunidade⁸², sempre animado, gosta muito de tocar, cantar e reunir os amigos para confraternizar. Vem a Porto Velho com frequência para tocar em aniversários de amigos, além de ser presença marcante nas festas de São Carlos.

Em entrevista realizada com ele, nos falou da tranquilidade que é São Carlos e dessa acolhida que ele, toda família e o ribeirinho gostam de propiciar:

Vlady: [...] **um paraíso**, eu digo que é o paraíso aqui, crio meus filhos aqui sem medo, **tranquilidade total**, por isso **que já estou aqui há duas enchentes e não consigo sair daqui, que o amor é maior, tenho 40 anos de São Carlos, nunca saí daqui e nem pretendo**.

Renato: Você falou também essa questão de muita tranquilidade, poder criar os filhos tranquilo, a gente tem a impressão também que aqui em São Carlos as pessoas são muito próximas, é família, é primo, você poderia falar um pouco sobre isso?

Vlady: Ahh é, aqui é **reunião, inclusive a minha família, a gente se reúne toda noite, tem aquele bate-papo, e sem falar na hospitalidade**, todo mundo que chega aqui é bem acolhido, a **minha família tem essa cultura de acolher o pessoal**. Eu acho que **não só a minha família, é o ribeirinho**, é assim mesmo, o pessoal diz que quem bebe a água sempre volta, e é isso aí.

Renato: Na questão da acolhida, da hospitalidade, aqui no teu bar você gosta de tocar uma música, fazer um som...?

Vlady: Ahhh é, **o pessoal sempre pede, mesmo quando a gente não tá disposto, a gente tem que fazer uma palhinha, e é gratificante isso, acolher os amigos, isso não tem preço** (Vladimir Pinto de Souza, 40 anos, nascido em São Carlos, gari e proprietário de um bar; entrevista em 18/01/2020; negritos nossos).

De fato, presenciamos diversos momentos de confraternização, seja no Vlady Bar ou até mesmo nos outros bares da comunidade, na frente da casa dos pais de Vlady, que moram na 1ª rua, e com isso, às vezes, lá ele fica conversando e fazendo uma música. Vlady é sempre animado, acolhedor e disposto a receber e trazer alegria para as pessoas, como pode ser conferido em diversas postagens em seu *facebook*⁸³.

O Bem Amigos Bar já é mais longe um pouco da região central de São Carlos, com menor quantidade de frequentadores. Possui potentes caixas de som e o estilo musical é mais tradicional. Também dispõe de uma televisão para transmissão de jogos. Os proprietários são torcedores do time de futebol Botafogo, e identificam o bar com esse viés, reduzindo assim a

⁸² O proprietário costuma postar em sua página do *Facebook* alguns destes momentos: <https://www.facebook.com/vladimir.pinto.313>

⁸³ Disponível em: <https://www.facebook.com/vladimir.pinto.313>





participação dos times rivais. No bar Gela Goela, por exemplo, foram pintados os escudos dos principais times brasileiros, dos times regionais e dos locais, sendo a cor central o amarelo, e referência à CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

Após essa descrição dos bares, da estrutura e do que oferecem, passamos agora a descrever sobre a festa que acompanhamos, como dissemos no início deste subtópico. Acompanhamos, no dia 03 de setembro de 2022, uma festa realizada em um dos bares e ficamos até por volta das 2h da madrugada. Passamos agora a relatar brevemente essa experiência, inspirados no texto *Etnografia de uma festa de aniversário sobre a ótica da performance*, de Nara Rosangela Rodrigues (2012).

Participei, juntamente com outros 4 professores e pesquisadores que estavam comigo, de uma festa dançante, realizada no Sancas *Pub*, a partir das 21h do dia 03 de setembro de 2022 até as 2h da madrugada do dia seguinte. Passei a observar a festa como um evento social e de momentos simbólicos de sociabilidade ribeirinha. Na festa tinham diversos grupos facilmente identificáveis, dentre eles: um grupo de adolescentes composto por 5 integrantes; outro grupo composto por jovens na faixa dos 18 a 21 anos, de pé, animados e dançando as músicas; 2 mesas com garimpeiros e muitas garrafas de cerveja nas mesas; pessoas de fora da comunidade, que depois identifiquei serem marítimos que trabalham nas balsas de transporte fluvial; outras mesas com 4 a 7 integrantes, alguns de pé, dançando; havia inclusive uma família que estava com um bebê no carrinho, além de algumas crianças na faixa de até 10 anos. Em diálogos com alguns dos participantes, e com quem já conhecíamos, constatamos que na festa havia pessoas das comunidades do entorno, como Cuniã, Brasileira, Tira Fogo, Calvalcante, Rio Verde etc. Mais cedo estivemos no Lago do Cuniã e alguns dos jovens que lá estavam, em um banho conhecido como Cachoeirinha, nos disseram que mais tarde estariam na festa em São Carlos, e de fato lá estavam.

A presença de adolescentes e até crianças, ainda por volta das 23 horas, é uma prática naturalizada nas comunidades ribeirinhas, que como já discutido acima, carece de outros espaços de lazer, restando apenas a escola, o futebol e as festas aos finais de semana. Outro aspecto desta naturalização se deve ao fato de que a grande maioria dos frequentadores se conhecem, residem em São Carlos ou nas comunidades do entorno, apenas um pequeno número é de fora. Dessa forma, estão no mesmo espaço: pai, mãe, filhos, tios, sobrinhos, primos, parentes, professores, alunos etc., e acaba ocorrendo um respeito e cuidado mútuos. A partir disso constatamos que a festa é vista como um espaço, de fato, de lazer, encontro e sociabilidade.





O estilo musical era o tecnobrega, tocado por um *DJ*. Observei o consumo, por praticamente todos os presentes, de cerveja da marca *Skol litrão*, e alguns fumantes no local.

Observei algumas ações do grupo de adolescentes, que faziam consumo de cerveja da marca *Skol litrão* e um deles fumou cigarro comum por algumas vezes. Em dado momento conseguimos dialogar com 2 deles: um rapaz de brinco com quem falei e uma menina de cabelo cacheado, com quem uma professora que estava comigo conversou. Obtivemos as seguintes informações: ele tem 16 anos, mora na comunidade de Tira Fogo e parou de estudar no 6º ano do Ensino Fundamental devido às paralisações do transporte escolar fluvial - quando conversei com ele, se demonstrou tímido; ela disse ter 15 anos e estudar e morar em São Carlos, disse ainda ser uma das mais velhas daquele grupo em que estava. Após nossa abordagem, eles aparentemente não se sentiram à vontade e resolveram mudar de local no salão de festa.

Seguindo a observação, as vestimentas também nos chamaram a atenção: a maioria das mulheres usava saias, vestidos e *shorts*; já a maioria dos homens, de calça e alguns com camisetas de times de futebol ou com alguma marca de destaque (*Adidas, Nike*). Um dos participantes estava com calça estilo *cowboy* e fazia uso de chapéu de palha; alguns de boné, com correntes, relógios, anéis, um deles com o cabelo pintado de branco e amarelo, outro com o cabelo azul, com cortes diversos etc.

A cada nova música a sociabilidade se demonstrava de forma performática, alguns dançavam acompanhados, outros dançavam sozinhos, em grupos, a depender do ritmo da música. A maioria fazia consumo de bebidas alcoólicas, uso de cigarros e enquanto conversavam entre si ao som das músicas. Havia no espaço uma área mais central, usada como espaço para dança, embora todo o entorno ocupado por mesas e pessoas sentadas, sendo ele também usado para dança, geralmente as individuais; por exemplo, uma mulher na faixa dos 45 anos que estava de preto e, na mesa à nossa frente, seu companheiro, que permaneceu sentado a maioria do tempo, fazendo consumo de bebida, já ela permanecia de pé e dançava sozinha, segurava a mão dele e fazia os giros da dança.

Visando entender um pouco mais essa dinâmica e sociabilidade que a festa propicia, por volta de 1h e pouco da manhã do dia 04/09/2022, decidi entrevistar o Ridson Fagno, por já o conhecer desde quando iniciamos a pesquisa, já o tendo entrevistado outras 3 vezes. Ridson é proprietário do bar Gela Goela, que nesta noite não abriu, pois a cerveja encomendada de Porto Velho havia chegado no início da noite, com isso ele não tinha cerveja gelada para abrir seu bar, preferindo ir ajudar o outro bar e também participar da festa. A entrevista durou 4 minutos,





tendo sido transcrita. Me permitam apresentá-la a seguir na íntegra, pois é bem rica e descreve bem a dinâmica das festas em São Carlos:

Renato: Aqui em São Carlos, com o Ridson, no dia 4 de setembro. Ridson, a gente tá aqui em um bar, eu gostaria que você descrevesse um pouco esse processo, essa festa, essa forma de lazer que tem os moradores de São Carlos.

Ridson: É, essa **festa dançante que tem todos os finais de semana no distrito de São Carlos é uma das poucas culturas e diversões que o distrito tem, onde vêm pessoas de todos os lugares**, principalmente nesse período, **período do garimpo**, que vêm pessoas lá do Amazonas, tanto do Amazonas quanto de Porto Velho, trabalhar no garimpo, quanto **marítimo**, que vêm aí de **Itacoatiara**, até mesmo **hoje tem uma equipe aí**, que pelo motivo do **rio tá seco**, eles nunca viajam pelo período noturno, aí eles sempre param. E sempre as paradas é onde tá anoitecendo, sempre bate aqui em São Carlos, e sempre eles aproveitam a noite e vêm pro distrito curtir junto com a comunidade.

Renato: E que tipo de música que é tocada, qual estilo, como que é a forma da diversão aqui em São Carlos?

Ridson: Assim, em um final de semana, num sábado específico, a festa, **é mais tocado forró e sertanejo dançante**, e aí no domingo, nos barzinhos, é mais mista, né, dá pra soltar um pagodezinho, essas coisas, um reggae, pra quem gosta, **mas na festa mesmo em específico é sertanejo e forró**.

Renato: Você deu exemplo aqui hoje, especificamente, tem o pessoal que veio, parou a balsa, o transporte que eles estavam levando, porque à noite não viaja, e aí curte a noite de São Carlos. Isso é semanal, cotidiano?

Ridson: Sim, sim. Assim, é por esse período que o rio tá seco. Sempre eles aparecem, como eu falei: **quando tá chegando a noite, próximo do distrito de São Carlos, eles sempre param à margem direita do rio, né, que fica do outro lado de São Carlos, e sempre eles atravessam pra cá**, pra vir tomar uma cervejinha, tirar o *stress* da embarcação, né, que ficam aí sete dias embarcados, é uma forma de eles se distraírem um pouco também.

Renato: Você atribui isso a São Carlos ter uma estrutura que forneça esse tipo de lazer?

Ridson: Sim, sim. **Hoje São Carlos já está bem mais estruturado, já tem algo a oferecer sim, tem várias opções**.

Renato: Muito bom. Obrigado, Ridson, pela entrevista, pela gravação. Já é a terceira ou quarta que a gente grava juntos, sobre São Carlos, e isso é importante. Nos últimos seis anos a gente acompanha a comunidade, é interessante saber tudo aquilo que a comunidade faz para se manter, para viver, né.

Ridson: É uma **forma de os autônomos tirar uma renda**, né, que alguns, tem várias pessoas que vivem disso, desses eventos culturais e regionais.

Renato: Muito bem. Obrigado, Ridson. E aí pergunto se você no final dessa fala, você autoriza que eu possa usar isso na minha tese de doutorado, que envolve justamente sobre esse aspecto da cultura de São Carlos.

Ridson: Sim, com certeza autorizo sim. **Me sinto honrado de ter o privilégio de gravar isso e falar do querido São Carlos, que é minha comunidade onde eu moro, onde eu tenho orgulho de dizer que sou são-carlense, ribeirinho, morador do Baixo Madeira, tenho orgulho de dizer isso**.

Renato: Muito obrigado, Ridson. Valeu.

Ridson: Falou, é nós (Ridson Fagno de Souza, 30 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário do bar Gela Goela; entrevista em 03/09/2022 e realizada em outro bar).

Como relatado pelo Ridson, de fato a festa é um momento de integração e sociabilidade entre pessoas das comunidades do entorno e até daqueles que estão passando pelo rio e, nessa época, precisam parar as balsas de transporte, fazendo a linha Itacoatiara/Porto Velho. A partir





da narrativa do Ridson, também confirmamos as nossas observações sobre os grupos e sua diversidade, além de atestar que a festa é, ainda, uma de fonte de renda para a comunidade: seja pelo consumo de bebidas, como também no comércio e nos outros restaurantes e lanches da comunidade. Por fim, registramos a alegria e a satisfação do Ridson em ter concedido a entrevista. Ele é um dos moradores que mais nos acolhe, presta informações e está sempre disposto a ajudar. Sendo também uma satisfação para nós, enquanto pesquisadores, poder registrar essas memórias e a importância que esses momentos têm para a comunidade e para a história.

Em conclusão a esse subtópico, que tratou das festas populares e o lazer em São Carlos, podemos afirmar que o desporto, o lazer é um direito social que traz inúmeros benefícios para a sociedade em geral e para as comunidades ribeirinhas, como aqui discutido e bem levantado pelo prof. Everaldo. Como ele relatou, as comunidades ficam mais distantes dos centros urbanos e de outros espaços de lazer como o cinema, o *shopping*, praças e outros espaços de lazer. Resta aos adolescentes e jovens apenas o espaço da escola para o encontro com os colegas, as reuniões para praticar o futebol e as festas nos bares.

Terminamos esses relatos sobre o lazer em São Carlos cientes do papel fundamental que ele exerce na vida das pessoas, na sociabilidade e na constituição de uma identidade e de uma cultura. Esse sentimento também foi expresso por Nara Rosângela Rodrigues na conclusão de sua observação de uma festa de aniversário:

Com tudo isso, creio que me é possível afirmar ter sido observadora participante de um evento de performance. **E ao, conscientemente, direcionar meu olhar com uma orientação antropológica, foi-me possível ter a percepção da significação que emergiu daquele acontecimento: a vida em sociedade como um valor a ser mantido e preservado e cuja manutenção e preservação se faz a partir da repetição de eventos formalizados, simbólicos e coletivos, como aquele que estava sendo observado. E, ainda, que esses eventos formalizados constituem espaços privilegiados para que ocorra a reflexão, a reflexibilidade, a emergência de significado e para que se realize a eficácia simbólica,** mesmo que os participantes da performance não se deem conta de nada disso (RODRIGUES, 2012, p. 155; negritos nossos).

Portanto, não deve o poder público medir esforços para apoiar, valorizar e dar mais suporte para a realização de práticas culturais, como os festejos e o lazer nas comunidades ribeirinhas tradicionais amazônicas, pois como discutido, as festividades e os momentos de reunião em torno do futebol se configuram como momentos de união das comunidades, das famílias, fortalecendo os laços sociais, culturais, a troca de experiências, de saberes e de





vivências comunitárias, além de também movimentar a economia das comunidades, fortalecendo o simbólico e a vida em sociedade.

Agora, saímos desta seção - podemos dizer alegre e festiva - e passamos a descrever um período muito difícil e doloroso para todos os moradores de São Carlos e entorno, que foi o ano de 2014, com a grande cheia do rio Madeira.

5 NO BANZEIRO DAS ÁGUAS – ATO I: ETNOGRAFIA DAS CHEIAS

Lá [Porto Velho] eu **chorava** todo dia, olhando para aquelas grades de ferro. [...] Três mês. Eu **chorava** todo dia. Um dia eu estava lá **chorando** em uma área que tinha no apartamento que morava 10 pessoas. [...] Só dentro de casa, só olhando a grade, e dizia ‘ai meu Deus, tô meio que presa aqui’ (risos altos) (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 84 anos, nascida em São Carlos).

Nesta seção propomos reflexões, apresentamos dados e ampliamos o alcance dos fortes relatos e testemunhos das pessoas que sofreram no mais profundo de seus corpos, mentes, casas, pertences, plantações e criações as consequências, as dores, os traumas e as perdas ocasionadas pela grande cheia do rio Madeira, em 2014. Para melhor entender o que representou a cheia, recomendamos a apreciação do documentário *Entre as águas e o céu: A Grande Cheia de 2014*⁸⁴, que faz parte desta pesquisa e registra em formato audiovisual esse momento tão difícil e complexo da cheia. Nesse sentido, no documentário e nas páginas que se seguem trazemos os relatos e os testemunhos de moradores da comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari, do Baixo Madeira, que tiveram que deixar suas casas, sair às pressas, separar-se dos familiares e dos amigos, acampar em escolas, igrejas, casa de familiares na cidade de Porto Velho e ver as águas subirem, inundar, cobrir casas, destruir plantações, bens, cobrir túmulos... enfim, submergir histórias, memórias, a vida... por mais de 3 meses, se seguindo, após o recuo das águas, um longo período de limpeza e reconstrução.

Neste sentido, procuramos aqui deixar fruir os relatos, os testemunhos, pois eles falam por si, e este registro etnográfico tem por objetivo ecoar essas memórias, esses traumas, essas dores, que infelizmente não estão em um passado distante, mas após 2014, são revividos a cada ano quando se inicia a estação chuvosa. Foram 3 meses com as casas cobertas pelas águas, foram ainda mais alguns meses - para muitos moradores, até anos - para a devida limpeza e recuperação

⁸⁴ Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nlt8VCxmk3o>





das casas, dos bens e das forças para retomar a vida. Foram meses e anos para as plantações crescerem, foram meses para os jardins florescerem, foram meses... foram anos.

É com esse sentimento de solidariedade, de responsabilidade enquanto pesquisador da antropologia social e de compromisso com nossos entrevistados que nos propomos a realizar, nesta seção e na próxima (ato I e ato II), uma etnografia das cheias e demonstrar que a comunidade de São Carlos veio se constituindo e se fortalecendo enquanto comunidade e ponto de apoio para o entorno por abrigar famílias que em anos anteriores, sofreram com as cheias em suas localidades, e que em 2014, foi ela quem precisou ser amparada, e, adequadamente, não o foi.

Como já mencionado nesta tese, daremos amplo espaço para os relatos que gravamos e transcrevemos durante a realização da pesquisa, ou seja, manteremos os relatos mesmo que longos, pois é este o espaço que essas pessoas têm para expor o que passaram, sofreram e ainda sofrem. Também haverá, em alguns casos, certa repetição de assunto com entrevistados diferentes, pois em cada relato temos a percepção do evento pelas memórias afetivas daquela pessoa, desta forma observamos que os relatos vão se coadunando, eles se complementam ao registrar a etnografia das cheias, de modo especial a de 2014.

5.1 As Águas Sobem e Deixam Marcas... (ontem e hoje!)

Sim, com certeza, a insegurança tá anual aí
(Ridson Fagno de Souza, 2020).

São Carlos e as comunidades do seu entorno sempre conviveram com as águas que sobem, deixam marcas e baixam. Não podia ser diferente, pois a comunidade está situada no encontro das águas dos rios Madeira, Jamari e dos lagos e igarapés da região, como já relatado. Como vimos na seção 3, que aborda a constituição e um pouco da história de São Carlos, outras cheias ocorreram ao longo de sua história.

Inclusive há a perspectiva de que São Carlos foi aumentando a sua população a partir da oferta da educação e das cheias anteriores, pois a comunidade sempre foi ponto de apoio para inúmeras famílias que passaram por cheias menores, em anos anteriores. Essa perspectiva foi apresentada pelo senhor João Esteves, testemunha ocular das últimas e principais cheias que antecederam a de 2014 - as ocorridas nos anos de 1984 e 1997:

João: E aqui em São Carlos, graças a Deus, surgiu mais, a **comunidade cresceu**, como você perguntou, **com a vinda do povo ribeirinho trazendo os filhos para estudar**





aqui em São Carlos, a comunidade foi crescendo. Mas veio muita gente. Nas cheias de [19]84 nós ficamos aqui com 115 famílias desabrigadas, no pátio da igreja, nessas áreas pelas beiras aí das baixas, onde tinha as terras mais alta, nós fomos colocando as barracas de lona, que nós conseguimos do BNH daquele tempo, nós botamos essas pessoas. Aí tinha apoio do governo, de 15 em 15 dia vinha alimentação, nós fazíamos relação dos povos que estavam nas barracas, e de 15 em 15 dia a gente distribuía alimentação para eles. **Eu ficava na administração**, tinha um administrador que era o Francisco Mendes, ele saía no barco, que veio um barco de Porto Velho, nas comunidades vendo quem era que tava alagando, as casas, e trazia pra cá para São Carlos, e eu ficava aqui ajeitando lá, armando barraca, ajeitando as coisas para... junto com a professora Juracy, que é minha madrinha, ela também coordenava isso aí, no controle da alimentação, um povo todo controlando para nós conseguir. **Aí muitas pessoas já não voltaram mais para as suas casas, como o pessoal da Ilha dos Periquitos, um pouco de Bom Será, eles ficaram já morando ali em Itapirema**, da parte mais alta, já ficaram lá. **Aí continuaram aqui, estudando, graças a Deus**. Quando foi em (19)97 teve a outra cheia, a segunda maior cheia, vieram outros povos de Bom Será, até de Nazaré, Santa Catarina, e foi ficando aqui em São Carlos, ficaram aqui em São Carlos. Já (19)97/98 até 2000 foi chegando gente e foi ficando aqui em São Carlos, nós chegamos a ter até 530 famílias. Já tava um pouco cheia a Comunidade, São Carlos já tava grande pro espaço que nós temos, porque as pessoas que moravam nas comunidades vieram só pro centro aqui do Distrito. **Em 2014, foi com essa cheia que deu, que muita gente foi embora**, mas ficamos com umas 300 famílias só, 200 e poucas famílias (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

É interessante esse relato de um morador que nasceu na região e sempre acompanhou os processos das cheias e o movimento das comunidades do entorno de São Carlos. De acordo com o relato, observamos que as cheias de 1984 e 1997 geraram impactos para famílias de comunidades menores às margens do Madeira, e que a comunidade de São Carlos serviu, como historicamente sempre foi, de ponto estratégico para o apoio a essas famílias. Outra observação importante é o registro que nestas cheias “tinha apoio do governo”.

Dona Jacinta também nos relatou brevemente sobre as cheias anteriores a de 2014, destacando que a última foi a maior delas:

Dona Jacinta: Não, nunca teve essa cheia, teve mas não chegava a atingir as casas da gente não.

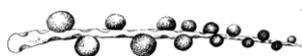
Renato: Não chegava a ter tantos prejuízos?

Dona Jacinta: Não, nunca ninguém se mudou daqui pra canto nenhum, só essa agora que foi a maior de todas. [...]

Dona Jacinta: A de antes só chegou até ali, não chegou a alagar as casas não. Vinha os que moram do outro lado rio pra cá (-) (-) de casa de lona, aí era tudo cheio de casa de lona aqui pro pessoal.

Renato: Mas isso foi lá atrás, em 84? As famílias que moravam aqui precisaram sair ou continuaram?

Dona Jacinta: Foi, nós não saímos daqui, não (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 85 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 14/07/2018; negritos nossos).





O morador João Esteves ainda relata que embora tenham desabrigado famílias de outras comunidades, as cheias de 1984 e de 1997 não tiveram tantas consequências como a de 2014:

Renato: O senhor estava comentando, então, dessas três cheias históricas, que o senhor considera, que foi a primeira em 84, a outra em 97 e a de 2014. A cheia de 84 e a de 97, como que ficou a comunidade de São Carlos? O senhor comentou que mais de 115 famílias foram desabrigadas nas comunidades de entorno, mas São Carlos chegou a alargar?

João: Não. Não, ficou essas terras aqui alta, **só alagou para trás, nós ficamos tipo numa ilha, aí a gente conseguiu manter esse povo aí** nas barracas, no pátio da igreja, nos pátios aqui pela frente do campo, na da escola, pessoal ficaram na escola, ficaram nas casas da igreja, todinho, **não teve problema nenhum** (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Considerando que a cheia de 2014 foi a maior delas e que mais impacto teve nas comunidades do Baixo Madeira, de modo especial em São Carlos, iremos refletir a partir das memórias e relatos dos moradores de São Carlos sobre o “banzeiro das águas” e os impactos gerados pela cheia de 2014, dada a sua proporção física, emocional, econômica, social e política nos moradores das comunidades ribeirinhas do Alto e Baixo Madeira, de modo especial na comunidade de São Carlos.

O termo “banzeiro” é derivado de *banzo*, aquela letal nostalgia que acometia os africanos transportados para o Brasil em navios negreiros no período da escravidão, pois eram retirados à força de seu lugar, de suas vidas. Neste sentido, banzeiro é sinônimo de tristeza, melancolia e desânimo. De acordo com Ana Maria Galdine Oda, uma definição mais completa surgiu em Coimbra, no século dezoito:

A palavra *banzar* é definida como a ação de “pasmarse com pena”, no primeiro dicionário da língua portuguesa, o *Vocabulário Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico bellico, botânico etc.*, de autoria do padre Rafael Bluteau, publicado em Coimbra (1712-1728). Ali, explica-se também que banzeiro significa “inquieto, mal seguro”, e um *mar banzeiro estaria em estado de duvidosa tensão, assim: “nem quieto, nem tormentoso”*, ou, em latim, *dubium mare* (ODA, 2008, p. 736; negritos nossos).

Banzeiro não só tinha o sentido de apatia, mas também de

indecisão, irresolução, suspensão de ânimo vacilante, estado do espírito obsedado por pensamentos confusos ou contrários, por **tristezas vagas e inquietadoras**; perturbado como as ondas em marulho ou barulho, ou como o vozear de povo em tumulto. E eis-nos na acepção de *banzé*. (SOARES, 1889, *apud* ALVES, 2021, p. 117; negritos nossos).





Esses sentidos e definições da palavra banzeiro revelam um pouco do que se viveu e ainda se vive em São Carlos após a cheia de 2014. Pois, como veremos nos relatos, os moradores seguem suas vidas, porém esse sentimento de “duvidosa tensão”, de “indecisão, irresolução, suspensão de ânimo vacilante” e de “tristezas vagas e inquietadoras” é permanente, é revivido todos os anos quando as águas começam a subir, pois não se sabe até onde elas irão.

Mesmo assim, diante da sentença de que São Carlos tinha acabado e que com isso teriam de mudar a comunidade de lugar, reassentar, todos recuperaram as forças, o ânimo e foram fortes na defesa de seu território, de seu espaço, de suas memórias, de suas vidas, de seu lugar. Que a dor da distância e a lembrança de que lá se “chorava todo dia” (Dona Jacinta), por estar longe de casa, do espaço, possam nos inspirar a superar o banzo e os banzeiros das águas e das políticas públicas que insistem em redefinições territoriais compulsórias.

5.2 A Grande Cheia de 2014: marcas, medos e traumas

Uma equipe da Controladoria Geral da União (CGU) visitou Porto Velho/RO para avaliar os efeitos da cheia do rio Madeira, na semana de 4 a 8 de agosto de 2014, com o objetivo de obter elementos para “realizar diagnóstico situacional do desastre ocorrido, em especial, nas áreas de defesa civil, saúde, educação, assistência social e infraestrutura.” (BRASIL-CGU, 2014, p. 4). Os registros que a equipe fez e os relatos que coletou revelam como ficaram as famílias e comunidades no pós-cheia e trazem elementos esclarecedores sobre o período da cheia. Esses registros foram sistematizados no documento *Relatório de Fiscalização nº 201408699: Diagnóstico situacional dos efeitos da cheia do Rio Madeira em Porto Velho, Rondônia*⁸⁵. Como declara o documento, “a finalidade foi avaliar a situação da população afetada pelo desastre, bem como da atuação dos entes federados no seu atendimento, além do esforço empreendido na recuperação de casas, edificações comerciais e infraestrutura destruídas.” (BRASIL-CGU, 2014, p. 4).

No tópico 2.1.1 *Situação diferenciada da enchente do Rio Madeira* do diagnóstico, é apresentado um breve e importante histórico sobre a cheia:

Em dezembro de 2013, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou precipitações hídricas nas cabeceiras dos rios Beni, na Bolívia, e Madre de Dios, no Peru, principais formadores do Rio Madeira.

⁸⁵ Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/7129.pdf>





No dia 3 de janeiro de 2014, o Rio Madeira atingiu a zona de atenção para o pico de cheia e, em 11 de fevereiro de 2014, o rio atingiu 14,12 metros, sendo designado estado de alerta.

No dia 12 de fevereiro de 2014, o Rio Madeira atingiu a cota de 17,02 metros, considerada a cota de transbordamento, mantendo-se com níveis superiores a essa cota até o dia 12/05/2014.

Em 13 de fevereiro, o rio atingiu a cota de 17,5 metros levando o governo do Estado de Rondônia a decretar estado de emergência nos municípios de Porto Velho, Guajará Mirim e Nova Mamoré.

No dia 26 de fevereiro de 2014, o rio alcançou a cota de 18,5 metros, o que motivou a Prefeitura de Porto Velho a decretar o estado de calamidade pública no dia 27 de fevereiro por meio do Decreto nº 13.420.

Assim, no início de março, o estado possuía cinco municípios em estado de emergência e a capital, Porto Velho, em estado de calamidade pública.

O Rio Madeira continuou a subir, ultrapassando a cota de 19,5m e, segundo estudos da CPRM, permaneceria acima da cota de 19m até o dia 10 de abril e acima dos 18,5 até o dia 18 de abril.

Com efeito, o nível do Rio Madeira continuou elevando até chegar à **cota histórica de 19,74m no dia 30 de março de 2014**, medida que corresponde a 3,06 metros acima do valor já considerado como cota de transbordamento. Cabe ressaltar que as **cotas registradas nas piores enchentes atingiram 17,44m e 17,50m, nos anos de 1984 e 1997**, respectivamente.

No dia **4 de abril de 2014, o governo estadual decretou calamidade pública em Rondônia**, o que foi reconhecido pelo Ministério da Integração Nacional no dia 30 de abril de 2014 (BRASIL, 2014, p. 6-7; negritos nossos).

Como relatado, todo o berço do rio Madeira, iniciando na fronteira com a Bolívia, teve impactos com a cheia e levou os municípios de Guajará Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho e outros a decretarem estado de emergência e, depois, de calamidade, sendo decretado estado de calamidade pública estadual em abril de 2014. O reconhecimento da parte do Governo Federal da situação de emergência veio a ocorrer através da Portaria nº. 58, de 17 de fevereiro de 2014 (DOU 19/02/2014). Já o estado de calamidade pública foi reconhecido pela Portaria nº. 86, de 13 de março de 2014 (DOU 17/03/2014) (BRASIL-CGU, 2014, p. 73).

Esse reconhecimento da situação de emergência e, depois, de calamidade pública fez com que o Governo Federal liberasse recursos para o Estado de Rondônia, que somaram o montante de R\$ 15.420.586,41:

Referente à solicitação de recursos, a SEDEC autuou o processo nº. 59050.000147/2014- 61, pelo Governo do Estado de Rondônia, relativo ao Termo de Compromisso nº 044/2004, firmado em 25 de fevereiro de 2014, no montante de R\$ 15.420.586,41 alocando recursos para atender o Estado de Rondônia nas ações de socorro, de assistência às vítimas e de restabelecimento de serviços essenciais, conforme o seguinte quadro de liberação de recursos:





Quadro de liberação de recursos

Nº Portaria	Data da Portaria	Data da Publicação	Valor
64	24/02/2014	25/02/2014	564.800,00
72	06/03/2014	07/03/2014	5.266.446,75
95	25/03/2014	26/03/2014	884.000,00
106	01/04/2014	02/04/2014	827.258,42
113	08/04/2014	09/04/2014	587.189,25
149	21/05/2014	22/05/2014	7.026.988,99
168	18/06/2014	24/06/2014	263.903,00
TOTAL			15.420.586,41

Estes mais de 15 milhões foram aplicados nas ações imediatas de apoio às famílias desabrigadas e desalojadas, com assistência de itens básicos como água potável, comida, barracas, logística das equipes dos órgãos e, por último, auxílio moradia para algumas famílias. Quanto às ações mais duradouras e de reconstrução dos espaços e das comunidades no pós-cheia, quase nada foi feito, como logo iremos apresentar e discutir. Devemos ainda registrar que as famílias, no começo da cheia, receberam muitas doações de alimentos, roupas e itens de higiene doados por empresários e moradores das cidades afetadas, além de muitas dessas ações terem sido feitas de forma voluntário por membros de igrejas, associações e instituições sociais.

Voltando ao processo de subidas das águas, um morador de São Carlos, senhor João Esteves, também nos fez um relato detalhado deste processo de subida das águas, que ele atribui ao acúmulo e à tentativa de controle das águas pelas hidrelétricas do Madeira, sendo este último ponto um dos primeiros sustos que os moradores passaram, levado a cabo por notícias que davam conta do rompimento da barragem da hidrelétrica, desencadeando um processo de saída das famílias da comunidade, o que gerou um “sofrimento para a comunidade”:

Renato: O senhor comentou um pouco dessa questão das cheias, quando o senhor chegou em 2014 eu acabei interrompendo, o senhor poderia falar um pouco mais sobre a cheia de 2014, como foi para a comunidade?

João: Ahh, a de 2014 **foi um sofrimento para a comunidade** como um todo, que a cheia do Madeira, **a gente que é beradeiro, ribeirinho, estava acostumados com a cheia só a partir de março, abril**, - que nem no [19]84. Até 27 de abril ainda tava... foi quando o rio começou a descer, a semana santa, sexta-feira santa, foi 24 de abril e ainda tava, quando foi 24, 26, 27 as águas começaram a descer, foi quando o povo foram. **E esse 2014, quando foi 12 de outubro [2013] teve um alerta**, que teve o festejo, alerta do povo anunciando no arraial que os carros que estavam na boca da estrada tava entrando tudo na água, **eles soltaram a água direto logo porquê... porque surgiu a hidrelétrica** aí, então eles **acumularam água no lago da hidrelétrica** demais, ficaram acumulando, não soltaram essa água de pouco, eles deixaram para soltar quando começou as chuvas, e em outubro já começa uma chuvinha e ele foi, soltaram a primeira cabeçada d’água, aí encheu acho que uns 2 metros por noite, em dois dias assim. **Quando foi em janeiro já começou encher**, o povo já se preocupando, a água já chegando no barranco ali, **quando foi dia 14 de fevereiro, já tava alagando aí essas beiradas, pelas calçadas, naquelas ruas da frente. Em 23 de fevereiro teve um alerta aí que a escola tava cheia, a igreja, o pátio da igreja, as casas que estava por aqui onde podiam alojar as pessoas tava tudo ocupado, não existia mais ninguém naqueles bairro ali de trás**, então alguém





anunciou que a usina tinha estourado a barragem, foi um desespero para a comunidade, muita gente abandonaram a casa com tudo dentro, desde esse dia foram embora pegando rabeta, pegando barco, indo, procurando os canto mais alto, e saíram desesperados. Aí vieram à noite e falaram para lá e eu fui e perguntei do rapaz se tinha estourado a barragem mesmo e falou que não, não estourou a barragem, mas vai encher um metro e meio a dois metros. Aí todo mundo ficou preocupado, mas já tá, ele falou, já tá descendo umas **dragas para levar o povo, umas dragas, o quê que fizeram com o povo ribeirinho? Ao invés de botar um barco possante com outras coisas, mandaram draga para transportar o povo daqui de São Carlos.** Eles saíram em duas dragas, passaram quase dois dias até chegar em Porto Velho. Foi muita gente pra lá, e os outros, as famílias, alugava barco, vinha buscar aquelas famílias aqui, outros saíram por conta própria e foram indo. No dia 23, a luz... já ficamos sem energia, **23 de fevereiro, ficamos sem energia, quando foi dia 25 já fomos ficando sem o telefone,** aí foi saindo todo mundo, quando foi **dia 27 de fevereiro, acho que foi, foi indo todo mundo, ficou umas quatro famílias em alguma casa alta que tinha por aí, dentro de barcos,** meu próprio irmão ficou dentro de barco, **eu fui para dentro do Jamari, que eu tenho um terreno alto lá,** fui pra lá, **fui morar bem num curral, e lá ficou 12 famílias,** eu consegui umas barracas de lona da Defesa Civil, graças a Deus, eu conhecia o rapaz da Defesa Civil e ele me arrumou as casas de lona e ficou 12 famílias lá na comunidade (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Este relato do senhor João Esteves é importante porque revela as angústias e o desespero dos moradores com a subida repentina das águas, fato que os ribeirinhos não estavam acostumados para a época de fevereiro, como ele relata. Traz também essa crítica ao poder público, que demorou nas ações, e quando o fez, enviou “dragas” para transportar as famílias, que acabaram tendo que abandonar seus bens e saírem às pressas. Como relatado por ele, em torno de 12 famílias foram para a região de terras altas subindo o rio Jamari, e isso ocorreu com muitas outras famílias, como destacamos, que não foram apoiadas pelo governo, muitas delas sequer foram contabilizadas como desabrigadas ou atingidas.

O administrador do Distrito de São Carlos, na época da enchente de 2014⁸⁶, Ednardo Souza Medeiros, que é filho da região, nos relatou em 2019, em entrevista gravada, um pouco do processo de subida das águas, que começou já em final de 2013 e que, em 2014, trouxe muitos prejuízos para São Carlos e comunidades adjacentes:

Renato: Então no período da cheia de 2014 o senhor era o administrador daqui de São Carlos?

Ednardo: Sim.

Renato: Poderia falar um pouco pra gente desse período da cheia?

Ednardo: Posso. Na realidade **a enchente ela iniciou no ano de 2013** e ela nos atingiu aqui por volta do mês de **novembro/dezembro e continuou entrando no ano de 2014. Em janeiro, em fevereiro ela chegou ao seu pico mais alto, que foi deixando as comunidades ribeirinhas todas submersa.** Inclusive a nossa, de São Carlos, e foi um **período muito difícil pra comunidade, onde dispersou mais de 500 famílias do**

⁸⁶ Ednardo foi Administrador de novembro de 2010 a janeiro de 2017, voltando a assumir a Administração em novembro de 2018 e está até o presente momento (agosto de 2022).





distrito-sede, fora as comunidades adjacentes que pertencem ao distrito, causando um **prejuízo enorme de perdas materiais pra todas as famílias**.

Renato: Essas perdas, poderia citar algumas?

Ednardo: Então essas **perdas foram residências, muitas residências foram perdidas completamente**, não houve como recuperá-las mais, perdas de **documentos, móveis, animais morreram, vários animais**, inclusive foi perda criação de gado por inteiro em fazenda próxima aqui da nossa vila, foi um **desastre muito grande**.

Renato: Plantações também?

Ednardo: **Muitas plantações, roça, milho, bananal, enfim, foram todos perdidos, todas as plantações perdidas** (Ednardo Souza Medeiros, 38 anos, nascido no Lago Cuniã e reside em São Carlos desde criança, foi Administrador do Distrito de novembro de 2010 a janeiro de 2017 e de novembro 2018-atual; entrevista em 18/01/2019).

Como relatado pelo Ednardo, a enchente já começou a assustar ainda no final de 2013. Em fevereiro de 2014, já apresentava impactos e foi um “desastre muito grande”, com inumeráveis prejuízos para todas as famílias do distrito-sede e das comunidades adjacentes.

O morador Ridson Fagno, que ficou em São Carlos durante todo o período da cheia, também relatou como foi “assustador” o que aconteceu e quanto difícil foi para a comunidade esse momento da cheia:

Ridson: Sim, estive **do começo ao fim**, até então... **foi muito assustador**, porque a **gente não sabia o que poderia acontecer** e a gente foi muito prejudicado dentro dum conceito que a gente nunca tinha passado, pelo motivo do “achismo” em si, que **nós ficava achando que água não ia chegar**, aí levantava a maromba até certas partes, aí achava que não ia chegar lá e **acabava chegando**, e esse foi o maior trabalho em si. O maior trabalho para nós mesmo, porque a gente levantava a maromba “ahh, não vai chegar até aqui”, aí depois tinha que desmontar de novo e levantar mais ainda porque a gente nunca tinha passado pela situação, não tinha uma experiência em si, e foi o que mais atrapalhou. E outra, **como eu sou uma das pessoas que fiquei aqui do começo ao fim, eu e mais uma faixa de 100 pessoas**, aí os outros, o resto da comunidade, foram para Porto Velho, se locomoveram para outro lugar, aí sempre deixava as coisas aqui, mas sempre vinham para ver, quando tinha tempo vinham para ver como estavam as suas coisas, aí nós acabava sendo a válvula de escape pra eles em si, pra ajudar e levantar, sempre procuravam a gente, que eram as únicas pessoas que se encontravam, e a gente acabava indo lá ajudar a levantar, em si, as coisas.

Renato: Isso dentro das casas? Vocês foram levantando as coisas dentro das casas e também em outros espaços da comunidade?

Ridson: É, assim, a gente tinha **dentro das casas e tinha o ginásio ali que a prefeitura trouxe andaimes e a gente fez uma maromba**, aí tinha um povo que ficava lá vigiando junto com a Polícia Militar, que passou um período lá (Ridson Fagno de Souza, 28 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

De fato, foi “assustador” e, como relata o Ridson, foi “porque a gente não sabia o que poderia acontecer”, com isso as consequências foram maiores, além de ter sido muito rápido e os moradores não terem tido tempo e nem condições e apoio para retirar seus pertences das casas, perdendo com isso muitos móveis, bens, alimentos etc.





Esse processo de saída às pressas e de abandono dos bens pessoais também foi relatado pelo senhor João Esteves, que destaca como foram se organizando para cuidar dos bens pessoais e da comunidade, a exemplo dos bens da Igreja Católica, da qual ele faz parte e é um dos responsáveis:

João: E a gente tinha que vir todos os dias para ver como é que tava a nossas coisas, que nós deixamos trepado nos cantos mais alto, as coisas da igreja nós botamos, tiramos o forro da casa paroquial e botamos umas coisas em cima, botamos naquelas áreas mais alta da igreja, então a gente tinha que vir cuidar, e também o povo pediu... Quando eles vieram buscar o povo, era para ir só com a roupa do corpo, não era para levar nada, e alguns pertences, é o quê? E nossas coisas? Aí até que conseguiram uns andaimes e fizeram no ginásio, uns dois metros de altura e botaram todas as coisas da comunidade todinha lá, quem tinha televisão, os móveis, e as suas coisas, o pessoal que tinham farinha botaram a farinha lá, e a polícia se comprometeu de ficar vigiando. Várias vezes eu vinha do Jamari, chegava lá, gritava “ei, cadê o povo” e tal, não tinha ninguém. Quando os povo retornaram procurando seus pertences, a maioria ficou... alguém aí que sempre... tem pessoas boas, mas também tem pessoas... alguém levou a televisão de alguém, levaram a farinha das pessoas, levaram aquelas coisas melhor das pessoas (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020).

Esses relatos do Ridson e do João Esteves são significativos, pois revelam que de fato os ribeirinhos sempre foram acostumados com cheias, mas não como essa, que foi “assustadora” e forçou os moradores a saírem às pressas, praticamente só com a roupa do corpo. Outro aspecto que revela a negligência do poder público é o relato do João Esteves ao afirmar que a polícia, responsável por cuidar dos bens de toda a comunidade que estava no ginásio, era ausente, com isso muitas das coisas foram levadas, roubadas.

O estar acostumado com as cheias revela que os ribeirinhos, antes, conheciam bem os ciclos das águas e as épocas das cheias. Porém, com a cheia de 2014 tivemos as influências das hidrelétricas, conforme apontam estudos aqui apresentados e os relatos dos moradores trazidos nesta pesquisa. Uma de nossas entrevistadas, a Dona Jacinta, ao ser indagada se achava que a cheia de 2014 fora natural, foi enfática: “Foi nada, que eu nunca vi, né. Moro a 88 anos aqui [...]” (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 88 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 15/01/2020).

De fato, a cheia de 2014 foi uma dinâmica diferente, eles não estavam acostumados, as águas foram subindo de maneira rápida, inesperada e de forma constante, por isso que suspendiam as coisas dentro de casa e em seguida já tinham que mexer novamente. Até que não era mais possível fazer isso dentro das casas, aí as coisas foram levadas para o ginásio, sendo colocados os bens de mais valor em andaimes.





O senhor Antônio Savio, morador da comunidade de Prosperidade, interligada a São Carlos e na mesma margem, também relatou como foi para ele esse processo da cheia, que costumava ocorrer de 10 em 10 anos, e não desta forma, como foi em 2014:

Renato: O senhor lembra, desse período, alguma cheia forte no Rio Madeira?

Xaxá: **É. Sempre de 10 em 10 anos acontecia essas cheias, mas não era como a de 2014, ela tinha um limite que chegava.** Então a gente sabe que as enchentes do rio Madeira sempre ela foi pautada na base de 10 em 10 anos, quando aconteceu o degelo da Cordilheira dos Andes, aí ela subia e dava umas enchentes maiores.

Renato: Mas a de 2014 então foi a maior?

Xaxá: **A de 2014 ultrapassou foi dois metros acima da maior, que foi a de 1984.**

[...]

Renato: E nessa época, da cheia de 2014, o senhor teve que sair daqui da região?

Xaxá: Eu fiquei porque a gente ia se “atrepando”, à medida que a água ia subindo a gente ia **subindo também o material, que assim nós tivemos que colocar próximo do telhado das casas**, e fiquei vigiando porque tinha também um pouco de gado, que tava lá atrás, eu tinha que ficar olhando, então fiquei no barquinho⁸⁷.

Renato: Mas a casa do senhor aqui, tudo foi inundada?

Xaxá: **Inundou, ficou à base de 80 cm pra chegar na beira do telhado** (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral e vive em Prosperidade, comunidade próxima a São Carlos; professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019; negritos nossos).

Esse mesmo sentimento de susto, de algo que não se espera, além dos traumas que ficaram foram relatados pela moradora Priscila à pesquisadora Eva, como segue:

Eva da Silva Alves: Você estava aqui na época da cheia de 2014?

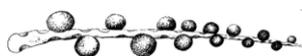
Priscila: Sim, estava.

Eva da Silva Alves: Você pode me falar um pouco mais sobre o que aconteceu com você e sua família?

Priscila: Pois é, foi um **grande susto... pegou a gente de surpresa, no caso, a gente sempre é acostumado com a cheia**, que vem até em frente, aí depois veio essa cheia tão rápido, subindo, subindo, subindo... e até então algumas pessoas foram perdendo tudo por acreditar que ia parar em certo momento, né. No caso, **foi além do que a gente esperava, aí não deu mais para tirar as coisas porque foi destruindo tudo**. Eu, na época, fui para Porto Velho, meu esposo ficou aqui para cuidar das coisas, numa casinha de dois andares do vizinho, e eu fui pra lá, fui convocada para trabalhar e fiquei trabalhando na secretaria, mas meu esposo acompanhou tudo. E as percas, aliás, **os traumas que ficam a gente não esquece, foi muito rápido, a gente não estava acostumados com uma cheia assim, subir tão rápido** (Priscila Cruz dos Santos, 33 anos, nascida em São Carlos, atual secretária da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 18/01/2020; negritos nossos).

Infelizmente sabemos que esse susto e essa cheia de 2014 foi uma tragédia anunciada e que o poder público não tomou as medidas adequadas para minimizar os impactos, nem se programou para prestar melhor assistência às famílias. Sabemos que foi uma tragédia anunciada pelo fato de que desde a instalação e início da operação das hidrelétricas no rio Madeira os

⁸⁷ O barquinho que se refere era um pequeno flutuante que foi usado por ele como casa durante esse período.





impactos começaram a ser sentidos, sendo modificadas as épocas de cheias e de liberação das águas. Prova disso é que em janeiro de 2012, já havia ocorrido impactos na região do bairro Triângulo, em Porto Velho, devido a abertura das comportas:

Após o enchimento do lago da barragem de Santo Antônio, **a abertura das comportas, no dia 23 de janeiro de 2012, provocou uma movimentação irregular nas águas do rio Madeira**, produzindo socavação e o desbarrancamento de cerca de 7 km à jusante do eixo da barragem, afetando diretamente o “bairro Triângulo”, 5 km à jusante do eixo da barragem (documento SA). **Cerca de 115 moradias foram afetadas pelo processo erosivo e as famílias encaminhadas para hotéis e pousadas na cidade de Porto Velho.** Realizamos entrevistas com moradores deslocados e remanescentes foram direcionadas para registrar como era seu modo de vida e quais suas impressões acerca do incidente que levou ao despejo forçado de centenas de pessoas. **O Consórcio SAE assumiu parcialmente sua responsabilidade, mas somente após a efetivação de um TAC intermediado pelo MPE (NOVOA GARZON, 2012).**

Como afirmou Novoa, o “Consórcio SAE assumiu parcialmente sua responsabilidade” e ainda somente após assinatura de Termo de Ajuste de Conduta, conduzido por ações do Ministério Público Estadual. Sendo que as ações de apoio foram restritas às famílias desabrigadas e não se criou estratégias nem algum planejamento para todo o município e regiões afetadas ao longo do Alto e do Baixo Madeira.

Esse processo de saída das famílias, da forma que foi relatada, foi muito doloroso, muito sofrimento, pois pessoas que moraram a vida todo no lugar tiveram que deixar suas casas e sair às pressas, sem rumo e sem saber quando retornar, processo esse que demorou mais de 3 meses, para as águas baixarem e, em seguida, ainda o tempo de limpeza dos espaços públicos e das casas, que além da limpeza, também precisaram ser reformadas. Nas palavras de Dona Jacinta, moradora de São Carlos a mais de 80 anos: “[...] só saí daqui por conta da enchente, porque foi o jeito”⁸⁸.

Esse sofrimento das pessoas da comunidade decorrente da cheia é relatado por todos os moradores que entrevistamos e com os quais dialogamos nestes anos de pesquisas e visitas a São Carlos. Um dos mais fortes depoimentos foi o trazido pela Maria Carmen⁸⁹:

⁸⁸ Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 85 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 14/07/2018.

⁸⁹ Na ocasião, a pesquisadora Eva da Silva Alves estava realizando uma pesquisa com as mulheres da comunidade sobre os modos e relações de produção delas, sobre quais atividades elas faziam para ajudar no sustento da família, e neste contexto, totalmente diferente da questão da cheia de 2014. No final da entrevista, quando Eva pergunta da entrevistada se deseja relatar algo mais, ela passa a fazer esse forte relato, pois as marcas deixadas pela cheia são profundas e afloram quando se fala de memórias sobre a comunidade.





Eva da Silva Alves: Tu gostaria de registrar alguma coisa para além daquilo que eu te perguntei? Além das perguntas que eu te fiz, tu gostaria de colocar algum momento especial ou alguma coisa que tu queira registrar?

Maria: Não é assim tão especial, **mas é um sentimento** assim que a gente já passou né, **sobre a enchente, que não foi uma coisa boa, deixou muitas pessoas doentes, tiveram que sair de casa, esse daí é um registro, assim, importante, é um sofrimento** que a gente passou, nunca tínhamos passado por isso na vida. **Aconteceu a enchente, aí todo mundo teve que sair das suas casas**, os amigos, familiares principalmente, vendo que se um se debandaram pra um lado outro pro outro, e ficou muita **tristeza**. Depois que voltou, não tinha água, não tinha energia, não tinha nada, **foi um sofrimento**. Aí ele tinha que vir de lá de Porto Velho trabalhar aqui, foi um registro assim mais de **sofrimento, de angústia**. Agora as coisas estão normais, mas já teve **muito ruim** aqui, é isso, é um **sentimento** não muito bom né, não foi bom, tipo, pessoas idosas, crianças **sofreram** muito. Até a gente mesmo, todo mundo tem **sentimento** né. Minha filha então, a que tem sete anos, **sofreu muito**. Aqui ela vivia livre, brinca aqui todo dia na rua, anda de bicicleta, brinca com os colegas, aí a gente foi lá pra cidade, ela pegou um pouquinho de **depressão**, que ela vivia, tipo, na casa que a **gente vivia era na grade**, assim, gradeado, porque lá é tudo fechado, né. Tipo, ela **sofreu** muito. Ela **tinha medo** quando a moto passava, e tipo, eles conversavam sobre bandido, ela ficou um pouco, assim, **assustada**, entendeu. Aí pensava que toda moto que passava era bandido, entendeu. Ela ouvia a conversa dos adultos, entendeu, aí ela ficou um pouco meio que... acho que o psicológico dela **abalou**, é muito criança pra entender as coisas (Maria Carmen Monteiro Pinto, 37 anos, nascida em São Carlos, agente comunitária de saúde; entrevista em 01/07/2017; negritos nossos).

Carmen inicia sua fala afirmando se tratar de “um registro importante” e usa o termo “sentimento” por 3 vezes, sendo ele sempre associado a um “sentimento ruim”. Em consulta ao *Dicionário de Filosofia*, constatamos que sentimento pode ter 3 sentidos, sendo o mais geral o referido a “emoção”, a “um tipo ou forma superior de emoção”; no segundo, “pressentimento, no sentido em que se usam frases como ‘sinto que algo não vai bem’”, que também se aplica a situação relatada pela Carmen; e no terceiro sentido, se refere a “fonte de emoções, como princípio, faculdade ou órgão que preside às emoções, e do qual elas dependem” (ABBAGNANO, 2007, p. 874). Em consulta a terminologias da Psicologia, constatamos que “sentimentos” se referem a “emoções”, sendo do tipo “desconfiança”, “desengano”, “desilusão”, “estados emocionais”, dentre outros.

Esse relato é muito forte, se contarmos as expressões que revelam esse sentimento do que representou a cheia, temos 17 neste pequeno relato: “não foi uma coisa boa”; “deixou muitas pessoas doentes”; “é um sofrimento”; “muita tristeza”; “foi um sofrimento”; “mais de sofrimento”; “de angústia”; “teve muito ruim aqui”; “um sentimento não muito bom”; “sofreram muito”; “sofreu muito”; “depressão”; “a gente vivia era na grade, assim, gradeado”; “ela sofreu muito”; “ela tinha medo”; “assustada”; “psicológico dela abalou”.

O sentimento de “sofrimento”, “sofrer”, aparece 6 vezes. Em consulta etimológica, constatamos que “sofrimento” remete a “estados emocionais”, “angústia”, “dor”, “dor psíquica”





e “luto”. Aprofundando a pesquisa, encontramos um artigo de Barus-Michel e Camps que aborda o conceito:

Encontramos nas origens: *pherein*, no grego, e no latim, *ferre*, carregar, *suffere*, **carregar por debaixo**, que também significa oferecer, **suportar**, permitir, **tolerar**. No século XV, sofrimento, em francês, **queria dizer dor e carregava a ideia de resignação e tolerância possível ou não**. Desde o século XVI, **sofrer remete a experimentar uma dor**. Contudo, nos dicionários, **a palavra dor é, ela mesma, definida como sofrimento ou sensação penosa**, uma definição remetendo à outra, como se as palavras estivessem sempre tentando captar o real (BARUS-MICHEL; CAMPS, 2003, p. 55; negritos nossos).

As autoras ainda apontam para o fato de que “o sofrimento é, usualmente, tanto físico quanto moral” e que “o sofrimento afeta o sujeito (a subjetividade) em sua unidade e integridade, sua coesão e coerência.” (BARUS-MICHEL; CAMPS, 2003, p. 55.56). No relato da Carmen constatamos que todas as concepções trazidas pela Filosofia e pela Psicologia estão presentes, pois para ela, para sua filha e para a comunidade essa experiência da cheia afetou profundamente e trouxe dores e muito sofrimento.

Não foi simplesmente número de desabrigados e atingidos, estamos a falar da vida das pessoas, das crianças, jovens, adultos e pessoas idosas com uma história que foram brutalmente impactadas e afetadas com o processo desencadeado pela cheia, que foram forçados a deixar suas casas e passar todo o período da cheia e do período de limpeza das casas e da comunidade para retornarem. Pessoas que tiveram que conviver por mais de 3 meses com realidades totalmente diferentes das delas; crianças, conforme relatado, que passaram a ter medos constantes, depressão, sofrimento, pois em Porto Velho foram forçados a ficar “na grade, assim, gradeado”.

Ao final desta forte fala, a pesquisadora Eva obteve a seguinte afirmativa sobre seu comentário:

Eva da Silva Alves: Mas mesmo diante desse sofrimento, tu optou por voltar....

Maria: **Com certeza, aqui é paz... [risos], é paz demais aqui**, não tem aquele alvoroço, “lá vem o bandido”, fazer como minha filha. Aqui é muito bom, a gente vive perto da mãe, do pai, dos irmãos, dos amigos, é muito bom, então é isso (Maria Carmen Monteiro Pinto, 37 anos, nascida em São Carlos, agente comunitária de saúde; entrevista em 01/07/2017).

As afirmações seguintes são significativas e a própria mudança de expressão da entrevista, que por agora estar na comunidade, onde sempre viveu, relata com alegria e até risos que “aqui”, em São Carlos, “é paz”, “é paz demais aqui”. Isso reforça que todo o sofrimento





vivido durante a cheia está na memória, nas lembranças e é sim uma dor forte, porém suplantada pela alegria de estar de volta, residindo na comunidade de São Carlos.

Esse sofrimento e dor relatados pela Carmen, que também é agente de saúde, é compartilhado pela agente comunitária de saúde Miquele, que faz uma análise mais comunitária do quanto o emocional das famílias foi afetado. Em sua entrevista ela relatou que neste período da cheia, os funcionários que atuam no Posto de Saúde fizeram escalas para apoiar os moradores que permaneceram no local e que, no pós-cheia, ficaram em um flutuante, pois o apoio dos agentes era fundamental e necessário aos moradores, tendo em vista que os problemas de saúde aumentaram:

Renato: Nisso que eu estive perguntando pra você em relação, por exemplo, a cheia de 2014, qual o impacto que ela teve na tua vida pessoal e na comunidade? Quais as consequências e impactos?

Miquele: Nossa, essa cheia foi... **ficou na história, na verdade**, assim, além de perda material, **teve emocional também, porque muitas famílias que nunca se separaram, nesse período teve que se separar**, os filhos tiveram que ir para Porto Velho, a esposa teve que ir para Porto Velho e o marido teve que ficar aqui cuidando das coisas, **então nas visitas a gente percebe que essa cheia ela abalou muito o emocional da comunidade, principalmente dos idosos. Tem idosos que quando chega na época de cheia já fica naquela aflição**, já não consegue dormir direito, a gente sabe de pessoas que tomam remédios hoje, **porque ficou deprimido, com depressão.**

Renato: Consequência da cheia?

Miquele: Consequência da cheia (Miquele Araújo de Souza Pinto, 34 anos, veio da comunidade de Primor para São Carlos em 1999, agente comunitária de saúde; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Miquele aponta, a partir das visitas que fez aos moradores após a cheia, que o fato de muitas famílias terem vivido separadas por um longo período afetou o emocional, além da aflição e do medo de novas cheias, tudo isso tem aumentado os problemas de saúde.

O Sr. Xaxá também se refere a esse sofrimento que a cheia e o isolamento que ela trouxe gerou, aliás um “sofrimento grande”:

Renato: Em relação à cheia ainda, tem alguma coisa que eu não perguntei e que o senhor se lembra, que foi marcante?

Xaxá: Deixa eu ver... não! **Marcante só o sofrimento que a gente passou, o isolamento, o trabalho que a gente teve, que a gente trabalhava o dia todinho**, ela subia rapidamente, quando a gente ajeitava um guarda-roupa, uma geladeira, ajeitava uma coisa, quando chegava já tinha outra, que eu tomava conta da minha casa, aqui é a casa da mamãe, tinha a capela, a casa do meu filho, era muito... e ainda a Igreja Católica também, que a gente tinha que prestar socorro, então o **sofrimento foi grande** (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral e vive em Prosperidade, professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019).





Outro forte depoimento sobre a tristeza que foi “aquela época” nos foi concedido por Dona Jacinta, moradora de São Carlos há mais de 80 anos, que relata as perdas que teve e onde encontrou forças para retornar e seguir:

Dona Jacinta: Foi, **aquela época foi muito triste mesmo, perdi as galinhas** que eu tava criando com tanto trabalho, comprando milho, os pintos já tudo grande assim, **perdi tudo**, que não dava pra levar, né.

Renato: E as plantas da senhora aqui do fundo?

Dona Jacinta: **Sim as plantas, deixei um canteiro cheio de cebola; cheguei, canteiro seco**, mas porque o vizinho tirava a cebola, porque não foi pro fundo o canteiro... **Mas, o importante que tô aqui com vida e saúde pra mim renovar de novo, criar meus pintos e fazer outro canteiro de cebola** (risos) (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 86 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 10/03/2019; negritos nossos).

É nas coisas simples, aparentemente sem valor monetário e sem importância, que as pessoas, quando amam o lugar, encontram as forças para seguir e retomar a vida, como nos relatou Dona Jacinta, pois o importante é ter saúde e estar pronta para renovar, plantar um novo canteiro de cebola e criar novas galinhas.

Fotografia 23: Dona Jacinta e seu canteiro de cebolinha



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2017.





Márcio Santana, outro morador de São Carlos, também relata esse sofrimento, esse abalo e o furacão que foi a cheia de 2014:

Renato: Como você descreve esse período, então, assim, para as famílias de São Carlos? A sua família precisou ir pra Porto Velho? Como foi esse processo?

Márcio: Ó, cara, **o ribeirão ele tá acostumado a ter uma cheia, todo ribeirão ele tá acostumado** a... muitas vezes quando o Rio sobe, ele sabe que vai ter de subir, com poucos dias ele desce, ele ajeta um lugarzinho na sua casa mesmo, vai levantando, fazendo uma espécie de segundo jirau, e vai se acomodando. **Essa cheia de 2014 as pessoas também tentaram fazer isso, quando chegou a um ponto que as pessoas não... não gostam de sair pra ir para a cidade**, principalmente, eu, **a partir do momento que você sai do seu ambiente, que você sai do seu distrito e, principalmente, da sua casa, já tudo muda, então você vai sabe-se lá pra onde, de que maneira vai ser tratado**, então as pessoas que saíram e foram pras suas casas já foram depois, onde viram que não tinha condições de permanecer aqui, mas elas estavam com um, assim, um pensar que quando a cheia descesse, as casas estaria do mesmo jeito, então isso **foi um impacto grande** que houve com essas pessoas, que ao retornar, quando tava tudo submerso mesmo. São Carlos, as famílias tinham uma visão, até olhava assim, um panorama bonito, aquela água assim, mas na imaginação das pessoas, as casas que estavam ali submersas, elas estavam inteiras, **quando a água baixou, que eles viram que não tinha nem teto, muitas das paredes tinham ido embora, aquilo bateu um desespero nas pessoas, traumas em algumas, que depois da cheia de 2014 já morreram alguns idosos com o impacto da cheia de 2014**. Quando desceu, cara, **parecia assim um furacão** que tinha passado, dava **tristeza você olhar São Carlos**, e isso... muitos idosos e pessoas que tinham raiz aqui dentro, foi um **abalo muito grande**, que a partir desse momento adoeceram e que levou à morte. Falo com sinceridade, pra quem conhecia São Carlos antes de ir pro fundo, nunca tinha passado, eu jamais... teve a de 84, diz que foi de 84, mas eu não lembrava, eu morava ainda lá no Amazonas, mas não foi chocante que nem essa de 2014. **Essa de 2014 abalou todo mundo**, e se você olhar... hoje eu tô colocando o São Carlos, mas eu coloco todo o Baixo Madeira, entrando dentro do Amazonas, que até Calama é Rondônia, que fez essa destruição total, cara, e foi casas, foi plantas, foi animais, tudo que tinha desapareceu assim, e é assim; as famílias, **muitos hoje ainda não retornaram pra São Carlos, de forma alguma, tem muitas famílias que, inclusive ontem eu vi umas ali, veio pela segunda vez depois da cheia de 2014 com aquele trauma de chegar aqui e acontecer**, então vê como que isso mexe, a cheia de 2014 foi uma coisa que ficou na história, cara (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 deles morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).

Destacamos que essa entrevista foi realizada com o Márcio em 2020, ou seja, 6 anos após a cheia, e como ele relata, algumas famílias ainda não tinham retornado para São Carlos⁹⁰, algumas nunca voltaram, nem mesmo para ver suas casas, dado o sofrimento e os traumas desencadeados pela cheia de 2014. Outro ponto a se observar é que a cheia de 2014 no rio Madeira, não foi um desastre comparável a outros que ocorrem em diferentes regiões do Brasil, especialmente as enchentes que ocorrem em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Claro, todo desastre desencadeia traumas, perdas de vidas e muitos prejuízos. A grande

⁹⁰ Observamos que algumas famílias que não retornaram são constituídas por pessoas que residiam em São Carlos há não muito tempo, ou seja, não eram “filhos tradicionais” de São Carlos, mas outros moradores que lá se estabeleceram nos últimos anos.





diferença é que geralmente as enchentes nos estados citados costumam ser de poucas horas ou, no máximo, de alguns dias, geram estragos, perda de bens e de propriedades, mas logo em seguida as pessoas retornam para suas casas, limpam e começam a reconstruir, quando possível. Já a cheia de 2014 no rio Madeira foi prolongada, foram 3 meses em que o rio ficou com mais de 3 metros acima da cota do rio, ou seja, as casas ficaram submersas por muito tempo:

Com efeito, a enchente não foi um acontecimento momentâneo, mas, sim, um incidente contínuo durante um período prolongado. Sendo que durante todo esse período foi necessária a atuação de diversas estruturas municipais e estaduais na assistência às famílias atingidas (BRASIL-CGU, 2014, p. 94).

Outro forte testemunho deste sofrimento prolongado de dor foi relatado pela Dona Jacinta ao pesquisador da equipe, José Maiko⁹¹:

José Maiko Farias Amim: A senhora ficou mais ou menos quanto tempo lá em Porto Velho [em 2014]?

Dona Jacinta: **Três mês. Eu chorava todo dia.** Um dia eu estava lá **chorando** em uma área que tinha no **apartamento que morava 10 pessoa**. Que apartamento o senhor sabe como é pequeno né, tinha só quarto, sala, e **tudo é pequenininho; dormia tudo montado um no outro**. De dia a gente passava bem, que uns saía e outros ficavam sentados pro canto, **para dormir era um calorção medonho [risos]** (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 88 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 15/01/2020; negritos nossos).

Essa mesma dor e esse mesmo choro são relatados também pelo senhor Queiroz, genro de dona Jacinta e morador de São Carlos desde criança, local onde tem fortes raízes e identidade, pois seu pai foi seringueiro nessa mesma região, elementos esses que desencadeiam o muito amor que o senhor Queiroz nutre pela região. Em seu relato sobre a cheia, concedido à pesquisadora Eva Alves e gravada por mim, Renato Caetano, ele assim descreve esse período que lhe tirou o sossego e o de sua família:

Eva da Silva Alves: A água a que o senhor se refere é a de 2014?

Queiroz: **Foi, a de 2014, acabou com tudo.**

Renato: E o que representou pro senhor a cheia de 2014?

Queiroz: Olha, foi um... olha... foi um **Deus nos acuda**, foi uma... como se diz, danos morais, que essa água veio fazer isso com a gente. **Tirou todo o meu sossego e eu fiquei correndo pra aqui pra acolá**, e eu levei minha família pra Porto Velho, pra casa de uma filha minha, e fiquei como uma lançadeira, ia lá, voltava pra olhar as

⁹¹ Como já mencionado, José Maiko Farias Amim foi meu orientando na graduação em Filosofia e esteve conosco em diversas visitas a São Carlos, contribuiu na transcrição e revisão das entrevistas e foi também roteirista dos documentários sobre São Carlos. Daí sua familiaridade com os rumos dessa pesquisa e sua contribuição na coleta deste relato da Dona Jacinta.





coisas e cansei de sair da minha...⁹² **um dia eu sai da minha casa chorando, com a água por aqui, naquele distrito de São Carlos, que nunca água aí tinha lavado aquela terra, dentro do meu conhecimento, se já alagou não tá no meu conhecimento**, e você ver suas coisas trepado ali e a água subindo, e... um dia eu **sai chorando**, sai até cantando esse cântico, assim, que eu canto do meu hinário: “Tudo entregarei, tudo entregarei, sim, por ti Jesus Bendito, tudo deixarei...”. Aquilo me emocionou tanto que **eu sai chorando de lá da minha casa**, mas a água voltou, mas a palavra de Deus diz que nossa vida não é fácil, não, nós vamos passar por muitas tribulações, se quiser ter uma vitória, orar com ele... (Luiz Queiroz de Lima, 68 anos, nascido em São Carlos; foi seringueiro e até hoje corta seringa e faz peças; aposentado como agente de portaria da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 16/01/2019; negritos nossos).

As águas deixaram marcas, deixaram tristeza, solidão em quem teve que sair de São Carlos e em quem lá ficou cuidando das coisas, nas poucas casas altas ou nos flutuantes. Mas a dor maior foi o tão anunciado “fim de São Carlos”, neste momento de tanta fragilidade, de tanta dor, foi proposta uma mudança por completo da localidade, e isso foi o mesmo que ter “tirado um parente da gente”:

Renato: E o restante da família?

Xaxá: Foi pra Porto Velho.

Renato: E como foi viver esse período longe da família, eles lá e...?

Xaxá: É, foi um período difícil que aqui ficou isolado, que no caso ficou só eu, e meu filho tinha vez que tava, ele adoeceu uma vez, tive que ficar só mais de semana, sozinho, **dava uma solidão muito grande, a gente só via água e céu e um pouco da mata, que aparecia a parte da metade pra cima, mas era uma solidão terrível aqui**, fica ruim pra quem é acostumado junto da família ficar só, é... fica muito triste.

Renato: Então a cheia representou um momento de tristeza pro senhor?

Xaxá: **Foi, tristeza, e a maior delas foi quando a gente soube que tinha aquele provérbio que São Carlos tinha acabado, então, pra gente, acabar uma comunidade de onde a gente já viveu muito tempo é mesmo que tirasse um parente, um ente querido da gente**, então a gente sentiu muito com isso aí, além de ter perdido várias coisas, então sabia que isso daqui tava querendo acabar também, **seria a extinção de São Carlos** (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral, vive em Prosperidade, professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019; negritos nossos).

Famílias que foram separadas, casas, bens, plantações e animais que foram prejudicados e sofreram as consequências das águas que subiam. Em termos de dados estatísticos dos desabrigados e atingidos, o tópico de *2.2 Dados Estatísticos* do Relatório da CGU indica que os “levantamentos da Defesa Civil Nacional informam que até 14 de junho de 2014 foram desabrigadas 1.646 famílias e desalojadas 2.112 famílias, totalizando 9.309 pessoas atingidas.” (BRASIL-CGU, 2014, p. 5. 18). Portanto, “na área afetada, foram atingidas 3.758

⁹² Neste momento da entrevista houve uma breve pausa, um engasgado na fala, uma tristeza no olhar que se vira para o lado e a retomada do fôlego para continuar a entrevista. Essa parte da entrevista pode ser conferida no documentário *Entre as Águas e o Céu: a grande cheia de 2014* (<https://www.youtube.com/watch?v=Nlt8VCxmk3o>), a partir do minuto 00:18:45.





famílias, entre desabrigadas e desalojadas, [...]”. Certamente esse número foi bem maior, considerando que muitos moradores nem chegaram a relatar e documentar a situação de desabrigados ou desalojados, pois se deslocaram por conta própria para outras propriedades de terra alta ou de familiares residentes em Porto Velho e demais municípios afetados. Cabe observar o grande número de famílias desalojadas, ou seja, que se abrigaram em casas de parentes e familiares e não foram para abrigos públicos (no caso das famílias desabrigadas, que dependeram de abrigos públicos).

Na parte inicial do Relatório temos diversas fotos das regiões inundadas, e algumas delas da comunidade de São Carlos. Em relação ao distrito de São Carlos, lócus de nossa pesquisa, o relatório registra que:

O distrito de São Carlos foi atingido pelas águas do Rio Madeira e **foi bastante afetado com os sedimentos deixados pelo rio. Verificou-se que a população do distrito tomou a iniciativa de realizar a limpeza nas instalações públicas afetadas, tendo inclusive já voltadas as aulas da escola municipal** (BRASIL-CGU, 2014, p. 13; negritos nossos).

Esse registro é interessante, pois reforça o que os moradores relataram, que foi por iniciativa da própria comunidade a limpeza das instalações públicas e, como relatado, em agosto de 2014, ocasião da visita, já haviam retornadas as aulas na escola Henrique Dias. Interessante também pelo fato de o poder público ser “obrigado” a relatar desta forma, ou seja, mesmo já tendo transcorrido alguns meses após as águas terem baixado, o poder público nada fez, mas sim a comunidade, que uniu forças e fez a limpeza dos espaços públicos, das casas, e foram retomando suas vidas.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Ribeirinhos e Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira: comunidade tradicional e judicialização*, a juíza e pesquisadora Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza também traz um relato sobre São Carlos no pós-cheia:

[...] comunidades ribeirinhas, como o Distrito de São Carlos, que sofrem **reconfiguração de sua ocupação em seu território**, principalmente a partir da cheia de 2014, **que foi alagada de forma abrupta**, chegando até aos telhados das casas, causando muitos danos a todos os moradores e **ruptura nas relações sociais**, sendo que parte desta população não retornara a sua comunidade de origem; as comunidades menores mais atingidas com seus remanescentes se deslocaram e formaram novas comunidades ocupando terras altas às margens do rio Madeira ou próximas ao rio, de forma bastante precária e sem estrutura básica (SOUZA, 2019. 172-173).

A juíza e pesquisadora Úrsula, que acompanhou diversos processos judiciais envolvendo a construção das usinas hidrelétricas, os impactos da cheia e as discussões nas





comunidades ribeirinhas afetadas, reforça a nossa tese de que as comunidades ribeirinhas do entorno do Distrito de São Carlos passaram por “reconfiguração de sua ocupação em seu território” por “ruptura nas relações sociais” e ocuparam outras áreas de terras mais alta, mas sem condições básicas e sem apoio do poder público. Esse alerta de transformações já havia sido dado em 2008 pelo pesquisador e historiador Marco Teixeira, que em texto publicado em 2008, afirmou:

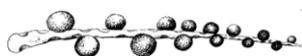
O rio Madeira vai receber, agora, os novos trabalhadores que irão construir as duas **usinas hidrelétricas que transformarão, para sempre, as vidas das populações residentes em suas margens e todo o ecossistema local** (TEIXEIRA, 2008, p. 289; negritos nossos).

De fato, essa sentença, infelizmente, se cumpriu, não como “profecia”, mas como resultado de pesquisas de alguns pesquisadores, dentre eles o Marco Teixeira, que conseguiam enxergar mais longe e além do dito progresso imediato. Como exemplo dessas transformações sobre as vidas das populações, temos a formação da comunidade de Cavalcante, pouco abaixo de São Carlos, que se formou em região de terra alta e abriga atualmente mais de 90 famílias provenientes das comunidades de Terra Caída, de Curicacas e outras comunidades da região, que foram também inundadas em 2014. A comunidade de Cavalcante, no primeiro momento da cheia e do pós-cheia, abrigou as famílias em barracas de lona, barracas cedidas pela Defesa Civil, mas acabou resultando em um foco de malária muito grande, dadas as condições de moradia. Atualmente a comunidade ainda permanece na região, mas sem a regularização das terras, sem energia elétrica, sem água potável, sem escola, sem posto de saúde e sem outros direitos de acesso à educação, saúde, segurança e alimentação.

Em sua tese de doutorado em Geografia, intitulada *Eventos pluviais extremos na Amazônia meridional: riscos e impactos em Rondônia*, o pesquisador Rafael Rodrigues da França registra que o estado de Rondônia, ao decretar Calamidade Pública em 4 de abril de 2014 (Decreto n° 18.749), estimou

[...] um **prejuízo total de R\$ 4,2 bilhões** em consequência do desastre natural, o que levou o governo estadual a elaborar o Plano Integrado de Reconstrução e Prevenção de Desastres (PRPD).

Entre os dias 20 e 31 de março de 2014, a BR-364, única rodovia entre a região e o restante do país, ficou completamente intrafegável no sentido Acre, o que deixou esse estado e parte de Rondônia em situação de isolamento terrestre. Houve desabastecimento e escassez de alimentos, medicamentos, combustíveis e água potável no comércio de várias localidades. Uma alternativa encontrada pelo Acre foi a importação de bens do Peru.





A cheia do rio Madeira em 2014 repercutiu amplamente na imprensa nacional e internacional e no cotidiano da população (FRANÇA, 2015, p. 127-128; negritos nossos).

Rafael Rodrigues da França registra ainda que

O avanço dos rios Madeira, Mamoré e Abunã para muito além de suas cotas de emergência provocou diversos danos materiais e prejuízos públicos e privados nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré. **Ao todo foram 11 municípios atingidos: 1 em estado de calamidade (Porto Velho);** 4 em estado de emergência (Guajará Mirim, Nova Mamoré, Rolim de Moura e Pimenta Bueno); e 6 em estado de alerta (Costa Marques, Cacoal, Ji-Paraná, Jaru, Candeias do Jamari e Santa Luzia). Em Porto Velho, além de residências, 31 prédios públicos, de todas as esferas do poder, foram danificados pelo avanço das águas, a exemplo das sedes da Receita Federal, Justiça Federal, Tribunal Regional Federal e Tribunal Regional Eleitoral. (FRANÇA, 2015, p. 142).

Como relatado por França, os prejuízos financeiros e de bens foram altíssimos e a repercussão foi nacional e internacional. Tanto é que em abril de 2015, período em que novamente houve algumas áreas alagadas, mas de maneira bem mais branda do que no ano anterior, foi noticiado pelo portal G1RO, da Globo, que:

A cheia do ano passado [2014] atingiu principalmente os municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. **Cerca de 97 mil pessoas foram afetadas pela enchente, sendo que 35 mil ficaram desabrigadas ou desalojadas.** Os custos para a recuperação total dos locais afetados foram estimados em **R\$ 4,2 bilhões**, e o **tempo necessário foi calculado em 10 anos** (G1RO, 2015; negritos nossos).

Difícil é imaginar os traumas e as consequências para o cotidiano e a vida das pessoas das comunidades afetadas, pois a dor dessas pessoas ainda é inestimável e não pode ser calculada em valores monetários, da mesma forma, os anos para a recuperação são longos, como sugere a reportagem, o que, de fato, atestamos com nossas visitas, entrevistas e diálogos realizados nestes nossos quase 7 anos de pesquisas na comunidade.

Retomando ao processo de socorro das famílias desabrigadas, as informações dão conta que elas foram levadas para 67 abrigos em Porto Velho, incluindo escolas públicas, igrejas, associações e o “Abrigo Único” organizado pela Prefeitura de Porto Velho e pela Defesa Civil, onde foram instaladas 300 barracas de lona cedidas pelo Governo Federal. As barracas mediam 4,60 x 5,50 metros e foram instaladas no Parque de Exposições de Porto Velho. Em distritos que tinham regiões de terra alta, também foram montados abrigos com barracas doadas pela Defesa Civil.

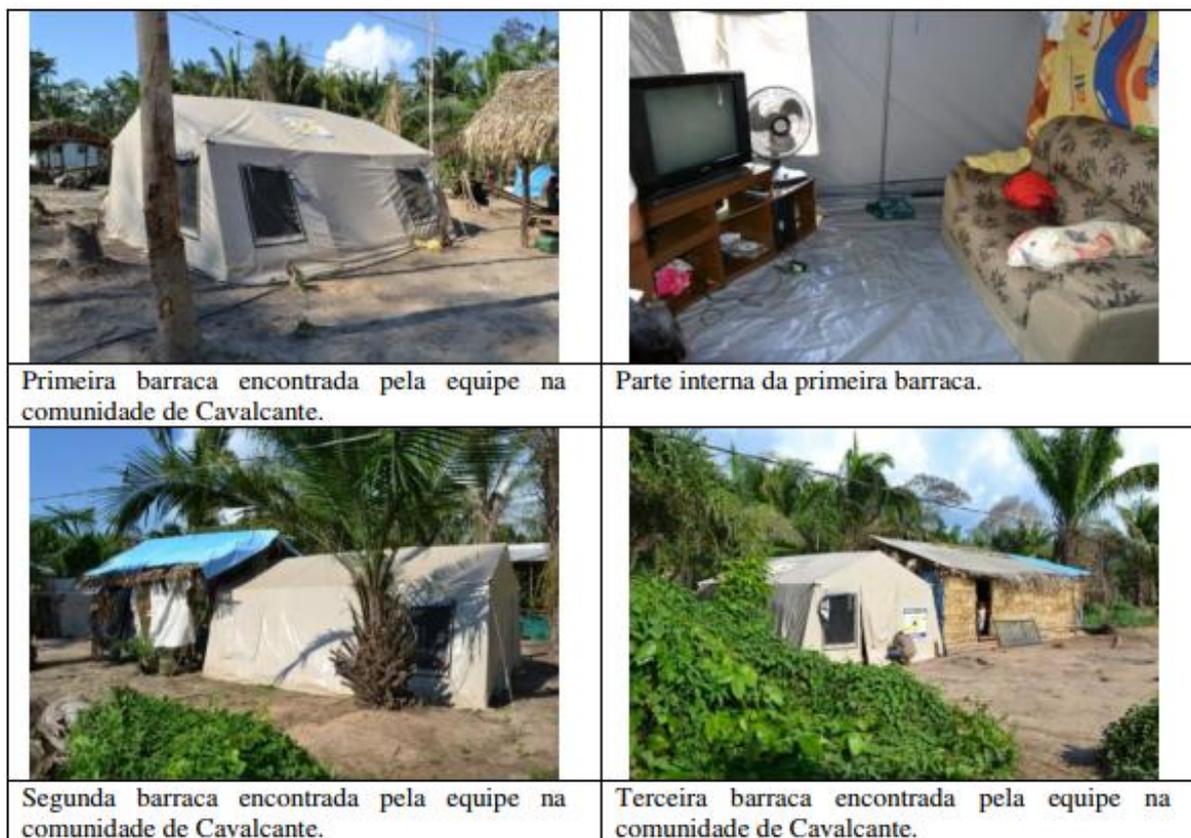




No Relatório da CGU (BRASIL-CGU, 2014, p. 22) temos algumas fotos desses abrigos em distritos e comunidades, como por exemplo, das barracas instaladas na comunidade de Cavalcante:

Imagem 05: Situação dos abrigos em distritos e comunidades do Baixo Madeira

Na comunidade de Cavalcante, por sua vez, a equipe encontrou 3 (três) barracas da defesa civil que continuam abrigando famílias atingidas pela enchente:



Fonte: Relatório da CGU (BRASIL-CGU, 2014, p. 22).

Interessante notar as adaptações que os desabrigados fizeram nas barracas, especialmente aumentando um pouco com uma parte em palha e lona comum, além do destacado pela própria CGU, que na parte interna os moradores improvisaram separações com lençóis e instalaram equipamentos de uso doméstico.

A CGU também traz em seu Relatório algumas fotos do Abrigo Único instalado no Parque de Exposições de Porto Velho (BRASIL-CGU, 2014, p. 24):





Imagem 06: Situação do Abrigo Único instalado no Parque de Exposições de Porto Velho

<p>Lonas azuis sobre as barracas para proteger as barracas do calor.</p>	<p>Palha utilizada para proteger as barracas do calor.</p>
<p>Barraca com condicionador de ar instalado.</p>	<p>Barraca com aparelho de ar condicionado instalado.</p>

Fonte: Relatório da CGU (BRASIL-CGU, 2014, p. 24).

Aqui vemos novamente as adaptações que foram feitas pelos desabrigados, incluindo coberturas em lona e palha para amenizar um pouco o calor, instalação de ar-condicionado, divisórias dentro das barracas, improvisação de varais para estender roupas, dentre outras. Além das barracas, a equipe da CGU faz o seguinte registro em relação à insalubridade dos banheiros químicos do Abrigo Único:

O abrigo dispõe de banheiros químicos e uma área para banhos. Ressalta-se que os banheiros foram encontrados em local sem cobertura contra o sol e, assim como as barracas, apresentavam temperatura elevada durante o dia. No caso específico dos banheiros químicos, **a combinação de mal cheiro e calor tornavam o local insalubre e de uso difícil** (BRASIL-CGU, 2014, p. 24-25; negritos nossos).

Além do Abrigo Único, algumas escolas foram usadas para abrigar famílias desabrigadas e outras tiveram problemas com a inundação. Somente no município de Porto Velho foram 46 escolas municipais e 15 estaduais afetadas e que tiveram o calendário escolar alterado e a interrupção das aulas para mais de 16 mil alunos. Conforme a cheia se prolongava





e as escolas permaneciam ocupadas, iniciou-se uma série de atritos com a população em geral. (FRANCA, 2015, p. 148).

No Relatório, a CGU traz um relato sobre esse fato e apresenta um quadro com as datas do retorno das aulas nas escolas municipais:

Além dos problemas acima, há registro de que as escolas foram utilizadas como abrigo pelas famílias afetadas pela enchente, sendo que a maioria delas são escolas que tiveram menor impacto da calamidade e, apesar de necessitarem de reforma, dispunham de condições suficientes para abrigar famílias atingidas. Segundo a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o período de ocupação e o retorno às atividades letivas nessas unidades variou conforme tabela abaixo:

Data de desocupação e início das aulas das escolas municipais

Escolas Municipais	Data de desocupação	Início das aulas
EMEF Dra. Ana Adelaide Granjeiro – Distrito de Calama	29/07/2014	21/05/2014
EMEF Francisco Braga (Lago do Cuniã) – Distrito de São Carlos	05/05/2014	16/06/2014
EMEF Profª Maria Angélica (Aliança) – Distrito de São Carlos	28/04/2014	05/05/2014
EMEF Rio Verde (Rio Verde) – Distrito de São Carlos	25/04/2014	05/05/2014
EMEF Engenho do Madeira (São Sebastião II) – Porto Velho	15/06/2014	26/06/2014
EMEF Cora Coralina (Jacy Paraná) – Porto Velho	25/05/2014	03/06/2014
EMEF Santa Júlia (Vila da Penha) – Porto Velho	20/05/2014	16/06/2014
EMEF Ermelindo Brasil (Balsa) – Porto Velho	13/06/2014	26/05/2014
EMEF Deigmar de Moraes (Cojubim) – Porto Velho ¹	-	22/07/2014
EMEF São Pedro – área urbana	29/05/2014	02/06/2014
EMEF Profª Antônia Rabelo – área urbana	-	26/05/2014
IME. Engº Francisco Erse – área urbana	28/05/2014	02/06/2014
EMEF Padre Chiquinho – área urbana	02/05/2014	05/05/2014
EMEF Olavo Pires – área urbana	11/04/2014	14/04/2014

¹ - Funcionou como abrigo, posteriormente inundou.
 Fonte: Ofício nº 2379/2014/DIER/DE/GAB/SEMED, de 30/07/2014.

(BRASIL-CGU, 2014, p. 20).

Nesta tabela fornecida pela SEMED em 30/07/2014, não consta a Escola Municipal Henrique Dias, instalada na Comunidade de São Carlos. Ela foi um dos primeiros espaços públicos a ser limpo pelos próprios moradores e, após insistência dos moradores, as aulas na referida escola retornaram em 14 de julho de 2014.

Em relação aos conflitos gerados pela ocupação das escolas urbanas de Porto Velho pelas famílias desabrigadas, o morador de São Carlos, Márcio Santana, na época uma das principais lideranças da comunidade e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nos fez um detalhado relato do quão conflituosa e sofrida foi essa pressão que as famílias desabrigadas sofreram, além de toda a dor que já estavam passando por terem deixado suas casas e seu lugar.

Márcio: E aí nós começamos a pressionar eles a **questão dos colégios, que a gente tinha que sair e tal, e eles tinham ali no parque**, foi no parque, criaram uma





exposição, **fizeram um barracão de lona onde chegava a 45, 46, quase 50 graus de temperatura, no período, e queria levar todas as famílias pra lá, todas as famílias que estavam em todos os colégios, igrejas, queriam levar todas as famílias pra lá, foi uma outra briga nossa**, cara, de dizer “não, nós não vamos, nós estamos aqui, nós queremos... tem tanta casa de apoio aí do governo, livre, coloca essas famílias pra lá, mas para aquele local nós não vamos”. Foi uma briga assim, não sei como nós não fomos presos, eu e os meus colegas lá, por causa disso, nós desafiava, do exército nós tivemos acesso a entrar na casa... Casa da Situação – Casa da Situação é lá no Corpo de Bombeiro – aonde no final da tarde eles sentavam pra fazer os planejamentos, relatórios, o que deu certo o que não deu certo, dizer onde que tava onde que não tava e aí fazer o planejamento pra amanhã, e aí nós conseguimos entrar, que era aberto mesmo, e era quando eles diziam “olha, amanhã nós vamos estar com os caminhão no colégio tal, desabrigando tal, e levando pro abrigo”. Antes de eles chegarem nós já chegava lá “ó, cara, vocês não devem sair daqui, se vocês saírem daqui tem que levar pra um hotel, pagar alguma coisa pra vocês, mas **não vão pra aquela casa que aquela casa é um inferno ali**, quem tava dentro eles não deixavam sair e quem tava fora não queriam entrar pra não saber como que era a situação lá dentro”. Você sabe, tem celular, tem como a gente conversar, eu (-) gente de fora, gente de dentro, pedi autorização de juizes pra entrar lá dentro muitas vezes, como acompanhante, pro juiz, o Doutor Rafael, que é do **Ministério Público Federal**, que, graças a Deus, a gente tinha acesso fácil com ele e ele foi, entrava com a gente lá dentro, eles não iam embargar um juiz de forma alguma. **E aí a gente via a situação lá dentro**, então, aonde eles iam, o colégio que eles diziam que iam retirar, **nós já tava lá fazendo essa briga, dizendo “não vão, não vão, não vão” e pressionando**, cara, o governo **pra que ele nos colocasse em uma situação melhor**. Resolveram fazer um auxílio aluguel de R\$ 500,00 reais: “óh, nós vamos dar esse auxílio aluguel pra vocês, vocês vão procurar uma casinha, e vão desocupar os colégios, as igrejas, aonde tão por aí, e vocês vão se virar com esses R\$ 500,00 reais”. Nós falamos “e se nós pegar esses R\$500,00 reais e voltar pra São Carlos?” Eles diziam “vocês não podem voltar pra São Carlos”. Nisso passamos um mês, eu falei “cara - sempre nós viemos visitar aqui – ó, São Carlos tá seco, sem lama, algumas casas estão de pé, vamos começar a limpar Colégio, vamos começar a limpar igreja, vamos voltar pra nossas casas”, “ah, mas não tem condições, se nós voltar nós vamos perder nossos R\$ 500,00 reais, nós não vamos ter outra terra”. Eu falei “**nós vamos perder até a nossa vida se nós permanecer aqui, vamos embora pra lá que o governo só lembra da gente em época de eleição**, época de eleição aí eles lembram, que ele tá abraçando no meio da lama, mas nesse período aqui não vai lembrar de nós não, filho, nós tem que pegar esses R\$ 500,00 reais e voltar pra lá, se caso eles não derem, nós entra aqui dentro da Prefeitura, sei lá onde for, e pede de volta esse dinheiro aqui, que é direito, cara”. E foi o que a gente fez (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 deles morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020).

Em outro momento da entrevista, Márcio Santana voltou a relatar o sofrimento, as ameaças e a pressão que as famílias que ocupavam as escolas públicas urbanas de Porto Velho passaram a sofrer dos pais e mães que queriam que as aulas retornassem, mas não era possível porque as escolas seguiam servindo de abrigo:

Márcio: [...] A gente em Porto Velho, nos abrigos, nos colégios, e aí, esse período, digamos assim, a cheia de 2014, eu sofri muito, emagreci, não esqueço por causa que a gente tava lá e eu era uma pessoa de frente, que tava agilizando, vendo a nossa maneira, a **nossa alimentação nos colégios, a segurança nossa, as pessoas que iam lá, e aí por trás do impacto da cheia a gente ainda tinha que sofrer com ameaça dos pais e dos alunos do colégio onde nós estávamos desabrigados, e o período das aulas tava passando, e todos os dias eles iam lá dizer que se nós não saísse eles iam meter tiro lá, iam entrar lá, invadir, e isso assustava a gente lá dentro**. Cara, nossa,





aquilo era um terror lá dentro, lá, e a gente ficava naquela loucura, e eles enrolando nesse negócio da Nova São Carlos [...] (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 deles morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020).

Essas falas fortes e importantes relatadas pelo morador Márcio Santana são atestadas pelo Relatório da CGU, que cita reportagens da época e registra esses conflitos, essa pressão dos pais e do Ministério Público pelo retorno das aulas, e a resistência dos desabrigados em deixarem as escolas e irem para o Abrigo Único, que não oferecia as condições necessárias:

O portal de notícias G1 (<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/04/em-ro-desabrigados-resistem-sair-de-escolas-para-morar-em-barracas.html>) informou, em 08/04/2014, que **houve resistência dos desabrigados em deixar as escolas para morar no abrigo**. Os desabrigados à época já citavam **o problema do calor das barracas, situação confirmada pela equipe de fiscalização em visita aos abrigos fornecidos pela defesa civil estadual**. Havia também o receio de que **não haveria assistência adequada aos desabrigados no abrigo**. Tal situação motivou o Ministério Público do Estado de Rondônia, por meio da Promotoria de Justiça da Infância, a ingressar com ação e obteve liminar junto ao Judiciário, que determinou ao estado de Rondônia e ao município de Porto Velho que providenciassem a **desocupação das escolas utilizadas como abrigos na zona urbana da capital**. (<http://www.noticianahora.com.br/ro/noticia/mp-obtem-liminar-para-desocupacao-de-escolas-utilizadas-como-abrigos/142214>).

A ação questionou o caráter temporário da **estadia de famílias desabrigadas pela cheia do Madeira em instituições de ensino em Porto Velho, pois, a situação em tela acabou perdurando alguns meses, o que fez com que milhares de crianças fossem tolhidas do direito fundamental da educação**. Segundo levantamento feito pelo Ministério Público de Rondônia, 4,9 mil alunos da rede estadual e municipal de ensino em Porto Velho estavam sem aulas. (<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/cerca-de-100-familiasdesabrigadas-ainda-ocupam-escolas-publicas-em-porto-velho/>) (BRASIL-CGU, 2014, p. 20; negritos nossos).

Nos solidarizamos com o Márcio Santana e com os outros moradores de São Carlos que entrevistamos, que além de terem passando por um momento tão doloroso em suas vidas, pois tudo o que tinham estava submerso nas águas do Madeira, ainda tiveram que sofrer essa pressão e ameaças: “[...] ameaça dos pais e dos alunos do colégio onde nós estávamos desabrigados, e o período das aulas tava passando, e todos os dias eles iam lá dizer que se nós não saísse eles **iam meter tiro lá**, iam entrar lá, invadir, e isso assustava a gente lá dentro. Cara, nossa, aquilo **era um terror lá dentro lá**” (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 desses morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020).

Como nos relatou Dona Jacinta, que durante o período que ficou em Porto Velho “chorava todo dia”, imaginar essa dor já é forte, mas mais forte ainda deve ter sido viver essa dor, sofrer essas consequências e ainda não ser compreendido pela população e ser visto como um entrave que estavam “atrasando as aulas”, que estava perturbando e depredando as escolas





públicas. Essas lembranças devem ser tristes, sofridas e profundas na memória dos que as viveram. Quando os entrevistamos, sempre víamos em seus olhares essa dor. Quando as águas começam a subir, todos os anos, esses medos e dores novamente afloram. Devemos ainda ressaltar que o próprio Governo, por meio da CGU, reconheceu que as condições do Abrigo Único eram insalubres e de difícil uso devido a “combinação de mau cheiro e calor”.

Enquanto as famílias estavam fora de seus lares a lutar para terem um espaço, no mínimo, básico e digno para “sobreviverem” à cheia até poderem retornar para suas casas, a contabilização dos prejuízos seguia, e se avolumava a cada dia. Pois quanto mais as águas demoravam a baixar, maiores eram os prejuízos causados aos agricultores e demais bens das famílias e propriedades atingidas pelas águas. Com relação a isso, França apresenta os seguintes dados:

Na agricultura, **em torno de 5,1 mil propriedades rurais** em Porto Velho e distritos ribeirinhos como Abunã, Jaci-Paraná, São Carlos, Calama, Demarcação, e em comunidades como Joana D’arc e Pau D’arco, constituídas por agricultores familiares, **foram gravemente atingidas**. Houve prejuízos materiais, como perda total de cultivos de café, cacau, mandioca, pupunha, lavouras de maracujá, melancia, banana, açaí, horticultura, além de perdas de maquinário e equipamentos agrícolas. Também foram registrados danos nas residências e na infraestrutura dessas propriedades – em currais, tulhas, aviários, pocilgas, tanques de piscicultura e poços – e perda de estoques que seriam vendidos em feiras da capital ou utilizados na alimentação de famílias ou criação de animais. Foram contabilizadas, ainda, mortes de 1.275 ovinos e caprinos, 3.060 suínos e 102 mil aves de janeiro a março de 2014 em Porto Velho (FRANCA, 2015, p. 156; negritos nossos).

Todos esses prejuízos repercutiram no bolso de todos os moradores de Porto Velho e região, que consomem os produtos cultivados nas margens do Madeira e seus afluentes, porém muito maior foi o peso no bolso e na vida de todas as famílias que foram impactadas pela cheia. Na época, os meios de comunicação locais noticiaram essas reclamações de clientes e feirantes, a exemplo do Portal de Notícias G1 Rondônia: **“Em RO, feirantes e clientes reclamam da alta nos preços de alguns produtos**. Macaxeira, castanha e banana estão na lista dos produtos mais caros na feira. Clientes reclamam de preços abusivos em Porto Velho”⁹³ (negrito no original e é o título da notícia).

Mas nada destas reclamações e altas dos preços são comparadas às dores e sofrimentos das famílias que perderam suas fontes de renda, perderam seus bens, tiveram casas danificadas e muitos outros prejuízos. Como relembra o morador Vladymir:

⁹³ Notícia publicada em 06/04/2014, 18h00. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/04/em-ro-feirantes-e-clientes-reclamam-da-alta-nos-precos-de-alguns-produtos.html>.





Renato: Um outro assunto que a gente sabe que foi bastante impactante aqui para a comunidade foi a questão da cheia de 2014, você tava aqui no período da cheia? Como que você, particularmente, foi afetado? Como a sua casa e a comunidade foi afetada pela cheia de 2014?

Vlady: 2014, rapaz, sério, né, além de ser, acho que foi uns três meses de enchente, acabou praticamente com as ruas, se não fosse a máquina, São Carlos não teria voltado, ficou aqueles morros, as casas... eu, pra mim voltar demorou quase um ano, pra mim voltar pra minha casa, a energia foi cortada, então, foi mais sério e demorou mais, deixou muito problema aí, e aterro de energia, de encanação, foi mais sério.

Renato: E sua casa aqui?

Vlady: Inclusive aqui é a área mais baixa de São Carlos, **nós sofremos mais porque fomos bastante atingidos, as casas foram 100% para o fundo aqui nessa área baixa.**

Renato: E as plantações?

Vlady: **As plantações foram 100%, acabou tudo** (Vladimir Pinto de Souza, 40 anos, nascido em São Carlos, gari e proprietário de um bar; entrevista em 18/01/2020; negritos nossos).

A moradora Priscila, em seu relato, também aponta os medos e traumas que ainda assolam a comunidade:

Eva da Silva Alves: Depois dessa enchente muitas famílias foram embora, desistiram de São Carlos? Como foi essa...?

Priscila: **Muitas foram e não retornaram mais, por medo, medo de que tudo isso aconteça de novo**, a gente não estava acostumado, só por medo mesmo, porque as pessoas gostam de São Carlos, mas por **medo** de perder tudo, suas coisas, seus materiais, acabam não retornando, e realmente é um lugar que **ficou inseguro**, a gente vive com **bastante medo, quando chega nessa época então...** a gente fica com **receio** (Priscila Cruz dos Santos, 33 anos, nascida em São Carlos, atual secretária da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 18/01/2020; negrito nossos).

São tão fortes os traumas que ficaram que mesmo após 6 anos da cheia, na ocasião da entrevista, e nesta pequena fala de 5 linhas, a entrevistada fala 5 vezes a palavra “medo”, e que “ficou inseguro”, que “a gente fica com receio” quando chega essa época. Destaco que a entrevista foi realizada em 18 de janeiro de 2020, época em que o rio Madeira e seus afluentes começam, todos os anos, a apresentar elevação das águas, o que traz à tona os medos, traumas e lembranças da cheia de 2014 e suas consequências.

No mesmo dia em que entrevistamos a Priscila, também realizamos entrevista com o morador Vladimir, que nos relatou que no ano anterior (2019), houve uma nova inundação e que ela desabrigou algumas famílias dos bairros mais do fundo de São Carlos, que ficam mais perto do lago do Cuniã, que fica detrás dessa área. A seguir, trecho da entrevista com ele:

Renato: Essa área baixa é conhecida como?

Vlady: Bairro Novo aqui, que abriu, né. **A gente nunca imaginava**, todo mundo construiu a sua casa, que é um sonho, mas aí... agora veio essa enchente de 2014, e **já tivemos agora a de 2019, que não foi tão séria, mas afetou bastante, ficamos dois meses sem poder voltar para casa, com a cheia de 2 meses.**





Renato: Quantas famílias em 2019?

Vlady: Eu não tenho base, mas foi bastante, eu não posso dizer o número exato, mas **o bairro todinho aqui foi pro fundo, inclusive esse campo aqui.**

Renato: O campo, a sua casa, o bar, tudo ficou debaixo d'água?

Vlady: A minha casa, meu barzinho, tudo ficou coberto de água.

[...]

Renato: Em 2019 teve algum registro de plantações que se perderam?

Vlady: Teve também, meu pai tinha uma rocinha aí... porque a macaxeira, quando água chega perto, ela apodrece, não tem essa, aí perdeu a roça dele, meu tio também tinha uma roça ali e perdeu completamente (Vladimir Pinto de Souza, 40 anos, nascido em São Carlos, garí e proprietário de um bar; entrevista em 18/01/2020).

Em 2019, acompanhamos e registramos, em duas ocasiões, as consequências da inundação, inclusive em uma das visitas havia em torno de 15 famílias abrigadas na Escola Henrique Dias e outras 10 na Igreja Católica, além de muitos moradores terem se abrigado em casas de parentes nas regiões mais altas, que não foram inundadas; foi esse o caso do próprio Vladimir, que em 2019 ficou 2 meses morando na casa de sua mãe, na primeira rua de São Carlos.

Abaixo, 2 fotografias tiradas em março de 2019 na região mais ao fundo de São Carlos. Podemos observar na primeira imagem que apenas a comunheira da casa tem uma cor verde, toda a parte escura foi até onde chegou a água em 2014, ou seja, vemos nessa casa a marca de 2014 e, agora, as águas de 2019 que atingem novamente a casa e todas as plantações do entorno. Na segunda fotografia, da mesma forma, observamos a marcação com o “X” em preto, simbolizando que essa casa foi interditada em 2014 pela Defesa Civil; ao redor desta casa vemos também plantações de banana e macaxeira que foram afetadas com a cheia de 2019.

Fotografias 24 e 25: Casas e plantações inundadas em 2019



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2019.

Como as entrevistas foram realizadas anos após o ocorrido em 2014, porém com as marcas bem vivas nas memórias dos entrevistados, é comum que eles revivam essa dor e comparem com os anos seguintes, como no caso acima das comparações com a inundação de





2019. Da mesma forma, em todo início de ano, quando as águas começam a subir, ressurgem esses medos, traumas e dúvidas. Como destacou em sua tese a pesquisadora Baraúna, para esses moradores a condição de “atingido”, infelizmente, parece que se tornou algo permanente:

Há também os casos em que algumas famílias atingidas tiveram mais uma vez, a experiência de ver a construção de hidrelétricas cruzando as suas vidas. Na localidade denominada “distrito de São Carlos”, há relatos de um dos entrevistados, denominado Miquéias, que lá vive e se vê como “atingido”, pela terceira vez. **Fato este que me levou a refletir sobre a seguinte condição: ser “atingido” pode ou não ser um estado permanente?** (BARAÚNA, 2014, p. 53; negritos nossos).

Infelizmente, a pergunta da Baraúna se confirma com todos os relatos que trazemos nesta tese, pois esse medo constante das cheias, revivido todos os anos, é permanente, e o poder público, mesmo já passados 8 anos da cheia, ainda continua inerte e negligenciando, talvez propositalmente, os riscos e prejuízos que as famílias das comunidades tradicionais passam todos os anos. Essa afirmativa se confirma pela falta de alternativas de apoio às famílias; pela falta de regularização das terras altas, como as ocupadas em Cavalcante, que ainda não foram regularizadas e os moradores estão sem a posse da área; pela falta de ampliação das infraestruturas para prevenir ou ao menos para servir de apoio às famílias destas comunidades em caso de novas cheias como a de 2014; pela falta de construção de abrigos adequados para acolher famílias desabrigadas; pela falta de apoio à agricultura familiar, a exemplo das agroindústrias que foram construídas, mas nunca funcionaram no Baixo Madeira, como já discutido no início da seção 2 desta tese; pela falta de programas habitacionais para atender comunidades afetadas, e tantas outras faltas e ausências do poder público nas suas diferentes esferas.

Ao se referir à cheia de 2014, Márcio Santana fala que “a gente tem uma lembrança enorme” e que foi “uma batalha”:

Renato: Em relação à cheia aqui na região de São Carlos, a gente sabe que teve algumas cheias históricas na década de 80, e a última mais forte foi agora em 2014, o senhor se recorda dessa questão da cheia aqui em São Carlos?

Márcio: A de 2014 a **gente tem uma lembrança enorme**, convivemos, digamos assim, foi um período que trabalhei muito, em 2014, mas trabalhamos no início aqui pra retirada das pessoas, nesse período eu era da... fazia parte da coordenação do (MAB) efetivo mesmo eu tava, e aí então nós trabalhamos desde a retirada das pessoas, da maneira como iam retirar, como e onde elas vão ficar, de que maneira elas iam ser mantidas na cidade, então todo esse processo aí da cheia de 2014 a gente tem, a saída, o retorno aqui pra dentro, então **foi uma batalha que a gente teve, e que vai ser difícil de esquecer, essa cheia de 2014** (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 desses morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).





É com esses sentimentos, lembranças e cenário de “batalha” que muitas famílias seguiam com suas vidas incertas e com as promessas e tentativas de realocação para novas áreas (assim como hoje ainda seguem). Esse processo que se seguiu ao pós-cheia foi muito doloroso para as famílias, pois não estamos aqui a relatar mudanças simples, mas sim mudanças de territórios e de localidades na qual a pessoa nasceu, que seus pais nasceram, viveram e criaram suas raízes, suas histórias, suas memórias afetivas e sua identidade. Não se trata apenas de “transportar” casas, órgãos e espaços públicos para uma nova localidade, mas sim da vida e do lugar, do território, das árvores, do barranco do rio e tudo que ali pulsa e em simbiose se convive. Por isso houve resistência das famílias desabrigadas quanto às medidas adotadas pela Defesa Civil, que condenava casas e estabelecia áreas de risco, e aos Governos Municipal e Estadual, que davam início a tentativas de realocação das famílias para outras áreas. Como atestou a equipe da CGU ao final do relatório:

Por fim, conclui-se que os ribeirinhos **foram severamente afetados pela enchente do Rio Madeira**. O seu modo de vida consiste, basicamente, em pescar, colher produtos na floresta e plantar às margens dos rios. Os principais produtos cultivados são a mandioca e a melancia.

Apesar da situação difícil, era unânime a posição entre os ribeirinhos de que não queriam deixar a região. Muitos nasceram e viveram a vida toda nessas regiões. Questionados sobre a mudança para novas áreas que a Prefeitura e o Governo do Estado estavam adquirindo, eles estavam relutantes em se mudar porque seriam deslocados para áreas distantes de onde tradicionalmente estavam acostumados a viver (BRASIL, 2014, p. 100-101).

De fato, é difícil imaginar essa dor e as consequências de ter que deixar o lugar em que se nasceu e viveu a vida toda, onde estão seus familiares, amigos, sua história e sua identidade. Assim, a única saída mais lógica e plausível foi retornar para a comunidade, para as casas, e recuperar o que restou. Foi o que a grande maioria dos moradores de São Carlos e demais comunidades do Baixo Madeira afetadas fizeram, como discutiremos na próxima seção.

6 NO BANZEIRO DAS ÁGUAS – ATO II: ETNOGRAFIA DA VAZANTE E DO RECONSTRUIR

Foi, tristeza, e a maior delas foi quando a gente soube que tinha aquele provérbio que “São Carlos tinha acabado”, então, **pra gente, acabar uma comunidade de onde a gente já viveu muito tempo é mesmo que tirasse um parente**, um ente querido da gente, então a gente sentiu muito com isso aí, além de ter perdido várias coisas, então sabia que isso daqui tava querendo acabar também, seria





a extinção de São Carlos (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá).⁹⁴

Nesta seção prosseguimos apresentando as reflexões, os fortes relatos e testemunhos dos moradores de São Carlos que sofreram com todo esse processo da cheia de 2014. Agora é hora de reconstruir, sempre no presente, pois é uma constante para o ribeirinho reconstruir a vida, retomar as atividades e seguir, como nos afirmou o Sr. Xaxá em entrevista realizada em 2019: “Por enquanto a gente ainda tá refazendo o que foi destruído, por enquanto ainda não terminamos de recuperar aquilo que foi perdido ainda, então, ainda estamos em construção do que foi perdido.” (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral, vive em Prosperidade, é professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019).

Ressaltamos que o preâmbulo feito na seção anterior, no “ato I”, serve para essa seção, ou seja, seguimos concedendo espaço para os relatos de vida de nossos entrevistados, que sofreram e ainda sofrem as consequências da cheia e dos traumas gerados.

6.1 As Águas Baixam: hora do retorno para São Carlos e o pertencimento ao lugar

É que nem o cara falou, ele batia na seringueira e dizia, “aqui tem o meu sangue, eu fui criado com isso daqui”. Lá na terra o cara tem de dizer: “ó, cara, aqui eu crio todas essas crianças, aqui, eu criei tudo aqui, tirando daqui e tal, então eu quero uma indenização justa aqui ou que vocês me coloquem no canto tal que eu tenha o mesmo que eu tenho aqui” (Márcio Santana de Lima, 2020).

Tão logo a vazante das águas começou, as famílias começaram a retornar para suas casas, mesmo “condenadas” e marcadas com o X preto da Defesa Civil como área de risco, X que marca todas as casas de São Carlos, pois todas ficaram submersas por mais de 3 meses.

⁹⁴ Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral, vive em Prosperidade, professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019; negritos nossos.





Fotografia 26: Casas marcadas com o X e com a marca da água acima da janela



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2017.

Como veremos, as famílias começaram a remover as terras de dentro dos espaços públicos, das casas, e foram tentando retomar suas vidas, mas sem o apoio do poder público, que estava e permaneceu reticente em investir nas áreas indicadas como sendo de risco, e reafirmamos que essa ausência do poder público persiste por anos, já que até o momento, na maioria das comunidades ainda não foram refeitas, por exemplo, as calçadas e nem foram recuperados alguns espaços públicos, como a praça de São Carlos, que só em setembro de 2022 passou por uma limpeza. Tudo o que foi limpo e reformado o foi por iniciativa dos moradores, que não mediram esforços para, em mutirão, reorganizar e revitalizar o que sobrou. Como atestou o Relatório da CGU:

Com efeito, **fazem grande esforço para limpar os lugares que tiveram mais acúmulo de sujeira, especialmente postos de saúde e escolas, visando obter o mais rápido possível o atendimento nessas áreas.** Em que pese saberem que a defesa civil orientou que as pessoas não voltassem aos locais (em São Carlos ainda estaria sem energia e telefone), por questão de segurança, **o fato é que a população permanecia ali, em situação de extrema dificuldade, carência e vulnerabilidade** (BRASIL-CGU, 2014, p. 66).

De fato, pelos relatos também obtidos em nossas entrevistas, foi justamente desta forma que ocorreu, pois a população das comunidades, de modo especial, a de São Carlos, assim que as águas baixaram, começaram a retornar, limpar e a permanecer no local, mesmo “em situação de extrema dificuldade, carência e vulnerabilidade”, como frisa o relatório.





Por outro lado, diante das incertezas das medidas que seriam adotadas pelo público, a população procurou retomar a vida e os territórios que ocupavam:

Por outro lado, **não há clareza quanto às medidas que serão adotadas adiante para resolução dos problemas enfrentados.** Segundo as autoridades locais, o próprio meio ambiente sofreu alteração de forma. **O Rio Madeira não retrocedeu ao nível original.**

Ocorre que este diagnóstico prévio deve ser formulado e informado pelos poderes públicos regional e municipal, como pressuposto para concepção de ações factíveis visando restabelecimento e reconstrução.

Desta feita, no caso de Rondônia, ainda existe a necessidade de se definir como a sociedade irá se organizar, inclusive no **tocante à ocupação do espaço**, considerando os novos **parâmetros impostos pelo meio ambiente.**

Nesse sentido, é competência constitucional específica do município o planejamento do uso e ocupação do solo urbano (Constituição Federal, art.30, inciso VIII). Entretanto, **o Município de Porto Velho e o Governo de Rondônia não apresentaram o Plano de Trabalho para as ações de reconstrução** extrapolando o prazo insculpido no Art. 10 do Decreto nº 7.257/2010 (BRASIL-CGU, 2014, p. 67; negritos nossos).

Assim, de um lado temos o poder público ausente e negligente, que deixa os desabrigados, no pós-cheia, à mercê do destino, e de outro, os moradores das comunidades, em especial, de São Carlos, que vislumbram como única saída retomar suas vidas em seu lugar, em sua casa, e seguir convivendo com o medo e com os traumas deixados pela cheia.

Em relação a esse processo de retorno para as casas, que no ponto de vista do poder público, eram áreas de risco, o Relatório da CGU aponta as seguintes justificativas:

Dentre as justificativas constatadas pela equipe para a reocupação das áreas de risco, destacam-se as seguintes:

a) Resistência em residir temporariamente no abrigo em razão do calor e das regras de convivência naquele local, a exemplo da proibição do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de equipamento de som em volume elevado, bem como a restrição de acesso a visitantes;

b) Receio de perda patrimonial por abandono da residência em área de risco, por **fatores emocionais relacionados ao imóvel**, por medo de furtos de outros bens móveis localizados em suas propriedades e também pela insegurança dos bens acomodados nos abrigos;

c) Mudança do modo de vida tradicional, fator muito relevante para os ribeirinhos que temem habitar apartamentos no lugar de suas residências habituais ou perder sua propriedade rural e produção agrícola (BRASIL-CGU, 2014, p. 33; negritos nossos).

Vemos claramente que nos três pontos destacados pela equipe da CGU, há aspectos de cunho sociocultural importantes que o poder público desconsiderou e desconsidera em seus processos de mobilizações territoriais e de deslocamentos compulsórios.

Na letra “a”, por exemplo, se faz referência às regras de convivência e restrição a visitantes nos abrigos, sendo que a convivência familiar, o encontro com amigos, o esporte e o





lazer são essenciais para a vida humana, como vimos no subtópico 4.3, ainda mais para aqueles que passaram por toda essa situação da cheia, do impacto que isso trouxe para suas vidas pessoais e para o convívio familiar e social. Retomar hábitos comuns como reunir os amigos e familiares para a prática de esportes, para ouvir um música e ingerir bebidas alcoólicas, faz parte do cotidiano da maioria absoluta dos cidadãos brasileiros e são práticas ainda mais comum em comunidades ribeirinhas como São Carlos, onde todos, praticamente, possuem laços consanguíneos e forte vida social (“aqui todo mundo é parente”).

Na letra “b” a equipe constata que o receio de perda patrimonial se deve “por fatores emocionais relacionados ao imóvel”, ou seja, estamos aqui a falar de pessoas que construíram toda uma vida, que herdaram de seus pais, mães, avôs, avós, a propriedade, a casa, as plantações, o lugar chamado São Carlos, aquele lugar, e não querem simplesmente um outro lugar, uma outra casa, sem história, sem memória, sem afeto. Há laços afetivos, emocionais fortes para com a casa em que viveram por toda uma vida, para com os pés de manga, os pés de coco, os pés de jambo, as seringueiras, os pés de açaí e todas as demais plantações que cultivaram e cuidaram com suas mãos ao longo de muitos anos. Como diz a maioria de nossos entrevistados: “nasci e me criei aqui” – faz 30, 40, 50, 60, 80 anos... – e “não saio daqui por nada”, “só quando morrer”, nas palavras enfáticas da Dona Jacinta, ao ser questionada, em 2017, sobre a possibilidade de deixar São Carlos. Pois foi ali na região que ela nasceu, foi em São Carlos que viveu sua história, foi naquela casa em que a entrevistamos, propriedade em que está morando até hoje, que ela conviveu com a mãe, com os irmãos, em que teve seus filhos e filhas, em que os casou, em que viu nascer e crescer seus netos e netas, é ali naquele terreno que seu pai está enterrado, por desejo dele, que tinha muito amor por aquele lugar.

Ao refletir sobre esse processo de deslocamentos compulsórios pelos quais passaram muitas comunidades que foram reassentadas devida a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, a pesquisadora Baraúna reforça a ideia de que a relação entre os moradores e o lugar, com tudo que o integra, é ímpar e única, por isso o desejo de voltar:

Os agentes sociais que viviam nessas localidades mantinham uma significativa relação com o rio Madeira e este emerge como símbolo de sua orientação frente a atual situação de deslocamentos compulsórios que se impôs sobre suas vidas. Essa relação era ímpar e de intrínseca ligação. O que se pode notar é que **a associação feita entre os agentes sociais não se dava apenas no plano entre os afins, mas era uma associação com a natureza do lugar: o rio, as praias, as pedras, os peixes e os demais recursos de que podiam fazer uso e tomar conhecimento** (BARAÚNA, 2014, p. 39-40; negritos nossos).

Tudo isso fica evidente na fala do professor Everaldo, nascido e criado na comunidade:





Everaldo: Eu tô pensando por mim, que eu tenho essas opções pra ir e não quero, **imagine meu pai, minha avó, meus tios, que moram aqui 70, 80 anos; então eu acredito que é um desrespeito até com a comunidade dizer que não tem vida onde você nasceu e se criou.** Mas nós estamos na luta aí, **mostrando para o poder público que somos capazes de lutar por aquilo que nós gostamos** (Everaldo da Silva Pinto, 45 anos, nascido em São Carlos, professor e então diretor da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 17/01/2020; negritos nossos).

Essa fala do professor Everaldo demonstra alguns exemplos dos “fatores emocionais relacionados ao imóvel”, os quais a equipe da CGU faz menção, mas não compreende, e que o poder público não observa e por isso é negligente, pensa e age na lógica puramente capitalista do valor monetário de um imóvel, nunca considera o valor afetivo, o valor imensurável da vida e das memórias que constitui um grupo, uma comunidade, um povo. É por essa razão que nas ações de deslocamentos e de mobilizações territoriais há sempre resistência, há sempre aqueles que questionam, que não aceitam, pois trata-se de sua vida, de sua história, de suas memórias e de sua identidade. Por isso a luta segue e a comunidade está a cada dia demonstrando para o poder público que são “capazes de lutar por aquilo que nós gostamos”. Como registrou Baraúna em sua tese:

o deslocamento foi um evento marcante e a saída das localidades revela que o significado da vida na margem do rio Madeira para tais famílias sofreu um corte irreversível. Nenhuma ação pode remediar o deslocamento que provocou a desestabilização das relações existentes entre os atingidos. Seu pertencimento ao lugar, sua relação com a natureza seu modo de vida e todo um futuro que idealizavam na localidade foram profundamente afetados. Estes fatores levaram os atingidos a uma autorreflexão e conseqüentemente à formação de uma consciência crítica sobre as condições de possibilidade que agora estavam vivendo (BARAÚNA, 2014, p. 24; negritos nossos).

Por fim, na letra “c” a equipe constata o óbvio: a “mudança do modo de vida tradicional, fator muito relevante para os ribeirinhos” é colocada na balança, pois aceitar ir para os abrigos e depois para as novas áreas que o poder público então começava a propor, os levaria a perder seus modos de vida tradicional, a viverem em apartamentos ou residências diferentes das que viveram a vida toda, que impossibilita os hábitos peculiares da cultura e identidade ribeirinha, além, claro, de perderem a propriedade rural que possibilita a produção agrícola de diversos produtos e é meio de vivência das pessoas e das comunidades que foram impactadas pela cheia. Como apontou Baraúna, o “pertencimento ao lugar”, a “relação com a natureza” e o “modo de vida e todo um futuro” nas localidades precisam ser de fato colocados na balança, ser processo de autorreflexão e crítica.





Nos questionamos o porquê de, mesmo fazendo essa síntese, que reconhece como legítima a resistência, que mostra que o receio é de perder a vida e a cultura, que a mudança de local afetará o modo de vida das pessoas e das comunidades, o poder público ainda insiste em deslocamentos compulsórios? O poder público insiste em deixar as comunidades à mercê do destino, negligenciando o fato de que é nas áreas ditas de risco que estão todas as memórias e as características necessárias para seguir a vida. O que é preciso é mais amparo, mais apoio e mais presença do poder público junto às comunidades e famílias, minimizando os impactos sofridos, fazendo ações de reconstrução das casas, dando apoio para a agricultura familiar, garantindo acesso à saúde, à educação e aos serviços públicos de qualidade, tudo o que infelizmente não há com as devidas eficiência e qualidade garantidas às comunidades ribeirinhas da Amazônia, a exemplo de São Carlos.

Após essas considerações, a equipe da CGU ainda traz o seguinte relato:

A área rural, correspondente aos **distritos e comunidades à margem do Rio Madeira, foi onde se verificou maior reocupação** de áreas consideradas de risco. Muitas famílias que ocuparam abrigos já **retornaram às suas antigas casas, agora limpas**, mas que ainda apresentavam sinais da enchente como marcas d'água nas paredes e grande volume de sedimentação ao redor das casas, e nos quintais.

A equipe de fiscalização observou que, mesmo que fosse disponibilizada outra moradia para essas famílias, **havia tendência ao retorno destas às antigas habitações e à rotina de antes da enchente.**

O **modo de vida tradicional** dessas pessoas inclui atividades como o exercício da agricultura e pecuária de pequeno porte, da pesca, do extrativismo e de serviços de transporte fluvial de carga e de pedestres. Durante a enchente, muitas famílias tiveram prejuízo com a perda de produção agrícola e com a morte dos rebanhos. Essas famílias dependiam economicamente dessas atividades e por isso **buscavam reocupar suas propriedades o mais rápido possível para restabelecer a produção.** As outras atividades pareciam ter continuado sem maiores prejuízos.

A equipe observou que mesmo enfrentando prejuízos com a enchente, com a **assistência dificultada em razão da distância do centro urbano**, e com o risco de uma nova enchente sem preparação prévia dos poderes públicos, **as famílias continuavam reocupando as áreas de risco previamente habitadas para restabelecer seu modo de vida.** Até o momento da fiscalização, **não foram observadas ações dos poderes públicos para impedir o retorno das famílias ou para adequar e proteger a região no caso de uma repetição da calamidade** (BRASIL-CGU, 2014, p. 34; negritos nossos).

É interessante notar que a própria CGU destaca que “até o momento da fiscalização não foram observadas ações dos poderes públicos”, seja no sentido de impedir o retorno ou de amparar, de dar apoio e contribuir para que essas famílias tivessem um retorno digno para suas casas, haja visto o medo e tudo o que passaram nos meses em que suas casas ficaram cobertas pelas águas. Observa-se que novamente a CGU aponta os elementos como “o modo de vida tradicional”, os modos de produção, as propriedades, os lugares, como fatores essenciais que fizeram os moradores retornarem para suas “antigas casas”, “agora limpas”, e retomarem suas





vidas e à “rotina de antes da enchente”, ou seja, mesmo diante dos medos, dos traumas e de todos os prejuízos cada família deseja retomar o que é seu, sua vida, sua história e sua identidade.

6.2 A Força do Mutirão: reconstruir em um cenário de guerra

Essa ausência do poder público é novamente constatada pela equipe da CGU ao relatar que os órgãos públicos foram limpos pela própria população:

Nas comunidades de Nazaré e de **São Carlos, os resíduos deixados pela enchente foram retirados do posto de saúde pela própria comunidade sem participação do poder público.** Apesar da retirada desses resíduos, que representam a parte bruta da limpeza, o ambiente ainda não se encontrava devidamente preparado para receber pacientes, uma vez que carecia de limpeza complementar e de pintura nas paredes (BRASIL-CGU, 2014, p. 37; negritos e sublinhado nossos).

Por meio da visita realizada pela equipe de fiscalização, constatou-se que **tanto a escola quanto o alojamento dos professores foi limpo e pintado pela população do distrito, tendo sido retomadas as aulas no mesmo local** (BRASIL-CGU, 2014, p. 47; negritos nossos).

É necessário destacar que **no caso da escola do distrito de São Carlos apesar de a população ter feito uma limpeza e as aulas terem retornado**, tendo em vista que o distrito deverá ser realocado para outra área, será necessária a construção de uma escola nas mesmas proporções na nova localidade para atender a população (BRASIL-CGU, 2014, p. 52; negritos e sublinhados nossos).

Como relatado, foi a própria comunidade quem realizou a limpeza dos espaços públicos, como o posto de saúde, a escola, quadra poliesportiva⁹⁵, alojamento dos professores, dentre outros. Aqui também cabe destaque a menção ao iniciado processo de deslocamento da comunidade para outra área, como relatado que o “distrito deverá ser realocado para outra área”. O que para os moradores foi uma grande pressão psicológica e motivo de sofrimento para muitas famílias, como bem destacou o morador Ridson ao lembrar que no pós-cheia, “depois que passaram as águas”/“depois que as águas baixaram”, parecia um cenário de guerra:

Ridson: Cara, depois que a água baixou, dentro do meu conceito, parecia assim uma **área de guerra em si**. Tipo, aqueles montes de buracos em si, tipo como se **tivesse explodido uma bomba, cheio de elevações, o assoreamento do rio** ficou muito cheio, **as casas tudo cheio de terra, tinha casas que chegou o aterro chegar na janela**. Tipo, **foi muito afetado pelo psicológico também**, a comunidade, que após a enchente teve situações de **dizerem que São Carlos tinha acabado**, não tinha mais condições para retornar em si, e **nós sofremos muito**, enchente após enchente que foi essa **pressão psicológica** aí que tinha acabado, que tinha que ir pra Porto Velho, e... graças a Deus hoje nós estamos aqui (Ridson Fagno de Souza, 28 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 16/01/2020).

⁹⁵ Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/cidades/cansados-de-esperar-moradores-limpam-quadra-de-esporte-em-sao-carlos>.





Essa descrição do Ridson é bem forte, revela o sentimento que teve, tanto ele como outros moradores, revela todas as pressões psicológicas, os sofrimentos causados pelas águas e pela lama, porém mais ainda pela situação alarmante do constante alardear que “São Carlos tinha acabado” e por ordens que somente sentenciavam que eles “tinham que ir pra Porto Velho”. Tudo isso o faz associar o cenário no pós-cheia com um cenário de guerra, que remete a destruição, marcas e sofrimentos. Tudo isso afetou o “psicológico” das famílias da comunidade, além da “pressão psicológica” pelos anúncios e ações do poder público que visavam reassentar São Carlos.

E é neste cenário de muitas e várias dificuldades, de uma visão de desolação, que as pessoas começam a retornar para São Carlos, a limpar e cuidar do que lhes era de direito, dos espaços públicos, dos espaços que são da comunidade por direito, mesmo sem o apoio do poder público, como lembra o senhor Xaxá em seu relato, apontando a luta que foi para esse retorno das famílias e as dificuldades que enfrentaram:

Xaxá: Nós tivemos **várias dificuldades**, primeiro: pro povo retornar nós tivemos que **fazer mutirão pra limpar o colégio, nós tivemos que ir na CPRM lutar**, por que **a prefeitura não queria fazer nada pro povo retornar**, então eles queriam um laudo que teria que ser feito pela CPRM, segundo eles, não tinham convênio pra CPRM, na realidade tinham convênio, então a gente recorreu através de deputados federais, eles entraram em contato com a superintendente lá da CPRM, eles mandaram equipe pra fazer análise primeiro aqui do local, analisar, fazer um laudo, pra ver se o local realmente tinha condições do povo morar e se as casas não estariam danificadas, se o local seria seguro, que quantidade de sedimento teria em cima. Então, eles vieram, **fizeram esse laudo e deu positivo que tinha condições de o povo novamente retornar, mas pra isso nós tínhamos de fazer nossa parte, limpar ali o colégio pra mostrar como era que tava o piso, então fizemos mutirão, trabalhamos vários dias lá, depois, delegacia; o Centro de Saúde os próprios funcionários já limparam; limpamos a igreja, então quando eles viram o esforço, que o povo realmente queria voltar e que tinha condição de voltar, foi que houve essa liberação**. Mas ainda teve resistência por parte da prefeitura, que não queria aceitar porque se era um laudo federal, teria que ser um laudo municipal, eu falei “Mas quem manda mais, o Presidente da República ou o Prefeito?” Porque se o laudo é federal tá acima do municipal e do estadual (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral, vive em Prosperidade, professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019; negritos e sublinhado nossos).

De fato, a iniciativa foi dos moradores, pois como relatado, “a prefeitura não queria saber de nada”, não fez nada e ainda assim queria intervir proibindo as famílias de retornarem para suas casas, como pode ser constatado no laudo ao qual o senhor Xaxá se refere. Em análise documental de uma pasta de documentos da Escola Henrique Dias, tivemos acesso à Análise Técnica nº. 005/DGU/SEMPA, datado de 17 de junho de 2014 (Anexo B), cujo objeto foi





“Avaliação das condições de habitabilidade do Distrito de São Carlos – pós-enchente”. Neste documento ficam latentes e documentados os conflitos e as dificuldades relatadas pelo Sr. Xaxá.

Na primeira página do documento está registrado que

historicamente a região convive com o processo de cheia do rio Madeira, processo natural no qual o rio ocupa o seu leito maior, de acordo com os eventos chuvosos extremos, em média com tempo de retorno superior a dois anos. Contudo, a ocorrência desse período provocou a inundação total do distrito extrapolando as cotas anteriores. (PORTO VELHO, 2014, p. 1).

Na sequência o documento traz um descritivo sintético das visitas realizadas por órgãos públicos, destacando o que segue:

- a) no dia 07 de junho de 2014, estive em São Carlos uma equipe da **SEMPLA** com “objetivo de internalizar as avaliações da **SEMA** e **CPRM** relativas às condições de habitabilidade de São Carlos para posicionamento de retorno da comunidade” (PORTO VELHO, 2014, p. 2);
- b) em 07 de maio de 2014, a SEMA realizou vistoria na região de São Carlos e demais distritos do Baixo Madeira com a “finalidade de identificar danos causados às condições de habitabilidade daqueles locais, pela cheia recorde do rio Madeira” e que em São Carlos essa vistoria constatou que: “1. **atingimento total de todos os imóveis** com ocorrência de sedimentação parcial na parte interna e externa dos mesmos”; “2. alguns imóveis tem alto grau de comprometimento da estrutura, inviabilizando a utilização”; “3. **registro de retorno de moradores – em processo de limpeza e ocupação dos imóveis**” e “4. A parte frontal de distrito e a parte de fundo (Caladinho e bairro Novo), **não tem condições de habitabilidade**” (PORTO VELHO, 2014, p. 2; negritos nossos);
- c) em 23 de maio de 2014, a CPRM – Serviço Geológico do Brasil/Residência de Porto Velho realizou vistoria “in loco” em São Carlos a fim de verificar as condições físicas da área no pós-enchendo (sic), destacando os seguintes pontos: “1. deslizamento parcial de taludes fluviais”; “2. indicação de **não ocupação** temporária das áreas de terraços baixos”; “3. **não ocupação** da área denominada Caladinho, topografia mais baixa e sujeita a riscos hídrico (sic);” “4. **a área central compreendida pelo intervalo das ruas 1 a 3, com possibilidade de reocupação após a retirada dos sedimentos depositados**” e “5. indícios de risco hidrossanitário de **contaminação** devendo ser





tomadas medidas cautelares de limpeza” (PORTO VELHO, 2014, p. 2-3; **negritos nossos**).

Por este relato sintético confirmamos que ocorreram visitas de equipes de 3 órgãos públicos para fazer as avaliações das moradias e dos prejuízos causados. Fica latente os conflitos entre os pareceres, a ineficiência e a inércia dos órgãos envolvidos. Com exceção do ponto 4 do relato da CPRM, todos os demais pareceres são pela “não ocupação” das áreas, indicação de contaminação e riscos aos moradores.

Na página 3 do referido documento tem um tópico denominado de “Constatação”, no qual a equipe relatou o que segue:

Em virtude da visita técnica realizada por técnicos da SEMPLA, DEFESA CIVIL e SEMAS, constatou-se que existem áreas de risco no Distrito e que devem ser consideradas na provável autorização de retorno dos moradores a região e como condicionantes para **futuro deslocamento e reassentamento desta população numa nova área denominada – Nova São Carlos** (PORTO VELHO, 2014, p. 3; **negritos nossos**).

Na sequência do relato se fala da grande quantidade dos sedimentos que ficaram pela região de São Carlos, dos riscos de todo o solo estar infectado e por isso as famílias não deveriam retornar e se conclui que uma vez autorizada o retorno de algumas famílias, as mesmas devem acordar “junto com a Prefeitura um termo de não realizar nenhuma obra estruturante nessas residências, sendo só permitido a limpeza da casa e a reforma do que foi afetado pela cheia” (PORTO VELHO, 2014, p. 3; **negritos nossos**). Cremos ser esse ainda o motivo para, depois de 8 anos, não haver sido realizada nenhuma “obra estruturante” pela prefeitura e/ou pelo Governo do estado de Rondônia, ou seja, não foram realizadas obras que de fato transformassem a realidade de abandono em que se encontrava a comunidade.

Por fim, a referida Análise estabelece as 10 “Condicionantes da Reocupação”, sendo elas:

1. **Caráter temporário de permanência na área – até a implantação da nova área;**
2. Proibida a ocupação das áreas de risco, até segunda ordem da Defesa Civil e grupo de monitoramento da área;
3. Ação de limpeza geral imediata na localidade;
4. Monitoramento sistemático com relatório mensal das condições da: água do poço, condições do solo, condições sanitárias da população e condições dos imóveis considerando que a vazante ainda não se completou;
5. Interdição dos imóveis localizados em área de risco;
6. Demolição dos imóveis com estrutura condenada pela Defesa Civil;
7. Reestabelecimento da comunicação na localidade;
8. Realização de análise física, química e microbiológica de solo;





9. Instalações provisórias das famílias com imóvel interditado;
10. Controle intensificado de vetores – malária e dengue (PORTO VELHO, 2014, p. 5-6; negritos nossos)

Se a primeira condicionante for de fato levada a sério, temos que rever o conceito de “caráter temporário”, pois até o presente momento absolutamente nada foi feito para a “implantação da nova área”.

Esses documentos analisados comprovam todo o sofrimento e pressão psicológica relatados pelos entrevistados e moradores de São Carlos, pois as ameaças do fim de São Carlos foram muitas e vinham de muitos órgãos governamentais, a exemplo da própria Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Porto Velho, como relatado pelo Sr. João Esteves:

João: Até que muita gente... quando secou, já em abril, dia 18 de abril, teve... no dia 18... 19 de abril, teve uma reunião com as pessoas da Prefeitura, da Defesa Civil, para ver como que ia ficar a situação, **nós ficamos sempre ameaçados, que ficavam dizendo que São Carlos não ia mais vigorar, não ia ter mais nada, não ia ter mais nada em São Carlos, o povo ia ser remanejado para outro local, que nem diz que arrumaram ali na fazenda do Cleilton, até liberou, que era para fazer a Nova São Carlos, esse sonho de muita gente que nunca... Nova São Carlos, vai botar toda a comunidade pra lá. Que não ia mais voltar ninguém para suas casas. Tinha um povo que achava que eles com isso, remanejando o pessoal, eles iam ganhar logo, imediato, as suas casas, as indenizações pelos danos que tinham, mas nada aconteceu, e a gente como era ribeirinho daqui, nós formamos comissão pedindo a volta daqui de São Carlos, participei de reunião com a secretaria de Educação, ela chamou todos os funcionários e falou que a escola Henrique Dias ela não existia mais, então os funcionários da escola que procurassem outros colégios para trabalhar, outras Secretarias para ir pra lá, que não ia mais ter nada em São Carlos, que tinha sido desativado tudo pela Defesa Civil, que não ia mais funcionar nada aqui em São Carlos. Aí nós, eu fui um que se manifestei e falei pra ela “secretária, com a permissão aí, olha, eu nasci e me criei naquela comunidade, conheço tudo lá, inclusive as escolas, e a primeira escola fomos nós que construímos”, e a gente trabalha muitos anos lá, nós não vamos abandonar a nossa comunidade”. Aí teve várias pessoas que se manifestaram também, aí nós pedimos mais um tempo, aí foi que ela deu mais um tempo para nós, e nós voltamos pra cá. Aí nós formamos comissão aqui, veio esse pessoal da Secretaria que era exatamente para avisar o povo, pedindo para o povo sair que não ia ter mais a comunidade, não ia existir mais (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).**

A pressão foi grande, mas os moradores que nasceram e se criaram na comunidade, que têm seus pais e avós que ali viveram e estão enterrados, se fortaleceram e lutaram para permanecer neste espaço e lá estão até hoje, apesar do poder público que se mantém ausente e negligente.

Em síntese, observa-se que das 10 condicionantes estipuladas na Análise Técnica nº. 005/DGU/SEMPA, pouquíssimo ou quase nada foi feito pelo poder público, pois pelos relatos colhidos com os entrevistados desta pesquisa, é unânime a perspectiva de que quem fez todo o





processo de limpeza foram os próprios moradores - e ainda sobre pressão do poder público que agia para não deixar as pessoas retornarem:

Bianôr: O retorno aí, é como eu falei antes, aí vieram a turma limpar as casas, limpar que ficou areia dentro, vieram primeiro limpar e depois tinha que... não tinha energia nem nada, usava lamparina, aí depois foi que os homens resolveram botar a energia. **Que eles não queriam que a gente ficasse aqui, ora, se era a terra que o cara nasceu. Hoje tá todo mundo quase fazendo casa alta porque eles não pretendem sair daqui.**

Renato: E o senhor pretende sair daqui ou não?

Bianôr: Não, só quando Jesus tirar mesmo (Carlos Bianôr Rodrigues Furtado, 68 anos, nascido em São Carlos, funcionário da prefeitura; entrevista em 13/01/2019; negritos nossos).

Como não limpar e retomar a vida na “terra que o cara nasceu”? Por isso a união da comunidade e a limpeza imediata dos espaços públicos, do próprio poço de abastecimento de água da comunidade, que inclusive sempre foi mantido e administrado pelos próprios moradores, que pagam cota mensal e têm uma comissão que faz a administração e os serviços de manutenção, ou seja, a distribuição da água em São Carlos não se trata de um serviço público, mas sim comunitário.

Outro documento a que tivemos acesso na secretaria da Escola Henrique Dias foi o Ofício nº. 2029/2014 – GAB/SEMED, datado de 30 de junho de 2014 e assinado pela então Secretária Municipal de Educação de Porto Velho, a Sr. Francisca das Chagas Holanda Xavier, e destinado ao Administrador de São Carlos, Ednardo Sousa Medeiros, que trata do “retorno das aulas na Escola Henrique Dias”. No Ofício é apresentado em anexo um e-mail enviado e assinado por Natanael Castro Moura, chefe de Divisão de Minimização de Desastres (COMDEC), no qual coloca em cópia representante da Eletrobrás Rondônia e da CERON e lista casas e ruas que foram vistoriadas e estão aptas a receber a religação da energia pela Guascor, dentre as ruas liberada está a Rua 01 (Rua Pe. Chiquinho), na qual se encontra a escola Henrique Dias. Neste sentido, no Ofício a Secretária informa que considerando a liberação da religação da energia, a “Secretaria Municipal de Educação estará providenciando a logística necessária para o funcionamento da referida Escola até o dia 15 de julho de 2014.”

Ainda considerando a análise documental de uma pasta da secretaria da Escola Henrique Dias, encontramos 2 arquivos intitulados “Quadro Geral da Escola para o Ano de 2014”. Esses documentos são interessantes, pois trazem a quantidade de alunos e turmas do Pré I ao 3º ano do Ensino Médio, que na ocasião eram atendidos pela extensão da Escola Major Guapindaia, de Porto Velho. Neste quadro, apresentado abaixo, podemos observar o número de séries e de turmas por turno e o número de alunos por ano/série.





Quadro 02: Quadro geral da Escola para o ano de 2014.


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E.M.E.F. HENRIQUE DIAS

QUADRO GERAL DA ESCOLA PARA O ANO DE 2014

ESCOLA: E.M.E.F. HENRIQUE DIAS
ENDEREÇO: RUA PADRE CHIQUINHO Nº 120 - DISTRITO DE SÃO CARLOS MUNICÍPIO: PORTO VELHO
TELEFONE: 3234-1030 / 3234-1004
NÚMERO TOTAL DE SALAS DE AULA: 10 **TURNOS DE FUNCIONAMENTO:** 03 **NÚMERO DE DEPENDÊNCIAS:** 23
NÚMERO DE SALAS OCUPADAS POR TURNO NO PRÉDIO SEDE: MANHÃ: 07 TARDE: 06 NOITE: 04
NÚMERO DE SALAS OCUPADAS FORA DO PRÉDIO/PROJETO RIBEIRINHO: TARDE: 08
NÚMERO DE TURMAS: 25

NÚMERO DE SÉRIES POR TURNO

TURNOS	SÉRIES																			TOTAL	
	EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO REGULAR								ENSINO MÉDIO			EDUC. DE JOVENS E ADULTOS							
	PRÉ I	PRÉ II	ENSINO FUNDAMENTAL											1º SEGMENTO			2º SEGMENTO				
MANHÃ	--	1	1	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
TARDE	--	-	-	-	-	-	4	4	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
NOITE	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	04
TOTAL	--	1	1	1	2	1	1	4	4	3	3	-	-	-	-	1	-	-	1	1	25

NÚMERO DE ALUNOS POR ANO/SÉRIE

TURNOS	SÉRIES																			TOTAL		
	EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO REGULAR								ENSINO MÉDIO			EDUC. DE JOVENS E ADULTOS								
	PRÉ I	PRÉ II	ENSINO FUNDAMENTAL											1º SEGMENTO			2º SEGMENTO					
MANHÃ	--	23/23	36/30	37/28	61/41	41/26	37/23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	235/171	
TARDE	--	-	-	-	-	-	-	71/48	56/34	31/16	32/15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190/113	
NOITE	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	07	02	01	03	--	10	13	18
ALUNOS DO PROJETO RIBEIRINHO/ TARDE								23	25	18	12	--	--	--	--	--	--	--	--	--	77	
TOTAL	--	23/23	36/30	37/28	61/41	41/26	37/23	94/71	81/59	49/34	44/27	--	--	--	07	02	01	03	--	10	13	18
TOTAL GERAL																						557/416 - Atual

Os números mencionados correspondem ao quantitativo de alunos antes da enchente e após a enchente

Fonte: Secretaria da Escola Henrique Dias, 2014.

Como pode ser observado no final do documento, temos o total geral e a seguinte observação: “os números mencionados correspondem ao quantitativo de alunos antes da enchente e depois da enchente”, sendo apresentado o total geral de 557 alunos antes da enchente e 416 após a enchente. Na mesma pasta há uma atualização do referido quadro, que cremos ser de semanas depois, no qual aponta tão somente o total de alunos após a enchente e chega ao total geral de apenas 401 alunos. Considerando o número de 557 alunos regularmente matriculados na Escola Henrique Dias podemos ter uma noção da quantidade de famílias que foram afetadas pela cheia na comunidade de São Carlos e nas comunidades adjacentes, uma vez que essa escola recebe alunos destas comunidades.

6.3 A Importância da Comunidade na Limpeza dos Espaços Públicos e das Casas

É neste cenário de incertezas e vistorias realizadas nas casas que os moradores começam a fazer a limpeza das casas e a retornarem. Ridson, um dos moradores que permaneceu





em São Carlos durante todo o período da cheia, nos relata o que fizeram quando as águas começaram a baixar:

Ridson: Nós sofremos muito, aí até que vieram, arrumaram os padrões, até que religaram os motores; nós, a comunidade... eles não queriam vir limpar os órgãos públicos, foi a comunidade, nós se reunimos aí e limpamos a delegacia, limpamos a escola, foi toda a comunidade mesmo, porque assim, a comunidade de Cuniã elas se consideram dependentes de São Carlos, entendeu, eles se consideram dependentes, também tem a energia que vai pra lá do motor, ela é gerada em São Carlos, a energia que vai pro lago do Cuniã através daqui de São Carlos, aí vieram pessoas do lago do Cuniã ajudar a gente, bastante gente veio pra fazer uns mutirões, aí limpamos a escola, limpamos a delegacia, aí falaram que não ia ter aula porque tava contaminado, os alunos não podiam vir, aí nós forramos atrás aí, até que começou as aulas; limpamos o posto de saúde, a única que nós não limpamos foi a usina porque é uma empresa privada [funcionários da empresa limparam] (Ridson Fagno de Souza, 26 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 01/07/2017; negritos nossos).

Em 2020, quando em outra entrevista o questionei sobre como tiveram forças para reconstruir a comunidade, fazer a limpeza de tudo, mesmo no “cenário de guerra” tão triste que ele e outros descreveram, Ridson assim nos relatou:

Ridson: Cara, dentro de um conceito, foi criado um grupo em si e tivemos um apoio da comunidade do Lago do Cuniã, viemos e se reunimos e fizemos essa limpeza dos órgãos públicos, tanto a unidade de saúde, a escola, a delegacia, e o único órgão, que é particular, que é a usina, que a gente não limpamos que eles falaram que pediram um tempo de 3 dias mais ou menos, eu acho, que eles mesmos se responsabilizavam de limpar, porque tinha máquinas pesadas e aí, se Deus o livre, acontecesse algum acidente eles não iam se responsabilizar, e com o prazo que eles deram eles cumpriram, limparam em si.

Renato: Não teve apoio do poder público?

Ridson: Não, a organização foi comunitária mesmo, em si, a gente se reunimos, e pela pressão que o povo falaram que não ia voltar porque tava tudo contaminado, os órgãos não tinham condições de começar, principalmente a escola e o posto de saúde, e nós montamos um grupo e mostramos que tinha capacidade, lavamos tudo, tiramos fotos em si e divulgamos pra... como pressão para eles viessem ver que tinha condições de retornar (Ridson Fagno de Souza, 28 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

De fato, o apoio de toda a comunidade, “a organização comunitária” e o apoio dos moradores do Lago do Cuniã e demais comunidades do entorno foram fundamentais para esse processo de retorno das famílias e revelam o fortalecimento de uma identidade coletiva e relacional que traz as forças necessárias para lutar pela defesa dos direitos, pelo território e pelos espaços que são públicos e devem servir a todos.





Márcio Santana, quando indagado sobre o papel das lideranças da comunidade, das associações, o papel do próprio Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), do qual ele era um dos líderes, assim nos relatou o processo:

Márcio: Nós trabalhava com o **movimento dos atingidos, o MAB**, aqui em São Carlos, **tinha a igreja, tinha presidente de associação, tinha os moradores que fizeram uma comissão**, tinha uma então comissão, **pra ir lutando tudo isso**, e buscando tudo isso aqui, **e aí insistindo na vinda das pessoas pra São Carlos**, e aí, graças a Deus, **nós fomos chegando e conseguimos voltar aos poucos**, muitos não tinham saído daqui, que tinham ficado nas balsinhas cuidando de suas casas, do material que tinha, casas, essas balsinhas, tinha barco, outras casas de dois piso, inclusive a minha ficou cheia de rancho, digo, a questão da água, não dava de eu sair, só que eu queria estar acompanhando as pessoas, **eu tinha essa responsabilidade de estar acompanhando as pessoas**, de ver a maneira como ia se proceder. E aí, então, por isso, a gente acompanhamos isso e retornamos; **ao retornar fomos limpando casa, fizemos um mutirão, limpamos as igrejas, limpamos os colégios, limpamos, o posto de saúde, “colega, minha casa tá aterrada”, junta cinco, seis pessoas, vamos lá e tira lá o barro da tua casa lá, e fomos juntando, e já limpamos...** foi limpo o coisa da energia que já desceu a base, quando desceu a energia, que ligaram a bomba d’água, que eles liberaram, que chegou água em todas as torneiras, colega, **São Carlos vai ter que voltar ao normal**. Aí, digamos assim, a nossa dificuldade era a energia e água, quando ligou, que as encanações, graças a Deus, não tava entupida, meu amigo, agora pode voltar. **Aí foi chegando, foi chegando, caso precise de apoio e tal tem a casa que tinha caído, já ia pro vizinho ao lado**, aquelas famílias onde tinham duas, três filhos e filhas que eram casados ficavam na casa dos pais até reconstruir a outra, então, digamos, **a gente foi e voltamos e, graças a Deus, a gente tá no que tá hoje**. Eu olho, se eu olhar assim, dizer, acho que São Carlos está, estruturalmente, ele está melhor do que antes da cheia de 2014, que todo mundo reformou sua casa, que foi necessária a reforma da casa, muitos construíram outra casa ao lado, muitos já construíram casa alta, então digamos assim, São Carlos se preparou agora, mais do que nunca, pra, se caso houvesse uma cheia de 2014, eu acredito que não sairia quase ninguém daqui de São Carlos, que já está mais ou menos... pra Porto Velho né, mas acho que se acomodaria próximo daqui, tem algumas fazendas aí dentro que também acumulou algumas pessoas, e eu acho que se saísse alguma pessoa daqui seria pouco, pouco (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 desses morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).

Observamos em seu relato que as lideranças de diversos segmentos da comunidade (como igreja, associações, moradores e a comissão) se uniram em prol do retorno das famílias e lutaram para retomar suas vidas e seu território, de forma coletiva, em mutirão. Um morador dava força ao outro, cada família que retornava dava força às outras e com isso “São Carlos vai ter que voltar ao normal”, e voltou, apesar da ausência do poder público.

Tudo isso, toda essa garra de lutar para limpar e retomar a vida na comunidade pode ser explicada pelo pertencimento e cuidado com o território que as comunidades ribeirinhas têm. Esse pertencimento e cuidado já fazem parte da história da comunidade, como em outros relatos feitos pelo Sr. João Esteves e confirmado por documentos antigos da Escola Henrique Dias, que





dão conta da construção da escola, realizada na década de 80⁹⁶ em regime de mutirão, tendo novas salas ampliadas na década de 90. Bem como outros espaços de uso comum na comunidade, que sempre são empreendidos através da reunião de grupos de moradores, a exemplo das ações de reconstrução das escadas a cada ano, do coreto na rua central de São Carlos, na organização do sistema de distribuição de água etc. Claro que nem tudo são maravilhas, nem todos ajudam, mas muito do que ainda é feito na comunidade o é pelo sistema de colaboração e pertencimento assumido pelos moradores.

Quando indaguei o morador Vladymir sobre as dificuldades que enfrentou para retornar para sua casa, que como ele relatou, todo o processo levou quase um ano, apontou a importância da comunidade e dos amigos para voltar para São Carlos e para sua casa:

Vlady: Olha, é **agradecer a comunidade**, que em uma hora dessas foi bem amiga, assim, **os amigos vieram e ajudaram, uns ajudavam os outros, eu não tive apoio (assim não) de prefeitura, de defesa civil, quem me deu forças mesmo foram meus amigos, que vieram e fizemos nossa mudança**, a Associação tinha um bode, um bodinho, um trator, aí levei minhas coisas, mas apesar das dificuldades, a **gente foi bastante unido** para que a gente não perdesse totalmente, 100% as coisas da gente.

Renato: E aí depois da cheia tiveram que limpar os...

Vlady: Limpar, veio... tinha que fazer pintura também porque ficou um mal cheiro na casa, a gente esperou ainda um tempo para voltar, não dava para voltar, no meu caso não dava para voltar assim rápido, igual o pessoal lá na frente, onde a terra é alta, voltaram (Vladymir Pinto de Souza, 40 anos, nascido em São Carlos, gari e proprietário de um bar; entrevista em 18/01/2020; negritos nossos).

O Sr. Xaxá, quando perguntado sobre o sentimento que tinha em relação ao retorno e como estava no momento, quase 5 anos depois da cheia, já que a entrevista com ele foi feita em janeiro de 2019, nos respondeu:

Xaxá: **Por enquanto a gente ainda tá refazendo o que foi destruído, por enquanto ainda não terminamos de recuperar aquilo que foi perdido ainda, então, ainda estamos em construção do que foi perdido** (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral, vive em Prosperidade, professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019; negritos nossos).

Ao longo destes anos de pesquisas e visitas regulares a São Carlos fomos testemunhas deste processo contínuo de “refazer” o que foi destruído, de retomar a vida. Também

⁹⁶ “João: Em [19]82 foi quando [...] nós pedimos material e nós construímos uma escola de madeira, a escola tinha 18 m por 6, a gente dividiu em cozinha e administração, a secretaria da escola, e essa escola nós fizemos e eu ajudei a construir mesmo, que o administrador era o Chico Mendes, Francisco Mendes, falecido hoje, perguntou se eu garantia fazer essa escola, eu disse “garanto, com ajuda de vocês e com o pessoal da prefeitura...”, nós fizemos esse colégio.” (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020).





observamos que algumas poucas famílias não retornaram para suas casas, pois ainda permanecem abandonadas e com toda a sujeira deixada pelas águas da cheia.

Como relatado pelos moradores, esse processo de limpeza das casas não foi fácil. O morador Ridson nos relatou como foi esse processo de limpeza das casas, como faziam e em qual período foi, mesmo com as águas ainda ocupando as casas, era hora de agir e ir limpando para não ficar pior, como relata:

Ridson: A minha Páscoa foi limpando a casa⁹⁷.

Renato: Em 2014?

Ridson: Tava limpando a casa.

Renato: Mas aí vocês carregavam como o lameiro?

Ridson: Eu tirava com um balde, tirava e jogava pela janela pra fora, aí depois, pra limpar a área já foi outra hora, **me preocupava mais em limpar a casa, lavar, aproveitar porque quanto mais tempo ficasse, pior ia ficar, porque ia secar e a água ia pra longe, entendeu, a gente não tinha ainda um poço**, já não tava funcionando, não tava funcionando nada, **então a gente tinha que aproveitar a água que tava correndo do rio aqui ainda**, entendeu, pra gente lavar a casa e não poderia enrolar muito não porque como já tava secando e quanto mais (-) mais longe a água ia ficar, aí ia ter que ficar carregando a água (Ridson Fagno de Souza, 26 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 01/07/2017; negritos nossos).

De fato, sabemos que esse retorno não foi fácil, exigiu muito de cada morador, da comunidade, em lutar para limpar tudo e recomeçar. Como nos relatou Dona Jacinta em 2017 e 2019, (cujos relatos unificamos aqui por serem narrativas que retomam as mesmas memórias) sobre o processo de retorno para sua casa e as dificuldades que passaram neste recomeço:

Renato: Mas assim que baixou, limpavam a casa e a senhora voltou?

Dona Jacinta: Já voltei. **Carapanã, carapanã**, só queria que o senhor ouvisse, a água...

Renato: Aqui ainda estava cheio de lama, de barro?

Dona Jacinta: Não, tava sequinho, sequinho, tava, **ele já tinha limpado tudo, ele limpou, ele trabalhou a morrer, quando eu vi ele chegar, eu chorei, porque ele já é magrinho, quando eu vi ele tava mais magrinho...**

Renato: O João?

Dona Jacinta: Esse Ridson [que estava presente na entrevista]. O João tava lá, o João foi embora⁹⁸, que é o mais velho, foi embora com medo da água, **esse aqui ficou**. Aí ele foi lá “vó, tô arrumando sua casa lá, já limpei, vó”. **Quando eu vi ele eu chorei de tão magrinho que ele tava, o bichinho, aí eu disse “vou meu filho”...**

Renato: Comendo mal e trabalhando...

Dona Jacinta: Trabalhando. “Amanhã eu venho lhe buscar”, aí quando foi cedinho ele chegou lá com o carro, **eu já estava com os panos de bunda arrumado, entrei**

⁹⁷ A Páscoa neste ano de 2014 foi em 20 de abril e o pico da cheia de 2014 foi registrado no dia 30 de março, quando o rio atingiu 19,74. Após 30 de março, as águas começaram a baixar.

⁹⁸ João Carlos Esteves é genro da Dona Jacinta e, conforme seu relato em entrevista que nos concedeu, durante o período da Cheia de 2014 ele levou boa parte de suas coisas e se mudou para uma fazenda em região de “terra alta”, subindo o rio Jamari, onde ficou morando com mais algumas famílias em um “curral” (local de prender o gado). Inclusive nos relatou que após a cheia, comprou um terreno nesta área de “terra alta” e está construindo uma casa, para o caso de vir a ocorrer uma nova cheia ter onde ficar.





no carro aí nós viemos no barco, quando eu cheguei aqui... fiquei sem ação até de entrar dentro de casa, fiquei escorada lá de fora, ele disse “entre vó, é sua casa” eu fiquei olhando, fiquei assim... [gesto de tristeza e pensativa, olhos lacrimejaram... longa pausa, deixei que ela retomasse quando desejasse].

Dona Jacinta: ...aí fiquei aqui, aí não tinha luz nem água, ele pegava água do Madeira pra nós tomar banho, lavar roupa, aí vinha... mandavam água, a gente pegava água né, mineral.

Renato: Como estava aqui em São Carlos, como é que estava aqui quando a senhora chegou?

Dona Jacinta: Ixi, tava muito triste, escuro, carapanã chega zoava, quando dava seis horas nós já estávamos debaixo do cortinado, porque não podia estar fora de tanta carapanã (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 84 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 01/07/2017; negritos nossos).

Renato: Tava enxuto já, mas as plantas estavam todas mortas?

Dona Jacinta: Tava tudo morta. Gastamos muita vela aqui, daí eu trouxe... comprei logo um farol a querosene, uma lamparazinha assim, que eu ainda tenho ainda a lamparina.

Renato: Por que ficou sem energia, então?

Dona Jacinta: Ficou sem energia, tanto que tava dizendo se a água chegasse até lá, no motor, não ia ter mais energia, embora não tenha alagado, mas a gente ia ficar sem energia (Maria do Socorro Silva – Dona Jacinta, 86 anos, nascida em São Carlos, foi agricultora e cortou seringa, aposentada; entrevista em 10/03/2019; negritos nossos).

Esse momento da entrevista foi difícil, pois nos foi perceptível, através do olhar e da voz da Dona Jacinta, o tanto que a cheia ficou marcada na memória e, também, nos corpos dos moradores de São Carlos. Ela nos relata das dificuldades como o “carapanã”, a falta de energia, de água, a questão da alimentação e muito trabalho do seu neto, Ridson, para limpar tudo. Mas o que a marcou profundamente foi o momento da volta para sua casa após tantos meses longe, o que fica nítido quando ela diz que ficou “sem ação”, “ficou olhando”, “fiquei escorada lá de fora”, “fiquei assim”. Deve ter-lhe passado um filme na mente de tudo o que então passou durante aquele período e, naquele momento do regresso, poder retornar para sua casa, limpa e de pé: novo recomeço para alguém que vive intensamente sua vida naquela casa, naquele lugar, e que chegou a pensar que não mais retornaria para lá. Agora ela segue em sua casa, plantando seu novo canteiro de cebolinha e criando seus pintinhos e galinhas, como sempre o fez.

Isso ficou latente na fala do Ridson, em entrevista gravada em 2020, momento em que foi indagado sobre como ele explicava essa força dos moradores em limpar todos os lugares e querer voltar para São Carlos:

Ridson: Cara, isso é o bem-estar, pessoal se sente bem, gosta muito, é um lugar atrativo, todo mundo se sente seguro, tem suas terras em si, suas plantações, seus lugares de plantar, sua cultura em si, que só de você se locomover para uma comunidade, seja pequena como for, e próxima, lá tem sua cultura diferenciada, e aqui já tem a sua essência em si.

[...]

Renato: Tem algo que eu não perguntei em relação à cheia que você gostaria de falar?





Ridson: É... que **ela inspirou muita coisa, ensinou muita coisa**, que muita gente, às vezes, se achava mais que os outros e ela veio sem escolher ninguém, sem raça, cor, religião, dinheiro, riquezas em si, ela veio e pegou todo mundo em si, entendeu, ela não escolheu ninguém, **na hora que todo mundo foi afetado, todo mundo teve que se unir mesmo**, independentemente de cor, religião em si.

Renato: Então isso fez com que se unisse mais a comunidade?

Ridson: Sim. Isso foi um exemplo de vida que hoje eu carrego comigo em si (Ridson Fagno de Souza, 28 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Observamos em todas as falas dos moradores essa força da comunidade relatada aqui pelo Ridson, de se unir, de procurar limpar tudo tão logo as águas começaram a baixar. Isso revela que houve um fortalecimento da identidade coletiva, do senso de pertencimento ao lugar e que deu forças e vontade de lutar pelo retorno. Isso se deve ao fato de que é ali que as pessoas têm as “terras e lugares de plantar”, têm “sua cultura” e “sua essência em si”, e tudo isso gera o “bem-estar”, “pessoal se sente bem, gosta muito” e “todo mundo se sente seguro”.

Somente esses sentimentos acima descritos foram necessários para manter a comunidade firme diante da pressão psicológica de reassentar toda a comunidade, e por isso os moradores não mediram esforços para cuidar dos espaços comunitários, limpar de imediato, para poderem retomar e resistir, como relatou o Ednardo, na época administrador do distrito:

Renato: E depois do período então da vazante da água, como ficou aqui São Carlos? Como ficaram as casas, a vida?

Ednardo: Então, após a vazante a gente estava **esperando ansiosamente que as águas descessem**, e quando as águas foram embora, **ficou tudo destruído**, a surpresa foi grande, que a gente achava que não ia ficar no ponto em que ficou, **tudo destruído, o rio trouxe muito assoreamento, muita terra, muito lixo**, muita madeira pro meio da Vila e foi só mesmo com muita fé em Deus, com **muita coragem, que a gente resistiu e tocamos o barco pra frente. Comunidade se uniu de uma forma expressiva, e a gente conseguimos junto com a comunidade limpar várias, várias residências, várias casas através de mutirão** e depois foram feitas as **limpezas nos órgãos públicos, na escola, na unidade de saúde, na administração, delegacia, nas igrejas**, enfim, o que a comunidade pôde fazer ela fez, **a contrapartida maior foi da comunidade**. Depois, por volta de mês de agosto/setembro, que a gente conseguimos através da prefeitura trazer maquinários e a gente conseguiu fazer uma limpeza nas ruas, na Vila (Ednardo Souza Medeiros, 38 anos, nascido no Lago Cuniã e reside em São Carlos desde criança, foi Administrador do Distrito de novembro de 2010 a janeiro de 2017 e de novembro 2018-atual (agosto/2022); entrevista em 18/01/2019; negrito nossos).

O Sr. João Esteves, quando indagado sobre como foi o retorno e o papel da comunidade, assim detalhou esse momento:

João: Pois é, aí os prédios públicos tava tudo cheio de terra, inclusive a escola também aterrada. Aí **a comunidade se reuniu**, graças a Deus, também **o povo do Cuniã eles se uniram com nós, porque eles dependem de nós**, porque se São Carlos fosse eliminado, não ia ter energia para eles, tinha o acesso para eles também, eles dependem





muito de São Carlos, mas **se uniram, vieram e fizeram mutirão, a gente fez mutirão para limpar delegacia, posto de saúde, escola, administração**; só não fomos limpar a CERON lá porque a empresa é particular e eles pediram que não fossemos lá, que eles iam mandar limpar. Aí a gente que tinha motor bomba, a gente dava motor bomba para jogar água, para limpar os prédios lá, e **a comunidade junto limpava**, agora em seguida, os funcionários do colégio eles pediram que não fossem ajudar dentro do colégio, a gente dava a merenda, comprava as merendas, charque... alimentação, dava para manter o dia todinho e colaborava com motor bomba, gasolina, tudo, e graças a Deus nós conseguimos alimpar o colégio, centro de saúde, delegacia. Aí quando nós fomos lá com a secretária, ela disse que não ia ter aula porque o colégio não tinha condições, que veio primeiro um povo aí olhar e viu a situação que tava, e antes eles estavam levando todo material daqui do colégio, que tinha desde as centrais, tudo... computador, o que tinha de bem do colégio eles estavam levando porque iam... cadeira, mesa que ainda tava boa, levando tudo, aí nós vimos, nós se **reunimos com a comunidade e nós embargamos eles lá e não deixamos, até ameaçamos, se eles tentassem levar nós ia prender eles dentro da sala lá e não iam mais**, só quando alguém viesse. Aí, graças a Deus, quando nós fomos lá com a secretária de educação, ela falou que não tinha... nós pedimos **“vá lá em São Carlos para a senhora vê como tá a escola, se tem ou não tem condições de funcionar”**. Quando o povo chegou, da Secretaria, aquele povo que sempre vinham aí, **eles se surpreenderam, que tava tudo limpinho**, as salas tirado os barros, uma maior parte dos barros, que não podia tirar dos lados, retirado, aí ela... andei com ela lá, mostrei tudo, ela prometeu que ia trazer um engenheiro, trouxe, eu andei com ele mostrando tudo, que tinha condições, os esgotos não estavam entupidos, nada, a parte hidráulica tava funcionando tudo, aí ela deu carta branca pra nós. Quando foi dia **14 de julho, começou as aulas**. 1º de julho... aí tava sem energia, nós fomos, eu e o pessoal da CPRM, nós andamos com eles mostrando tudo, como que tava, fomos na CERON, por dentro lá, aí eles liberaram uma parte da energia, aí quando foi dia 1º de julho, funcionou a energia, já foi **uma alegria pra nós**. Dia 14 de julho, começou as aulas, aí não tinha material, eu tenho até filmagem, que **não tinha cadeiras, a maioria dos alunos ficavam de pé, foi pouquinha cadeira, que eles tinham levado tudo**, aí deu sorte que a deputada Epifânia passou por aí e nós chamamos ela e mostramos, contamos a situação, ela foi lá e conseguiu material para dentro das... cadeiras e mesa, para dentro da escola, ajudou né, não foi ela, ajudou com as denúncias também que a gente fez lá, mostrando as filmagens, mostrando que não tinha, que eles tinham levado tudo, o próprio Edimar falando sobre isso aí, então começou a funcionar a escola e nós demos uma pintura nela e, graças a Deus, até hoje estamos aqui, na comunidade (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

Na fala do Sr. João percebemos a importância da união da comunidade, do apoio recebido dos moradores do Lago do Cuniã, que também vieram e ajudaram na limpeza dos espaços públicos. Esse relato dele é interessante por toda a articulação que foi necessária da parte da comunidade para lutar pelo direito de seguir na comunidade, seguir neste espaço, mesmo com toda a dificuldade, com o retorno da aula prestes acontecer, e sem energia, sem cadeiras, sem condições materiais, mas o interesse da comunidade em se reafirmar e defender o local era maior. Lutaram para isso, até “ameaçaram”, como relatado, para que a escola seguisse na comunidade, para que os espaços públicos, agora “tudo limpinho”, fossem reocupados e com isso a vida “voltar ao normal”.





6.4 Ausência Intencional do Poder Público

Ao ser questionado sobre o papel da comunidade no processo do pós-cheia, o prof. Everaldo ressaltou que o que faltou e ainda falta é “só apoio”, pois o resto a comunidade consegue, a comunidade se une e faz muita coisa em mutirão:

Everaldo: Pois é, o pós-enchente, todos órgãos, tanto público como privado, quem limpou foi a comunidade, nós tivemos o apoio da prefeitura depois que tudo estava limpo, e os acúmulos de terra que estavam dentro das casas foram retirados e jogados na rua, na calçada, e aí a prefeitura conseguiu, através de alguns deputados aí, e mandaram máquina pra cá pra tirar essas terras, esse excesso de terra, **mas o trabalho de frente quem fez mesmo foi a comunidade. Inclusive essa própria escola aqui, quem limpou posto de saúde, delegacia, as igrejas, tudo foi a comunidade, um mutirão tirando.** E eles sempre falando que era pra deixar quieto, não mexer em nada porque não tinha mais como morar aqui, e **nós provando que tinha, sim, condições e tem, e estamos aqui até hoje. A questão é que nós estamos precisando apenas de apoio, só isso**, porque o restante a gente consegue fazer. Eu sou professor, hoje eu tô solteiro, eu tenho *nes* caminhos pra mim ir pra Porto Velho, mas eu não vou porque eu sou morador daqui, eu sou filho daqui, nasci e me criei aqui. Então eu... a minha família toda tá aqui, meus pais moram aqui e eu me sinto muito bem, quero ir em Porto Velho, quero ir na cidade, eu vou lá, na hora que eu quero, tenho minha moto, meu transporte, cruza aqui e vou lá, se quiser ir em um dia e voltar no mesmo dia, se quiser ir pra voltar no outro, eu tenho essa facilidade, então... (Everaldo da Silva Pinto, 45 anos, nascido em São Carlos, professor e então diretor da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 17/01/2020; negritos nossos).

O então administrador de São Carlos, à época da cheia e pós-cheia, Sr. Ednardo, também destacou essa ausência do poder público, que inclusive, até o momento da entrevista, em janeiro de 2019, não havia reconstruído as calçadas, elas só foram recuperadas, com rejeito de asfalto, no período de junho a setembro de 2022, quando já estávamos no final desta tese, mas somente então foi realizada a recuperação das calçadas em São Carlos:

Ednardo: Então, meu ponto de vista, a gente sempre falando dessa enchente histórica de 2014, que **nos atingiu e destruiu muitas coisas que nós tínhamos aqui, destruiu muitos patrimônios que nós tínhamos**, tipo: a **nossa calçada**, nossa passarela que era muito boa, porque na época das chuvas a gente não pisava no lamaçal, **após a enchente foi destruída toda a nossa calçada, nossa passarela, até os dias de hoje não conseguimos recuperar**, então essa é uma deficiência muito grande que nosso distrito, que nossa comunidade tem hoje, que é a **falta dessas passarelas**. Então, **muitas coisas precisam ser revistas pelo poder público, nós temos uma praça** que estava sendo construída na época do então governador Confúcio Moura, que era um grande parceiro nosso aqui no distrito. Na época, um investimento que foi feito de um milhão de reais, já tava na fase de acabamento já, pra ser entregue pra comunidade, **uma praça muito bonita, uma estrutura muito grande, que também foi destruída totalmente com a enchente**. Então, essas demandas existem hoje, **a gente tá aí esperando que as autoridades** ou então o Governador atual que está aí, o Doutor Marcos Rocha, que possa olhar com bons olhos para nossa comunidade, é uma pessoa que eu conheço muito bem, ele foi Secretário de Educação do doutor Mauro, e a gente tinha uma boa relação com ele, então ele agora Governador, a gente espera muito que





ele possa atender nossos pedidos, **nós vamos até ele fazer documento e pedir que ele venha revitalizar, concluir a obra que não foi concluída na época por causa da enchente**, mas que pode ser concluída no dia de hoje, ainda (Ednardo Souza Medeiros, 38 anos, nascido no Lago Cuniã, reside em São Carlos desde criança, foi Administrador do Distrito de novembro de 2010 a janeiro de 2017 e de novembro 2018-atual (agosto/2022); entrevista em 18/01/2019).

Não só as passarelas, a praça e as calçadas ficaram sem ser recuperadas, isso se aplica a todos os espaços e órgãos públicos existentes em São Carlos, como reforça o prof. Everaldo acerca da falta de apoio e de recursos para a reforma da escola:

Everaldo: Um dos..., eu falo até problema, que a gente enfrenta aqui é que a comunidade São Carlos, principalmente depois de 2014, da enchente que teve, a gente ficou abandonado, vamos dizer assim; **a gente não tem um apoio do poder público referente a construções** de..., não falo nem da construção, vou falar da escola, uma reforma, o nosso muro tá aí, desde 2014, que a enchente derrubou, e o pessoal vem aí, tira foto e não retorna pra dar uma resposta pra gente; **a escola tá do jeito que tá, precisando de uma reforma, o recurso que a gente recebe é baixíssimo, não dá pra fazer uma reforma na escola**. Eu pedi pra um rapaz fazer um orçamento, é um orçamento altíssimo pra fazer a reforma e a escola não tem condições de fazer essa reforma (Everaldo da Silva Pinto, 45 anos, nascido em São Carlos, professor e então diretor da Escola Municipal Henrique Dias; entrevista em 17/01/2020; negritos nossos).

De fato, a ausência do poder público para com a comunidade de São Carlos e todas as demais afetadas pela cheia histórica de 2014 é latente, gritante e lamentável. A escola, por exemplo, teve a construção de novas 2 salas somente em 2019, vindo a passar por uma reforma paliativa geral somente em 2021, já no contexto da pandemia.

Os únicos relatos de “ação do poder público”, que inclusive gerou polêmicas e reportagens, são do processo de limpeza das ruas feito pela Prefeitura no final de agosto e início de setembro de 2014, relatado pelo prof. Everaldo. Nesta ocasião, a Prefeitura enviou para a comunidade algumas máquinas para fazer a limpeza da área e dos sedimentos que ficaram acumulados por toda a comunidade. A ação realizada, na visão dos entrevistados, foi um serviço mal feito e que trouxe mais prejuízos do que ajuda:

Desamparados e desassistidos pelo poder público desde a maior enchente que atingiu Rondônia em sua história, os moradores de São Carlos, distrito localizado a cerca de 70 quilômetros de Porto Velho, **continuam sendo submetidos a humilhações. O descaso por parte da Prefeitura tem levado a própria comunidade a praticamente realizar todo o serviço que seria obrigação do Município**. Nas poucas vezes que atua, a Prefeitura ainda leva mais problemas à comunidade. Há dias máquinas pesadas seguiram para a região para “limpar” as vias, mas acabaram levando “montanhas” de





terra para calçadas e entrada de casas dos moradores (Rondoniagora⁹⁹, 2014; negritos nossos).

Fotografia 27: Montanhas de terras após “limpeza pela Prefeitura”, em 2014.



Fonte: Site Rondoniagora¹⁰⁰.

O Sr. João Esteves, que inclusive é um dos entrevistados na reportagem citada acima, também nos relatou em entrevista como foi a limpeza do ginásio e espaços públicos e o problema do acúmulo de terra que fazia com que a água fosse para dentro das casas. Após muito insistir, a prefeitura mandou máquinas, mas também não resolveu o problema:

João: E sobre a limpeza pública também, ficou o **ginásio com 1 metro de terra dentro**, aí veio um juiz, tiveram aí, tudo naquela operação Aciso, o povo estava reunido, **os meninos tirando no carrinho de mão e pá, e tudo tirando**. Aí falaram **“não, deixa aí que a Prefeitura vai limpar”**. Eu disse **“se nós fossemos esperar pela prefeitura, nós nunca vamos ter ginásio”**. Aí a comunidade mesmo limparam, aí **ficou as ruas tudo cheio de altos e baixos, aterrados em frente das casas**, eu sofri muito tirando as terras de dentro da minha... na minha casa não entrou muita terra dentro porque as portas ficaram fechadas, só na área e em arredor, sofri muito tirando, muitas pessoas tiraram e **ficou aquelas terras, muitas terras na ruas, aqueles morros**, aí no verão a gente fez reivindicações e pedimos que a prefeitura mandasse as máquinas para limpar, **mandaram, mas não fizeram o serviço, quando ele foram tirando do meio da rua foram jogando para frente das casas, tem a reportagem,**

⁹⁹ Exemplo disso é exposto na notícia publicada em 09 de setembro de 2014, intitulada “PREFEITURA ‘LIMPA’ SÃO CARLOS E DEIXA MONTANHAS DE TERRA EM FRENTE A CASAS DE MORADORES ATINGIDOS POR CHEIA”, disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/prefeitura-limpa-sao-carlos-e-deixa-montanhas-de-terra-em-frente-a-casas-de-moradores-atingidos-por-cheia>. Tendo também o vídeo com imagens e entrevistas, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=buqwsiqfVI&t=4s>.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/prefeitura-limpa-sao-carlos-e-deixa-montanhas-de-terra-em-frente-a-casas-de-moradores-atingidos-por-cheia>





não sei se vocês já viram, aí o povo foi à loucura. Aí foi assentando com as chuvas, as areias foram sentando e foi melhorando, só que desde esse tempo **o poder público não olhou mais para São Carlos para fazer nada...** (João Carlos Santos Esteves, 60 anos; funcionário público, atua como apoio na escola Henrique Dias; entrevista em 16/01/2020; negritos nossos).

De fato, em todos estes anos de pesquisa em São Carlos registramos e constatamos, a cada viagem realizada, essa ausência do poder público que não mais olhou para São Carlos e nada tem feito para melhorar a vida das pessoas e da comunidade. As calçadas, por exemplo, só estão sendo recuperadas em maio/junho de 2022, 8 anos após a cheia, 8 anos de sofrimento e muita lama enfrentada pelos moradores, alunos e trabalhadores no período chuvoso. Isso foi apenas um exemplo, mas como relatado pelos entrevistados, nada foi feito nestes anos. Em 2020, o morador Márcio relatou: “[...] estamos em 2020, eu não consigo dizer pra vocês, apontar alguma coisa dentro de São Carlos e dizer ‘óh, o poder público veio aqui e construiu isso e construiu aquilo’, eu não consigo chegar e dizer dentro de um distrito desse aqui...” (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 desses morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020).

Sabemos que essa relutância do poder público na recuperação das áreas e dos espaços públicos se dava pelo projeto de reassentamento da comunidade na área da Nova São Carlos, que ficou somente no papel, porém, na ocasião, era grande a pressão psicológica sobre os moradores para que não retornassem às atividades nos espaços públicos, como a escola, posto de saúde, delegacia etc., tudo como forma de pressionar a população a não retornar.

6.5 O Inviável Projeto “Nova São Carlos”: omissões e descaso

De forma alguma me mudaria de São Carlos. Quando disseram que iam desativar São Carlos eu falei não, **a gente tem que fazer uma briga feia**. Pra quê desativar São Carlos? [...] **isso daqui não vai se acabar não** (Márcio Santana de Lima, 2020).

Esse projeto foi capitaneado pela Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) do Município de Porto Velho e foi denominado de “Nova São Carlos”, chegando a ser amplamente noticiado pela imprensa local, inclusive na página oficial da Prefeitura do Município de Porto Velho (matéria publicada em 22/04/2015):

Moradores do distrito de São Carlos, distante cerca de 70km do centro urbano de Porto Velho, receberam no domingo (19) uma comitiva formada por servidores da secretaria municipal de Planejamento (Sempla), entre eles o titular da pasta Jorge Elarrat, e





acadêmicos da Faculdade Uniron, do oitavo e nono períodos do curso de Arquitetura e Urbanismo, que estiveram na comunidade para apresentar o projeto da “Nova São Carlos”.

No ano passado, durante a cheia histórica do Rio Madeira, o distrito ficou 100% submerso e quando as águas baixaram deixaram um rastro de destruição. Todas as residências, comércio, prédios e espaços públicos foram soterrados. **Aos poucos os moradores foram retornando para a comunidade – mesmo sob alertas de novas cheias** – retirando o aterro e fazendo reparos nas residências e demais estabelecimentos que resistiram à enchente histórica. **Enquanto refaziam suas vidas, em meio à ameaça de um novo episódio, moradores e poder público se esforçavam em busca de uma solução para a comunidade, que por fim decidiram por reconstruir São Carlos em uma nova área (negritos nossos)**¹⁰¹.

Como se observa pela matéria veiculada pelo site oficial da Prefeitura de Porto Velho, se pretende fazer uma “Nova São Carlos”, mas nota-se que na mesma também consta que mesmo após a enchente que deixou rastros de destruição, “os moradores foram **retornando para a comunidade** – mesmo sob alertas de novas cheias [...]. Enquanto **refaziam suas vidas** [...]” (negritos nossos), ou seja, a identidade da comunidade é marcada pelo território e pertença a esta localidade.

Esse retorno dos moradores e que temos registrado aqui, também foi noticiado por diferentes meios de comunicação local e apontam diferentes perspectivas, desconsiderando, em sua maioria, a identidade sociocultural da comunidade e a importância do território.

Em reportagem que foi ao ar no dia 08/06/2014¹⁰², a Rede Amazônica/TV Rondônia assim noticiou: “Moradores de São Carlos começam a retornar para distrito **sem autorização**”. Das entrevistas realizadas na reportagem, chama atenção a da agricultora¹⁰³ Maria Cenise, “moradora há 54 anos do distrito e que não via a hora de voltar para casa”: “É maravilhoso, é tranquilo. Não tenho medo de ir para o meu trabalho e voltar. Em Porto Velho, Deus me livre, não é terra para pobre viver não”. Outro morador, José Edilson, mostrando a importância do território e da comunidade, afirma que: “Foi aqui é [*sic*] nascemos, construímos família. E também não ia abandonar a casa que a gente fez com tanto sacrifício, tanta luta”. Mesmo com

¹⁰¹Notícia disponível originalmente no site <<http://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/apos-garantir-area-reconstrucao-distrito-sao-carlos-sempla-e-uniron-apresentam-projeto>> Acesso em: setembro de 2015. Com a mudança da gestão da Prefeitura, ocorrida a partir de 01/01/2017, observa-se no site oficial da Prefeitura a retirada de quase todas as notícias e informações da gestão anterior; por esta razão a notícia acima não mais se encontra disponível para consulta no site da Prefeitura. Porém, a notícia é mantida na íntegra na página do jornal eletrônico *O Nortão* (Disponível em: <<http://www.onortao.com.br/noticias/apos-garantir-a-area-para-a-reconstrucao-do-distrito-de-sao-carlos-sempla-e-uniron-apresentam-projeto-arquitetonico,39871.php>>. Publicada em 22/04/2015 e Acesso em: maio de 2017).

¹⁰²Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/06/moradores-de-sao-carlos-comecam-retornar-para-distrito-sem-autorizacao.html>> Acesso em: maio de 2017.

¹⁰³A partir da constatação de que esta moradora possuía “plantação de hortaliças e a criação de galinhas”, a reportagem pressupõe que ela seja “agricultora”. Pelas observações na comunidade e pelos conhecimentos culturais das comunidades tradicionais, o mais indicado seria identificá-la como ribeirinha.





as respostas dos moradores reforçando a importância da comunidade, a reportagem finaliza com a afirmação de que a mesma “[...] **mais parece uma cidade fantasma**”, como se a comunidade fosse desprovida de vida, de memórias, de momentos felizes que lá todos os moradores vivenciaram nestes anos todos em que ocupam aquela área.

Em outra reportagem, com o título “Após garantir a área para a reconstrução do distrito de São Carlos Sempla e Uniron apresentam projeto arquitetônico”, veiculada pelo site *O Nortão*¹⁰⁴ e que também ficou, até recentemente, disponível no site oficial da Prefeitura de Porto Velho, observa-se um relato bem “pró” deslocamento, pois quase todas as falas reproduzidas na reportagem revelam essa intenção. Porém, nos chama a atenção o fato de que após apresentarem o projeto, segue-se a seguinte afirmação: “Diante de toda a explanação do projeto **os moradores realizaram questionamentos** principalmente em relação à distribuição dos lotes, equipamentos comunitários e sobre a **permanência da cultura local**” (negritos nossos). Portanto, mesmo sendo uma nítida reportagem “pró” projeto de deslocamento, não tiveram como negar estes questionamentos dos moradores da comunidade que estavam preocupados com o seu território como maneira de assegurar a sua cultura e a sua identidade coletiva e relacional.

Esse momento foi relatado pelo morador Ridson, que acompanhou essas reuniões e ressaltou a organização da comunidade para resistir às pressões:

Ridson: Acompanhei, fizemos até uma reunião na Igreja Católica, na Igreja Católica já tava tudo limpo em si, um monte de gente aí, **tinha um grupo a favor e outro contra, tinha um grupo que queria ir pra Nova São Carlos e outro grupo que queria ficar aqui.** Aí tinha aquele conflito em si, aí os outros falaram que tinha encontrado rato na boca do poço, ali dentro da água ali, entendeu? Mas isso foi tudo coisa dos contra, que queriam motivo pro pessoal sair daqui. **E hoje a Nova São Carlos nem se fala mais,** onde ia ser, disseram que já tinham terra, já tinham comprado terra, só vinham urbanizar a terra, fazer o lote de cada um, e isso hoje tá aí, nunca foi feito. **Se a comunidade mesmo não tivesse se reunido e feito essa comissão a favor, talvez não sabia nem o que seria da gente ainda hoje, entendeu? Foi bastante gente, sofremos com a enchente em si, sofremos no período de pessoas querendo se aproveitar do momento, querendo ou não no mundo corporativo que nós vivemos hoje sempre isso tem, de roubar as coisas da gente por motivo de estar abandonado,** estar sozinha a casa, sempre tinha aquelas pessoas que queriam se aproveitar. E após enchente a gente **sofremos por causa disso, psicologicamente, porque os governantes não queriam dar apoio, o governo em si não queria dar apoio pra gente ficar aqui,** mesmo não tendo aonde eles colocarem a gente, mas não queria dar apoio aqui, entendeu. Nós começamos a puxar água limpa do poço na escola, a escola tem um poço, aí nós pegamos um motor bomba, várias pessoas chegaram a comprar um motor bomba ou de luz, aí passamos a puxar água do poço lá, aí tinha os horários, cada rua, cada bairrozinho aí o pessoal tinha o seu horário para encher suas caixas e depois dar pros outros. Esse motor era de uma escolinha que meu primo é diretor ali da Brasileira, aí até o diretor do grupo veio, falou que não era

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://www.onortao.com.br/noticias/apos-garantir-a-area-para-a-reconstrucao-do-distrito-de-sao-carlos-sempla-e-uniron-apresentam-projeto-arquitetonico,39871.php>>. Publicada em 22/04/2015 e Acesso em: maio de 2017.





pra usar, que não sei o que, querendo embargar a situação (Ridson Fagno de Souza, 26 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 01/07/2017; **negritos nossos**).

Como se observa no relato do Ridson, as reuniões já eram em forma de oposição, já apresentando o projeto todo configurado de como seria a nova comunidade, sem antes consultar e debater com os moradores sobre a questão e sem detalhamento da realidade sociocultural da comunidade. Isso fica latente nos projetos que foram “apresentados com computador e tudo”, inclusive com vídeos em 3D dos projetos arquitetônicos onde não se vê nenhuma característica da cultura ribeirinha. Esses vídeos ficaram disponíveis na internet¹⁰⁵ até recentemente, agora estão como “indisponíveis”.

Essa ação chegou também a ser noticiada pela própria faculdade Uniron em matéria intitulada “*Acadêmicos de Arquitetura da Uniron apresentam projeto de construção de Nova São Carlos, após distrito ser destruído por cheia*”, atualmente não está mais disponível na internet, mas a salvamos em formato *pdf* em 29/06/2017, está guardada como arquivo de pesquisa¹⁰⁶. Nesta matéria temos afirmativas como “A “Nova São Carlos” foi projetada a partir de uma **perspectiva real dos próprios moradores**, através de coleta de dados realizada pelos acadêmicos, que **consideraram a história local e as expectativas dos ribeirinhos.**” e que no projeto foi considerado “tráfego específico para veículos, pedestres e ciclistas. Espaços para correspondentes bancários, lotéricos e um mini shopping de serviços”.

Tivemos acesso a 2 destes vídeos - intitulados “3D Área Verde São Carlos – Uniron” e “3D Praça São Carlos - Uniron - Porto Velho”¹⁰⁷. Nos vídeos é apresentada uma proposta e um conceito de “Nova São Carlos” que chegam a ser surreais, pois estão muito longe da realidade vivenciada pelos moradores nas comunidades tradicionais, com um claro desrespeito com a cultura local e tradicional da comunidade de São Carlos, comprovando, de fato, a “pressão psicológica” feita aos moradores com a proposta de mudança para a “Nova São Carlos”. A seguir reproduzimos algumas imagens dos vídeos para ilustrar nossa reflexão.

¹⁰⁵ Os vídeos estavam disponíveis nos links: <<https://www.youtube.com/watch?v=UaJ1x84TZ0s>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=aIcOzAcOXJQ>>, porém foram marcados como privado, mas antes disso conseguimos fazer download deles e estão guardados como arquivos de pesquisa: [3D Área Verde São Carlos – Uniron](#) e [3D Praça São Carlos - Uniron - Porto Velho](#).

¹⁰⁶ Disponível no link do drive do pesquisador: [UNIRON - Acadêmicos de Arquitetura da Uniron apresentam projeto de construção de Nova São Carlos, após distrito ser destruído por cheia](#)

¹⁰⁷ Os vídeos estão guardados como arquivos de pesquisa e podem ser acessados no hiperlink a seguir: [3D Área Verde São Carlos – Uniron](#) e [3D Praça São Carlos - Uniron - Porto Velho](#).





Imagem 07: Prints dos projetos arquitetônicos apresentados aos moradores de São Carlos



Fonte: Produção de Acadêmicos e Professores da Faculdade Uniron, Porto Velho, 2015.

No primeiro vídeo (2 primeiras imagens), que apresenta a “Área Verde São Carlos”, aparece um portal, carros possantes, inúmeras árvores e flores coloridas que não são da região amazônica e mais parecem ser de uma realidade italiana, europeia, além de pessoas falando ao celular, passeando perto das fontes que jorram água e com vias largas e espaçosas. Apenas algumas árvores mais frondosas remetem ao que os moradores estão acostumados, além de uma pequena canoa que está no centro da área como um monumento a ser apreciado, e não como um elemento da vida cotidiana dos moradores das comunidades ribeirinhas, que tiram dos rios seu sustento e navegam constantemente por suas águas. O segundo vídeo (três últimas imagens), apresenta o projeto da “Praça São Carlos”, com os espaços de lazer, campo de futebol, bicicletário, academia ao ar livre, coretos, bancos, calçadas em concreto, fontes de água, jardins, alguns aparelhos de parque infantil, um pequeno rio de águas azuis que corta a praça, um





pequeno anfiteatro para *show*, além das flores e plantas que não são da região etc. e ao fundo vemos casas e um conjunto de prédios de 5 a 6 andares.

Observando os elementos e a concepção de “cidade” que se tem nos vídeos apresentados, fica latente que a preocupação com a “permanência da cultura local”, levantada pelos moradores após verem os vídeos, é um ponto fundamental, pois ficou nítido para todos eles que a mudança para a nova área significaria perder os elementos e as características culturais construídas e herdadas há tantos anos e de forma comunitária. Outra característica absurda dos projetos é a presença de prédios na proposta, isso indica uma concepção totalmente contrária ao sentimento dos moradores que nos relataram o quão difícil foi para eles e o tanto que sofreram por viverem “presos” em pequenos apartamentos ou casas com muros e grades nos meses que passaram em Porto Velho em virtude da cheia, como já relatamos nesta pesquisa. Ou seja, o projeto apresentado não apresentava correlação com a realidade da comunidade e nem com a factibilidade de execução pelo poder público, como percebeu o Márcio:

Márcio: Eu falei “cara, isso aqui... eu não conheço o céu e nem o paraíso, mas isso daqui...” [...].

Renato: E eles passaram esse vídeo aqui na comunidade?

Márcio: Passaram o vídeo, passaram tudo né, eu critiquei logo, eu não tenho papas na língua não, [...] então eu falo a realidade: “**não vai colega, isso não vai acontecer, ele não vai construir desse jeito**”. **Tem que ser realista.**

Bruno¹⁰⁸: A gente tá de frente pra coisa mais óbvia que tem, ó a igreja aí, tá aqui desde o princípio, a igreja... tem como tirar a história dela, essa imagem dela aqui... não tem como... Vai acabar com essa história...

Márcio: Mas, digamos assim, se eles colocassem, até quando eles colocam **Nova São Carlos não é uma nova construção, e digamos assim, é tirar o que... é tirar o que é São Carlos, São Carlos de construção, São Carlos por natureza, São Carlos de cultura, e criar um São Carlos deles.**

Renato: Que esse território aqui é, como você já comentou, de frente pro Jamari...

Márcio: De frente pro Jamari, aí eles tinham, esse São Carlos aqui foi construído, elaborado aqui, no período do ciclo da borracha mesmo, que era coisa de patrão, e **aí eles fazem um São Carlos construído por eles, da maneira deles, pensado deles, aí muda toda... como ele falou, se eles construísem essa igreja lá, desse jeito, não era essa** (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 desses morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).

De fato, se o projeto discutido acima e apresentado à comunidade se tornasse realidade seria uma “São Carlos deles”, não dos moradores, seria uma “São Carlos” sem memórias, sem lugares e espaços afetivos, sem história e sem cultura, apenas mais um amontoado de pessoas que iriam para lá se aglomerar e residir. Isso é o que geralmente ocorre nos projetos de

¹⁰⁸ Bruno Cruz faz parte da equipe de pesquisa e estava registrando essa entrevista em vídeo. Como já mencionado, ele é licenciado em Filosofia e esteve conosco em diversas visitas a São Carlos, além de ser o editor dos documentários sobre São Carlos, por isso sua familiaridade com a pesquisa, com os entrevistados, dando essa contribuição ao final da entrevista, fazendo intervenções que instigaram o entrevistado a continuar o diálogo.





reassentamentos e nas redefinições territoriais das comunidades tradicionais na Amazônia, não tendo sido diferente nos inúmeros processos de deslocamentos compulsórios ocorridos em função da construção das 3 principais hidrelétricas do estado de Rondônia: Samuel, no rio Jamari, no final da década de 80, e Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, nos anos 2008-2016.

Em pesquisa junto aos órgãos da Prefeitura responsáveis pelo Projeto da “Nova São Carlos”, constatamos que a tentativa de implantação deste projeto parou na fase de regularização de uma área que seria adquirida mediante parceria do Governo do Estado com a Prefeitura, área essa, inclusive, anunciada como já comprada e que fica em uma região denominada de “terra firme”, à aproximadamente 10 quilômetros do atual território da Comunidade de São Carlos, não sendo uma localidade próxima às margens do rio Madeira, mas sim às “margens da estrada” (expressão usada pelos entrevistados e moradores de São Carlos).

O morador Márcio fala sobre essa proposta da “Nova São Carlos” e das dificuldades que enfrentaram para retomar a vida em São Carlos, já que o poder público não apoiava em nada esse retorno por estar decidido pelo reassentamento:

Márcio: A primeira dificuldade que nós encontramos foi do governo, vou colocar o governo, **o poder público em geral,** assim, porque eles desativaram São Carlos, aí foi retirado telefone, luz, água, então quando eles chegaram, que viram São Carlos, disseram **“São Carlos não vai mais existir, vamos destruir toda São Carlos e vamos fazer uma área”,** praticamente ampliar a reserva de Cuniã aqui, e fazer um ponto quase de apoio à reserva de Cuniã. Esse era o pensar deles: **“e aí nós vamos comprar uma terra aqui, uma terra alta e vamos construir a Nova São Carlos”.** Aí veio, acho que a Uniron, veio aqui, fez a planta de como seria a Nova São Carlos. Mostramos a terra, até mostramos a terra pra eles, mas o que a gente queria era que tivesse essa terra, mas **que a gente voltasse pra nossa São Carlos,** numa possibilidade de uma emergência, quem sabe o risco que a gente corre, que tem essa barragem aí. Eles dizendo lá **“(-) desabando aí, é resto de minério aí”.** Mas uma hidrelétrica dessa daqui ela corre o risco de que, Deus o livre, romper, e a gente queria essa terra como segurança, que nós tinha passado a cheia, e ter a terra como segurança, **prometeram a terra, prometeram construir, e aí a gente vinha sempre discutindo “ó, será que vocês vão construir uma Nova São Carlos da maneira que é São Carlos?”** Isso ficava nossa preocupação, também com isso daí, isso foi um **impasse muito grande,** cara. [...] Cara, nossa, aquilo **era um terror lá dentro lá, e a gente ficava naquela loucura, e eles enrolando nesse negócio da Nova São Carlos: “não pode voltar pra São Carlos porque São Carlos tá desativado”, “São Carlos tá contaminado”, “você não tem o direito de descer lá”,** e aí nós ficávamos imaginando **“o que nós vamos fazer dessa vida meus Deus?”** o governo não tomava decisão de um ponto de dizer **“ó, nós vamos fazer isso e resolver”,** não, ia levando no gogó, nas coisas que... digamos, nos incomodava (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 desses morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020).

Márcio reforça a preocupação que teve a comunidade: se de fato se consolidasse a Nova São Carlos, seria ao menos parecida com a São Carlos de antes da cheia? Isso fica claro quando ele indaga **“ó, será que vocês vão construir uma Nova São Carlos da maneira que é São Carlos?”**





Isso ficava nossa preocupação, [...] isso foi um impasse muito grande”. Como relatado por outros entrevistados, observamos que de fato a pressão psicológica foi grande e deixou a comunidade neste impasse, pois o poder público ao invés de apoiar a limpeza da comunidade, fez foi dificultar o processo e gerar preocupações nos moradores que já retornavam suas vidas, nas palavras do Márcio “eles enrolando nesse negócio da Nova São Carlos”.

O Governo do estado de Rondônia deu início, na época, ao processo de desapropriação de terrenos em regiões de terra firme e alta de diversos distritos de Porto Velho, para onde seriam realocadas as famílias atingidas e desabrigadas pela cheia de 2014.

Os membros da equipe da CGU assim relataram essa questão:

Segundo a Prefeitura, **já teriam sido adquiridas novas regiões nos distritos** de Calama, Nazaré e **São Carlos**, e na comunidade de Bom Jardim e BR 364; e estariam em processo de aquisição áreas nas comunidades de São Miguel, Silveira, São Sebastião, Boa Fé, Cujubim e Itacoã. As áreas adquiridas e as a serem adquiridas são em terrenos elevados, que não sofreriam com as cheias anuais do Rio Madeira.

Nos distritos de São Carlos e Demarcação, a remoção seria de toda a comunidade, enquanto que em Calama e Nazaré apenas parte da população do Distrito seria removida.

Nestas novas comunidades **serão construídas escolas, postos de saúde e moradias**. Além disso, estava sendo pleiteada junto ao Ministério das Cidades a ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida para a população ribeirinha.

Apesar de ter informado a intenção de reconstrução dos novos distritos, não foi fornecido, nem pela Prefeitura, nem pelo Governo do Estado, cronograma dessa transferência (BRASIL-CGU, 2014, p. 55).

Insta registrar que a equipe esteve na região em agosto de 2014 e constatou que “apesar da intenção” ainda não havia nenhum cronograma deste processo de transferência destas comunidades. O que naturalmente gerou toda a apreensão relatada pelos moradores quanto a estes processos de reconfigurações territoriais e deslocamentos propostos pelo poder público, que mesmo diante de uma situação de desastre permanece na inércia e age com descaso, sem compromisso com as famílias que estavam passando por toda a situação ocasionada pela cheia.

A área indicada pelo poder público para o reassentamento da “Nova São Carlos” era localizada na Gleba Aliança e no imóvel denominado de “Sítio Lagoinha e Três Irmãos”, e chegou a ser declarada de utilidade pública, por interesse social, para fins de desapropriação e construção de casas populares e equipamentos públicos, para a instalação do Projeto “Nova São Carlos”, nos termos do Decreto nº. 19.000, de 3 de julho de 2014, publicado no DOE N° 2490, de 03/07/2014, página 6.

Porém, um aspecto que não foi considerado na escolha desta área foi a questão do acesso aos recursos naturais, essenciais para a manutenção de uma comunidade ribeirinha





tradicional como São Carlos, pois a área escolhida para a “Nova São Carlos” não tem os elementos da atual localização. Nas palavras do Sr. Xaxá, a nova área não tem sustentabilidade:

Renato: E em relação àquela área, se tivesse acontecido essa mudança pra lá, como o senhor avalia a diferença do local que é hoje São Carlos para aquela região?

Xaxá: A diferença que a gente notou: pra quem era funcionário ela seria uma área boa, segura, por que não alagava, **só que ali não tinha sustentabilidade para o povo, não tinha como trabalhar, que a área era pequena, quem trabalha na agricultura não tinha como trabalhar, quem trabalhava no extrativismo, no caso, da castanha, do açaí, aí ele não teria porque a gente vê que tá tudo já desmatada, as castanheiras que tem ali não dá pra sobreviver, nem o açaí, que não tem mais quase mata ali, pra quem pesca...** Então, essa área é adequada aqui, que tem os igapós, tem o rio onde sai os peixes, então **ficaria inviável pra esse povo, que seria a maioria, a minoria são empregados**, então, a maioria ficaria prejudicado por esses fatores, então, distância de eles virem até aqui, teria que gastar gasolina, teria que usar transporte, então ela não era bem viável por esse ponto de vista, então o problema da renda, da sustentabilidade.

Renato: Então se fosse construído Nova São Carlos, o senhor acha que para os moradores não seria uma boa ideia mudar pra lá?

Xaxá: É, teria essa dificuldade, porque em frente a gente sabe que é a reserva biológica, então ali eles não poderiam nem extrair o açaí, nem castanha e nem pescar também (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral, vive em Prosperidade, professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019; negritos nossos).

De fato, observa-se que a ausência dos elementos adequados da área escolhida impactaria de forma profunda nos hábitos e nos modos de vida ribeirinhos, como discutido no tópico 4, ao refletirmos sobre a territorialidade. Em consonância com os estudos dos pesquisadores Teixeira, Fonseca e Casseb, é a territorialidade que assegura os elementos necessários para a perpetuação dos saberes tradicionais, do acesso aos recursos naturais para uma adequada vivência dos povos e comunidades tradicionais. Uma vez escolhida uma área que não possibilita essa simbiose, se coloca em xeque a existência desses povos e comunidades. Na mesma linha argumentativa do Sr. Xaxá, o morador de São Carlos, Márcio Santana, também falou das dificuldades que os moradores teriam nesta nova área:

Renato: Mas ficaria longe do Rio lá né? Ali dá uns 2 km pra chegar no rio?

Márcio: Dá não, deve dar um 1 km.

Renato: Pra chegar no barranco? Mas é barranco alto?

Márcio: **É barranco, deve dá uns quarenta metros ali.**

Renato: Totalmente diferente daqui...

Márcio: **Nossa senhora..., aí onde que ia ficar esses barcos? Onde que a gente ia pescar, que se a gente fosse pescar a gente ia precisar de um barco?** Eles iam dar uma bicicleta, uma moto, um carro pra nós ir pra Boca? [Boca do Jamari, ponto onde ficam os barcos e apoio para quem vai para São Carlos ou sobe o rio Jamari] (Márcio Santana de Lima, 45 anos, 14 desses morando em São Carlos, extrativista e liderança do MAB; entrevista em 19/01/2020; negritos nossos).





Fica claro e evidente que na indicação e escolha da área para o projeto de reassentamento da “Nova São Carlos” o poder público não levou em consideração as características de comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos, em claro desrespeito a toda a sua história e modos de vida. Como destacado pelo Xaxá e pelo Márcio, essa área fica distante dos rios Madeira e Jamari, fonte dos recursos naturais e dos meios que asseguram os modos de vida dos moradores de São Carlos, ou seja, uma área que não tem sustentabilidade. Sendo essa umas das principais razões de resistência por parte dos moradores, pois isso significaria abandonar a comunidade e o território em que viveram por longos anos e ondem podem assegurar os modos de vida das famílias ribeirinhas, como relatou o Ednardo:

Ednardo: [...] na realidade a grande maioria das famílias, dos moradores que são tradicionais deste distrito, há mais de cem anos, jamais queriam deixar sua história, suas riquezas que a aqui foram criados, foram feitos, pra ir morar na beira da estrada (Ednardo Souza Medeiros, 38 anos, nascido no Lago Cuniã e reside em São Carlos desde criança, foi Administrador do Distrito de novembro de 2010 a janeiro de 2017 e de novembro 2018-atual (agosto/2022); entrevista em 18/01/2019; negritos nossos).

Como atesta também o próprio relatório da CGU:

Os ribeirinhos foram **severamente afetados pela enchente do Rio Madeira**. O seu modo de vida consistia, basicamente, em pescar, colher produtos na floresta e plantar às margens dos rios.

Apesar da situação difícil, foi unânime a posição entre os ribeirinhos de que não querem deixar a região. Muitos nasceram e vivem a vida toda nessas regiões. Questionados sobre a mudança para novas áreas que a Prefeitura e o Governo do Estado **estão adquirindo**, eles estão relutantes em se mudar porque seriam **deslocados para áreas distantes de onde tradicionalmente estavam acostumados a viver** (BRASIL-CGU, 2014, p. 65-66).

Como relatado no documento da CGU, embora se reconheça que os ribeirinhos, as famílias, as pessoas foram “severamente afetadas”, o poder público segue com sua inércia e fazendo projetos sem ouvir a comunidade, pois as áreas indicadas e que iniciaram o processo de desapropriação são distintas e distantes das ocupadas tradicionalmente pelos moradores, ou seja, são áreas que foram escolhidas pelo poder público, porém sem ouvir a comunidade, as pessoas, sem procurar entender as características culturais, sociais, de produção e extrativismo dessas pessoas atingidas.

Pela inércia do poder público e pela falta de correlação com a realidade o projeto nasceu fadado ao esquecimento, pois em meados de 2015, já não se falava mais nada a respeito do projeto e não ocorreu nenhuma outra ação do poder público neste sentido, ficando tudo apenas





no papel e nas memórias daqueles que viveram os dramas e pressões deste processo e que seguem suas vidas “abandonados” e sem apoio. Ficou mais como uma jogada política, como destacou o Ridson:

Ridson: Olha, isso daí ficou mais como um **jogo político**, entendeu, um jogo político, porque no nosso conhecimento, até onde eu sei, eles querem pegar essa área aqui pra fazer reserva do Cuniã, quer botar isso aqui como reserva, parte do Cuniã, e queria tirar o povo de São Carlos e a ideia era levar, na época, debaixo da tenda lá, a gente fez até um grupo de pessoas reivindicando, disse que ninguém ia e tal, **porque até como vocês já veem, todo mundo já estava nas suas casinhas, aí** eles falaram que tava contaminado, que ia ter isso, isso, doença daqui, eu fui uma das pessoas que fiquei do começo ao fim da enchente [...] (Ridson Fagno de Souza, 26 anos, nascido em São Carlos, autônomo e proprietário de um bar; permaneceu em São Carlos durante todo o período da cheia de 2014; entrevista em 01/07/2017; negritos nossos).

Como frisou o Sr. Xaxá em sua entrevista em janeiro de 2019: “se o povo tivesse ainda esperando essa Nova São Carlos, até hoje tava desabrigado por aí, porque até hoje isso não chegou a acontecer. Então a gente viu que o que eles estavam falando não era verdadeiro.” (Antônio Savio dos Santos – Sr. Xaxá, 60 anos, nascido em Sobral e vive em Prosperidade, professor aposentado e líder comunitário; entrevista em 14/01/2019).

Em síntese, observa-se que não era um projeto factível e nem discutido com os principais interessados, era mera imposição governamental, fortalecida e instigada pelas agências do ramo energético do estado e que segue impactando as comunidades com as ações exploratórias e pouco ou quase nada se faz de “compensação social” ou para mitigar as violências cometidas. Um claro exemplo disso é o fato de o estado de Rondônia ser um dos maiores produtores de energia do país, com as 3 grandes hidrelétricas nos rios Madeira (usinas de Santo Antônio e Jirau) e Jamari (usina de Samuel), ter uma tarifa de energia das mais cara do Brasil, enquanto inúmeras comunidades ribeirinhas do Estado não têm o fornecimento de energia elétrica, a exemplo de Cavalcante e Curicacas, que ficam pouco abaixo de São Carlos. Assim, a energia gerada aqui nos rios rondonienses, e às custas do sofrimento dos povos e comunidades tradicionais afetados, segue sendo “distribuída” para atender o Sul e o Sudeste, atender de fato as agências de poder do capital.

7 CHEGANDO AO “PORTO”: AS ÁGUAS SEGUEM, A VIDA TAMBÉM!

Chegando ao “porto” desta viagem de pesquisa na comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos, cujas primeiras remadas começaram em 2015, resultando nesta tese intitulada *NO BANZEIRO DAS ÁGUAS E DAS RELAÇÕES: Entre cheias e ameaças de*





desterritorialização – identidade, histórias e memórias de resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira (Porto Velho/RO), nos sentimos com o dever de pesquisador em antropologia social cumprido e honrados em poder contribuir com os registros realizados sobre a história de São Carlos, sobre os modos de vida, de fazer, de viver, de lazer, de pescar, de colher, de morrer, de construir e de RESISTIR. Pois, São Carlos é resistência, São Carlos e seus moradores possuem uma força simbólica, de pertencimento, de luta e de resistência, sem igual, demonstrada e reafirmada todos os dias.

Os últimos 6 anos foram de intensa pesquisa: inúmeras leituras de artigos, dissertações, teses, livros; visitas a campo para realização de entrevistas e diálogos com os moradores; horas de transcrição das entrevistas, estudos e análises das narrativas; produções de artigos e livros; produção de documentários audiovisuais, de *lives* e de eventos culturais cujas temáticas envolviam o lócus de pesquisa São Carlos; debates e discussões entre os outros pesquisadores que tomaram parte nesta jornada, como mencionado na introdução e nos agradecimentos; preciosas orientações e direcionamentos da pesquisa recebidas do meu orientador, Prof. Dr. Raimundo Nonato; muita dedicação na escrita e revisão destas páginas carregadas de memórias, de histórias, de lutas, de medos, mas sobretudo de muita vida e amor pelo território de São Carlos. Foi um percurso árduo, porém muito gratificante, significativo e de profundo aprendizado, emoção e sentimento de co-pertença.

Ao final das seções que integram essa pesquisa, podemos afirmar que os objetivos traçados, que passaram por “transgressões” necessárias devido a dinâmica do lócus pesquisado, e a hipótese foram alcançados. Atendemos ao objetivo principal quando evidenciamos ao longo deste texto as características de identidade coletiva, relacional e de resistência simbólica que fazem de São Carlos uma comunidade ribeirinha tradicional. Conseguimos, a partir dos estudos documentais de obras do período colonial, de estudos históricos sobre a constituição do estado de Rondônia e da Amazônia até as narrativas de testemunhas oculares, fazer uma reconstituição da história da comunidade de São Carlos. Foi possível identificar, a partir do cotidiano, os elementos que constituem o viver, o fazer e o ser dos moradores de uma comunidade ribeirinha tradicional e o que gera o senso de pertencimento à comunidade e ao território. Também conseguimos documentar e evidenciar os impactos e as consequências da grande cheia de 2014 sobre a vida, a identidade e o território dos moradores da comunidade de São Carlos e analisar os impactos das ações e omissões do poder público em São Carlos a partir das mobilizações e redefinições territoriais das comunidades tradicionais que ocorrem mediante os grandes projetos





e políticas exploratórias dos recursos naturais (missões, borracha, ouro, agronegócio, usinas hidrelétricas etc.).

Esses objetivos foram alcançados e as evidências demonstradas de maneira especial nas seções 3 e 4, em que discutimos e detalhamos as caracterizações da constituição de São Carlos, passando pela expansão colonial portuguesa pelo Madeira até a ocupação do território Mura e a fundação de São Carlos, e as sucessivas dispersões e reagrupamentos pelas quais a localidade passou até se tornar ponto de apoio para os seringais da região e, depois, Distrito do Município de Porto Velho, já década de 80 do século XX, bem como quando fizemos uma descrição densa de São Carlos pelas memórias das últimas gerações e destacamos as curvas, os caminhos e as descrições da atual São Carlos.

Consideramos ainda como os “corações da tese” as seções 4, 5 e 6, como atos que estão cheios de memórias de momentos que fazem de São Carlos a São Carlos simbólica e de resistência que defendemos. Ou seja, nessas seções alcançamos a nossa hipótese, onde foi possível reafirmar que São Carlos de fato resiste e é ponto simbólico e estratégico de manutenção das comunidades do seu entorno e do Baixo Madeira, mesmo frente aos processos de redefinições territoriais, aos conflitos socioambientais e às redefinições identitárias impostas pelas agências do poder capitalista globalizador a estas comunidades. As seções 4, 5 e 6 nos ajudam a entender o banzeiro de relações entre os rios, as matas e as pessoas e a conexão que há com o território e o quanto isso implica no nascer, nos modos de viver e até de morrer em uma comunidade ribeirinha tradicional como São Carlos.

Na seção 4 discutimos as características de uma comunidade ribeirinha tradicional e conseguimos demonstrar que essas características estão presentes na comunidade de São Carlos, tais como: o pertencimento ao território que os moradores demonstram; a simbiose com a natureza, com o uso dos recursos naturais; as práticas culturais e de lazer presentes na comunidade, como as festividades religiosas com programação social e torneios de futebol; a prática do futebol como principal lazer e meio de integração social das comunidades do entorno, aliado às festas realizadas nos bares existentes. Como vimos, tudo isso contribui para a constituição de uma identidade ribeirinha tradicional com a qual a comunidade de São Carlos se identifica e que está fortemente imbricada na territorialidade.

As seções 5 e 6 foram dedicadas a compreender o banzeiro das águas, que sobem, descem e deixam marcas (ontem e hoje). Nessas seções fizemos uma etnografia das cheias e do reconstruir logo após a vazante das águas, a partir de uma descrição densa sobre os impactos e consequências das cheias sobre a comunidade de São Carlos, seu entorno e territorialidade.





Essas seções são profundas, densas e dolorosas, pois são carregadas de emoções, de marcas, de medos, de lembranças difíceis, de traumas e muito sofrimento ocasionados pela grande cheia de 2014 no rio Madeira. Por outro lado, também são simbólicas e demonstram o amor que os moradores sempre tiveram com o território de São Carlos e a força da união dos moradores, que mesmo após todo um “cenário de guerra”, como descrito, decidiram imediatamente retornar para São Carlos e reconstruir as suas vidas, as suas casas, as suas plantações e manter as características e condições de vida ribeirinha. Como demonstrado nos tópicos da seção 6, o retorno para São Carlos se deve ao pertencimento e ao amor pelo lugar e nesse processo foi fundamental o papel de todos da comunidade em realizar, em mutirão, a limpeza dos espaços públicos e das casas, pois o poder público foi totalmente ausente e omissivo, chegando inclusive a atrapalhar e querer proibir esse retorno. É neste contexto que vemos reafirmada a identidade coletiva e relacional de São Carlos, que se deu pela resistência e luta por seguir em São Carlos e não mudar a comunidade para outro local, como pretendia o poder público com o anúncio do Projeto “Nova São Carlos”. Como vimos, esse projeto novamente demonstrou as omissões e descaso do poder público para com a comunidade e seus moradores, pois além da área indicada ser totalmente inviável, ela nem chegou a ser adquirida para o reassentamento, ficando tudo apenas no “papel” e na promessa.

Reafirmamos aqui também a importância das pesquisas qualitativas realizadas por meio da observação participante e da etnografia, e neste nosso caso, tomando por base os princípios da Teoria da Complexidade, da Teoria da Ação e da História Oral. Pois com isso conseguimos realizar as entrevistas (estruturadas e semiestruturadas) e os diálogos com os moradores de São Carlos e entorno, conseguimos estabelecer com eles uma proximidade social e assim realizar os registros dos relatos e testemunhos das pessoas que sofreram/sofrem no mais profundo de seus corpos, mentes, casas, pertences, plantações e criações essas consequências, dores, traumas, medos e perdas ocasionadas pelas cheias e pelas redefinições territoriais.

Os estudos antropológicos aqui presentes se tornam, a partir de agora, registros dos impactos dos processos de redefinições territoriais pelos quais vem passando a comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos e as demais comunidades do entorno. Demonstramos que os conceitos de identidade, de territorialidade, de conflitos socioambientais e de desenvolvimento sustentável estão fortemente imbricados com a manutenção das características de uma comunidade ribeirinha tradicional. Por isso, esperamos que esses estudos e registros possam contribuir para minimizar os impactos socioculturais e socioambientais dos processos de deslocamentos territoriais e servir de parâmetro para futuras mobilizações e redefinições





territoriais das comunidades tradicionais do estado de Rondônia e da Amazônia, pois assim como as águas seguem seu curso, mesmo com altas e baixas, a vida das comunidades tradicionais precisa ser respeitada no seguir de seu curso.

Mas, infelizmente, constatamos e observamos que as agências e o poder público não levam em conta as características das histórias de vida, dos modos de ser e viver dessas comunidades, e por isso pensam que fazer uma “realocação” é algo simples: só construir casas de concreto, e pronto! O poder público considera apenas a forma objetiva do lugar, não a subjetiva: a vida, a trajetória, o pertencimento ao lugar, as fontes de vida e relações, a memória individual e coletiva, a territorialidade. Na mesma linha, os empreendimentos são utilitaristas, não pensam nem no passado e nem no futuro das pessoas; por isso as compensações são com prazos imediatos e são realizadas sem os devidos estudos antropológicos, socioculturais e humanos necessários. Como alerta Geertz, os estudos das ciências sociais devem “pensar não apenas realista e concretamente *sobre* eles, mas o que é mais importante, criativa e imaginativamente *com* eles.” (2008, p. 17), ou seja, não basta fazer projetos sem antes entender a dinâmica das comunidades tradicionais, os seus modos de vida e sua identidade.

Neste sentido, precisamos, como concluiu Geertz (2008, p. 21), aumentar o interesse no “papel das formas simbólicas na vida humana” e “tentar manter a análise das formas simbólicas tão estreitamente ligadas quando possível aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas, o mundo público da vida comum [...]” Ou seja, devemos “olhar as dimensões simbólicas da ação social [...]” sem nos afastar dos “dilemas existenciais da vida”, do cotidiano, do fazer, daquilo que nos faz ser o que somos, em nosso caso concreto aqui, daquilo que faz São Carlos ser São Carlos.

Porém, infelizmente, nas realocações ou redefinições territoriais não se observa a importância das trajetórias e/ou histórias de vida, nem o valor de uma identidade coletiva que se constrói a partir do lugar, muito menos a importância de conceitos como comunidade, modos de vida, identidade coletiva, práticas culturais tradicionais e senso de pertencimento ao território, no qual os recursos naturais são abundantes, de livre acesso, próximos de onde se reside, sendo esses elementos fundamentais para se fortalecer a constituição da identidade coletiva e relacional, como demonstrado nessa pesquisa.

Quando se fala em Amazônia se imagina as grandes áreas, matas e agora a destruição pelo desmatamento e pelos garimpos. Se fala muito do “isolamento” das comunidades. Mas pouco se fala, de fato, das pessoas que aqui vivem há muitos anos em simbiose com essa territorialidade e natureza. Por outro lado, sabemos que as comunidades ditas “locais”,





“tradicionais”, vistas às vezes como “aldeias”, sempre contribuíram para com o sistema “global” com seus produtos, com a matéria-prima e a mão de obra. Desta forma, o que seria do mundo sem a borracha da Amazônia, sem as madeiras aqui exploradas, sem os produtos extraídos da natureza, na maioria das vezes, ilegalmente, o que seria do mundo sem a vida que pulsa na Amazônia e regula o clima? O que seria...?

A mais longínqua comunidade amazônica sempre esteve em conexão com o mundo: a borracha produzida aqui sustentou o mercado global; os minérios aqui existentes sempre foram objeto de cobiça; as nossas plantas, drogas do “sertão” e produtos extraídos da exuberante e vasta floresta amazônica ainda são cobiçados e roubados. As pessoas que aqui vivem são deixadas à mercê, invisibilizadas, pois o que interessa são os “produtos” e riquezas de nossa terra. Isso precisa ser mudado, as comunidades tradicionais e os povos que aqui vivem precisam ser mostrados, a nossa maneira de viver, reconhecida como alternativa, pois se comemos apenas um peixe assado com açaí e farinha, não significa que estamos “sobrevivendo”, mas sim que essa é nossa vivência, nosso modo de vida, nossa escolha do que comer e do comer com qualidade nutritiva, retirando tudo da região, em simbiose com a territorialidade, com as matas, os rios, os igarapés, os lagos, os peixes, os animais e toda a cosmovisão simbólica e o imaginário aqui presente. Essa maneira de viver não significa pobreza, é uma “sobriedade feliz” testemunhada pelos povos da Amazônia¹⁰⁹, como indica a socióloga e professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Márcia Maria de Oliveira, ao falar da responsabilidade de “amazonizar” o mundo, que o Sínodo para a Amazônia (que foi convocado pelo Papa Francisco) indica para a Igreja Católica e para todas as pessoas do mundo.

“Amazonizar” o mundo é urgente, pois hoje a cobiça recai sobre nossas abundantes águas, nossas terras e riquezas: a energia que move o Brasil e a produção agrícola que alimenta o mundo. Porém, tudo isso leva também à exploração e à pobreza de nossos povos e comunidades; gerou e gera mortes e genocídios de muitas etnias e povos indígenas; devasta nossas florestas para ceder lugar ao agronegócio; envenena nossos rios, peixes, animais e pássaros para produzir mais e mais. Cobiças essas que estão presentes na comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos e em seu entorno. Os modos de vida que escolhemos, que por vezes tentam caracterizar como a forma como “sobrevivemos”, nos faz pensar a Amazônia, a nossa casa, de maneira diferente, de maneira mais natural. Isso não significa que não queremos o desenvolvimento, mas que o desenvolvimento que desejamos e almejamos para todos é

¹⁰⁹ Disponível em <https://www.cnbb.org.br/sinodo-representa-oportunidade-para-amazonizar-o-mundo-afirma-professora/>.





diferente: um desenvolvimento que nos faça viver de maneira mais integrada com a natureza, com o nosso meio, de maneira mais saudável, sustentável e harmônica. Desejamos ser ouvidos, sentidos e atendidos nos nossos modos de viver e de ser.

Chegando ao final das remadas desta pesquisa, ancorando no “porto”, lembramos que uma das inquietações principais de nosso trabalho foi: “o que faz de São Carlos São Carlos?”. A partir de tudo o que pesquisamos em nossas inúmeras visitas a campo e do já exposto até aqui, podemos responder afirmando que são as relações familiares, a confiança no “vizinho”, no compadre, no “parente” – pois “aqui todos são parentes” –, a territorialidade, o viver tranquilo, sem muros, sem grades – “aqui até o olhar é livre” –, poder dormir de “portas abertas”, viver tranquilo, em paz, sossegado, o viver às margens do rio Madeira e cercado pelas águas do Lago do Cuniã, além de ter livre acesso às riquezas dos igarapés, igapós, lagos e dos rios Jamari, Candeias, Tucunaré e rio Verde. O açaí, o peixe, a macaxeira, a farinha, a banana, a cana, o “pão do Zé Toco”¹¹⁰, os festejos, a fé, o futebol, a sinuca, as festas nos bares, os encontros ao cair da tarde na frente das casas, o lugar, as pessoas, os parentes... isso tudo faz de São Carlos a comunidade ribeirinha tradicional de São Carlos! Tudo isso faz com que as pessoas que ali moram digam que quando, forçadamente, tiveram de sair dali por um período, devido à grande cheia de 2014, se sentiram tristes, com medo, sem esperanças e com um enorme desejo de voltar. Como vimos, alguns, mesmo com as casas cobertas pelas águas, ficaram pela região e se ajudaram, protegeram as coisas, os móveis que ficaram, suspendendo-os um pouco a cada dia, conforme as águas subiam.

São Carlos é São Carlos porque mesmo após todos os prejuízos e lamas que ficaram após a cheia, fez com que os moradores se unissem mais, limpassem a escola, o posto, a igreja, a quadra de esportes, os campos, as casas e “expulsassem” para longe aquele espírito de “cidade fantasma” – como assim noticiou a Prefeitura de Porto Velho e os jornais da região – e para lá trouxeram novamente a paz, a tranquilidade, as famílias e os jardins, ah! os jardins, a grama sempre verde, cortada... e que dá um brilho no olhar! São Carlos é São Carlos pelas pessoas e

¹¹⁰ O pão produzido pelo Sr. José Vieira, conhecido como Zé Toco, é tradicional em São Carlos. Ele produz esse pão há muito tempo, sendo que aprendeu a produção com o padrao, que tinha descendência portuguesa e também produziu e vendeu o pão nas comunidades da região - na época, de canoa. Acompanhamos em 2019 todo o processo de produção do pão e registramos em fotos e vídeos, algumas presentes no documentário sobre São Carlos: *Encontro das Águas*. O pão é produzido geralmente de 2 em 2 dias, o processo começa por volta das 15h e se estende até pela madrugada. No Apêndice F separamos algumas fotos do processo e do pão já pronto sendo vendido em carriola e bicicleta pelas ruas de São Carlos. Mais recentemente, com o grupo de *WhatsApp OLX São Carlos*, quando o pão é produzido, já é informado no grupo e as pessoas, por ele, já fazem os pedidos. Todos nos falam do sabor do pão e que não tem outro igual, ou seja, é um pão já tradicional e muito apreciado pelos moradores de São Carlos.





pelo território, por tudo que aqui há e ainda haverá! Pois assim como as águas seguem seu curso, a vida também há de seguir, e São Carlos *é e será*.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADES, César. A Memória Partilhada. Resenha de “BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: 2003, Ateliê Editorial”. **Psicol. USP** 15 (3) - 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/brJc9F6TtCFKJmyFWxcJKMF/?lang=pt>>. Acesso em: 02 abril de 2022.

AGOSTINHO, Santo. **O Livre-Arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, ANPUR. Maio, 2004. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>> Acesso em: 20 de abril de 2022.

ALVES, Amanda. Racismo na história das ideias linguísticas: Identidade da língua nacional e dos sujeitos. **Dissertação**, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP: 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1233095>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

ALVES, A. D.; JUSTO, J. S. Espaço e subjetividade: estudo com ribeirinhos. **Psicologia & Sociedade**, 23(1), 181-189, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/DTdPXCHFyVHzn7xtGmgSCbf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

APÓS garantir a área para a reconstrução do distrito de São Carlos Sempla e Uniron apresentam projeto arquitetônico. *O Nortão*. Disponível em: <<http://www.onortao.com.br/noticias/apos-garantir-a-area-para-a-reconstrucao-do-distrito-de-sao-carlos-sempla-e-uniron-apresentam-projeto-arquitetonico,39871.php>> Acesso em: maio de 2017.

ARAÚJO, Carolina. A função educativa da ginástica na República de Platão. **Revista Filosofia e Educação [RFE]** – Volume 9, Número 1 – Campinas, SP: Fevereiro-Maio de 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8648427>> Acesso em: 05 de novembro de 2018.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL/UNESP, 2010.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio corografico sobre a provincia do Pará**. Pará: Typ. de Santos & menor, 1839. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7185>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

BARÃO DE MARAJÓ [José Coelho da Gama Abreu]. **As Regiões Amazonicas**: estudos corographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa de Libanio Silva, 1895.





Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or39049/or39049.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino. **Atingidos por Barragens: Conflitos Socioambientais no Rio Madeira**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4050>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

BARUS-MICHEL, Jacqueline; CAMPS, Christiane. Sofrimento e perda de sentido: considerações psicossociais e clínicas. *Psic*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 54-71, jun. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 de junho de 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp; Associação de Geografia Teórica (Ageteo), 2003.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRASIL, Controladoria-Geral da União (CGU) – Secretaria Federal de Controle Interno. Relatório de Fiscalização nº 201408699: Diagnóstico situacional dos efeitos da cheia do Rio Madeira em Porto Velho, Rondônia. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/7129.pdf>. Acesso em: 20 maio de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

CANABARRO, Ivo Dos Santos; MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para leitura de uma cultura. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.10, n.18, Jan./Jul.2018 – ISSN- 2177-4129. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/12278#:~:text=Com%20base%20nesse%20estudo%2C%20buscou,correla%C3%A7%C3%A3o%20direta%20com%20sua%20cultura>. Acesso em: 07 abril de 2019.





CAZAL, Padre Manoel Ayres de (1754-1821). **Corografia brazilica, ou relação historico-geografica do reino do Brazil**: composta e dedicada a Sua Magestade fidelíssima por hum Presbitero Secular do Gram Priorado do Crato – tomo II. Rio de Janeiro: Impressa Régia, 1817. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acazal-1817-corografia/cazal_1817_corografia_tomo_2.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do diretório dos índios (1751-1798). 2005. **Tese** (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08062006-085817/pt-br.php>>. Acesso em: 10 de março de 2022.

COSTA E SILVA, Bernardo da. **Viagens ao sertão do Amazonas**: do Pará à costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru. Porto: s/ed., 1891. https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/viagens_no_sert_o_do_amazonas_do_p

CRAIG, N. B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré**: história trágica de uma expedição. São Paulo: Nacional, 1947.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIL, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2014.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. No Banheiro do Lago: uma história sobre barqueiros e usinas hidrelétricas no Tocantins. *Fênix - Revista De História E Estudos Culturais*. Vol. 15, Ano XV, nº 2, Julho-Dezembro de 2018, ISSN: 1807-6971. Disponível em: <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/432>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FIGUEIREDO, Francisco Anithoan de. Resex do Cuniã e a população do entorno – perspectiva socioeconômica e ambientais. **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=134844>. Acesso em: 09 de março de 2021.

FONSECA, Dante Ribeiro da. Crato, Santo Antonio e o rio Madeira no contexto da economia da borracha. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 2, p. 73-90, maio-ago 2017, ISSN 1516-6481 / 2179-7536. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/download/4349/4384>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2021.

FONSECA, Dante Ribeiro da. Santo Antônio do Rio Madeira: as Ambiguidades de uma Povoação Amazonense do Mato Grosso e a Madeira-Mamoré. **Canoa do Tempo**, v. 12, n. 2, p. 11-38, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/8086>. Acesso em: 29 de janeiro de 2021.





FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)**. Volume 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

FRANCA, R. R. da. Eventos pluviiais extremos na Amazônia meridional: riscos e impactos em Rondônia. **Tese de Doutorado em Geografia**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 186 p. 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37677/R%20-%20T%20-%20RAFAEL%20RODRIGUES%20DA%20FRANCA.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

GIRO. Relatório aponta situação de distritos do Baixo Madeira atingidos por cheia. Notícia postada em 17/04/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/04/relatorio-aponta-situacao-de-distritos-do-baixo-madeira-atingidos-por-cheia.html>> Acesso em: maio de 2017.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: B. FELDMAN-BIANCO (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo: Global, 1987.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GLUCKMAN, Max. Rituais de rebelião no sudeste da África. **Cadernos de Antropologia**, n. 4, Brasília: Universidade de Brasília, 1974.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia – Antropologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LEACH, Edmund R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1995.

LIMA, Abnael Machado de. Mapa de São Carlos no Rio Madeira. **Coluna website Gente de Opinião**. Terça-feira, 3 de junho de 2008. Disponível em:





<<http://www.gentedeopiniaio.com.br/noticia/mapa-de-sao-carlos-no-rio-madeira/33455>>.

Acesso em: 12 de abril de 2018.

LIMA, Abnael Machado de. **Terras de Rondônia: Geografia Física e Humana**. 2ª ed. Porto Velho: editora do autor, 1991.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. **Anuário Antropológico**, 28(1), 251–290. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução – elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: Educ, 1998.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>>. Acesso em: 02 abril de 2022.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: Iniciação, Teoria e Temas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

MELO, Vanice Siqueira de; ARAÚJO, Alik Nascimento de; BARRIGA, Letícia Pereira. Os Mura em Movimento: Mobilidade e Resistência nas Águas do Madeira. **Revista Canoa do Tempo**. Dossiê-Fronteiras étnicas e conflitos sociais no Rio Madeira, Volume 13, 2021. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <<https://doi.org/10.38047/rct.v13.FC.2021.d4.p.1.29>>. Acesso em: 10/01/2022.

MORAES, José de. **Historia da Companhia de Jesus na extinta provincia do Maranhão e Pará (1708-1759)**. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio, de Brito & Braga, 1860. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182934>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. A migração para Rondônia (Brasil) pós década de setenta: um olhar a partir dos estudos culturais. **Rev. Hist. UEG - Anápolis**, v.5, n.1, p. 74-102, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4827/3424>>. Acesso em: outubro de 2021.

MURA, Márcia Nunes Maciel. Tecendo Tradições Indígenas. **Tese de Doutorado** (Programa de Pós-Graduação em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18082016-134231/pt-br.php>>. Acesso em: 10 de março de 2018.

NOVOA GARZON, Luis F. Novoa. Informativo Triângulo: As transformações no bairro triângulo em Porto Velho. Matéria publicada em 3 de junho de 2012. Disponível em:





<<https://acervo.racismoambiental.net.br/2012/06/03/informativo-triangulo-as-transformacoes-no-bairro-triangulo-em-porto-velho/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

ODA, Ana Maria Galdini R. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 11, n. 4, supl. p. 735-761, dez. 2008. p. 736.

OLIVEIRA, Maria Coimbra de. **Arte rupestre em Rondônia**. Presidente Médici – Rondônia: s.e., 2013.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEIRANO, Mariza. **Rituais Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>> Acesso em: 07 de junho de 2018.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina paraense. **Tese (Doutorado)**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/227947.pdf>> Acesso em: abril de 2019.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

PORTO VELHO, Prefeitura do Município. Análise Técnica nº. 005/DGU/SEMPLA. Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA, Departamento de Gestão Urbana-DGU, Porto Velho: 17 de junho de 2014.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

PREFEITURA DE PORTO VELHO. Após garantir área para a reconstrução do distrito de São Carlos Sempla e Uniron apresentam projeto arquitetônico. Disponível em: <<http://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/apos-garantir-area-reconstrucao-distrito-sao-carlos-sempla-e-uniron-apresentam-projeto>> Acesso em: setembro de 2015.

RELATÓRIO aponta situação de distritos do Baixo Madeira atingidos por cheia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/04/relatorio-aponta-situacao-de-distritos-do-baixo-madeira-atingidos-por-cheia.html>> Acesso em: maio de 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Nara R. Etnografia de uma festa de aniversário sob a ótica da performance. *In* LANGDON, Esther J; PEREIRA, Éverton L. **Rituais e Performances**. Iniciações em pesquisa de campo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.





RONDÔNIA, Governo do Estado de. Decreto n°. 19.000, de 3 de julho de 2014, publicado no DOE N° 2490, de 03/07/2014, página 6: Declara de utilidade pública, por interesse social, para fins de desapropriação, área que especifica no Distrito de São Carlos, Município de Porto Velho. Disponível em: <https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2014/07/DOE-_03-07-2014.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

ROSA, Paula de Souza. Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840 – 1920). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Belém, 2019. Disponível em: <<https://www.pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2019/Ms%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Paula%20de%20Souza%20Rosa%202019.pdf>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

SANTOS, Nilson. Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07052002-130429/pt-br.php>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

SCORZA, Manuel. **História de Garabombo o Invisível**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos. Culturas Desviantes: as espacialidades das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia). **Tese** (Doutorado em Geografia), Universidade de Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2739>> Acesso em: 12 dezembro de 2021.

SILVA, José Laerton Pimentel; PONTES, João Airton de Matos. A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: uma análise do incentivo de programas federais. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/aimportanciadoesporteparaodesenvolvimentosocial.pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

SILVA, Maria das Graças S. N. **Espaço Ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SILVA, Raimundo Nonato Pereira da. A cultura política dos Sateré-Mawé: a relação entre os povos indígenas e o estado brasileiro. **Tese (Doutorado)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2014a. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/131642>> Acesso em: outubro de 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: perspectivas dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger, 1889.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. Curitiba: Editora Juruá, 1998.





SOUZA, Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria. Ribeirinhos e Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira: comunidade tradicional e judicialização. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2019. Disponível em: <<https://pergamum.tjro.jus.br/pergamumweb/vinculos/000000/0000007a.pdf>>. Acesso em: abril de 2020.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva** – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Valer, 2009.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. O Rio e os Tempos: reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do Vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI. Revista **SABER CIENTÍFICO**, Porto Velho, 1 (2): 223-295, jul./dez., 2008. Disponível em: <<http://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/1122/977>>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da; CASSEB, Almeida. Remanescentes de Quilombo de Santo Antônio do Guaporé, Identidade e Territorialidade Adversas. In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

VALDANHA NETO, Diógenes. Habitantes das águas em descompasso: processos de aprendizagem social desencadeados por situação de desastre. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27052019-145907/en.php>>. Acesso em: abril de 2020.

VASCONCELOS, Eduardo M. A estrutura básica de projetos de pesquisa em ciências humanas, sociais, saúde coletiva e saúde mental. In _____. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: Epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo M. Definição de objeto em projetos de pesquisa. In _____. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: Epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

VELSEN, J. Van. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. Ginástica e Platão: Que dupla é essa? **Rev. Paul. Educ. Fís.**, São Paulo, 7(1):69-76, jan./jun. 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rpef/article/download/138852/134188/>> Acesso em: 07 de outubro de 2018.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.





WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: perspectivas dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

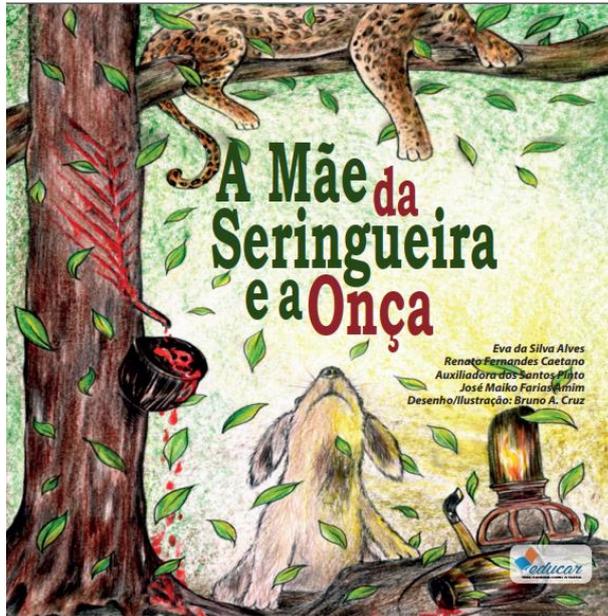
ZIMMERLI, Eduardo Renato; SIENA, Osmar. Conflitos Socioambientais pela Construção das Usinas do Jirau e de Santo Antônio no Rio Madeira. **Anais do XXXVII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 7 a 11 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB2369.pdf> Acesso em: setembro de 2015.





APÊNDICES

Apêndice A: Capa do livro *A Mãe da Seringueira e a Onça* e abertura da 2ª história



Apêndice B: Capa do documentário *Encontro das Águas: O Cotidiano de uma Comunidade Ribeirinha*

AMAZÔNICOS DOCUMENTÁRIO EXPERIMENTAL
ENCONTRO DAS ÁGUAS:
 O COTIDIANO DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA

Este documentário experimental é fruto das entrevistas com moradores da comunidade ribeirinha de São Carlos, no Baixo Madeira, município de Porto Velho – Rondônia – Brasil. As cenas/paisagens expressam a primordial unicidade do homem com a natureza, dos laços afetivos que os indivíduos, em suas vivências diárias, constroem entre si e com o lugar em que nasceram, cresceram e enterram seus mortos. Os relatos de vida, os testemunhos e as memórias registradas lançam luz sobre o viver em uma comunidade ribeirinha, um viver integral, visto que o ribeirinho experiencia cada filigrana que compõe a comunidade a que pertence, fazendo dela, não um conjunto de sujeitos aleatórios em busca de bens supérfluos, mas um corpo familiar, de sangue e espírito, em busca de um bem comum: o bem viver. Além disso, o documentário é uma forma de valorização sociocultural desta comunidade ribeirinha tradicional, que possui saberes e práticas específicas que precisam ser fortalecidas e registradas.

Ficha Técnica
Direção Geral: Renato Fernandes Caetano e Eva da Silva Alves. **Roteiro:** Renato Fernandes Caetano, Eva da Silva Alves, Bruno Cruz e José Maiko Farias Amim. **Edição:** Bruno Cruz. **Produção e Fotografia:** Coletivo Vozes e EnCantos Amazônicos, Renato Fernandes Caetano, Eva da Silva Alves, Bruno Cruz e José Maiko Farias Amim. **Assistentes de Produção:** Vitor Lucas Alves Cuelhar e Vitória Pauliane Mota de Souza. **Intérprete de Libras:** Nathali Fernanda. **Trilha Sonora:** Passear de barco, Sabores da terra e Cantar o amor; **Composição:** Timaia Nunes; **Interpretação:** Grupo Minhas Raízes. **Duração:** 18min. **Lançamento:** abril de 2021.

Fomento: Este projeto recebeu recursos da Lei Aldir Blanc Nº 14.017/2020, por meio da Edital Nº 78/2020/SBJ/CULT/COORCO. 1ª Edição Jar Rangel "Piscolau" do Edital de Chamamento Público para Produção Audiovisual, caso V: Documentário Experimental sobre Rondônia.

Lei Aldir Blanc
 SEJUCEL
 Secretaria Especial da Cultura
 Rondônia
 PÉTRIO AMADA
 BRASIL
 2021

AMAZÔNICOS

ENCONTRO DAS ÁGUAS: o Cotidiano de uma Comunidade Ribeirinha

DOCUMENTÁRIO EXPERIMENTAL
ENCONTRO DAS ÁGUAS:
 O COTIDIANO DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA

Direção Geral
 Renato Fernandes Caetano
 Eva da Silva Alves

Roteiro, Produção e Fotografia
 Coletivo Vozes e EnCantos Amazônicos
 Renato Fernandes Caetano
 Eva da Silva Alves
 Bruno Cruz
 José Maiko Farias Amim

Edição
 Bruno Cruz

AMAZÔNICOS
 2021





Apêndice C: Capa do documentário *Entre as águas e o céu: A Grande Cheia de 2014*

AMAZOÍDOS

Fruto de anos de pesquisas na comunidade ribeirinha de São Carlos, no Baixo Madeira/RO, o presente documentário é costurado por relatos e imagens que dão conta de um dos eventos mais trágicos da história recente do estado de Rondônia, com destaque para o município de Porto Velho e para as comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira: a grande cheia de 2014. Por seu brutal impacto socioambiental, essa tragédia histórica está, inevitavelmente, presente na memória dos moradores de São Carlos, posto que foi nesta comunidade que a cheia produziu seus maiores efeitos: inundando 100% da área total da comunidade, destruindo plantações, casas, patrimônios públicos, dizimando animais, separando famílias, destruindo rendas e sonhos. Obrigados a abandonarem seus lares, os moradores de São Carlos foram recolhidos em escolas e acampamentos na cidade de Porto Velho, sofrendo com as dores da saudade dos campos sempre verdes, dos rios sempre fartos e da terra sempre afetuada de São Carlos. Tal saudade produziu um verdadeiro movimento libertário pela retomada e reconstrução das casas, das ruas, das relações sociais, em suma, da comunidade.

Disponível também online Vozes e Cantos Amazônicos

Contato E-mail: vozesencantosamazonicos@gmail.com

Ficha Técnica
 Direção Geral: Renato Fernandes Caetano e Eva da Silva Alves. Roteiro: Renato Fernandes Caetano, Eva da Silva Alves, Bruno Cruz e José Maiko Larias Amin. Edição: Bruno Cruz – André Alves grata Artes. Produção e Fotografia: Coletivo Vozes e EnCantos, Amazônicos, Renato Fernandes Caetano, Eva da Silva Alves, Bruno Cruz e José Maiko Larias Amin. Assistentes de Produção: Vitor Lucas Alves Cuelhar e Vitória Pauliane Mota de Souza. Interpretre de Libras: Nathali Fernando. Trilha Sonora: "O Rio que era doce" (composição: Tullio Nunes; "Sou da beira" e "Cantar-amante" (composição: Timia Nunes); interpretação: Grupo Alinhãs Raízes. Duração: 00:38:30. Lançamento: julho de 2021.

Projeto fomentado pela Funecultural da Prefeitura do Município de Porto Velho, através do Edital de Licitação Pública de apoio ao Setor Cultural – Aluzio Batista Galeles Nº006/2019, com recursos provenientes da Lei Aldir Blanc Nº14.017, de 24 de junho de 2020.

2021
ENTRE AS ÁGUAS E O CÉU: A GRANDE CHEIA DE 2014

DOCUMENTÁRIO
ENTRE AS ÁGUAS E O CÉU:
 A Grande Cheia de 2014

Direção Geral
 Renato Fernandes Caetano
 Eva da Silva Alves

Edição
 Bruno Cruz

Roteiro, Produção e Fotografia
 Coletivo Vozes e EnCantos Amazônicos
 Renato Fernandes Caetano
 Eva da Silva Alves
 Bruno Cruz
 José Maiko Larias Amin
Assistentes de Produção:
 Vitor Lucas Alves Cuelhar
 Vitória Pauliane Mota de Souza

AMAZOÍDOS

Apêndice D: Convite para 1ª versão do documentário sobre São Carlos

Convite

**DOCUMENTÁRIO SÃO CARLOS:
 MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA 1ª
 COMUNIDADE DE RONDÔNIA**
 [1ª versão]

Local: Escola Henrique Dias
Data: 16/11/2019
Hora: 19h

Direção e Produção
 Eva da Silva Alves
 Bruno Alcinei da Cruz
 Renato Fernandes Caetano

Projeto São Carlos: Um Banheiro de Relações
 Doutorado Renato Fernandes Caetano - renato@fcr.edu.br





Apêndice E: Dona Lóia e seu filho Almério (de amarelo) conversando com um amigo



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2019.

Apêndice F: Tradicional “pão do Zé Toco”



Fonte: Renato Fernandes Caetano, 2019.





Apêndice G: Roteiro de entrevista com moradores de São Carlos

ENTREVISTADO(A): _____

- Qual o seu nome completo? Como é conhecido na comunidade (apelido)?
- Qual sua idade?
- Há quantos anos mora no Distrito de São Carlos?
- Por morar em uma comunidade como São Carlos, como você se identifica?
- Religião atual? (Já foi de outra?)
- Qual sua atividade econômica (profissão)?
- Nasceu onde? Quais os nomes dos pais? Se lembra dos nomes dos avós? De onde vieram seus pais e avós? Eles trabalhavam com o quê? Seus pais tiveram quantos filhos? Moram em São Carlos?
- Senhor/a (você) chegou a estudar?
- Quais suas recordações de quando era criança?

CHEIA DE 2014 E RETORNO

- Na cheia de 2014 teve que sair de São Carlos? Foi para onde?
- Quanto tempo ficou fora?
- Como era viver fora de São Carlos?
- Como foi o retorno? O que mudou? Que dificuldades enfrentou?
- Em relação ao retorno para São Carlos após a cheia de 2014, já nos falou em outra ocasião que fizeram diversos mutirões de limpeza, poderia falar um pouco mais sobre isso...
- Havia lideranças que tomavam a frente da organização? (Quais?)
- Qual foi o papel da Administração local neste processo?
- Teve algum apoio do Município e do Estado?
- Como explica esse desejo e força dos moradores em querer limpar os lugares de vivência comunitária, as casas e voltar viver aqui?
- _____

PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES

- Ao longo destes anos morando no Distrito de São Carlos, chegou a participar de alguma associação?
- Como tem sido as atividades das associações aqui?
- Durante a cheia de 2014 as associações tiveram que papel?
- E quanto ao projeto da “Nova São Carlos”, houve envolvimento das associações nas discussões?
- No período dos estudos para a instalação das hidrelétricas no rio Madeira, como foi a atuação das associações?
- _____

FESTEJOS

- Sobre os festejos que ocorrem na comunidade, participa?
- Como eram os festejos antigamente?
- Qual a importância dos festejos para a comunidade hoje?
- Como os festejos são organizados?
- Que atividades ocorrem?
- Existem patrocinadores?
- _____





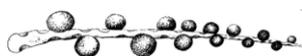
ASPECTOS HISTÓRICOS

- Que aspecto da história de São Carlos, dos tempos antigos, tem conhecimento?
- Das famílias aqui da região, sabe qual é a mais antiga morando aqui? No caso, que os pais ou avós moravam já aqui?
- Em relação à posse das terras aqui na região, existem donos mais antigos? Como é a questão documental destas terras?

Então, vamos às últimas perguntas:

- Para o senhor/a (você), qual o sentido de morar em São Carlos? (Por que gosta de morar aqui?)
- Deixaria São Carlos para morar em outro local?
- _____
- _____
- _____
- Tem algo que gostaria de falar, que não perguntei?

Muito Obrigado!
Renato Fernandes Caetano
Pesquisador – Doutorando em Antropologia Social





Apêndice H: Roteiro de entrevista com moradores mais velhos de São Carlos

ENTREVISTADO(A): _____

- Qual o seu nome completo? Como é conhecido na comunidade (apelido)?
- Qual sua idade?
- Há quantos anos mora no Distrito de São Carlos?
- De onde veio?
- Por morar em uma comunidade como São Carlos, como você se identifica?
- Igreja que frequenta atualmente? (Já foi de outra?)
- Qual sua atividade econômica (profissão)?
- Faz alguma atividade extra?

- **Quantos filhos o/a senhor/a teve?**
A intenção é levá-lo/a ao passado.
- **Como foi para o/a senhor/a criar os ____ filhos?**
A intenção é que fale sobre as atividades de trabalho, as dificuldades econômicas, de acesso à alimentação, o que comiam, acesso à saúde e mostrar a importância da mulher.
- **Todos os seus filhos estudaram?**
A intenção é ouvir sobre o material escolar, sobre o acesso à educação que a geração dela não teve.
- **Quais dos seus filhos moram aqui em São Carlos?**
- **... a impressão que dá é que São Carlos é uma família só...**
A ideia é que fale sobre as relações de parentesco.
- **O/A senhor/a já falou algumas vezes sobre as dificuldades sofridas durante a cheia de 2014, na sua opinião, por que as pessoas quiseram voltar para São Carlos?**
A intenção é que fale sobre o pertencimento ao local e a relação de parentesco.
- **O/A senhor/a gostaria de morar na cidade? O/A senhor/a não tem medo que aqui alague novamente?**
A intenção é ouvir sobre o sentimento de incerteza...
- **E quanto ao projeto da Nova São Carlos, se mudaria para lá?**

Muito Obrigado!

Renato Fernandes Caetano

Pesquisador – Doutorando em Antropologia Social





Apêndice I: Roteiro de entrevista sobre futebol em São Carlos

ENTREVISTADO(A): _____

- Identificação: Qual é o seu nome completo? Idade? Onde você nasceu? Seus pais vieram de onde? Você estudou? Qual sua religião? Qual sua profissão?
- Quantos times masculinos existem em São Carlos? Quantos times femininos?
- A qual time você pertence?
- Qual função/posição no time?
- Que atividades participa?
- Aqui costuma ter campeonato/torneio? Quais foram as que ocorreram este ano?
- Que times e localidades participam?
- Visitam outras comunidades para participar de jogos/torneios?
- Recebem times de outras comunidades? Quais?
- Há apoio financeiro aos times? Quem apoia? Quais as formas de apoio?
- Fale mais sobre os recursos financeiros para o Distrito de São Carlos em relação ao esporte.
- Em relação às premiações conquistadas, como duvidem?
- Como os times estão organizados?
- Como avalia o futebol em São Carlos?
- Como avalia o desporto como qualidade de vida e integração das comunidades do Distrito de São Carlos?
- Quais outros elementos poderia destacar sobre a importância do esporte na comunidade de São Carlos?

Muito Obrigado!

Renato Fernandes Caetano

Pesquisador – Doutorando em Antropologia Social





Apêndice J: Roteiro de descrição das moradias de São Carlos

Nº: _____ Rua: _____ Lado: () D / () E
 Tipo: () Madeira / () Alvenaria / () Mista / () Assoalho / () Outro: _____

Características	Não	Sim	Observações
Parapeito			
Varanda			
Andares			Quantos:
Cercada			() Tela / () Madeira / () Arrame / Outro:
Plantações (x) / Vende (xx)			Banana / Mandioca / Cebolinha / Acerola / Manga / Açaí / Goiaba / Coco / Mamão / Outras:
Animais (x) / Vende (xx)			() Cachorros / () Gatos / () Galinhas / () Patos / Outros:
Jardim			
Ar-condicionado			Quantos:
Parabólica			
Outras antenas			Quantas: Tipo:
Ramo Comercial			Mercado / Padaria / Bar / Restaurante / Pizzaria / Dindim / Sorvete / Farinha / Açaí / Pão / Horta / Papelaria / Pousada / Salão de Beleza / Vestuário / Outros ramos:
Rede na área			
Moto			
Bicicleta			





Apêndice L: Roteiro de descrição das moradias de São Carlos e entrevista com o morador

Nome: _____

Como se identifica: () Ribeirinho / () Beradeiro / () Extrativista / () Comunitário ()

Outro: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____ Tem filhos – quantos: _____

Religião/Igreja: _____ Profissão: _____

Até que série você estudou? _____ / Parou por qual motivo: _____

Há quanto tempo reside na comunidade? _____ De onde veio? _____

Quantas pessoas moram na casa? _____ Quantas trabalham? _____ Em que trabalham:

Quais as fontes de renda da família: _____

Além da profissão oficial, faz alguma atividade extra para complementar a renda? () Pesca / ()

Planta / () Faz farinha / () Coleta castanha / () Coleta açaí / () Faz bicos / () Vende algo / ()

Outras: _____

Quando vai para Porto Velho usa: () Barco de linha / () Ônibus / () Outro: _____

Recebe algum benefício social? () Não / () Sim – qual: () Bolsa Família / () Bolsa Verde / ()

Pensão por Morte / () Aposentada por Idade / () Aposentadoria por Tempo de Contribuição /

() Aposentadoria por Invalidez / () Auxílio Saúde / () Auxílio Defeso / () Outros: _____

Características Internas	Não	Sim	Observações
Aparelho de Rádio?			
Aparelho TV?			
Telefone fixo?			Desde quando:
Usa celular?			Quantos têm na casa:
Acesso à internet?			
Tem colchão?			
Tem rede?			
Tem fogão a gás?			
Tem fogão à lenha?			
Tem jirau?			
Tem máquina de lavar roupas?			
Tem micro-ondas?			
Quantos cômodos têm a casa?			
Tem canoa?			
Tem moto?			
Tem bicicleta?			
Torce ou joga em algum time?			Qual:





Apêndice M: Questionário aplicado a alunos das Escolas Prof^ª. Juracy Lima Tavares e Henrique Dias

1) Nome (Opcional): _____ Idade: _____

2) Como se identifica: () Ribeirinho / () Beradeiro / () Extrativista / () Comunitário () Da cidade () Outro: _____

3) Onde você mora: () São Carlos / () Aliança / () Agrovila Rio Verde / () Bom Será / () Brasileira / () Cavalcante / () Jamari / () Terra Caída / () Tucunaré / () Outra – qual? _____

4) Qual Igreja você frequenta: () Católica / () Assembleia de Deus / () Quadrangular / () Cristã do Brasil / () Adventista / () Ministério Internacional da Graça / () Outra – qual? _____

5) Cursa que ano do Ensino Médio: _____

6) Usa transporte escolar? () Não / () Sim. Qual? _____

7) Após terminar o ensino médio, você vai:

- a) () Parar de estudar e continuar morando aqui;
- b) () Ir para Porto Velho para continuar a estudar;
- c) () Permanecer aqui e fazer um curso de Educação a Distância;

8) Além de estudar, você trabalha? () Não / () Sim.

9) Se trabalha, que atividades faz: () Funcionário Público / () Pesca / () Planta / () Faz farinha / () Coleta castanha / () Coleta açaí / () Faz bicos / () Vende algo / () Outras – quais: _____

10) Quando vai para Porto Velho usa: () Barco de linha / () Ônibus / () Outro: _____

11) Se não nasceu aqui, você mudou-se para São Carlos para continuar estudando? () Não / () Sim.

12) Se ocorrer a mudança para a “Nova São Carlos”, você se mudará para lá? () Não / () Sim.

13) Quantas famílias você conhece que foi embora da comunidade ou que mandou os filhos para a cidade devido às dificuldades de acesso à educação aqui em São Carlos? () Nenhuma / () 1 a 5 famílias / () 5 a 10 famílias / () 10 ou mais famílias.

14) Você gosta de estudar: () Não () Sim - Por quê _____

15) Se desejar, escreva algo sobre sua comunidade: _____

Muito obrigado!

Eva da Silva Alves e Renato Fernandes Caetano
Pesquisadores Coordenadores





ANEXOS

Anexo A: Cartazes de divulgação de festas em São Carlos no Sancas Pub



Fonte: Divulgações em grupos de *WhatsApp*, enviados pelo proprietário do Sancas Pub e disponível no canal do Instagram: www.instagram.com/sancaspub/, 2022.





Anexo B: Análise Técnica nº. 005/DGU/SEMPA, datado de 17 de junho de 2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO-SEMPA
Departamento de Gestão Urbana-DGU

Análise Técnica nº. 005/DGU/SEMPA

Porto Velho – RO, 17 de Junho de 2014

Interessado: Gabinete do Prefeito/Defesa Civil

OBJETO: Avaliação das condições de habitabilidade do Distrito de São Carlos – pós-enchente

Documentação analisada:

- Laudo de Vistoria e Parecer técnico nº 389/2014 da SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Avaliação preliminar da CPRM – Serviço Geológico do Brasil

Trata-se de solicitação de avaliação das condições atuais de habitabilidade do Distrito de São Carlos após o evento da cheia do Rio Madeira, que afetou aquela localidade, culminando na evacuação temporária dos moradores. A solicitação partiu da Sala de Situação Municipal face ao retorno gradativo de famílias para a localidade.

O Distrito de São Carlos pertence ao Município de Porto Velho e está inserido na região do médio Madeira, foi criado através da Lei Municipal nº 1.378 de 29 de Novembro de 1999 e sua população conforme censo IBGE/2010 é de 2.100 habitantes (povoado distrito e circunvizinhança).

Historicamente a região convive com o processo de cheia do Rio Madeira, processo natural no qual o rio ocupa o seu leito maior, de acordo com os eventos chuvosos extremos, em média com tempo de retorno superior a dois anos. Contudo, a ocorrência deste período provocou a inundação total do distrito extrapolando as cotas anteriores.

Os desastres relacionados às questões hídricas extremas provocam grandes danos materiais e, dependendo de sua intensidade, graves danos humanos, além de severos prejuízos sociais e econômicos. Na área rural as inundações e as secas destroem ou

1

Av. Abunã, nº 2625 – Bairro Liberdade
Fone: DGU (69) – 3901 3124 – sempa@ro.dgu@gmail.com
CEP: 78.803-888 – Porto Velho/RO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO-SEMPA
 Departamento de Gestão Urbana-DGU



danificam plantações e exigem um grande esforço para garantir o salvamento de animais, especialmente bovinos, ovinos e caprinos.

Em 07 de junho de 2014, deslocou-se para a Região de São Carlos uma equipe da SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão composta pelos técnicos Alcimar Rodrigues da Silva – Engenheiro Agrônomo/ matrícula nº50642, Fernanda Moreira da Silva – Arquiteta e Urbanista/Engª de Tráfego/ matrícula nº 87587 e o Secretário da Sempla – Jorge Alberto Elarrat Canto, com o objetivo de internalizar as avaliações da SEMA e CPRM relativas as condições de habitabilidade de São Carlos para posicionamento de retorno da comunidade.

Em 07 de maio de 2014, a SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizou vistoria nas regiões de São Carlos, Nazaré, Demarcação e Calama com a finalidade de identificar os danos causados as condições de habitabilidade daqueles locais, pelo cheia recorde do Rio Madeira,

Quanto ao distrito de São Carlos, a vistoria da SEMA constatou:

1. atingimento total de todos os imóveis com ocorrência de sedimentação parcial na parte interna e externa dos mesmos;
2. alguns imóveis tem alto grau de comprometimento da estrutura, inviabilizando a utilização;
3. registro de retorno de moradores – em processo de limpeza e ocupação dos imóveis;
4. a parte frontal do distrito e a parte de fundo (Caladinho e bairro Novo), não tem condições de habitabilidade

Em 23 de maio de 2014, a CPRM - Serviço Geológico do Brasil/Residência de Porto Velho realizou vistoria "in loco" em São Carlos a fim de verificar as condições físicas da área no pós enchendo;

1. deslizamento parcial de taludes fluviais,
2. indicação de não ocupação temporária das áreas de terraços baixos;

2

Av. Abunã, nº 2625 – Bairro Liberdade
 Fone: DGU (88) – 3901.3124 – sempa@dgu@gmail.com

CEP- 76.803-888 – Porto Velho/RO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO-SEMPLA
Departamento de Gestão Urbana-DGU



3. não ocupação da área denominada Caladinho, topografia mais baixa e sujeita a riscos hídrico;
4. a área central compreendida pelo intervalo das ruas 1 e 3, com possibilidade de reocupação após a retirada dos sedimentos depositados;
5. indícios de risco hidrossanitário de contaminação devido ser tomadas medidas cautelares de limpeza;

CONSTATAÇÃO:

Em virtude da visita técnica realizada por técnicos da SEMPLA, DEFESA CIVIL e SEMAS, constatou-se que existem áreas de risco no Distrito e que devem ser consideradas na provável autorização de retorno dos moradores a região e com condicionantes para futuro deslocamento e reassentamento desta população numa nova área denominada – Nova São Carlos. Estas áreas estão com grande quantidade de deposição fluvial, principalmente a fundiária do Distrito onde ocorreu uma maior sedimentação devido ao fenômeno do encontro entre as águas do Rio Madeira e dos Lagos da drenagem do Lago do Cuniã, o que favoreceu uma maior deposição.

A área que se encontra a margem do Madeira após o campo de futebol, apresenta grande quantidade de areia depositada e as demais áreas a margem do Madeira possui deposição de solo mais argiloso e que já mostra rachaduras e solapamento da margem.

Estas áreas afetadas devem passar por uma rigorosa desinfecção para que a população possa retornar, porém só deve ser permitido o retorno das famílias que possuem residências sem danos estruturais, e que acordem junto com a Prefeitura um termo de não realizar nenhuma obra estruturante nessas residências, sendo só permitido a limpeza da casa e a reforma do que foi afetado pela cheia.

É importante considerar que as áreas a frente de São Carlos e na sua fundiária devem ser relatadas como de risco e não se deve permitir moradias nestes locais, após o reassentamento das famílias na Nova São Carlos.

3





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO-SEMPA
Departamento de Gestão Urbana-DGU



Área após o campo de futebol



Área frontal do distrito



Rachadura do solo - solapamento



Imóvel para demolição

ÁREA DE RISCO:

– Estão caracterizadas como áreas de risco as seguintes áreas

1. Parte frontal de São Carlos localizada entre a margem do Rio Madeira e a Rua 01.
2. Rua 01 após o campo de futebol em específico na região de terreno arenoso;
3. Área ainda encharcada, após a rua 03 onde se localizam os bairros Caladinho e bairro Novo

4

Av. Abunã, nº 2025 – Bairro Liberdade
Fone: DGU (69) – 3901 3124 – sempa.dgu@gmail.com

CEP: 78.803-888 – Porto Velho-RO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO-SEMPA
Departamento de Gestão Urbana-DGU



Bairro Caladinho

CONDICIONANTES DA REOCUPAÇÃO:

1. Caráter temporário de permanência na área – até a implantação da nova área.
2. Proibida a ocupação das áreas de risco, até segunda ordem da Defesa Civil e grupo de monitoramento da área.
3. Ação de limpeza geral imediata na localidade.
4. Monitoramento sistemático com relatório mensal das condições da: água do poço, condições do solo, condições sanitárias da população e condições dos imóveis considerando que a vazante ainda não se completou;
5. Interdição dos imóveis localizados em área de risco.
6. Demolição dos imóveis com estrutura condenada pela defesa civil;
7. Reestabelecimento da comunicação na localidade.
8. realização de análise física, química e microbiológica de solo.
9. instalações provisórias das famílias com imóvel interditado.

5

Av. Abunã, nº 2625 – Bairro Liberdade
Fone: DGU (69) – 3901 3124 – sempa@duu2@gmail.com





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO-SEMPA
Departamento de Gestão Urbana-DGU



10. controle intensificado de vetores – malária e dengue.

Sendo este o registro, firmamos o presente, remetendo os autos ao gabinete da SEMPLA para apreciação, após envio a Sala de Situação Municipal/Defesa Civil para conhecimento.


Arq^a FERNANDA MOREIRA DA SILVA
Eng.^a de Tráfego/SEMPA


ALCIMAIR RODRIGUES
Eng.^o Alimair Rodrigues/SEMPA

6

Av. Abunã, nº 2625 – Bairro Liberdade
Fone: DGU (69) – 3901 3124 – sempa.ro.dgu@gmail.com

CEP: 76.803-888 – Porto Velho/RO





Anexo C: Resolução N. 122/CMPV-85, de 21/11/1985: Cria o distrito de São Carlos

Sessões N.º 19
Fls. 18
DIVISÃO


ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 122/CMPV-85
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1985

Cria o Distrito de São Carlos, neste Município, nos termos da Lei Complementar nº 39, de 10 de dezembro de 1980.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição do Estado de Rondônia,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Porto Velho, aprovou e eu promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O

Art. 1º - Fica criado o Distrito de São Carlos, neste Município, com sede na Vila de São Carlos, nos termos da Lei Complementar nº 39 de 10 de dezembro de 1980.

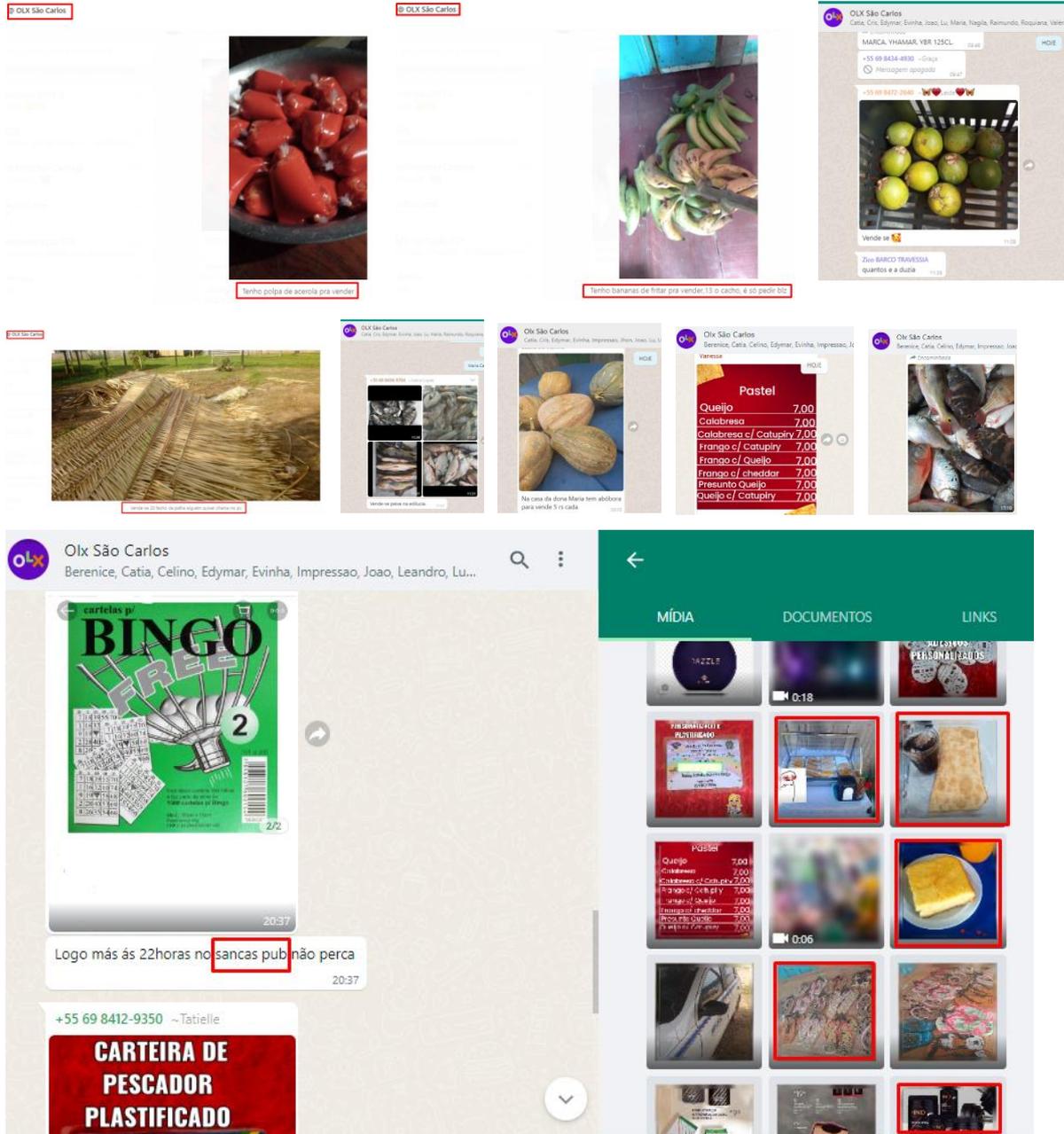
PARÁGRAFO ÚNICO - O Distrito de São Carlos, criado pela presente Resolução, terá as seguintes divisas e confrontações:

Limita-se ao Norte com a divisa dos Estados de Rondônia e Amazonas, aproximadamente no paralelo 8º, na porção compreendida entre o Rio Paranapixuna ou Ipixuna e a nascente do Rio Apuniã,. Acompanha o Rio Apuniã desde a nascente até sua





Anexo D: Exemplos de produtos divulgados no grupo de WhatsApp “Olx São Carlos”



Fonte: Divulgações no grupo de WhatsApp “Olx São Carlos”, 2021-2022.

